

Francisco Cecilio Viana

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PESTE SUÍNA AFRICANA NO BRASIL,
1978-1984: PASSOS E DESCOMPASSOS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Veterinária, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência Animal

Área: Medicina Veterinária Preventiva e Epidemiologia

Orientador: Prof. José Ailton da Silva

**Belo Horizonte
UFMG – Escola de Veterinária
2004**

V614h Viana, Francisco Cecílio, 1943-
História e memória da peste suína africana no Brasil, 1978-1984:
passos e descompassos / Francisco Cecílio Viana. – 2004.
171 p: il.

Orientador: José Ailton da Silva
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de
Veterinária
Inclui bibliografia

1. Peste suína africana – Brasil – História – Teses. I. Silva, José Ailton
da, 1950- II Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Veterinária.
III. Título.

CDD – 636.408 96

Folha de assinaturas

DEDICATÓRIA

À Maria José, pelo constante estímulo e pelo conhecimento em filosofia, a meus filhos Débora, Alexandre, Diego, ao meu sobrinho Daniel, minha prima Olga Julieta, aos meus irmãos e irmãs, à família Motta e ao Professor José Ailton da Silva, dedico esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor José Ailton da Silva, pela amizade, estímulo para conduzir essa pesquisa e pela competente orientação.

Aos Professores do Curso de Doutorado Élvio Carlos Moreira, Celina Maria Modena, José Newton Meneses, Délcio Fonseca Sobrinho pelas sugestões valiosas e pelo apoio.

Aos médicos veterinários do Instituto de Medicina Veterinária de Cuba, na pessoa da Dra. Adela Encinosa, ao Dr. Manoel do INHEM, a minha gratidão pela acolhida fraterna e pela ajuda técnica. Aos companheiros da viagem à Cuba, Ediones, Bosco e Anelise, pela demonstração de amizade e de incentivo.

Aos funcionários da Hemeroteca de Minas Gerais, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, da Biblioteca da Escola de Veterinária da UFMG, do Colegiado de Pós-Graduação e do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva pelo suporte técnico.

Aos médicos veterinários, pessoas-chave, criadores, dirigentes de associações de criadores de suínos, de cooperativas de produção e empresários que participaram de forma voluntária nesta pesquisa.

À Escola de Veterinária da UFMG pela oportunidade oferecida e aos colegas da pós-graduação pelo convívio.

À Fundação de Estudos e Pesquisa em Medicina Veterinária – Coordenação Preventiva, pelo financiamento da impressão final deste trabalho.

SUMÁRIO

	Pág
LISTA DE ABREVIATURAS	10
RESUMO	11
ABSTRACT	11
1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 História e Memória	17
2.2 Representação social	18
2.3 A peste suína africana no mundo	18
2.4 As provas imunológicas e biológicas no diagnóstico da PSA	21
2.5 A peste suína africana e as políticas de saúde animal no Brasil	22
2.6 Elementos estruturais da política de defesa sanitária animal no Brasil.	23
3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	28
3.1 Análise documental	28
3.2 Depoimento dos atores sociais	28
3.2.1 Pessoas-chave	28
3.2.2 Profissionais da medicina veterinária	29
3.2.3 Empresários do setor de comercialização e transformação de carne suína e dirigentes de cooperativas de produção animal	30
3.2.4 Dirigentes de Associações de Criadores de Suínos	30
3.3 Mídia	30
3.3.1 Jornais e revistas semanais	30
3.3.2 Revistas de divulgação técnica de circulação periódica	31
3.4 Outras fontes	31
3.5 As experiências internacionais em relação à peste suína africana	32
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
4.1 Uma visão histórica das estruturas nas políticas de saúde animal no Brasil ...	33
4.1.1 Um olhar sobre a estrutura de produção e de trocas comerciais no Brasil, da Colônia à República	34
4.1.2 O Brasil dependente de material genético importado	40
4.1.3 A organização zoossanitária	47
4.2 A PSA nos continentes europeu e americano	51
4.3 A Peste Suína Africana no Brasil	58
4.3.1 Versões sobre a forma de entrada da PSA no Brasil	64
a) Desvio de restos de alimentos de bordo de aeronaves para uma criação de suínos em Paracambi-RJ	65
b) Inexistência da PSA no Brasil	66
c) A PSA no Brasil e o interesse das empresas multinacionais	69
d) A entrada da peste suína africana no país antes de 1978	70
e) Veiculação do vírus da PSA por meio da vacina contra a PSC	72
f) PSA causada por vírus atenuado	72
g) Entrada da PSA por meio de suínos e de seus subprodutos trazidos por imigrantes angolanos	72
4.4 A mídia e a peste suína africana no Brasil: ambivalência e resistência	74
4.4.1 O registro da mídia sobre o impacto inicial da PSA no Brasil	75
4.4.2 A mídia e o discurso dos técnicos sobre o episódio da PSA no Brasil	88

4.4.3	A posição de criadores, empresários e dirigentes de entidades representativas da suinocultura, segundo a mídia.....	96
4.5	Os prejuízos	99
4.6	Peste suína clássica versus peste suína africana	101
4.6.1	A peste suína clássica	102
4.6.2	A peste suína africana	105
4.7	Registros dos atores sociais	114
4.7.1	Médicos veterinários	114
4.7.2	Empresários, dirigentes de cooperativas de produção e de associações de suinocultores	120
4.7.3	Pessoas-chave	122
4.8	O programa de combate à peste suína	138
Fase I	Emergencial.....	139
Fase II	Implantação do programa.....	141
4.8.1	Etapa preparatória	141
4.8.2	Etapa de ataque (1981-1984).....	141
4.8.3	Etapa de consolidação	143
4.8.4	Etapa de manutenção	144
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
6.	CONCLUSÕES	148
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
	ANEXOS.....	160

LISTA DE QUADRO/ TABELAS

Quadro 1	Doenças de suínos não notificadas no Brasil em 1966 e registradas pelo Serviço de Defesa Animal do Ministério da Agricultura em 1983	45
Tabela 1	Disponibilidade de vacinas produzidas no Brasil e importadas contra a Peste Suína Clássica (PSC), no período de 1975 a 1984.	103
Tabela 2	Distribuição relativa de número de focos e de casos de Peste Suína Clássica no Brasil, no período 1975 –1984.....	104
Tabela 3	Funções exercidas por 69 participantes de médicos veterinários	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Rim de suíno: hemorragias, tipo petequial, distribuídas em toda a superfície. Paracambi-RJ.....	63
Figura 2	Rim de suíno: hemorragias distribuídas pela córtex, atingindo a porção medular. Paracambi-RJ.....	63
Figura 3	Coração de suíno: aspecto globoso, com hemorragias difusas no epicárdio. Paracambi-RJ.....	63
Figura 4	Soldados vigiam os porcos de fazenda interdita em Barra do Piraí – RJ.	76
Figura 5	Os caminhões são os mais visados pela fiscalização.	77
Figura 6	Mas, nem os carros de passeio escapam. BR-101, Campos - RJ	77
Figura 7	D. Georgina recebe pagamento pelos 18 animais sacrificados.Favela Nova Brasília.	80
Figura 8	Os favelados acompanharam, sem se envolver, a caça aos porcos na favela. Favela Nova Brasília – Rio de Janeiro.	80
Figura 9	Apesar dos protestos contra a marreta, ela foi usada ontem para matar mais de 500 porcos.	83
Figura 10	Ignomínia! São arrastados para a morte como bois para o matadouro.....	83
Figura 11	Abate de porcos, com auxílio de marreta. Ourinhos - SP;.....	84

Figura 12	Presença de curiosos durante os preparativos para o sacrifício sanitário de suínos.	84
Figura 13:	Abate de suínos pela Polícia Militar de MG.	85
Figura 14	Moradoras da favela Cabeça de Porco, recolhendo restos de “sacolão” do Bairro Savassi, Belo Horizonte, para alimentar porcos.....	87
Figura 15	Moradora da favela Cabeça de Porco, recolhendo restos de “sacolão” do Bairro Savassi, Belo Horizonte, para alimentar porcos.....	87
Figura 16	Criação caseira de porcos. Favela Cabeça de Porco, Belo Horizonte-MG.	88

SIGLAS	LISTA DE ABREVIATURAS
ABCC	Associação Brasileira dos Criadores de Caracu
ABCS	Associação Brasileira dos Criadores de Suínos
ABCZ	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARSA	Aeroporto do Rio de Janeiro S/A
CFMV	Conselho Federal de Medicina Veterinária
COEP	Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DVS	Doença Vesicular do Suíno
ELISA	Enzyme linked Immunosorbent Assay
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EVUFMG	Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais
FAESP	Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FRIMISA	Frigoríficos Minas Gerais S/A.
GEDE	Grupo de Erradicação de Doenças Exóticas e Emergenciais
GEPA	Grupo Executivo de Produção Animal
IEOP	Immunolectrosmophoresis
IFD	Imunofluorescência direta
IFI	Imunofluorescência Indireta
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
LANARA	Laboratório Nacional de Referência Animal
LEB	Leucose Enzoótica Bovina
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OIE	Oficina Internacional de Epizootias
OMC	Organização do Comércio Mundial
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPS	Organização Panamericana de Saúde
PCPS	Programa de Combate à Peste Suína
PSA	Peste Suína Africana
PSC	Peste Suína Clássica
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SNAD	Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária
SUNAB	Superintendência Nacional de Abastecimento
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

Com o objetivo de resgatar a história e a memória da peste suína africana no Brasil, foram analisados os informes, relatórios e outros documentos oficiais e entrevistadas 18 pessoas-chave. Foram também enviados roteiros semi-estruturados para 434 médicos veterinários, 25 associações de suinocultores, 43 empresas e cooperativas de produção do setor de suinocultura. A estrutura da vigilância sanitária foi analisada do ponto de vista da história nova, abrangendo o período entre 1500 e 1984. Considerando-se a importância da produção animal no Brasil, verifica-se, ao longo do tempo, que freqüentemente a legislação sanitária animal era descumprida em função do interesse de determinados grupos de criadores ao se importar animais. Dessa forma, não se pode atribuir ao acaso a entrada da peste suína africana no Brasil. Em maio de 1978, restos de alimentos servidos em vôos internacionais foram desviados, de forma clandestina, do Aeroporto Internacional do Galeão para uma suinocultura particular em Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, dando origem ao surto de peste suína africana. O fato veio revelar a vulnerabilidade da vigilância sanitária. O diagnóstico definitivo foi estabelecido pelo Centro de Doenças Animais de Plum Island, nos Estados Unidos, em 1º de junho de 1978. Graças aos esforços das autoridades do Ministério da Agricultura, foi erradicado o foco inicial, porém casos secundários passaram a ser registrados em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro. A difusão da doença para outras regiões do país, quase que simultaneamente, sem correspondência com o quadro clínico esperado, chamou a atenção de técnicos e criadores, que acreditavam tratar-se de casos subagudos e crônicos de peste suína clássica. Baseado nos depoimentos de criadores, técnicos, pessoas-chave e consultas a outras fontes documentais, considero que a PSA somente existiu no município de Paracambi e que os casos observados no restante do país correspondiam a diagnósticos sorológicos falso-positivos.

Palavras-chave: peste suína africana, epidemiologia, história e memória da PSA

ABSTRACT

Aiming to ransom the history and memory of the African swine fever in Brazil, this dissertation not only analyses the letters, reports and other official documents in this field, but also interviews 18 key persons. Half-structured guide lines were also sent to 434 veterinarians, 25 hog raiser associations, 43 production companies and cooperatives involved with the hog raising business. The structure of the sanitary care has been analyzed from the point of view of the new history, encompassing the period between 1500 and 1984. Considering the importance of animal production in Brazil, one can find out that, all along, the sanitary legislation for animals was often disregarded due to the interest of certain hog raiser groups in importing animals. Thus one cannot impute to hazard the outbreak of the African swine fever in Brazil. In May, 1978, leftovers of food which had been served in international flights were clandestinely switched over from Galeão International Airport to a private hog raising farm in Paracambi, Rio de Janeiro State, originating a boom of the African swine fever. This fact revealed the vulnerability of the national sanitary care. The final diagnosis was established by the Plum Island Animal Disease Center, in the United States, on the 1st of June, 1978. Thanks to the efforts of the Ministry of Agriculture, the initial focus was eradicated, however secondary cases started to be registered in several municipalities of Rio de Janeiro State. The almost simultaneously dissemination of the disease to other regions of the country, and with no correspondence to the expected clinical findings, called the attention of technicians and hog raisers, who believed they were subacute and chronic cases of the classical swine fever. Based on hog raisers, technicians and key persons' testimonies and on consultation to other documental sources, I conclude that the African swine fever only existed in the Paracambi municipality and that the other cases observed in other parts of the country corresponded to false-positive serologic diagnosis.

Key words: African swine fever, epidemiology, history and memory of African swine fever.

1. INTRODUÇÃO

A peste suína africana (PSA), até o início do século XX, era uma doença de suínos desconhecida da literatura mundial, embora ocorresse sob a forma subclínica na população de javalis e porcos selvagens no continente africano. Com a introdução de suínos domésticos, por parte dos colonizadores europeus, houve contato entre essas populações, criando-se as condições propícias para que o vírus da PSA infectasse os suínos domésticos. Em consequência, o coeficiente de letalidade observado foi muito próximo de 100%, conforme demonstraram os experimentos do trabalho clássico de Montgomery (1921), no Quênia.

Considerada endêmica em praticamente todos os países da África, havia sempre o temor de que a doença atingisse outros continentes. No Quênia, em 1948, em razão da geração de grande excedente de produção, foi realizada uma exportação de carne suína para a Inglaterra, a despeito do risco de introdução do vírus da PSA naquele país, mesmo com a adoção de medidas sanitárias muito rígidas. Provavelmente esse foi o único caso conhecido de importação, por parte de um país europeu, de carne suína de um país africano considerado infectado pela PSA.

Essa doença passou a ser temida pelos demais países quando surgiu pela primeira vez na Europa, em Portugal, em uma pequena granja de suínos situada próxima ao Aeroporto Internacional de Lisboa, em abril de 1957, devido ao provável uso de resíduos alimentares de bordo de aviões procedentes das colônias africanas.

Em maio de 1960, a doença ultrapassou a fronteira norte de Portugal e atingiu a criação caseira de suínos de Badajós, Espanha, de onde rapidamente se disseminou para todo o país. Em abril de 1964, a PSA foi identificada na França, na região dos Pirineus Atlânticos, fronteira com a Espanha, o que resultou na eliminação de 11 focos e sacrifício de 8.500 suínos. No entanto, essa região voltou a apresentar

focos da doença em 1967 e em fevereiro de 1974, rapidamente erradicados. Na Itália, a PSA apareceu pela primeira vez em abril de 1967, em núcleos de suinocultura situados próximos ao Aeroporto Internacional de Roma.

A Oficina Internacional de Epizootia (OIE) inclui a PSA na lista A, em razão das perdas socioeconômicas que provoca e da grande capacidade de difusão de seu agente, o que a coloca entre as doenças de notificação compulsória de maior importância no mundo.

O aumento do número de casos da PSA entre os anos de 1977 e 1978, na Península Ibérica, fez com que a OIE convocasse uma reunião sobre a PSA, em Ávila, Espanha, entre 7 e 9 de março de 1978, com representações da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Portugal e observadores da Comunidade Econômica Européia, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Foram recomendadas medidas clássicas de combate à doença e algumas estratégias diferenciadas, como: registro e certificação de granjas, indenização justa e rápida para os criadores afetados, criação de um grupo de defesa sanitária que reunisse os criadores e estabelecimento de um fundo financeiro de compensação. O temor da PSA pode ser avaliado pelo relatório dessa reunião que diz: *“está demonstrado que a PSA na Península Ibérica representa uma ameaça grave e permanente para todos os outros países europeus”*. Essas previsões se confirmaram, nos anos subseqüentes, com o surgimento de focos da PSA, em 1978, no Brasil, Ilha de Malta, Ilha da Sardenha e República Dominicana; em 1979, no Haiti; em 1985, na Bélgica; em 1986, na Holanda e, em 1980, em Cuba.

A expansão e a modernização da produção de suínos aliadas ao incremento do comércio internacional e do turismo, a partir de 1970, trazia junto a probabilidade do surgimento da PSA, considerada a doença mais temida para essa espécie animal, pelas suas repercussões sociais e econômicas. Isso porque, juntamente com

as elevadas perdas em carne, somam-se as indenizações pagas aos criadores pelo sacrifício obrigatório dos animais, as perdas na produção e na rentabilidade por causa da interrupção das atividades das granjas afetadas e os prejuízos originados pelas graves perturbações no comércio de suínos, em âmbito nacional e internacional, pelo bloqueio das exportações dos produtos derivados de suínos. Além disso, os países que sofreram a doença experimentaram sérias restrições às exportações de diversos produtos agrícolas, ante o temor de que pudessem estar contaminados com o vírus da PSA.

O primeiro registro da PSA em continente americano ocorreu em Cuba, em maio de 1971, tendo sido a doença prontamente erradicada. A suspeita inicial foi atribuída a sobras de alimentos servidos a bordo de aeronaves da Espanha. Posteriormente, em 1980 novo surto de PSA ocorreu em Cuba. Considerando-se os dois episódios, foram sacrificados cerca de seiscentos mil suínos.

A Inglaterra e os Estados Unidos sempre demonstraram enorme preocupação com a possibilidade da entrada da doença em seus territórios e, geralmente, ofereciam recursos de diagnóstico, assessoria técnica e financeira aos países vizinhos afetados pela PSA. Durante a fase de expansão da PSA em vários países da América Central, o Serviço de Inspeção Sanitária Vegetal e Animal do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos tratou de realizar exercícios simulados de combate à PSA, durante cinco dias, em maio de 1980, em Porto Rico. Depois de 24 horas da simulação da confirmação do foco, um grupo de veterinários, técnicos e pessoal de apoio norte-americanos deslocou-se para Porto Rico, para assessorar a equipe local do Departamento de Agricultura, Agências de Fauna Silvestre, militares e especialistas em agricultura. Durante quatro dias trabalharam, em conjunto, especialistas das áreas de epidemiologia, diagnóstico de laboratório, avaliação, eliminação, limpeza, desinfecção, controle de vetores, execução de medidas de quarentena, administração e outros campos técnicos e de apoio, Organizacion...(1980).

A PSA, ao ser notificada no Brasil, em 1978, colocou em xeque a infra-estrutura sanitária do Ministério da Agricultura, das Secretarias Estaduais de Agricultura, e obrigou as autoridades sanitárias e políticas do país ao uso de severas medidas sanitárias, muitas das quais contestadas por produtores e técnicos.

A suinocultura brasileira, especialmente na região Sul, experimentava um momento de expansão de negócios com outros países, quando foi atingida em cheio pela notificação da doença. Apesar do crescimento da suinocultura considerada tecnicizada, havia problemas estruturais graves relacionados à falta de matadouros sob fiscalização oficial, em determinados Estados, carência de laboratórios regionais de diagnóstico, baixa produção de vacina contra a peste suína clássica (PSC), deficiência do sistema de vigilância epidemiológica e sanitária. É preciso esclarecer que manter o rebanho vacinado contra a PSC constitui uma das estratégias mais importantes para diferenciá-la da PSA. Enfim, o Ministério da Agricultura não havia estruturado, ainda, um programa voltado para a sanidade suína.

Essa doença interrompeu durante muitos anos as exportações de carne suína e também afetou a exportação de grãos produzidos no Sul do Brasil, região com grande número de registros de focos. O Brasil tinha na agricultura - especialmente na soja - os fundamentos de sua política de exportação. A ocorrência da PSA era um fato impensável para as autoridades sanitárias brasileiras, mesmo considerando que, em 1963, o médico veterinário Sérgio Coube Bogado, por determinação do Ministério da Agricultura, empreendeu viagem à Espanha e Portugal para estudar o problema da PSA e, ao regressar, apresentou relatório em que alertava as autoridades brasileiras sobre o risco da entrada da doença no Brasil, especialmente por meio dos portos e aeroportos. A notificação da doença em Cuba, em 1971, pode ser considerada também um importante alerta para as autoridades sanitárias brasileiras. Deve ser citado também que os suinocultores de São Paulo,

por meio de suas entidades representativas, encaminharam documento ao Ministério da Agricultura sobre a fragilidade do sistema de vigilância sanitária nos portos e aeroportos internacionais. Soma-se a esses fatos o alerta da OIE, já comentado.

A exemplo do que ocorrera com a PSA em outros países, as autoridades sanitárias brasileiras tiveram que enfrentar grandes dificuldades para esclarecer a população quanto à necessidade de sacrificar os porcos, mesmo aqueles considerados saudáveis, nas áreas focais e em seu entorno e, ainda, que a carne suína não representasse risco à saúde, ante o temor, quase generalizado, da população, em contrair a mesma doença dos suínos. Parte da resistência dos criadores poderia ser traduzida pelo fato de as pessoas empregarem os procedimentos mais criativos para esconder seus animais, em momentos de confisco ou de sacrifício determinados pelo Ministério da Agricultura.

É preciso analisar, além dos indicadores técnicos, os impactos econômicos, sociais e políticos causados pela presença da PSA no Brasil. Esse olhar “inquiridor” dificilmente faz parte dos relatórios oficiais, tampouco da produção científica da academia. Mas “segredos” podem ser buscados em outro lugar, a qualquer tempo, repousados que estão nos arquivos, à espera de que alguém, algum dia, possa desvendá-los.

Portanto, “contar” essa história do ponto de vista puramente biológico e factual não estaria coerente com os conhecimentos proporcionados pela história nova; é preciso reconhecer o significado dos termos história e memória. Assim, a importância dessa temática não reside, para mim, apenas no fato de a PSA ser capaz de causar perdas econômicas irreparáveis na criação de suínos, mas, sobretudo, considerar sua ocorrência no Brasil como resultante de uma determinada estrutura, como um conjunto coerente de elementos e não apenas como acontecimento, suscetível de ser localizado no espaço e no tempo, conforme sustenta Le Goff (2001).

Dessa forma, quando o Brasil foi tomado pela surpresa da ocorrência inusitada da PSA, uma doença exótica, considerada “aterrorizante” e, em função da magnitude de seus impactos, tomei como desafio, um dia, recuperar a sua história e a sua memória, por entender que corríamos o risco de perder, mais uma vez, o registro de um problema sanitário que exigiu uma mobilização de pessoas e recursos poucas vezes vista no país. Esse descompromisso profissional em preservar a memória tinha ficado muito evidente quando o Brasil foi assolado, em 1921, pela peste bovina, cuja memória restringiu-se aos relatos factuais, nos poucos documentos produzidos. Sabia-se também, na época, que essa doença havia escapado da Ásia, onde era endêmica, para atingir o continente europeu, onde provocou grande mortalidade em bovinos.

A erradicação da peste bovina, assim como a da PSA, geralmente é retratada na literatura como sendo uma vitória da medicina veterinária e das autoridades políticas, em que pesem os prejuízos não reparados, as falhas não assumidas pelo sistema de vigilância dos serviços oficiais de defesa sanitária animal e ainda o descumprimento da legislação sanitária em vigor. Em certa medida, a entrada da peste bovina ajuda a compreender que é necessário fazer uma análise mais aprofundada de cada acontecimento, considerando-se a sua inserção em uma estrutura, observando, entre outras condições, o tempo de longa duração e o conhecimento que se supõe interdisciplinar. Portanto, as duas doenças apresentam relações muito próximas e um nexo de causalidade que não pode ser atribuído a fatores imponderáveis ou visto como resultante do azar.

Como é comum suceder nos grandes acontecimentos, a PSA no Brasil foi envolta em uma névoa de dúvidas e suspeitas que deram origem a variadas interpretações sobre a sua ocorrência e expuseram as autoridades sanitárias a situações constrangedoras para explicar o surgimento da doença, quase que simultaneamente, em diferentes partes do território nacional e a

surpreendente baixa morbidade e mortalidade dos suínos acometidos pelo mal. As inúmeras explicações técnicas para cada modificação do perfil esperado da doença, ao invés de servirem de orientação aos técnicos, criadores e empresários do setor, contribuíram para gerar mais polêmica e descrença em relação às medidas sanitárias implantadas, especialmente quanto ao diagnóstico laboratorial. Em conseqüência, a imprensa passou a registrar cotidianamente a trajetória da PSA, expondo essas contradições e destacando as inúmeras manifestações e críticas de especialistas, das entidades representativas da suinocultura, além dos criadores e da sociedade de um modo geral.

Paradoxalmente, em meio à notificação de novos focos, discutiam-se, nas esferas oficiais e nos congressos técnicos, propostas de mudança da base técnica da suinocultura, como forma de impedir a disseminação da doença, a partir da hipótese de que os pequenos criadores, não tecnicizados ou de “fundo de quintal”, eram os principais disseminadores da doença. Não faltaram experiências de eliminação de todos os suínos caseiros criados na periferia das cidades, em empreitadas coordenadas por técnicos, auxiliares, militares e clubes de serviço. As intervenções oficiais, com o uso das forças armadas e com o abate improvisado de animais em áreas de favelas e periferias urbanas provocaram reação popular e desgaste das autoridades sanitárias e políticas. Nas favelas, morros e subúrbios os porcos eram criados para consumo de sua carne e banha e, ainda, como um fundo de reserva, passível de ser facilmente convertido em moeda, para atender gastos imprevistos com educação, casamento, funeral, doença, etc. Nessas condições, havia uma produção e comercialização “invisíveis” que garantiam empregos e renda para famílias carentes. Transcorridos poucos dias do primeiro diagnóstico da PSA, no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, a doença, ao ser também diagnosticada na favela Nova Brasília, Rio de Janeiro, constituiu-se em um difícil desafio para as autoridades sanitárias, não acostumadas a

considerar aquele espaço geográfico em sua rotina de ação. Posteriormente, com o avanço da doença, problemas e dificuldades semelhantes foram relatadas em outros Estados. Apesar da ordem do Ministério da Agricultura para que os estados procedessem à eliminação dos criatórios chamados de “fundo de quintal”, “anti-higiênicos” ou “clandestinos”, muitos técnicos, ainda que timidamente, relutavam em tomar tal medida.

O título deste trabalho configura um recorte que restringe o levantamento de algumas informações aos períodos de maio de 1978 e dezembro de 1984, que correspondem, respectivamente, ao registro da ocorrência e à declaração da erradicação da PSA no Brasil. No entanto, esse recorte se amplia quando a ele se agregam outros elementos de análise. O aposto “passos e descompassos” foi acrescentado ao título para sublinhar as contradições que foram percebidas nas leituras das diversas fontes documentais, nas respostas aos roteiros enviados aos atores sociais e nos depoimentos das pessoas-chave.

Embora não fosse previsto inicialmente levantar a história da ocorrência da PSA em países europeus esse conhecimento se revelou importante para compor ou sustentar argumentos e hipóteses quanto a problemas semelhantes surgidos no Brasil.

A discussão sobre a infra-estrutura sanitária existente no Brasil para executar a vigilância quanto à entrada de produtos de origem animal proveniente de outros países e definir a política de importação de material genético de origem animal foi incluída nesta pesquisa para permitir conhecer, em um tempo relativamente longo, o papel e a lógica do sistema de vigilância epidemiológica e sanitária do país.

A opinião de técnicos, empresários, criadores individuais e dirigentes de associações de criadores de suínos, que vivenciaram o problema, incluída nesta pesquisa, representa uma fonte documental extremamente necessária por incorporar depoimentos carregados de experiências e emoções que não encontrariam espaço

numa pesquisa de natureza simplesmente quantitativa. O conhecimento se amplia e se revigora à medida que esses atores, na maioria das vezes, imersos no anonimato e no esquecimento, exibem novas representações do fenômeno. É interessante analisar, nesse contexto, quais foram as consequências do diagnóstico da PSA para os criadores e como o governo procedeu para compensar ou mitigar os efeitos econômico-sociais.

Da mesma forma, a incorporação, a esta pesquisa, da mídia investigativa, geralmente criticada nas reuniões oficiais e até mesmo por técnicos de entidades internacionais, traz à tona aquilo que está submerso, que não é mostrado nos discursos e nas atitudes do Estado. Ao reunir o acervo sobre a ocorrência da PSA no Brasil, ao contrário do que registra a literatura oficial, constata-se a onipresença do Estado sobre os meios de comunicação e esse é um ponto que me parece central na discussão das estratégias adotadas no controle dessa doença no Brasil. Assim, além da história oficial, era preciso conhecer as razões e as implicações das decisões técnicas, as falas dos atores sociais envolvidos, a rede de informação disponível para a vigilância epidemiológica, a forma de divulgação dos fatos para a sociedade, entre outras questões.

Considerando-se que o Brasil atravessava, na época do surgimento da PSA, um longo período de privação de liberdade, em razão da ditadura militar instalada no país, não havia mecanismos de controle social claramente definidos e, dessa forma, a mídia, representada especialmente pelos periódicos de maior circulação nacional e pelas revistas semanais, assumiram esse papel. Muito embora a maior parte do espaço jornalístico fosse protagonizada pelo Estado, era possível conhecer, ainda que raramente, a opinião de técnicos não oficiais, de representantes das associações de criadores de suínos, além de empresários do setor, pequenos criadores e dirigentes de associações de moradores. A esse processo se juntava o trabalho investigativo da imprensa, que levantava dados, conferia informações, fazia

entrevistas com diferentes atores. Os editoriais, crônicas e até mesmo seções de cartas de leitores dos jornais e revistas semanais muitas vezes constituíram, para esta pesquisa, importante fonte de informação.

Com esta pesquisa pretendo contribuir para a construção da história e da memória da peste suína africana no Brasil e, para isso, proponho-me a analisar os dados sobre a doença, presentes nos documentos oficiais, avaliar a infra-estrutura da defesa sanitária do Estado, colher depoimentos de pessoas-chave, tais como técnicos, empresários e criadores de suínos que vivenciaram o problema da PSA. Pretendo ainda avaliar as informações produzidas pelos jornais e revistas de grande circulação nacional, revistas do setor agropecuário e especializadas em suinocultura e a bibliografia que descreve a história dos principais episódios da PSA no mundo.

Por entender que o fenômeno que está sendo analisado comporta diversas interpretações e admitindo que a sua compreensão total nunca será possível, recorro aos enunciados da história nova e dos fundamentos da memória para construir um caminho, que acredito ser inaugural para a medicina veterinária e cujo instrumental permita-me aproximar da realidade vivida e seduzir as pessoas para o debate e para a discussão da política de saúde animal no Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O desafio de recuperar a história e a memória do episódio da PSA no Brasil levou-me a trilhar os caminhos percorridos por historiadores franceses que, no início do século XX, criaram a chamada História Nova, comprometida com todas as vertentes do conhecimento humano. Mesmo entendendo que o campo da metodologia da pesquisa social é polêmico, em que o debate é perene e não conclusivo, é preciso sair do clássico positivismo científico, muito comum na Academia, para ajudar a construir um outro referencial. Entendo que a metodologia, como ensina Minayo (2000), inclui as concepções teóricas da

abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador e que o conjunto de técnicas constitui um instrumental secundário em relação à teoria, mais importante como cuidado metodológico de trabalho. No campo da saúde, as possibilidades de análise estão compreendidas no positivismo, na fenomenologia e na dialética marxista.

2.1 História e Memória

Quando se trabalha com a memória e a história de um fenômeno, é necessário dizer a que referencial se está remetendo. Assim, a história deve ser entendida desde a perspectiva de Lucien Febvre e Marc Bloch que, ao fundarem a revista *“Annales d’histoire économique et sociale,”* em 1929, em Estrasburgo, consagraram o termo “história nova”, em oposição à história positivista do século XIX e à história factual, superficial, desvinculada das estruturas, da política e que não considera o tempo de longa duração. Nessa publicação, March Bloch, ao criticar a noção de fato histórico, afirma que *“não há realidade histórica acabada, que se entregaria por si só ao historiador, pois diante da imensa e confusa realidade o homem de ciência ao fazer a ‘sua opção’ não significa nem arbitrariedade, nem simples coleta, mas sim construção científica do documento, cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou a explicação do passado”.* Para Le Goff (2001) a história nova ao combater a história política superficial e fática de visão curta considera ser necessário construir uma história do poder, que inclua o simbólico e o imaginário.

Com relação à memória, o conceito aqui aplicado foi fundamentado no modelo teórico elaborado por Freud entre 1901 e 1915 e, embora ele afirmasse que nenhuma teoria psicológica apresenta uma explicação coerente para o fenômeno da lembrança e do esquecimento, considerava que este último era mais enigmático por atuar em algo que supúnhamos esquecido há muito tempo e que poderia reaparecer repentinamente na consciência. Segundo o autor, haveria uma certa seleção entre as

impressões acumuladas e aquelas que poderiam ser consideradas mais aflitivas sucumbiriam com maior facilidade. Para sedimentar essa análise, ele argumentava que *“é universalmente reconhecido que, no tocante à origem das tradições e da história legendária de um povo, é preciso levar em conta esse tipo de motivo, cuja meta é apagar da memória tudo o que seja penoso para o sentimento nacional”*, Freud (1987).

Nessa linha de pensamento, pareceu-me apropriado valer-me também dos conceitos expressos pelo filósofo francês Paul Ricoeur, quando, ao tratar da memória individual e coletiva, afirma que elas são objetos de manipulações políticas e ideológicas e obrigatoriamente passam a integrar o “território do historiador”. De outra forma, a memória, influenciada pelo imaginário, resultaria um conceito vulnerável. Para esse autor, ao inspirar-se em análises psicanalíticas (recalque e luto) e filosóficas (tempo, silêncio), o historiador desempenha uma função de mediação, procurando adequar os relatos de memória individual à veracidade histórica, ou seja, o trabalho da história se estende como uma projeção do nível da economia das pulsões ao nível do trabalho intelectual dessa dupla tarefa que consiste na lembrança e no esquecimento, Ricoeur (1977).

Para Halbwachs (1950), a memória não é somente um fenômeno de interiorização individual; ela é, sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Assim, o historiador irá defrontar-se com situações de recalque, de negação de momentos traumáticos do passado que se expressam como patologias individuais e coletivas da memória e que se traduzem não pelo esquecimento, mas pelo silêncio. A respeito da classe social, esse autor afirma que *“em princípio em cada sociedade a classe dominante produz uma memória que constitui o suporte da memória coletiva”.*

Conforme analisa Viana (1995), pode-se inferir que a matéria memorial não *“aflora na linguagem do sujeito de forma impoluta ou autônoma, ela vem simbolizada em palavras, estigmatizadas pelos parâmetros*

da cultura e da ideologia do grupo social a que o sujeito pertence”.

A produção de artefatos de memória, entendidos como construção de representações latentes no universo das mídias mais influentes, é fundamental na representação de determinados aspectos retrospectivos da vida social brasileira. As informações possíveis de serem detectadas como marcas ou vestígios presentes nos gêneros ficcional, humorístico e jornalístico configuram o que Lopes (2002) denomina de artefatos de memória. Nesse sentido, os artefatos de memória seriam parte das representações mentais compartilhadas entre as mídias e o público, que precisariam ser legitimadas e validadas pelos receptores para ter função social.

2.2 Representação Social

A expressão “representação social” tem por postulado a reprodução de uma percepção anterior ou do conteúdo do pensamento. Também entendida como representações coletivas, a expressão se refere a categorias de pensamentos, por meio das quais uma sociedade expressa sua realidade. Por serem contraditórias e “verdadeiras”, as representações sociais podem ser consideradas matéria-prima para a análise do aspecto social e também para a ação pedagógico-política de transformação, pois retratam a realidade, na concepção de Minayo (2000). Para Weber (1985), cada sociedade, para se manter, necessita ter concepções de mundo abrangentes e unitárias e que em geral são elaboradas pelos grupos dominantes. Segundo Triviños (1987), no marxismo as representações, as idéias e os pensamentos são o conteúdo da consciência que, por sua vez, é determinada pela base material. No entender de Schutz e Luckmann (1973), tanto o conhecimento científico quanto o senso comum envolvem um conjunto de abstrações, formalizações e generalizações e esses conjuntos são construídos, são fatos interpretados a partir do mundo. Para esses autores essa compreensão se dá a partir do estoque de experiências pessoais e de outros indivíduos. Enquanto a experiência pode ser apropriada por um

grande número de pessoas, o conhecimento é individual, pois depende de uma elaboração subjetiva e intersubjetiva, por meio do senso comum e da experiência vivida, funcionando como esquema de referência para o sujeito.

De acordo com Spink (1999), a sociologia, em seus primórdios, trabalhava as questões epistemológicas dentro do campo empírico, de acordo com a história das idéias ou história das ciências. Para o empirismo o conhecimento resulta unicamente da experiência, daquilo que é captado no mundo externo pelos sentidos ou no mundo subjetivo pela reflexão que as pessoas fazem sobre o que ocorre no seu íntimo de acordo com as suas experiências. Os médicos e os físicos eram chamados de empíricos por só levarem em consideração seus conhecimentos e experiências. Outros autores, como Berger e Luckman (1973), modificam essa compreensão, ao considerarem a importância do senso comum na formação do conhecimento, sem o que nenhuma sociedade poderia existir. O ato da representação transfere o que é estranho, perturbador, do universo exterior para o interior; coloca-o numa categoria e contexto conhecidos, enquanto a ciência segue um caminho inverso: vai das premissas às conclusões. Nesse sentido, Moscovici (1984), considera que tudo que não está classificado e rotulado parece não existente e, portanto, ameaçador, pois, quando se classifica ou se rotula atribuem-se valores positivos ou negativos. Quando se classifica algo novo, geralmente existe um protótipo que servirá de parâmetro para essa categorização.

2.3 A peste suína africana no mundo.

A história da PSA no mundo poderia ser dividida em duas fases. A primeira inicia-se, em 1921, com o descobrimento da doença em suínos domésticos e silvestres na África, e a segunda, em 1957, quando a doença atinge Portugal. Enquanto restrita à África, ela não constituía uma ameaça real ao restante do mundo, e poucas eram as investigações científicas acadêmicas ou produzidas pelas instituições internacionais de referência sobre a PSA, mas, a partir da

entrada de seu registro na Europa, verifica-se um grande esforço de muitas instituições no sentido de se obter respostas para a temática biológica, reservando-se um papel secundário aos questionamentos de natureza socioeconômica. Assim, sempre que se fazia uma “descoberta”, esse novo conhecimento gerado era incorporado ao arsenal das medidas de combate à doença. Além das dificuldades esperadas em relação à operacionalização das ações de controle e erradicação da doença, torna-se um grande desafio o estabelecimento dos prejuízos socioeconômicos e a definição, de forma justa, de políticas compensatórias e mitigadoras. Uma outra dificuldade é o estabelecimento de um processo eficiente de comunicação social capaz de informar adequadamente a população sobre a doença, considerando todas as suas implicações.

A entrada da doença em Portugal, em 1957, colocou em alerta todo o sistema mundial de produção suína. A forma peculiar da criação de suínos em Portugal, aliada a problemas políticos e à aplicação de uma vacina preparada com vírus vivo modificado, contribuiu, segundo Vigário et al. (1981) e Por que... (1978), para que a doença se tornasse endêmica no país. O último foco registrado ocorreu em 1999, segundo a OIE (1999).

Na Espanha, a doença foi introduzida em maio de 1960, na Província de Badajoz, por meio de suínos infectados procedentes de Portugal. Tendo em vista a longa duração da doença na Espanha, pois a erradicação somente ocorreu em 1994, tornou-se possível avaliar a eficiência das provas de diagnóstico em relação às formas aguda e crônica da PSA e as estratégias de combate à doença, conforme Castro et al. (1978), Polo Jover e Sanches Botija (1961) e Ordás et al. (1981).

Na França, os três episódios registrados por Gayot et al. (1974), Por Que... (1978) e Ruíz Martinez (1978) constituem uma referência importante para discutir, no caso do Brasil, algumas características epidemiológicas da doença, especialmente quanto ao seu

comportamento clínico e à capacidade de difusão do vírus.

A Itália obteve rápido sucesso ao erradicar um foco da PSA em 1967, nos arredores de Roma. No entanto, em março de 1978, a doença surgiu na Sardenha, onde permanece até a presente data. O fato de a doença existir há muito tempo nessa ilha permitiu conhecer aspectos epidemiológicos importantes da PSA, conforme os relatos de Contini et al. (1981) e Castro et al. (1978).

A PSA atingiu Cuba em duas ocasiões. A primeira vez, em maio de 1971, na Província de Havana e a segunda vez em 1980, na região de Guantânamo. As autoridades sanitárias do país são unânimes em atribuir a entrada da doença no país, nos dois episódios, a atos terroristas praticados por agentes norte-americanos ligados ao serviço da Central de Inteligência daquele país, conforme Oliveira (2002). Tendo em vista que o Brasil, no episódio de Paracambi, tomou como referência as ações empregadas por Cuba no combate à PSA, recorri a Fernandez e Williams (1979) e à Negrin (1981) para registrar as principais estratégias empregadas por este país nos dois surtos ali ocorridos.

O aparecimento da PSA na República Dominicana, ocorrido por volta de fevereiro de 1978, motivou as autoridades sanitárias daquele país a adotar um rígido plano de erradicação da população suína nativa, tendo em vista o fracasso das medidas iniciais de combate aos focos. Considerando que a experiência da República Dominicana guarda relação muito próxima com a situação vivenciada pelo Brasil, considerei necessário identificar as correspondências existentes, quanto às medidas de combate adotadas contra a PSA. O emprego de tropas militares, naquele país, para realizar as operações de seqüestro e sacrifício de suínos, representou uma grande novidade no combate a essa doença e provavelmente influenciou o emprego da mesma estratégia pelo Brasil. Também foram utilizadas, pela primeira vez, determinadas medidas compensatórias, conforme Sanchez Dias (1979), African... [198-] e Rivera (1981).

Em que pese a implantação de barreiras sanitárias na área de fronteira entre a República Dominicana e o Haiti, a PSA acabou por invadir este país em janeiro de 1979, de acordo com Sanchez Dias (1979). Devido à eliminação dos suínos nativos, o Haiti negociou com os Estados Unidos a importação de animais puros, o que acarretou graves conseqüências sociais e econômicas, conforme análise de Easley (2000).

A entrada da PSA na Ilha de Malta ocorreu em março de 1978, devido provavelmente a restos de alimentos de origem suína trazidos por turistas. A doença demorou a ser diagnosticada e, a exemplo do que ocorreu na Sardenha, rapidamente se disseminou para grande parte da Ilha. A experiência de Malta serve de marco de referência para analisar a capacidade de difusão do vírus e seu poder de virulência, conforme com os relatos de Wilkinson et al. (1980) e Balbo e Iannizzotto (1981).

Embora a preocupação de um estudo memorialístico dessa natureza não fosse sublinhar os aspectos biológicos ligados ao agente da PSA, a polêmica gerada a respeito do diagnóstico laboratorial e do comportamento da PSA no Brasil levou-me a buscar informações na literatura sobre os trabalhos clássicos e a experiência acumulada pelos vários países nessa matéria até o ano de 1984, que corresponde à erradicação oficial dessa doença. É necessário lembrar que essa polêmica iniciou-se com menos de três meses do registro oficial da PSA no Brasil, em razão do surgimento de dezenas de focos em praticamente todos os Estados, com características clínicas e epidemiológicas diferentes do esperado para uma doença tão temida. Com a confirmação laboratorial de PSA desses focos, as autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura passaram a defender a hipótese de que a doença estaria presente no país há alguns anos. Posteriormente essa explicação foi abandonada em favor de uma outra que defendia a hipótese de a amostra viral ser de baixa virulência, o que explicaria a semelhança da PSA, em sua forma subaguda ou crônica com a PSC, de acordo

com o que ocorria em Portugal, na Espanha e nos países africanos, segundo Lyra (1978), Lyra e Garcia (1982/1983) e Serrão et al. [198-].

Para Lucas et al. (1967), no entanto, as formas subagudas e crônicas são raras na África e praticamente não foram observadas no início da evolução dessa doença na Europa. Na África, ficou demonstrado que a população de suínos silvestres é portadora assintomática, enquanto os suínos domésticos são altamente sensíveis. Na Europa, conforme já relatado, a doença, após a fase inicial, em que predominava a forma aguda, passava também a apresentar-se sob a forma subaguda, expressa pelos baixos índices de morbidade e mortalidade, assemelhando-se à forma crônica da PSC. O autor também assinala que ocorrem quatro formas clínicas da doença: superaguda, aguda, subaguda e crônica. Os autores definem invariavelmente a PSA como uma doença viral de suínos, febril, com predomínio de casos agudos, extraordinariamente contagiosa e de alta mortalidade, conforme Maurer (1975), Alvim (1978), Embrapa... (1978), Ruiz Martinez (1978), Brillas e Olivella (1980), Sobestiansky (1982) e Mc Daniel (1986), bem como alguns documentos do Ministério da Agricultura, Bogado (1964), Brasil, (1978d) e Peste... (1978e).

Em Portugal, Espanha, França, Itália, Malta, Cuba, República Dominicana e Haiti, a PSA apresentou-se inicialmente sob a forma aguda, com elevada mortalidade e letalidade, além de rápida disseminação, características que a diferenciavam da peste suína clássica e de outras doenças correlatas. Essa diferença entre a PSA e a PSC tornava-se mais evidente quando também morriam aqueles animais que haviam sido imunizados contra esta última doença, conforme será analisado no item 4.2 (A PSA nos continentes europeu e americano). Na Espanha, por exemplo, os trabalhos de Pólo Jover e Sanchez-Botija (1961) e Sanchez-Botija (1962) confirmam que, nos dois primeiros anos, predominaram os casos agudos, com mortalidade de 100%, enquanto os casos subclínicos

surgidos após esse prazo caracterizavam-se realmente por baixa mortalidade.

2.4 As provas imunológicas e biológicas no diagnóstico da PSA

Considerando-se que a OIE é a instituição internacional de referência em saúde animal, recorri ao Código Zoossanitário Internacional para obter as recomendações quanto às técnicas de diagnóstico. De acordo com esse Código a técnica indicada é a immunoelectrosmophoresis (*IEOP*) ou a imunofluorescência indireta (*IFI*) e ainda a prova de hemadsorção para animais destinados à exportação, que apresentem febre durante a quarentena, Código (1982).

De acordo com Sobestiansky (1982), a prova de hemadsorção ou reação de Malmquist consiste na identificação do vírus em cultivo de leucócitos. Nessa prova é possível verificar se ocorre a adsorção de eritrócitos de suínos e ainda o efeito citopático do vírus sobre a camada de leucócitos. É considerado um dos testes mais sensíveis, trabalhosos e que requer até 10 dias para sua leitura final. Para Sanchez-Botija et al. (1977), a sensibilidade do teste é de 98,9%, com 92,7% de produção de efeito citopático. É recomendável, segundo esses autores, nos casos negativos fazer-se subinoculação em novas culturas de leucócitos. A prova de imunofluorescência direta (IFD) objetiva identificar o vírus da doença em tecidos de suínos infectados ou em sedimento de cultivo celular. A sua execução é relativamente rápida (1 a 2 horas). Não é recomendado para áreas enzoóticas, em razão da drástica redução da sensibilidade. A IFI detecta anticorpos presentes no soro e nos tecidos. Possui uma sensibilidade de 82% e, nas infecções crônicas, a sua sensibilidade pode atingir 91%. A IEOP é o método mais usado para o diagnóstico da PSA, em sua forma crônica, com apenas 30 minutos. Na Espanha, a sua sensibilidade foi de 91% e de 95%, quando combinada com a IFI.

De acordo com Carnero et al. (1968), a reação de fluorescência aparece com 10 horas, o que permite ganhar tempo no

diagnóstico, pois sabe-se que algumas amostras de vírus não produzem efeito de hemadsorção nos primeiros cultivos de leucócitos, o que exige o uso de passagens seriadas em sistemas celulares.

Na Espanha, Sanchez-Botija (1962) considerou satisfatórios os resultados da prova de hemadsorção aplicada em materiais biológicos processados no período de 1961-1962. Para Sanchez-Botija e Ordás (1969), o método de trabalho utilizado pela Espanha poderia servir de orientação a outros países onde coexistem PSC e PSA. Não obstante a grande sensibilidade das novas técnicas de diagnóstico da PSC, uma certa porcentagem de casos poderia ser negativa e exigir que se excluísse a possibilidade da existência do vírus africano. Os autores recomendaram, para situações de ocorrência simultânea de PSC e PSA, o uso inicial da IFD em cortes de tecidos. Esse procedimento inicial responde por 60% dos resultados positivos para PSA, que pode atingir entre 80% e 100% em amostras de determinadas regiões, ou quando se aplica a técnica em dois ou três animais do foco. Em caso negativo, utiliza-se a prova de cultivo de leucócitos. A identificação do tipo do vírus se faz também pela inoculação, considerado o método mais seguro, embora lento, oneroso e pouco viável em um país infectado. Essa prova estaria reservada, excepcionalmente, para os casos duvidosos ou negativos em todas as provas, mas com antecedentes clínicos e anatomopatológicos de peste suína. Os soros dos porcos sobreviventes ao teste biológico seriam submetidos à fixação de complemento e à inibição da fluorescência, conforme Sanchez-Botija e Ordás (1969).

A escolha do método mais apropriado de diagnóstico depende, segundo Lucas et al. (1967) e Sanchez Botija et al. (1977), do estágio da doença no país. Assim, em uma área com ausência de focos de PSA, porém sujeita a risco e com numerosos focos de PSC, deve-se recorrer à prova de inoculação de suínos sadios e hiperimunizados e ainda à prova de hemadsorção. Com isso pode-se identificar rapidamente o vírus e particularmente as formas de baixa virulência. Quando houver

ocorrência simultânea de casos de PSA e PSC, devem ser inoculados suínos imunizados contra a PSC, independentemente da realização de outros testes e, nos casos de muita demanda do laboratório, devem-se inocular apenas as amostras de material suspeito. Em Portugal, segundo Vigário et al. (1981), utiliza-se a prova de IEOP e, quando necessário, as provas de IFI e enzyme linked Immunosorbent Assay (ELISA).

No Brasil, segundo Andrade (1981), foram recebidos 51.733 materiais, entre 12 de junho de 1978 e 30 de junho de 1981, dos quais 9.148 eram órgãos ou sangue e o restante soro. Os métodos usados foram: hemadsorção em cultivo de leucócitos, IFD em corte de tecidos e cultivo de células, IEOP e IFI. O maior número de positivos foi detectado pela prova de IEOP. Observou-se que os focos residuais da doença correspondiam às formas crônicas. Somente 6,7% dos soros positivos à IEOP foram confirmados pela IFI, o que torna esses achado diferente dos relatos da literatura, tornando-se assim necessário mais estudos sobre a matéria.

No momento da entrada da PSA no Brasil, estava em curso uma epidemia de PSC, fato que exigia estabelecer não só o diagnóstico diferencial, bem como fazer um levantamento retrospectivo da sua ocorrência no país. Para isso recorri aos trabalhos de Hipólito et al (1965), Sugai (1978), Serrão et al. [198-] e Conselho.... (2002) e às fontes documentais do Ministério da Agricultura.

Devido à multiplicidade de declarações prestadas pelos diversos atores sociais e às peculiaridades das informações obtidas em jornais, revistas especializadas, *sites* da Internet, a citação dessas fontes ocorrerá diretamente nos capítulos de resultados e discussão.

2.5 A peste suína africana e as políticas de saúde animal no Brasil

O fio condutor para a análise da entrada da PSA no Brasil abrange a história da defesa sanitária animal no Brasil, o conjunto da

legislação sanitária, a política de importação de material genético e de multiplicação animal, a experiência vivenciada pelos diversos países que foram afetados por essa doença e as normas zoossanitárias ditadas pela OIE. Para essa organização, em se tratando de uma doença da Lista A, exótica para a maioria dos países, a decisão técnica e política tem que ser ágil e eficiente para que a erradicação seja alcançada no menor espaço de tempo possível. No entanto, em que pesem os manuais, as leis, os relatórios técnicos, os trabalhos científicos e as experiências vividas o nosso olhar será sempre parcial, fragmentado, se não se aprofundar na análise da estrutura do país para construir um cenário capaz de aproximar-se da realidade. Nesse sentido, Minayo (2000) afirma que o primeiro princípio que deve ser levado em conta é que o objeto das ciências sociais é histórico, ou seja, o nosso objeto de estudo possui consciência histórica. Portanto, é preciso aprofundar essa análise, recorrer a outras fontes e a novas ferramentas metodológicas que possam trazer à tona o que aparentemente está submerso.

Tomei como referência, para conduzir essa pesquisa, os fundamentos da história nova. Ao se propor interdisciplinar, a história se multiplica em social, econômica, política, estrutural, de longa duração. Caracterizando-se o episódio da PSA no Brasil como apenas um acontecimento, passível de ser analisado de forma individual e isolada, a análise torna-se reducionista, pela impossibilidade de qualquer explicação, a não ser a sua própria constatação, conforme sustenta Le Goff (2001), para quem os acontecimentos são resultantes de uma determinada estrutura e conjuntura. A noção de estruturalismo surgiu no início do século XX, na França, entre os defensores da história nova e tinha, como premissa, a necessidade de estudar todos os componentes do fenômeno, em uma dimensão histórica. O conceito de estrutura foi forjado ao se estudar a estrutura agrária do Lácio medieval (séculos XI e XII) para compreender a sua decadência. Para Le Goff (2001), as estruturas correspondem a fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômicos, sociais, políticos,

culturais, psicológicos, que permanecem constantes durante um longo período ou que só evoluem de maneira quase imperceptível, enquanto as conjunturas são flutuações de amplitudes diversas que se manifestam nesse contexto. Portanto, antes de se falar de um acontecimento há que se entender sua origem, seus componentes ou, em resumo, reconhecer quais são as suas relações dentro de uma determinada estrutura. Dessa forma, para se estudar a ocorrência da PSA no Brasil, é preciso conhecer, dentro de um período considerado longo, quais as circunstâncias que deveriam ser postas em evidência, antes de se procurar as explicações para a sua ocorrência numa determinada conjuntura.

2.6 Elementos estruturais da política de defesa sanitária animal no Brasil

A exploração de informações técnicas se configura, nesse estudo, como elementos que irão ajudar a compor um tecido cujas tramas principais serão constituídas pelas concepções teóricas sobre história e memória. As afirmativas e contradições que se estabelecem entre os diversos atores irão ajudar a compor um outro cenário, não determinado pelas hipóteses clássicas do positivismo, do determinismo, mas construído e analisado com a cumplicidade e com os instrumentos da história nova e dos conhecimentos sobre a memória. Esse referencial técnico deverá incorporar os acontecimentos determinantes da história e da formação socioeconômica do Brasil, compreendendo a introdução de animais domésticos no Brasil, o tipo de produção, a dependência política e econômica do país, a criação da defesa sanitária animal, o arcabouço jurídico da vigilância sanitária animal, a política de importação de animais geneticamente melhorados, a entrada de doenças animais exóticas para o país, a entrada da PSA, a participação dos atores sociais e da mídia por ocasião do episódio da PSA.

Eleger este referencial teórico-metodológico significa, antes de tudo, possibilitar a fala de inúmeros criadores, técnicos, dirigentes de associações e empresas da área de

suinocultura, que não se conformavam com os resultados laboratoriais divulgados pelo Estado e que, em decorrência dessa posição, se opunham publicamente às ações sanitárias determinadas pelo Ministério da Agricultura. Os trabalhos dos diversos autores consultados para esta pesquisa não terão um tratamento estanque; ao contrário, eles estarão entremeados em vários momentos da análise e da discussão do tema.

Assim, para situar as relações econômicas da Corte portuguesa com suas colônias africanas e com seus vizinhos europeus, especialmente Inglaterra, França e Holanda recorri a Russel-Wood (1998), que analisa os primeiros trinta anos da existência do Brasil, em que destaca o abandono da colônia e a decisão de promover apenas atividades extrativas, baseadas no comércio do pau-brasil. O autor procura estabelecer uma diferenciação entre as possibilidades do novo país em relação às colônias portuguesas na África, especialmente em relação à mão-de-obra, uma vez que, ao contrário do escravo africano, o indígena que habitava o Brasil não se deixava subjugar facilmente, em razão de sua cultura. A carta de Caminha... (1500), os livros de Gândavo (1980) e Vicente de Salvador (1982) dão testemunho da grande quantidade e variedade de animais presentes, o que facilitava a política de povoamento da nova colônia.

A entrada dos primeiros animais domésticos no país, especialmente para atividades de transporte e tração e a sua expansão territorial baseou-se em Torres e Jardim (1992), Schumacher e Brasil (2000) e Raça... [s/d], enquanto a repercussão econômica do modelo de política fundiária implantado no Brasil pelos portugueses foi baseada em Russel-Wood (1998) e Índios... (2002).

Outro acontecimento relevante para se construir o conceito de estrutura proposto nesse trabalho foi a presença dos jesuítas que associada à sua missão religiosa contribuía para legitimar a política mercantil vigente imposta pelos portugueses e, ao longo dos 210 anos de permanência no Brasil criaram uma sólida base social,

política e econômica apoiada no ensino, na posse de fazendas, currais e engenhos, que se estendiam desde a região amazônica até o Sul do país, conforme Maranhão (2003).

A forma absolutista com que Portugal administrava o Brasil até que se descobrissem diamantes e ouro foi analisada em *Mineirações... (sic)* (2001), em Bassanezi et al. (2002) e em Prado (2003). A produção e a circulação de mercadorias no interior do Brasil e o seu controle por parte de Portugal foram descritos por Fausto (2001), enquanto Meneses (2000) e Prado (1961) analisaram a produção e o consumo de alimentos no século XVIII, na Província de Minas Gerais, enquanto Pijning (2001) analisava o contrabando, ilegalidades praticadas no Rio de Janeiro no século XVIII.

A abertura dos portos em janeiro de 1808, seguido do alvará da liberdade industrial, concedido em abril desse mesmo ano, que permitia a abertura de tecelagem, manufatura de metais e comercialização de alimentos, poderia representar o início da emancipação econômica do Brasil, se não fosse a ingerência inglesa que obrigou Portugal a acrescentar uma sobretaxa de 16% nas mercadorias brasileiras. Essa dependência política e econômica de Portugal e do Brasil é retratada por *Mineirações (sic)...* (2001) e por Bellato [sd.].

Moscateli (2000), ao tratar da formação histórica do Brasil, no ensejo do aniversário de 500 anos da viagem de Cabral, refere-se a três autores para identificar as várias correntes de pensamento sobre esse tema. Assim, Caio Prado Jr, ao adotar o modelo do materialismo histórico, considera que a sociedade e a economia brasileira, no período colonial, estavam voltadas para a satisfação do mercado externo e que as estruturas da história brasileira foram erguidas sobre os *“alicerces da dependência em relação aos ditames da economia internacional e não sobre as bases de um projeto para a formação de uma nação autônoma”*. A forma de exploração da terra implantada pelos colonizadores baseava-se em critérios econômicos, centrados na grande

propriedade, na monocultura e no trabalho escravo. A unidade familiar gravitava em torno da grande propriedade, em busca de proteção e favores que a autoridade pública não conseguia oferecer. Já o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda tem a sua origem nas escolas européias e está focalizado nos aspectos culturais da nossa sociedade, a partir do entendimento de que o convívio entre a sociedade européia portuguesa e os habitantes da colônia estabeleceu-se de forma conflituosa e, por decorrência, os brasileiros poderiam ser considerados desterrados em sua própria terra. Nas elites brasileiras predominavam as práticas autoritárias do poder e o costume de enxergar a realidade nacional com os olhos da cultura européia. Gilberto Freire procura demonstrar que o fator mais importante é a adaptação das diversas culturas em contato na colônia ao meio ambiente tropical. Assim, o antagonismo senhor-escravo teria sido amenizado pelas relações domésticas vigentes na casa grande, em razão do contato, desde a infância, com as tradições culturais africanas. Segundo Moscateli (2000), as opiniões de Gilberto Freire são demasiadamente harmonizadoras, além de criar um mito em favor da democracia racial, considerada encobridora, por não explicar os problemas da inserção dos negros na sociedade brasileira.

O período imperial foi marcado por grandes acontecimentos: independência, instalação da monarquia, guerra contra o Paraguai e a consolidação de classes sociais dominantes, formadas pelos grandes proprietários de escravos, mineradores, latifundiários, grandes comerciantes e burocratas, proprietários de engenho de açúcar, criadores de gado, agricultores ligados ao café e ao cacau. A dependência do capital estrangeiro ainda continuava presente de forma marcante, sendo que, no caso do café, o comércio internacional era dominado por grandes empresas americanas e inglesas. A pouca expansão do mercado interno, a concentração de poder e renda em mãos da elite dirigente caracterizou o período que vai da Independência ao da República, conforme analisa Fausto (2001). Segundo Bueno

(2003) o valor dos ativos das empresas do barão e visconde de Mauá, Irineu Evangelista de Souza, em 1867, superava o próprio orçamento do Império.

Com a instalação da República, o país iniciou o processo de industrialização, ampliando a produção de bens primários, principalmente os destinados à exportação. Esse processo de industrialização se acelerou nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubsticheck. Outro acontecimento que se destacou nesse período foi a tomada do poder, em 1964, pelos militares. Na década de 1970, em razão da grande migração da população rural em direção aos centros urbanos e ante a perspectiva de importar alimentos, o governo militar promoveu a política da “modernização conservadora”, como forma de garantir a consolidação do setor industrial, o abastecimento interno, a estabilidade dos preços e quotas de excedentes de grãos para a exportação.

Retomando a questão da política de defesa sanitária animal no Brasil, é necessário fazer uma incursão, ainda que rápida, à forma com que os animais domésticos foram introduzidos no país, como se deu sua expansão, seu melhoramento genético e produtivo. A preocupação e a necessidade de criar animais domésticos se iniciou, a partir da viagem de Martim Afonso de Sousa, em 1534. Com a decisão política de interiorização para a exploração do território brasileiro, houve também a expansão da criação animal. No entanto, o registro da primeira importação referia-se a um lote de zebuínos, adquiridos por determinação de D. Pedro I, em 1826, conforme Conselho... (2002). O nelore, que era comprado inicialmente em zoológicos e em circos na Europa, por mera curiosidade, ao final do século XIX mostrou ser uma raça muito adaptada ao clima tropical brasileiro, tendo alcançado rápida expansão, conforme analisa Santiago (1987), Felício (2002) e Zebu ... (2002). Com o crescente interesse na importação de animais, nem sempre as normas sanitárias eram obedecidas e, dessa forma, o risco de entrada de doenças, especialmente as exóticas, era muito alto. Exemplo disso foi a entrada da peste bovina

no Brasil, em 1921, considerado o acontecimento mais marcante na pecuária brasileira dessa década, conforme Peste... (1925), Conselho... (2002) e Magnabosco (2002). Mesmo após a erradicação dessa doença, as importações de animais da Índia continuaram, a despeito das restrições sanitárias e legais. No entanto não foram raros os exemplos de autorizações especiais concedidas por autoridades sanitárias e políticas para a compra desses animais. Quando essa alternativa não era possível, recorria-se ao contrabando, utilizando-se, como porta de entrada, os países vizinhos, especialmente a Bolívia e o Paraguai, conforme Santiago (1987), reproduzindo-se assim as práticas existentes desde o tempo da colônia.

Outro ponto fundamental para se caracterizar a política de saúde animal no Brasil refere-se ao conjunto de normas legais que definiam as responsabilidades técnicas do serviço de defesa sanitária animal. O primeiro registro legal que versa sobre a defesa sanitária animal se deu por meio dos Decretos Imperiais n.º 1.607, de 28 de julho de 1860, e n.º 2.747, de 16 de fevereiro de 1861, quando se criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas que, dentre outras atribuições, deveria cuidar da introdução e melhoramento de raças de animais e implantar escolas de veterinária no país. A Secretaria teve vida efêmera, sendo absorvida pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Em 1906, foi criado o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e, em 1909, a Diretoria de Indústria Animal, com a atribuição de zelar pelo estado sanitário do gado e promover a fiscalização de matadouros e estábulos. Em 31 de outubro de 1910, foi criado o serviço de veterinária com definições claras em relação aos cuidados na importação de animais, preparação de produtos biológicos, inspeção de feiras e exposição de gado, Brasil (1910). Em 1911, o texto legal constante do Decreto 9.194, referente a essa matéria, recebeu nova redação quanto aos cuidados na importação, conforme Brasil (1910) e Conselho... (2002). O

Decreto n. 24.548, de julho de 1934, promulgou o Regulamento de Defesa Sanitária Animal, que contemplava várias ações sanitárias para a importação de animais e apresentava, como novidade, a criação do Conselho Nacional de Defesa Sanitária Animal, conforme Brasil (1934), embora não se tenha memória de sua atuação. Apesar de ser uma legislação restritiva à importação de animais procedentes de países onde ocorressem doenças infecciosas animais, era permitido ao Diretor de Defesa Sanitária Animal autorizar, sem critérios objetivos, a entrada de animais procedentes de países com doenças contagiosas exóticas. A lei n. 569, de 21 de dezembro de 1948, e o Decreto n. 27.932, de 28 de março de 1950, respectivamente, complementaram o Decreto n. 24.548, quanto à aplicação das normas de indenização, de acordo com Brasil (1948) e Brasil (1950b). A Lei n.1.052, de janeiro de 1950 cria no Ministério da Agricultura a Inspeção de Defesa Sanitária Animal, conforme Brasil (1950b). Em abril de 1956, foi editado o Decreto n.38.983, que proibia a importação de reprodutores zebuínos e bufalinos, de acordo com Brasil (1956).

O acervo da legislação sobre a defesa sanitária animal no Brasil é, pois, secular. No entanto, a experiência acumulada no campo da legislação não foi suficiente para explicar e impedir a entrada de uma quantidade significativa de doenças em nossos rebanhos e nem para consolidar uma política de defesa sanitária animal no país, que nessa pesquisa representa um dos eixos importantes na definição da estrutura.

A falta de institucionalização de uma política de importação animal e de material genético de multiplicação animal no Brasil foi analisada por Silva et al. (1983), que registraram a entrada de 54 doenças no período entre 1978 e 1982, de acordo com dados oficiais do próprio Ministério da Agricultura, Boletim... (1975-1984). Embora admitam que algumas delas já pudessem estar presentes no país, antes de 1978, em decorrência de falha ou inexistência de condições de diagnóstico e de notificação,

os autores correlacionam a entrada dessas doenças à falta de uma política de importação de material genético e à dependência técnica e econômica do Brasil em relação a outros países.

Um dos acontecimentos mais emblemáticos para demonstrar essa dependência, após a erradicação da PSA no Brasil, foi a importação de cem matrizes bovinas dos Estados Unidos e Canadá, por parte da Embrapa, em janeiro de 1983, ao custo unitário de dois mil e novecentos dólares, ou seja, nove mil, cento e trinta e cinco reais, ao câmbio oficial de junho de 2004. As justificativas para essa importação referiam-se à necessidade do incremento à pesquisa e à difusão de tecnologia agropecuária, conforme consta do relatório da Embrapa... (1983) e também da pesquisa realizada por Modena et al. (1983). Tendo por fundamento as situações históricas que sempre desfavoreceram o Brasil nas trocas comerciais envolvendo animais e material genético de reprodução animal, um grupo de professores da área de Epidemiologia do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva, da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, conforme relato de um de seus membros, como pessoa-chave, propôs à direção da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) que se fizesse uma sangria das 40 matrizes destinadas a essa empresa de pesquisa, no momento do desembarque, no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. Essas ações foram desempenhadas pelo Dr. Nilson Antônio de Azevedo e pelo Dr. Orville Augusto Massule Rehfeld. Em desacordo com as informações contidas nos atestados zoossanitários internacionais, emitidos pelas autoridades dos citados países, foram detectadas, em exames laboratoriais processados por três instituições oficiais, as seguintes doenças: estomatite vesicular, causada pelo subtipo Indiana I e pelo vírus *New Jersey*, este considerado exótico para o Brasil, leucose enzoótica bovina e brucelose. O Ministério da Agricultura, ao final do processo, sacrificou apenas as cinco matrizes reagentes para a estomatite vesicular (*New Jersey*). Na época foi realizado um

seminário sobre importação de material genético, promovido pelo Ministério da Agricultura e realizado na Escola de Veterinária da UFMG (EVUFMG), que contou com especialistas da EVUFMG, do Centro Panamericano de Febre Aftosa, do Rio de Janeiro e ainda de especialistas da própria Embrapa. Nesse evento, uma das recomendações feitas foi a de constituir uma comissão nacional, representativa dos vários segmentos da pecuária, com caráter normativo e deliberativo, para elaborar uma política de importação de material genético animal.

Antes de entrar na reflexão dos fatos que determinaram a entrada da PSA no Brasil, é fundamental conhecer como estava organizado o Ministério da Agricultura para conduzir a política de saúde animal no Brasil. A reforma administrativa ocorrida no Ministério da Agricultura, em novembro de 1977, ou seja, pouco antes da entrada da PSA no Brasil, demonstrava que a concepção da política de saúde animal se assentava em bases conservadoras, com uma visão fragmentada do processo saúde-doença, com enfoque no componente biológico, em contraposição a uma proposta mais integral, que incluísse ações horizontalizadas na organização e na execução dos planos, conforme se depreende da análise do Decreto n. 80.831, de 1977 e da Portaria Ministerial n. 241, de março de 1978, Brasil (1977) e Brasil (1978a).

A PSA, ao atingir o Brasil, em maio de 1978, obrigou o Estado a sacrificar mais de 66 mil suínos, o que reduziu drasticamente o consumo interno de carne de suínos e de seus subprodutos, interrompeu a comercialização de carne suína, bem como a exportação de grãos, especialmente soja. Em decorrência desses fatos, o governo militar sofreu grande abalo, considerando-se que já se encontrava desgastado pela censura imposta à livre manifestação de opinião, pela tortura, pelo assassinato de lideranças estudantis, sindicais e políticas e, também, como assinala Rohden (2000), por uma economia em franca recessão, com inflação elevada, desemprego e grande endividamento externo.

Dentre os elementos que foram analisados nessa pesquisa e que têm relação direta com a PSA está a decisão de enviar a Portugal e Espanha o Dr. Sérgio Coube Bogado, médico veterinário do Ministério da Agricultura, no período de 15 de junho a 04 de agosto de 1963, com a missão de conhecer a experiência de combate à PSA naqueles países da Península Ibérica. Muito embora o relatório apresentado por ele às autoridades brasileiras chamasse a atenção para o risco da entrada da doença por meio de restos de alimentos procedentes de navios e aeronaves, nenhuma medida preventiva foi tomada, segundo Bogado (1964) e De Rose (1978).

Com a ocorrência da doença em Cuba, em 1971, o governo brasileiro, temeroso da entrada da PSA no país, editou a Portaria Ministerial n.278, de 19 de agosto de 1971, que proibia o ingresso de suínos domésticos e selvagens e de seus subprodutos, procedentes de Cuba, da África, de Portugal, da Espanha, da França e da Itália, Brasil (1971). Deve também ser mencionado, ainda, o alerta da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), em 30 de setembro de 1976, sobre o risco sanitário da falta de tratamento de resíduos de aeronaves procedentes do exterior, conforme Peste... (1978f).

Pouco antes da entrada da PSA no Brasil, a OIE lançou um alerta mundial quanto à possibilidade da disseminação da doença na Europa, a partir de Portugal e Espanha, tendo em vista o elevado número de focos registrados naqueles países, em 1977 e 1978, conforme Reunión... (1978).

Em que pesem todos os sinais de alerta e denúncias recebidos pelo Ministério da Agricultura não houve modificação dos procedimentos da vigilância sanitária animal, no sentido da adoção de normas mais rígidas quanto à fiscalização de terminais aéreos e portuários, considerados de maior risco.

O surto da PSA no Brasil, em maio de 1978, veio a se tornar polêmico, devido aos seguintes fatores: repercussão da doença na sociedade, falta de credibilidade do

diagnóstico, admissão, pelas próprias autoridades sanitárias, da possibilidade da existência de várias versões sobre a entrada da doença, forma de disseminação da doença no país e características biológicas do agente, conforme Lyra (1978), Martins (1978), Mebus et al. (1978), Ordás (1978), Serrão (1979), Andrade (1981) e Morissawa (2001). Por essa razão foi necessário recorrer às instituições de referência e autores que trabalharam com técnicas de diagnóstico específico e diferencial, tais como: Pólo Jover e Sanchez-Botija (1961), Sanchez-Botija e Ordás (1969), Maurer (1975) e Watson (1981). Além da legislação básica de defesa sanitária animal, já existente, foi necessário produzir um conjunto de instrumentos legais para implementar as medidas emergenciais, no início do episódio da PSA no Brasil e, posteriormente, na fase de implementação do programa de combate à doença, conforme Brasil (1978 b,c,d), Brasil (1980a) e Brasil (1984).

Depois da entrada da PSA no Brasil, o Ministério da Agricultura propôs a estruturação de um programa, com a assessoria de um grupo de trabalho denominado GEDE (Grupo de Erradicação de Doenças Exóticas e Emergenciais), com o objetivo de implantar normas mais rígidas, quanto à fiscalização de terminais aéreos e portuários, considerados de maior risco, visto que a *“vigilância de portos, aeroportos, postos de fronteira era muito débil e o Ministério da Agricultura encontra-se sem meios para uma atuação dinâmica e eficaz diante de um problema sanitário mais grave”*, de acordo com Lyra [198-].

3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

3.1 Análise documental

Considerando-se que toda informação sobre o fenômeno em estudo poderá gerar novas hipóteses ou possibilidades de interpretação, procurou-se valorizar todas as fontes de informação. Alguns desses materiais, por não terem sido submetidos a qualquer tipo de tratamento analítico, tais como documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, fotografias, editoriais, enquadraram-se

na classificação de “documentos de primeira mão”, enquanto outros que já haviam sido analisados e publicados sob a forma de relatórios e de pesquisa, por exemplo, corresponderiam aos “documentos de segunda mão”, de acordo com as observações de Gil (1999). Considerando-se o marco teórico exposto e os objetivos do trabalho, as fontes documentais, mesmo aquelas ditas de segunda mão, tornam-se passíveis de novas análises ou de reinterpretções, de acordo com o que se exige um determinado contexto.

Os itens que se seguem têm apenas função de organizar as fontes utilizadas, pois a análise que será feita deverá basear-se no referencial teórico e não na informação pontual ou desarticulada.

3.2 Depoimentos dos atores sociais

Os atores sociais, representados pelos criadores, empresários ligados à produção e comercialização de suínos e de seus subprodutos, técnicos, autoridades políticas e sociedade, pela primeira vez na história da saúde animal no Brasil tiveram uma participação muito ativa, a despeito da forte censura sobre os meios de divulgação e sobre a livre manifestação. O resgate desses atores sociais introduz na pesquisa um rico manancial de enunciados, hipóteses, teorias, fatos, valores, segredos, representações diversas da realidade que, certamente, não é valorizado nos documentos oficiais, nem na literatura especializada.

3.2.1 Pessoas-chave

As pessoas-chave foram selecionadas tendo em vista o tipo de experiência acumulada em relação ao episódio da PSA no Brasil. Fizeram parte desse grupo técnicos e criadores. Os técnicos selecionados representavam as áreas estratégicas de decisão em Brasília, no que se refere ao planejamento ou execução do Programa de Combate à Peste Suína, do Ministério da Agricultura e ainda as áreas de diagnóstico laboratorial, epidemiologia e veterinária preventiva.

Em relação aos criadores, recorreu-se à listagem dos rebanhos suínos incluídos no programa de vigilância epidemiológica do Ministério da Agricultura, para o Estado de Minas Gerais, no período de 1978 a 1982. Essa listagem era constituída pelos rebanhos inscritos voluntariamente pelos seus proprietários no Programa de Certificação de Propriedades Livres de Peste Suína, implantado pelo Ministério da Agricultura, bem como os rebanhos que apresentaram animais clinicamente suspeitos das chamadas “doenças vermelhas do porco”, em que se incluem a peste suína clássica, a peste suína africana e a erisipela. Nesse período, foram monitorados 68 rebanhos, 17 dos quais apresentaram animais com diagnóstico positivo para PSA. Recorri ao Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)¹, com o objetivo de localizar os suinocultores que tiveram animais com diagnóstico positivo para PSA. Foi possível obter o endereço de nove dos dezessete criadores, sendo que os demais não foram encontrados, por motivo de extinção da exploração, falecimento e por outras razões. Conseguiu-se estabelecer contato com cinco desses criadores, residentes em quatro municípios de Minas Gerais e todos aceitaram participar da entrevista.

Foi utilizada a técnica de entrevista aberta, de acordo com as recomendações de Trivinõs (1987) e Minayo (2000). O entrevistado era informado sobre o objetivo do trabalho e o compromisso ético em relação ao sigilo da fonte, cabendo a ele agendar data, local e horário de sua conveniência. Procurei conduzir a entrevista em um clima de naturalidade e espontaneidade. Foi proposta a todos os entrevistados a seguinte questão: qual a sua avaliação do episódio da PSA no Brasil, no período de maio de 1978 a dezembro de 1984? A entrevista era conduzida dentro de um tempo aproximado de vinte minutos, durante o qual o entrevistado poderia discorrer livremente sobre o assunto proposto, com a possibilidade, ao final, de

¹ Por especial deferência de seu Diretor Técnico, Dr. Altino Rodrigues Neto.

serem esclarecidos alguns pontos considerados relevantes do depoimento. Com a aquiescência dos entrevistados, era feita uma gravação para posterior transcrição da entrevista. Para evitar problemas de interação com o entrevistado que pudessem contaminar o depoimento, evitei fazer qualquer tipo de questionamento em relação às opiniões e declarações prestadas. Por recomendação da Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP), para onde enviei o projeto deste trabalho, aprovado sob o n. 59/2004, todos os entrevistados receberam uma transcrição do depoimento, cuja declaração de entrega foi encaminhada àquela Comissão. Ao final da pesquisa todas as gravações foram apagadas. Foram realizadas 18 entrevistas, abrangendo as áreas de diagnóstico da PSA, participação na definição do programa de combate à peste suína, vigilância epidemiológica e produção de suínos.

3.2.2 Profissionais da medicina veterinária

Para se conhecer a opinião, a memória e o interesse despertado pela PSA foi composta uma amostra de profissionais da medicina veterinária, utilizando-se o critério de conveniência, porém mantendo-se as características de aleatoriedade na utilização do banco de dados. Para isso foi elaborado um roteiro semi-estruturado, com questões abertas, sobre a ocorrência da doença, avaliação das medidas implantadas e a experiência acumulada após ter sido a PSA declarada erradicada pelo Ministério da Agricultura. O roteiro foi previamente testado com 31 médicos veterinários, a maioria professores da Escola de Veterinária da UFMG.

Por reunir o maior e mais organizado acervo dos profissionais da Medicina Veterinária, recorri ao banco de dados do Conselho Federal de Medicina Veterinária². Utilizou-se como critério de inclusão na pesquisa a condição de o profissional ter concluído o curso de graduação até dezembro de 1984. Utilizando-se procedimento sistemático,

² Gentilmente colocado à disposição da pesquisa pelo seu Presidente, Dr. Benedito Fortes de Arruda.

foram selecionados 314 médicos veterinários, cujos endereços eletrônicos e residenciais encontravam-se atualizados. Além do roteiro foi enviada uma mensagem ao destinatário contendo a justificativa da pesquisa, a forma de participação, o compromisso do sigilo em relação à fonte de informação e ainda uma carta de apresentação do professor orientador. Posteriormente, foram agregados à pesquisa, utilizando-se os mesmos critérios, outros 120 médicos veterinários, para os quais foi enviado, por correio, o mesmo material já descrito, incluindo-se um envelope selado para resposta.

3.2.3 Empresários do setor de comercialização e transformação de carne suína e dirigentes de cooperativas de produção animal

Participaram desse grupo as empresas que operavam no abate, transformação e comercialização de carne suína. A listagem dessas empresas foi obtida em consulta a *sites* da *internet*, específicos para suinocultura e nos jornais de grande circulação, por meio das matérias feitas com empresários do setor. Não raro as empresas eram adquiridas por outros grupos empresariais, mudavam sua denominação social, desapareciam em decorrência de falência ou por razões desconhecidas. A maioria delas, como era esperado, localizava-se no sul do Brasil, que detinha o maior volume da produção suína. Juntamente com a carta de apresentação, foi enviada a essas empresas uma mensagem contendo os objetivos da pesquisa, o compromisso de manter o sigilo da fonte de informação e o respectivo roteiro. Esse roteiro continha questões relativas a: volume de produção, número de empregados, manutenção da produção, número de trabalhadores no decorrer do ano de 1978, participação da empresa em algum tipo de atividade sanitária relacionada ao combate à doença, forma como a empresa tomou conhecimento da ocorrência da PSA no Brasil, avaliação das medidas adotadas pelo Ministério da Agricultura no combate à PSA e impactos sobre os negócios da empresa, a partir do registro da PSA no Brasil. Foram enviadas mensagens

eletrônicas e correspondências para 44 empresas.

Quanto às cooperativas de produção que operavam na área de produção e comercialização de carne suína, foi possível registrar 24 delas, para as quais foram enviados os roteiros por via eletrônica e, em caso de ausência de resposta, por correspondência. Também nesse caso ocorreram situações semelhantes às descritas para as empresas, com relação à mudança de razão social e outros motivos.

3.2.4 Dirigentes de Associações de Criadores de Suínos

Também para o grupo das Associações de Criadores de Suínos foram realizados os mesmos procedimentos descritos no item anterior. Foram enviadas correspondências para vinte e seis associações, assim distribuídas: duas de representação nacional, quatorze, estadual e dez, regional.

3.3 Mídia

3.3.1 Jornais e revistas semanais

A inclusão da mídia não levou em conta apenas o seu papel informativo. Mais do que isso, ela aqui é vista como essencial na compreensão do fenômeno estudado. A mídia nos leva a uma clara reconfiguração das fronteiras entre o espaço público e o privado e à progressiva emergência de uma nova dimensão regulatória, a ética como instância, como efeito legal, situada em normas e comitês, e não apenas como princípio geral pertinente ao campo da moral. Ao lidar com distintos atores sociais, a mídia possibilita conhecer os discursos específicos, as contradições, os registros e as diferentes formas de representação do objeto.

A mídia assume um papel fundamental na compreensão dos sentidos ao conferir visibilidade aos acontecimentos e, considerando que o ambiente político à época da ocorrência da PSA no Brasil (1978 a 1984) estava caracterizado por um regime militar autoritário, a mídia poderia cumprir concomitantemente a função de informar, de

investigar e ainda de representar os interesses da sociedade, configurando-se como o único espaço possível para o exercício do controle social. No entanto, a mídia deve ser também considerada como parte integrante do poder, já que defende determinados interesses políticos e econômicos. A esse respeito Miguel (2004) afirma que *“a pauta da mídia fixa a agenda pública, mas muitas vezes os agentes com maior capital político são capazes de orientar o noticiário. A gestão da visibilidade é uma tarefa política central, mas nem toda a política é visível – uma parte significativa dela continua ocorrendo nos bastidores. Assim, o jogo de influências entre a mídia e a política é complexo, não é unilateral”*.

A pesquisa envolvendo a mídia utilizou, como recorte, o período compreendido entre a segunda quinzena de março de 1978 e dezembro de 1984. Decidi considerar como suficiente para o trabalho a consulta a um jornal de ampla circulação no território nacional e a um outro, de circulação estadual, cuja coleção fosse completa, pudesse ser consultada e estivesse disponível para obtenção de cópia. Essa decisão se justifica pelo fato de que a matéria veiculada por um determinado jornal era praticamente a mesma retratada em outros. O periódico de circulação nacional que atendeu a essas condições foi o Jornal do Brasil, editado no Estado do Rio de Janeiro. O acesso à sua coleção completa foi possível ao se consultar a Hemeroteca do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Uma vez identificada a matéria de interesse, era solicitada uma cópia a partir do respectivo microfilme. Para a pesquisa de um jornal de ampla circulação em Minas Gerais, recorreu-se ao Estado de Minas. Tendo em vista que o referido jornal não se encontrava microfilmado, a Hemeroteca de Minas Gerais permitiu o uso de fotografia para registrar as matérias de interesse, o que foi feito com o auxílio de uma câmera digital *MacVica*, por meio do programa texto. Foram feitas cerca de 570 fotografias de textos, gravadas em disquete para posterior impressão. Deve ser esclarecido que o Jornal do Brasil era o único que se

encontrava disponível em microfilme nas duas hemerotecas.

Em relação à mídia dedicada à informação e de circulação semanal, foram consultados 353 números da Revista Veja e 197 números da Revista ISTOÉ, disponíveis na Hemeroteca de Minas Gerais. Todas as matérias veiculadas foram classificadas, de acordo com o ator social e o enunciado que expressavam.

3.3.2 Revistas de divulgação técnica de circulação periódica

Foram consultadas vinte e sete revistas agropecuárias, cinco das quais especializadas em suinocultura, bem como anais de sete congressos e seminários realizados no Brasil na área de suinocultura, existentes na Biblioteca da Escola de Veterinária da UFMG, considerado o período de maio de 1978 a dezembro de 1984.

3.4 Outras Fontes:

Foram consultados números avulsos dos periódicos O Globo, Folha de São Paulo, O Pasquim, O Estado de São Paulo, O Dia, O Fluminense Especial, além de fotografias, relatórios, gentilmente colocados à disposição por professores da Escola de Veterinária da UFMG. O mesmo aconteceu em relação a outras fontes, cedidas, de forma espontânea, por pessoas-chave, veterinários e presidentes de associações de criadores de suínos. O material foi catalogado por tipo de fonte e cada reportagem foi classificada por ator social, de acordo com as recomendações de Minayo (2000).

A leitura das matérias publicadas pela mídia consultada permitiu conhecer a opinião de criadores, empresários, técnicos do governo, presidentes de associação de criadores de suínos, políticos, associação de moradores, donas de casa, jornalistas e outros atores que se manifestaram sobre as ações do programa de combate à doença no país. Foi possível também registrar os depoimentos de empresários e criadores sobre os prejuízos causados pela doença,

localizar as indústrias afetadas pela ocorrência da doença e ainda conhecer outras fontes documentais. A leitura desse material permitiu também obter uma listagem das principais indústrias de produção e comercialização de suínos e acompanhar cronologicamente a evolução da doença no país.

3.5 As experiências internacionais em relação à peste suína africana

Os conhecimentos gerados pelos países afetados por essa doença se tornaram estratégicos, para que a OIE e outras instituições internacionais de referência pudessem definir um conjunto de medidas sanitárias de prevenção e de combate e políticas compensatórias, mitigadoras e de comunicação social. Dessa forma, essa pesquisa, ao tratar da história e da memória da PSA no Brasil, não poderia desconsiderar o estoque de conhecimentos gerado por outros países que vivenciaram uma experiência concreta de grande significação social e econômica.

No entanto, por entender que a experiência de Cuba em 1971 e em 1980 com relação à PSA não encontrava similar em outra parte do mundo, pela rápida erradicação obtida nos dois episódios e ainda pelo fato de haver poucos registros na literatura ocidental, considerei importante visitar aquele país para conhecer sua experiência com a PSA. Para isso, foram estabelecidos contatos, a partir de abril de 2001, com as autoridades sanitárias cubanas, por meio da Dra. Adela Encinosa Liñero, subdiretora do Instituto de Medicina Veterinária, do Ministério da Agricultura de Cuba. Em agosto de 2002, foi aprovado o programa de visita, previamente acordado e a viagem foi realizada, no período de 12 a 20 de outubro de 2002. De acordo com a programação oficial foram realizadas reuniões no Ministério da Agricultura, em Havana para conhecer a organização da produção animal, a estrutura da defesa sanitária animal e as formas de mobilização social frente a desastres dessa natureza. Foram realizadas entrevistas com cinco médicos veterinários do Ministério da Agricultura de Cuba que atuaram nos dois surtos da peste

suína africana no país, ressaltando-se que um dos entrevistados também prestou assessoria aos governos de Malta e da República Dominicana. Foi possível também conhecer uma unidade local do Ministério da Agricultura situada no município de *Los Boyeros*, na Província de Havana, onde se desenvolve atualmente a experiência de “município produtivo”. Além disso, tornou-se possível conhecer parte da estrutura de saúde pública, do sistema de educação elementar e de nível médio, em especial a escola de formação de trabalhadores sociais, que atuam de forma integrada com as demais instituições cubanas.

As normas internacionais relativas à PSA, PSC e à doença vesicular suína (DVS) foram obtidas no *Código Zoosanitario Internacional*, da OIE, Código... (1982). No entanto, esse Código, nas edições publicadas a partir de 1995, foi referenciado para ilustrar a mais significativa alteração desde a criação da OIE, que foi a introdução, em suas recomendações, da análise de risco no processo de comercialização de animais, subprodutos e material de multiplicação animal, conforme Código... (1998). Essa exigência passou a fazer parte dos negócios entre os grandes blocos econômicos a partir daquele ano e, por decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC), a OIE foi elevada à condição de árbitro no julgamento das pendências na sua área de atuação, fato que veio a fortalecer a instituição dentro da nova ordem econômica determinada pela internacionalização da economia. Tendo em vista o rigor e o nível de exigência dessa análise de risco, poderia ser feita uma conjectura de que a PSA dificilmente afetaria o Brasil, se essa condição estivesse presente naquela época.

As informações sobre a ocorrência da PSA, PSC e DVS foram obtidas em publicações da OIE, conforme *Enfermedade...* (1977), *Reunión...* (1978), *Situación...* (2002). Foram utilizadas ainda de informações disponíveis no *site* da OIE.

Além da literatura clássica, recorri às fontes documentais do Ministério da Agricultura, às informações prestadas pelas pessoas-

chave, pelos veterinários, empresários, dirigentes de cooperativas de produção e de associações de suinocultores. Além disso, consulte jornais, revistas semanais e revistas técnicas. A leitura de todas essas fontes documentais demonstrou a importância da comunicação social no planejamento das ações de combate à PSA no Brasil.

A utilização de algumas dessas fontes de consulta e das matérias extraídas da mídia, em função de suas peculiaridades, ocorrerá diretamente nos capítulos seguintes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pela própria concepção de mundo pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente ao de todos os elementos que partilham de um mesmo modo de pensar e agir. “Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos”.

Gramsci, A.

4.1 Uma visão histórica das estruturas nas políticas de saúde animal no Brasil

Quando se levantam os problemas de saúde que atingiram a produção animal no Brasil percebe-se que, ao longo do tempo, os fatores ou os determinantes que contribuíram para a entrada e a disseminação de inúmeras doenças continuam intocáveis e imunes à crítica histórica. É preciso delimitar um tempo de maior duração para perceber, com maior clareza, como esses acontecimentos se estruturaram.

Não é, pois, de se surpreender que esses variados registros estejam esquecidos em algum espaço público, aparentemente pouco acessíveis à maioria dos pesquisadores. Ao se ler, por exemplo, o relatório oficial publicado, em 1925, pelo governo do Estado de São Paulo sobre o episódio da peste bovina no Brasil, ocorrida em 1921, não se percebe ali qualquer análise que leve em conta a importância social do problema, nem as causas que propiciaram a entrada, pela primeira e única vez no continente americano, de uma das doenças de animais mais temidas pela humanidade. Ao contrário, são tomados

todos os cuidados para que não haja crítica às autoridades políticas e sanitárias. Da mesma forma, a entrada e a disseminação da PSA no Brasil evidencia toda a fragilidade do sistema de vigilância epidemiológica do Ministério da Agricultura, embora esse contasse, na época, com o instrumental jurídico de suporte para a tomada de decisão. Esse descompromisso do Estado e da sociedade em preservar a sua história é algo que está impregnado na cultura nacional.

Pode-se considerar que, tanto a peste bovina quanto a peste suína africana, aqui tomadas como referência, hoje não passam de uma “constatação” na memória nacional. É preciso estabelecer que o fenômeno, para ser melhor entendido e interpretado, deve ser considerado como parte de uma determinada estrutura que, na concepção de Le Goff (2001), compreende a análise das correspondências ou das relações históricas, geográficas, ecológicas, econômicas, sociais, culturais, psicológicas que se estabelecem, de forma quase imperceptível, num tempo longo.

Dessa forma, para compreender a estrutura na qual se insere o fenômeno representado pela epidemia da PSA no Brasil, é necessário considerá-lo dentro de um tempo de longa duração, entendendo que o “acontecimento” relativo à entrada da PSA no Brasil não se constitui em um fato isolado, desagregado da formação social, econômica e política do país. A falta de uma visão histórica e de uma análise mais abrangente da chamada “estrutura” dificulta redefinir as políticas de Estado, no sentido de torná-las mais eficientes, do ponto de vista técnico, e mais adequadas dentro de uma realidade socioeconômica e política. Observa-se que há uma tendência em manter inalterada a política do Estado, especialmente a que se refere ao setor agropecuário, que se caracteriza por apresentar uma posição conservadora no período considerado, como, por exemplo, quanto ao arcabouço jurídico que sustenta as ações de vigilância e de combate às doenças animais. É preciso ressaltar que foram construídas, ao longo do tempo, relações entre o poder do Estado, a

começar da Coroa portuguesa e os grandes grupos de produtores que se alternavam no cenário da produção e na vida política do país.

4.1.1 Um olhar sobre a estrutura de produção e de trocas comerciais no Brasil, da Colônia à República

De acordo com os registros históricos, o “descobrimento” do Brasil não fomentou nenhum tipo de entusiasmo nas ruas de Lisboa ou mesmo na corte, conforme retrata Russel-Wood (1998). Nos primeiros trinta anos do descobrimento, o país ficou praticamente abandonado, servindo apenas para atividades extrativas, especialmente do pau-brasil. Enquanto nos países da Ásia e África a atividade mercantil encontrava-se muito avançada, com excedentes para venda ou troca, no Brasil isso não ocorria, em razão de a cultura indígena estar baseada na caça e na agricultura itinerante, suficiente para o seu sustento e, portanto, descontaminada dos princípios mercantis vigentes na sociedade europeia.

Os portugueses, ao contrário dos espanhóis, trouxeram poucos animais em suas caravelas, sendo citadas apenas cabras e galinhas, conforme descreve Pero Vaz de Caminha, em 1500, em sua famosa carta ao Rei de Portugal, Caminha (1.500). Segundo Gândavo (1980) e Vicente de Salvador (1982) a grande variedade e quantidade de animais silvestres existentes no Brasil, era suficiente para o abastecimento de carne de todos os novos habitantes da colônia, pois, segundo eles, *“sendo essa província tão grande e desabitada em sua maior parte, cheia de arvoredos e espessos matos, não é de se espantar a diversidade de animais, bichos muito ferozes e venenosos”*. Narraram também que muitos desses animais serviam para o consumo, a exemplo dos porcos monteses, capivaras, pacas, antas, cotias, tatus, coelhos, cuja carne é “muito saborosa e tão sadia que são dadas também aos enfermos”. Fazem também referência às inúmeras espécies de macacos, peixes, aves, especialmente papagaios. O Frei Vicente de Salvador, nascido na Bahia, ao publicar, em 20 de dezembro de 1627, a

primeira história do Brasil colonial, abrangendo o período entre 1500 e 1620, no livro 1º, que trata do Descobrimento, lança a primeira crítica aos portugueses, ao comentar que eles não estavam interessados na exploração interior do território e agiam como caranguejos arranhando o litoral do Brasil, Vicente do Salvador (1982).

Coube ao fidalgo português Martim Afonso de Sousa introduzir no Brasil as primeiras mudas de cana-de-açúcar, em janeiro de 1532, ao fundar a Vila de São Vicente. No entanto, ele retornou a Portugal, em maio de 1533, para cumprir missões diplomáticas na Índia e posteriormente em Portugal. A história oficial da colonização do Brasil se iniciou graças aos méritos de Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso de Souza, que deixou Lisboa com destino à colônia, onde chegou a 3 de março de 1534, para assumir o governo da Vila de São Vicente, na condição de procuradora dos negócios do Brasil, uma função aparentemente burocrática. Por dez anos ela dirigiu a Capitania de São Vicente, mandou vir de Portugal mudas e sementes e implantou pessoalmente a cultura de arroz, trigo, cana e laranja, além da criação de gado, que viria a espalhar-se por toda a colônia, conforme Schumacher e Brasil (2000). Foi ela quem introduziu, portanto, as primeiras espécies de animais domésticos de grande porte na colônia, em sua maioria procedentes de Portugal e Espanha, como foi o caso de bovinos da raça caracu, trazidos das Ilhas de Cabo Verde, que enfrentaram muitas dificuldades de adaptação em relação à alimentação, clima, doenças e parasitoses, em Raça... (s/d). A entrada do cavalo na América é atribuída a Colombo, na Ilha de São Domingos, em 1493. Depois dessa referência, cabe à iniciativa de Ana Pimentel a introdução desse animal no Brasil, em 1534, na Capitania de São Vicente. Posteriormente, segue-se a entrada de cavalos em Pernambuco, em 1541, por Duarte Coelho e, na Bahia, em 1546, por Tomé de Souza, conforme Torres e Jardim (1992).

Em 1550, Tomé de Souza mandou uma caravela a Cabo Verde para trazer um novo

carregamento de bovinos, desta vez para Salvador, de onde se disseminou para o Nordeste, principalmente Pernambuco, Piauí e Maranhão. Num primeiro momento, o gado foi criado no próprio engenho, sendo utilizado como força de tração e alimento. O senhor de engenho era o dono dos animais. A pecuária poderia ser considerada uma atividade secundária no processo de colonização, embora de primordial importância no processo de interiorização. Mais tarde, em 1701, a administração portuguesa iria proibir a criação de bovinos em uma faixa de 80 km da costa para o interior.

A falta de apoio financeiro por parte da Coroa, a descapitalização dos donatários, a resistência indígena e a aparente ausência de riquezas minerais, no entendimento de Russel-Wood (1998), tornavam pouco atraente aos eventuais pretendentes explorar terras no Brasil. A divisão do território em grandes extensões, as Capitânicas Hereditárias, revelou ser uma experiência desafiadora, desde que nenhum outro país tinha posto tal estratégia em prática, embora Portugal tenha feito, em pequena escala, essa experiência nas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde no século XV.

A exploração da colônia se revigora com a expedição do governador-geral Tomé de Souza, que chega à Baía de Todos os Santos, em 29 de março de 1549, com mais de 500 pessoas, entre soldados, degredados, artesãos, padres, funcionários da Coroa, algumas mulheres e crianças, com a orientação clara de subjugar os indígenas, iniciar a exploração da nova terra, bem como organizar e centralizar a administração das Capitânicas. A partir de um processo de aliança com determinadas tribos indígenas, a exemplo de outros conquistadores, os portugueses foram se apossando, à força, das terras já preparadas para o cultivo. Em vista das dificuldades de submeter o indígena capturado para realizar tarefas repetitivas, a Coroa decidiu investir fortemente no trabalho escravo, cujo tráfico se mostrou altamente rendoso para determinados

grupos mercantis, conforme Bueno (2003) e Índios... (2002)

Outro elemento de análise de grande importância foi o papel desempenhado pelos jesuítas na colônia. Eles permaneceram 210 anos no Brasil, até serem expulsos em 1759 e nesse tempo expandiram seus estabelecimentos e seus trabalhos desde o Amazonas até os limites extremos do sul do Brasil, exceto a região mineradora central. Mantinham-se graças às subvenções da Coroa e às esmolas do povo e em pouco tempo criaram uma sólida estrutura econômica apoiada em fazendas, currais e engenhos. No início do processo de colonização, a mão-de-obra disponível era a dos indígenas que mereceram a atenção especial dos jesuítas. Os índios, em troca de proteção dos jesuítas contra a escravidão, tinham de abandonar certas práticas, consideradas inaceitáveis para a Igreja. Educados para a guerra e a vida livre, tinham que se transformar em agricultores sedentários e realizar tarefas de natureza repetitiva, anteriormente reservadas às mulheres. Estas, por sua vez, perdiam determinadas funções tradicionalmente sob sua responsabilidade. Por isso muitos preferiam fugir ou participar de expedições guerreiras pelo interior do território. A questão da catequese gerou conflitos de interesses entre colonos e jesuítas. Para estes, segundo analisa Maranhão (2003), tanto tinha importância a conversão das almas quanto a utilização econômica daquela mão-de-obra disponível; ao passo que, para aqueles, o que interessava, de fato, era a exploração da força de trabalho indígena, sem que a catequese se interpusesse como um empecilho. O que propunham os jesuítas, na verdade, ao mesmo tempo em que visavam realizar seus objetivos políticos-religiosos, era garantir uma forma "mais racional" de colonização, o que se confrontava com a atitude puramente predatória dos colonos, mais condizente com os termos da política mercantil.

Segundo Bassanezi et al. (2002) essa estrutura colonial, marcada por guerras contra tribos indígenas, holandeses, franceses e revoltas civis não motivou a

Coroa a investir no desenvolvimento do Brasil. Portugal mantinha um sistema político e institucional completamente absolutista em relação à colônia, a tal ponto que os principais casos envolvendo processos judiciais aqui instaurados eram enviados, pelas cortes de apelação, à Casa de Suplicação em Lisboa para a decisão final. Os cargos honoríficos concedidos a prepostos do Rei para governar as províncias tinham valor simbólico e regional, como era o caso de Vice-Reis, ao contrário do que ocorria na Índia. A descoberta de ouro por volta de 1690, e de diamantes, em 1720, modificou essa relação, e o Brasil passou a ser considerado “a pérola” entre as colônias portuguesas. De acordo com Mineiração (sic)... (2001), a notícia do ouro deu início a uma corrente de imigração para o Brasil, o que foi responsável por profundas mudanças na vida colonial Segundo Bueno (2003), entre 1700 e 1799 foram extraídas 840 toneladas deste metal, somente na Capitania de Minas Gerais. Enquanto nos séculos XVI e XVII cerca de 4.000 pessoas deixavam anualmente Portugal rumo ao Brasil, no século XVIII, no período áureo da atividade mineradora, as saídas anuais de portugueses oscilaram entre 8.000 e 10.000 pessoas. Em cem anos, a população da colônia passou de 300 mil para três milhões de pessoas, incluindo-se cerca de 800 mil imigrantes portugueses.

Ao lado da indústria açucareira, do tráfico de escravos e do comércio nas grandes cidades, a atividade mineradora passou a desempenhar um papel importante, que resultaria na política de exploração interior do Brasil e na diversificação da produção, especialmente em Minas Gerais.

Dessa forma, como analisa Fausto (2001), o Brasil viria a ser uma colônia de grande importância, por ser capaz de abastecer o comércio europeu de gêneros alimentícios e de minérios. A política da metrópole portuguesa era ter o controle da produção obtida em larga escala na colônia, baseada na grande propriedade. O açúcar ocupava a metade dos bens exportáveis e, com a tendência de escassez na produção de alimentos, houve o estímulo à diversificação

na produção de gêneros alimentícios. Assim, a pecuária bovina, iniciada em torno dos engenhos, contribuiu para a interiorização da criação animal e deu início aos imensos latifúndios, onde o gado se esparramava a perder de vista.

Muitas capitanias, como a de Minas Gerais, em decorrência do processo de mineração, tinham diversificado sua economia e conquistado certa autonomia que lhes permitiam, legalmente ou não, comercializar diretamente e em melhores condições com capitães estrangeiros, especialmente ingleses, em que pesem os esforços dos portugueses para impedir tal prática. No interior desse processo de diversificação da economia, em Minas Gerais, no século XVIII, a produção, na perspectiva do abastecimento alimentar, segundo Meneses (2000), baseava-se na estrutura da sesmaria, com utilização de mão-de-obra predominantemente escrava e com grande diversidade de produção agrícola e pecuária. Dessa forma, a produção rural de alimentos que surgia passaria, também, a participar de um mercado no interior da colônia, chegando a constituir uma economia ativa, em que a atividade de mineração coexistia com a produção manufatureira e com a agropecuária.

O controle que Portugal exercia sobre a produção colonial era incompleto, principalmente por não dispor de condições para controlar tanto o comércio interno quanto o comércio praticado entre suas colônias, no caso específico do Brasil com Angola, Moçambique e Macau. Havia ainda um grande contrabando do Rio de Janeiro para o rio da Prata e dos portos brasileiros para as ilhas do Atlântico, África e Portugal, além da cumplicidade de capitães de navios não portugueses, que traficavam ouro, pedras preciosas e diamantes brasileiros para a Holanda e Inglaterra, de acordo com o relato de Russel-Wood (1998).

De forma semelhante, também na Europa, Portugal não detinha o controle sobre todas as rotas comerciais existentes, sob o domínio de espanhóis, holandeses e ingleses e, dessa forma, parte da produção exportada pela colônia acabava, de um

modo geral, por servir à economia europeia. Portugal criou, então, a Companhia Geral do Comércio do Brasil, inicialmente privada e posteriormente pública, com o objetivo de controlar o mercado das importações de vinho, farinha, azeite de oliva e bacalhau pela colônia. Essa iniciativa não impediu que fossem feitas concessões à Holanda e especialmente à Inglaterra, em troca de proteção política inglesa. A esta foi permitido comercializar diretamente com o Brasil, com exceção dos produtos que faziam parte do monopólio da citada Companhia. É necessário esclarecer que Portugal lucrava duplamente no comércio com a colônia, seja deprimindo ao máximo os preços das mercadorias importadas, seja lucrando, pela inexistência de concorrência, com os bens exportados, conforme avalia Fausto, (2001).

O espaço urbano era muito disputado pela fiscalização da Coroa, a ponto de a jurisdição sobre a cidade do Rio de Janeiro ser dividida, por volta de 1770, entre o governador-geral, os militares, os oficiais da alfândega e os conselheiros municipais, sendo que o cais do porto era a o território mais importante, sobre o qual essas autoridades buscavam o controle. Essa marca que agrega poder e corrupção é muito forte no período colonial e em outras fases da história do Brasil. Não raro havia conflitos em razão dessa disputa por espaço. O contrabando se apresentava com uma face ilegal e, portanto, combatida pela Coroa, e uma outra face tolerada ou mesmo praticada pelo Reino e seus administradores, conforme analisa Pijning (2001). A constatação dessa prática torna-se relevante para evidenciar a visão política e a própria fragilidade do Estado ao tratar das trocas comerciais.

Esse é também um elemento de grande significado para se fazer uma reflexão sobre as ilegalidades que se apresentavam por ocasião da importação de animais e para compreender que essas práticas não podem ser vistas fora do contexto das condições econômicas, sociais e políticas existentes. Esse mesmo raciocínio permeará as discussões sobre a defesa sanitária animal em tempos mais recentes.

Sob a influência da revolução francesa e da revolução industrial inglesa, o sistema colonial torna-se decadente em todo o mundo. A Inglaterra, na busca de novos mercados, trata de impor a política de livre-comércio e o fim dos princípios mercantilistas, que se apoiavam no lucro exagerado, no monopólio do comércio, em pactos coloniais e no protecionismo às indústrias nacionais.

Percebe-se que inúmeros acontecimentos que permearam a vida do período colonial não poderiam ser atribuídos ao acaso. Ao contrário, eles resultaram de decisões que iriam repercutir na formação da identidade brasileira, como a subjugação do índio, o emprego da mão-de-obra escrava, a influência da Igreja na conformação dos costumes e na legitimação do poder real, o rígido controle sobre o quê, como e onde produzir, o processo de divisão e de acesso à terra, a forma de exploração mercantil dos bens produzidos na colônia, as concessões dadas a alguns países em troca de proteção política, o contrabando ou trocas comerciais consideradas ilegais. Portanto, estão aqui representados importantes elementos de análise que incluem as condições sociais, econômicas e políticas que conformam uma estrutura que, embora apresente similaridades com outros povos, é, em grande parte, peculiar do nosso país.

A fuga para o Brasil, em 27 de novembro de 1807, de cerca de quinze mil pessoas da Corte com a finalidade de escapar do exército de Napoleão coincide com um período de agravamento da crise financeira do Reino, que perdera grande número de possessões na África e gastara grande parte de sua poupança para garantir a proteção política da Inglaterra. Exemplo clássico da submissão de Portugal à Inglaterra foi o tratado de Methuem (panos e vinhos), assinado logo após a descoberta das primeiras grandes jazidas de ouro em Minas Gerais e que resultou na ruína das indústrias manufatureiras em Portugal. Esse tratado vigorou entre 1703 e 1836 e determinava que vinhos e tecidos poderiam ser vendidos com vantagens alfandegárias entre os dois países. Ao passo que a Inglaterra obtinha grandes lucros, pois os

valores de suas exportações superavam os das importações, Portugal perdia duplamente, tanto com a falência de sua indústria manufatureira quanto com a desorganização de seu sistema de produção de alimentos, uma vez que grande parte de suas terras encontrava-se ocupada com o cultivo da uva, Belatto (s/d). Deve ser ressaltado que a Inglaterra, à época, tinha sido alvo de um bloqueio econômico imposto por Napoleão Bonaparte e seus aliados. A acumulação de riqueza por parte desse país vai determinar a possibilidade de investir na mudança da base técnica de sua indústria, que levou à chamada Revolução Industrial, conforme Mineiração (sic)... (2001).

A abertura dos portos, em 1808, muito saudada em nossa história oficial, na prática foi uma medida de pouco impacto, já que procurava legitimar uma situação que já existia, com o crescente “comércio ilegal”. É significativo o fato de ter durado apenas quatro meses a liberdade dada às atividades de tecelagem, manufatura de metais e alimentos no Brasil para que se pudesse exportar, uma vez que D.João VI, forçado pelo governo inglês, aplicou uma sobretaxa de 16% sobre esses produtos, inviabilizando sua comercialização, conforme comenta Fernandes (2002).

Para Moscateli (2000), o sentido da colonização do Brasil foi a constituição de uma economia voltada para a satisfação de um mercado externo, que ele assim retrata: *“as estruturas da história brasileira teriam sido erguidas sobre os alicerces da dependência em relação aos ditames da economia internacional e não sobre as bases de um projeto para a formação de uma nação autônoma diante de seus colonizadores”*. Nesse sentido, esse autor considera que a colonização do país definiu os contornos da nascente classe dirigente brasileira, que iria promover a construção do estado imperial no século XIX e que conserva ainda determinadas características que permanecem até hoje.

Instaurada a independência e o período monárquico, de 1822 a 1889, os Estados Unidos e logo após a Inglaterra reconhecem

o novo regime, interessados na continuidade das relações comerciais. O período imediatamente anterior favoreceu muito as Capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, onde se concentravam os negócios do açúcar, ouro, diamante, algodão e tráfico de escravos, Fausto (2001).

Os períodos históricos seguintes irão consolidar no Brasil uma classe social dominante formada por grandes proprietários de escravos, mineradores, latifundiários, grandes comerciantes e burocratas. Para se ter uma idéia da influência desses grupos, o projeto de Constituição pós-independência (1822) propunha que o direito ao voto caberia aos grandes proprietários, mediante o estabelecimento de uma quota mínima de renda. Essa medida, no entanto, não foi posta em prática porque D.Pedro I dissolveu a Constituinte, com receio de perder poder de mando. Em 1891, a exclusão social era de tal magnitude que a primeira Constituição brasileira concedia o direito de voto aos maiores de 21 anos, excluídos os analfabetos e as mulheres, e, dessa forma, apenas 6% da população estavam apta a eleger os seus governantes.

Merece registro a análise feita por Moscateli (2000), quando considera que *“no interior das elites brasileiras, a ‘cordialidade’ produziu o gosto pelas práticas autoritárias de poder, o qual, aliado aos costumes de enxergar a realidade nacional com os olhos da cultura européia, conduzia os governantes a exercer seu mando desconsiderando totalmente os problemas concretos do restante da população”*. A cordialidade a que o autor se refere vem da análise que Buarque de Holanda faz do homem cordial como *“o ser humano gerado pelo espírito da colonização portuguesa”*.

A grande novidade na economia brasileira das primeiras décadas do século XIX foi o surgimento da produção do café para exportação. Foi introduzido no Rio de Janeiro por volta de 1760, mas foi no vale do Paraíba, em São Paulo, que as condições de expansão dessa cultura se mostraram mais favoráveis. Embora o

comércio de café estivesse em mãos dos brasileiros até o porto, daí por diante assumiam os negócios as grandes corporações americanas e inglesas. Entre 1881 e 1890, o café representava 61% da pauta de exportação. Até 1850, a exportação da carne e seus subprodutos tinha pouca importância econômica e a produção era destinada à subsistência e ao mercado interno, especialmente em Minas Gerais e no Sul do país. A partir de 1750, a cultura do algodão desponta com vigor, a ponto de sobrepujar a produção de açúcar, conforme Prado (1961). A base da economia mineira, por exemplo, consistia na criação de animais e no cultivo de alimentos, como o milho, feijão e a mandioca, enquanto porcos e bovinos eram comercializados para outras regiões, conforme analisa Fausto (2001). Segundo Prado (1961), *“o porco tem na economia colonial um grande papel, particularmente nas capitâneas do Centro-Sul, incluindo-se Rio de Janeiro e São Paulo. A sua carne, neste setor da colônia, entra em grande proporção para a dieta dos habitantes”*.

Com a instauração da República, em 1889, até dezembro de 1984, vão se sucedendo no cenário político do país diversas oligarquias, cunhadas desde o período colonial até a República. A ocupação de terras seguiu uma política que vinha do passado e iria repetir-se ao longo da história do Brasil, com total indefinição dos limites das propriedades e muitas terras inexploradas.

Conforme se depreende da análise dos diversos períodos históricos do país, o modelo de exploração comercial da fase colonial, baseado no trabalho compulsório aliado a uma alta concentração de renda, resultou na ausência de condições para que se estruturasse no Brasil um mercado interno, sob o enfoque capitalista. Nessa perspectiva, não havia transformação do padrão econômico de acumulação e de crescimento, com pouca divisão social do trabalho. A abolição da escravatura possibilitaria uma mudança na estrutura de produção agroexportadora, com o surgimento de uma agricultura de subsistência que produzia excedentes que

iriam alimentar o capital variável e o complexo latifúndio-comercialização-minifúndio. No entanto, esse período marca a forte entrada de imigrantes europeus, o início da implantação da indústria e a diversificação da produção agrícola, especialmente no Estado de São Paulo. A implantação de frigoríficos de multinacionais americanas e inglesas representou um avanço em relação aos processos de conservação da carne, favorecendo a sua estocagem. Apesar desse aparente progresso, em 1928 o país da América Latina mais endividado era o Brasil, cujo serviço da dívida consumia cerca de 22% da receita de exportação. As empresas estrangeiras, especialmente as inglesas, controlavam os serviços públicos de produção e distribuição de energia elétrica, transportes ferroviários, portuários e ainda o sistema bancário, conforme relata Fausto (2001).

Nos períodos seguintes, do Governo de Getúlio Vargas a Juscelino Kubsticheck, o país assiste a uma mudança rápida da sociedade, com o incremento do processo de industrialização e a forte migração da população rural rumo às cidades. As sucessivas crises geradas pelo desequilíbrio das contas públicas, com a conseqüente instabilidade política, resultaram em várias tentativas de golpe militar, o que veio a se concretizar em 1964, com a tomada do poder pelos militares, com o apoio político e material do governo norte-americano. A dependência técnica e política que estava em mãos de ingleses, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial concentra-se assim na submissão aos grandes interesses do governo dos Estados Unidos da América. Na década de 1970, ocorre a chamada “modernização conservadora” no âmbito da agropecuária, graças a uma política fortemente apoiada na concessão de créditos, a juros negativos, que favoreceu o grande latifúndio e grupos econômicos fortes e que resultou na mudança da base técnica da agricultura, com a formação do complexo agroindustrial e na exportação, especialmente de grãos. Durante o governo militar, houve um curto período de crescimento da economia brasileira, fase que ficou conhecida por “milagre

econômico”, de cujo benefício, a maior parcela da população brasileira foi excluída. Com a crise energética mundial do petróleo, a partir de 1973, inicia-se o declínio da nossa economia, sucedendo um grave descontrole das contas nacionais. Ao longo do governo militar, acentuou-se o processo de exclusão social e agravamento de nossa economia, quando, ao final da década de 1970, a inflação atingia o índice de 94,7% ao ano, passando para 110%, em 1980 e para 200% em 1983. A dívida externa ultrapassaria os US\$ 90 bilhões e 90% da receita das exportações foi utilizada para o pagamento dos juros dessa dívida. O país entrou em severa recessão, com alto índice de desemprego; em agosto de 1981 havia cerca de 900 mil desempregados nas regiões metropolitanas do país e a situação se agravava nos anos seguintes, de acordo com Rohden (2000).

Portanto, é nesse cenário de inflação incontrolável, desemprego e incertezas, associado à censura política, perseguições ideológicas, seqüestros de cidadãos, seguidos de tortura e assassinato por parte do aparelho repressor do Estado brasileiro, que surgiu o episódio da PSA, justamente no momento em que a suinocultura brasileira havia conquistado o quarto lugar no mercado internacional. Ao afetar, a suinocultura nacional, desde o mais simples criador até o cidadão comum, a PSA expôs ao mundo a fragilidade da situação sanitária animal e os muitos dos elementos determinantes da estrutura da produção animal no Brasil, estimulou a mídia investigativa a retirar dos baús as legislações, relatórios e outros documentos para alertar sobre o risco da introdução de agentes biológicos exóticos.

Essa configuração do Estado brasileiro, marcado por diversos ciclos de produção, submetido em grande parte à espoliação do colonizador e de outras nações, levava o país a buscar caminhos de sobrevivência, muitas vezes por meios nem sempre legais ou lícitos. Tal como acontecia no período da Colônia, o Brasil continuava, no Império e na República, refém do capital estrangeiro, que se infiltrava em todas as áreas, passando a dominar desde a produção até

a comercialização de nossos produtos agropecuários. Outro fator que se tornava comum na conformação dessa estrutura de produção econômica no Brasil eram os inúmeros acontecimentos relacionados à nossa subserviência técnica, política e econômica em relação aos interesses dos países capitalistas centrais, reproduzindo a situação semelhante por Portugal frente à Inglaterra e a outros povos. A PSA, tomada como referência para esse trabalho, traz à tona a situação da defesa sanitária animal e os interesses demonstrados pelos diversos atores sociais, como se verá a seguir.

4.1.2 O Brasil dependente de material genético importado.

É importante retomar novamente a questão da entrada de animais e sua expansão no Brasil. No período que abarca os séculos XVI e XIX o gado foi avançando lentamente, à medida que ocorria a interiorização na exploração do território brasileiro. Os bovinos importados da Europa tiveram grande dificuldade de adaptação ao clima tropical, tendo encontrado melhores condições de expansão no sul e sudeste do país, enquanto nas demais regiões predominava o gado zebu, o gado crioulo e o caracu, fruto de cruzamento de raças trazidas pelos colonizadores.

O primeiro núcleo de zebrus puros foi trazido por ordem de D. Pedro I, em 1826, procedente da região do Nilo. Excetuando-se essa importação, os primeiros bovinos indianos ou zebuínos foram trazidos ao Brasil como uma curiosidade. Posteriormente verificaram-se pequenas importações de reprodutores em 1850, 1854, 1878 e 1887. Porém o registro inicial da entrada do nelore (ou ongole) no Brasil data de 1868, com a chegada de um casal de animais em Salvador, na Bahia. Em 1874, o Barão do Paraná, adquiriu um casal do gado ongole em um zoológico de Londres, repetindo a compra em 1877. Em 1878, Manoel Lemgruber comprou um casal dessa raça no jardim zoológico de Hamburgo. A seguir passou a encomendar animais diretamente da Índia por empresas especializadas no fornecimento de animais para circos e zoológicos. Até 1883,

Lemgruber fez outras importações. Em 1893, o criador mineiro Teófilo de Godoy foi à Índia, de onde trouxe oito cabeças e, entre 1903 e 1906, fez novas viagens e convidou outros criadores para essa mesma missão, Santiago (1987).

De acordo com Felício (2002), o guzerá foi, entre os zebuínos, a única raça que sobreviveu, produtivamente, durante as consecutivas secas do nordeste. O primeiro núcleo de zebu no país ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, expandindo-se para Minas Gerais, São Paulo e Goiás, e daí para outras regiões.

É muito significativo o registro, em livro do Professor Alberto Santiago, sobre a facilidade com que se traziam animais da Índia, com ou sem o conhecimento das autoridades sanitárias brasileiras, apesar da proibição de se importar animais daquele país, em razão de lá existirem as doenças animais classificadas na lista A da OIE. No entanto, em 1930, apesar da existência de legislação que proibia a importação de animais da Índia, os criadores mineiros Francisco Ravisio Lemos e Manoel de Oliveira Prata conseguiram licença especial do Ministério da Agricultura e trouxeram daquele país 192 exemplares de quatro raças zebuínas. Em 1952, Felisberto Camargo, Diretor do Instituto Agronômico do Pará, *“afrentando a séria oposição do Ministério da Agricultura e da Associação de Criadores, trouxe um lote de 31 bovinos da raça sindi do Paquistão”* conforme relata Santiago (1987). Já o criador Joaquim Machado Borges, mesmo sem ter obtido a licença para importação, conseguiu trazer, em 1955, 114 cabeças de gado gir da Índia, que entraram no Brasil por contrabando, através da Bolívia. Em 1960, Celso Garcia Cid trouxe da Índia, 102 cabeças, que passaram por um período de quarentena em Paranaguá. Em 1960, novamente esse criador, juntamente com Torres Homem, Rubens de Carvalho e Jacinto Honório Garcia Cid importaram outros 297 zebuínos e 48 búfalos da Índia, com licença concedida pelo Ministério da Agricultura. Entre 1813 e 1963 entraram no Brasil 6.262 zebuínos, a maioria procedente da Índia. Ainda segundo esse autor, as primeiras

importações de bovinos de raças zebuínas, principalmente da Índia, se deviam, em grande parte, à iniciativa das famílias européias que imigraram para o Brasil, no final do século XIX. Graças à sua grande adaptação ao nosso clima tropical, essas raças foram responsáveis pela expansão da pecuária bovina no país. Existiam firmas estrangeiras, estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro, que se especializaram na importação do zebu. No mandato de João Pinheiro, Governador de Minas Gerais, em 1908, foi implantada uma política de incentivo à importação de zebuínos da Índia para tornar o Estado de Minas Gerais um centro de criação e expansão das raças zebuínas. Outra motivação para a importação de zebuínos da Índia foi a grande valorização da carne bovina, em decorrência direta da Primeira Guerra Mundial. Estima-se que entre 1914-1918 entraram 1847 reprodutores zebuínos no Brasil.

No entanto, o grande desastre sanitário que o Brasil veio a sofrer em decorrência de importação de animais ocorreu no ano de 1921, com a entrada da peste bovina, considerada a mais temida doença de bovinos de todos os tempos. Somente na Rússia, entre 1844 e 1845, morreram cerca de um milhão de cabeças, na Áustria morreram meio milhão de bovinos, entre 1847 e 1864, e na França, em 1870, cerca de cem mil bovinos. Essa doença quase dizimou o rebanho bovino da Europa, entre os séculos XVIII e XIX, com mortes estimadas na ordem de 200 milhões de bovinos. No início do século XX a doença reapareceu na Europa, conforme Peste... (1925).

É interessante assinalar que as autoridades sanitárias brasileiras, preocupadas com o risco de entrada de doenças animais no país, especialmente a peste bovina, editou o Decreto 9.194, de 9 de dezembro de 1911³, aprovando o novo regulamento dos serviços veterinários, que contemplava vários artigos sobre o processo de importação, com destaque para a peste bovina, conforme se transcreve a seguir:

³ Manteve-se a linguagem original.

*“Art. 24 Fica igualmente proibido:
2º. a importação de animais que, não obstante procederem de países imunes, tenham sido adquiridos em país compreendido no art. 22, mórmente na vigência de qualquer epizootia;”*

“4º. a importação de animais que procedam de lugares que oficialmente tenham sido declarados infectados;”

“Art. 29 Si se tratar de peste bovina, os animais serão sacrificados e incinerados sem que os proprietários tenham direito á indenização, salvo o caso do art. 32”;

Art. 45 Ficam obrigadas as empresas de navegação e as estradas de ferro que transportarem gado do estrangeiro a exigir dos interessados, no ponto de embarque, atestados expedidos pelo Ministerio da Agricultura do país de origem ou da repartição a que estiver affecto este serviço, os quaes deverão ser visados pelo consul brasileiro, declarando que:

1º, no país donde procedem os animais não existe peste bovina nem existiu no decurso de 10 ultimos annos”; Brasil (1911).

Portanto, não é incomum constatar, nos relatos e documentos diversos que tratam de epidemias animais, especialmente se importadas, a tentativa de minimizar o impacto causado para destacar o apoio das autoridades públicas, o esforço e a competência dos profissionais que conseguiram erradicar o mal. Não poderia ser omitida, nesse trabalho, a epidemia da peste bovina que atingiu a pecuária nacional em 1921, cuja erradicação se transformou numa referência do êxito da medicina veterinária brasileira.

Em 1920, criadores brasileiros realizaram uma importação de zebus do Sul da Ásia, em um momento que grassava na Europa nova epidemia da peste bovina. A legislação brasileira era clara em proibir a importação de animais de países afetados por determinadas doenças e, nesse caso, mais uma vez contrariando as normas sanitárias vigentes, foi feita essa aquisição. Os animais, depois de desembarcados na cidade portuária de Amberes, na Bélgica,

em fins de junho de 1920, contraíram a doença. No entanto, a peste bovina somente foi detectada no Brasil, no Estado de São Paulo, em fins de fevereiro de 1921, inicialmente em bovinos de tração de propriedade do Frigorífico Osasco e em pequenas criações em Cotia. Foram registrados 172 focos da peste bovina e realizadas 199.420 operações de desinfecção, numa área de 4.388 km², abrangendo os municípios de São Paulo, Cotia, Santo Amaro, São Roque, Itu, Araçariguana e Sorocaba, atingindo uma população bovina de 49.926 cabeças. A suspeita clínica foi levantada em 15 de março de 1921 e, dez dias depois, foi feita a confirmação laboratorial da doença. Do relatório oficial sobre o surto da Peste Bovina, publicado pelo governo do Estado de São Paulo, é ilustrativo o seguinte trecho: *“foi tal o terror que se espalhou no continente a súbita aparição da ‘peste bovina’ em São Paulo que o governo argentino mandou oferecer os seus profissionais para nos auxiliar na extinção da epizootia”*. A erradicação final foi obtida em 25 de maio de 1921, após a morte e abate de 2.260 bovinos, Peste.... (1925) e Conselho... (2002).

De acordo com Magnabosco (2002), o governo brasileiro, em 1921, em função do episódio da peste bovina, proibiu a entrada de animais zebuínos procedentes da Índia, porém, mais quatro importações foram autorizadas após esta proibição, sendo que a última ocorreu em 1962, em que pese a vigência do Decreto 38.983, de 06 de abril de 1956, que proibia tal prática, Brasil (1956).

Essa importação ocorrida em 1962, tida como a última a ser feita de gado indiano, veio a se tornar a mais famosa, quando o criador e empresário Torres Homem, de Uberaba conseguiu adquirir um lote de bovinos da raça nelore da Índia, em que se incluía famoso touro Kavardi, campeão da Ásia e da Índia e que teve decisiva importância no melhoramento da raça no Brasil. É interessante assinalar que essa importação somente se tornou possível graças a um decreto especial, assinado no mandato do Presidente Juscelino

Kubitschek, de acordo com Zebu... (2002). Esses animais foram submetidos a uma quarentena de oito meses na Ilha de Fernando de Noronha.

Para Silva et al. (1983), é fundamental levar em conta o modo de produção, a divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento e subdesenvolvimento e as relações sociais de produção no interior de nossa sociedade. Esses autores, ao pesquisarem as doenças animais surgidas entre 1978 e 1982, a partir do demonstrativo epidemiológico de focos de doenças registradas no Brasil, publicado pelo Ministério da Agricultura, encontraram 54 doenças em sete espécies animais, assim distribuídas: bovinos 15, suínos 14, aves 9, eqüinos 6, ovinos/caprinos 7 e abelhas 3. Embora seja possível que parte dessas doenças já estivesse presente no país antes desse período, por deficiência do sistema de diagnóstico e de notificação, a importação de animais provavelmente teve um papel importante na entrada dessas doenças. Esses dados oferecem uma dimensão da dependência de material genético que o Brasil mantém em relação a outros países, no entender de Silva et al. (1983), embora muitos autores prefiram aceitar *“de forma fatalista tanto as trocas comerciais como as doenças, dentro de uma visão mecânica de causa e efeito, sem levarem em conta outras vias para o desenvolvimento e as transformações históricas e materiais na nossa sociedade e nas relações que estabelecemos com outros países”*.

De acordo com Boletim... (1975-1984) e Silva et al. (1983) somente a partir de 1901 é que o Ministério de Agricultura passou a registrar o volume da importação de animais e material genético destinado à multiplicação animal, caracterizando oficialmente a dependência da pecuária brasileira à tecnologia de outros países. Dessa forma, o Brasil importou entre 1901 e 1970 o equivalente a 197.901 toneladas de animais vivos (bovinos), enquanto somente entre 1978 e 1982 importou 98.967 bovinos para reprodução, 309.498 bovinos para corte, 2.252 suínos e outros animais, além de ovos embrionados, pintos de um dia e

sêmen. Levando em conta apenas o valor do animal importado, dentre os vários itens de custo, e comparando-se a decisão de adquirir bovinos do Canadá/Estados Unidos ou do Uruguai/Argentina é surpreendente o valor médio pago por cabeça, segundo a sua procedência. Assim, em 1978, o custo da importação de 2.200 bovinos do Canadá /Estados Unidos totalizou US\$ 2 827 937.00 FOB do Canadá/Estados Unidos, equivalentes a US\$1 285.42 por cabeça, enquanto a importação de 24.506 bovinos do Uruguai/Argentina, correspondeu ao valor de US\$10 869487.00 FOB, ou seja, US\$443.54 por cabeça, o que representa um valor aproximadamente três vezes maior a favor dos Estados Unidos e Canadá.

Um dos fatos mais emblemáticos que demonstra a subserviência técnica e política aos países capitalistas centrais foi a importação de cem matrizes bovinas de diversas raças leiteiras, dos Estados Unidos e Canadá, com idade variando ente 18 e 35 meses, promovida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 31 de janeiro de 1983, ao custo unitário de dois mil e novecentos dólares, incluídos cem dólares para o transporte, com recursos obtidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme contrato de empréstimo n.318/OC-BR. Na oportunidade, o Ministério exigiu que o país exportador somente atestasse que os animais procediam de plantéis livres de leucose enzoótica bovina (LEB), que estivessem sorologicamente negativos, nos 12 últimos meses, em relação a essa doença e que procedessem de Estados livres de estomatite vesicular contagiosa há mais de um ano. Por iniciativa de técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais e de professores do Setor de Epidemiologia da Escola de Veterinária da UFMG, decidiu-se verificar o estado sanitário do lote de 40 vacas destinadas aos centros de pesquisa do Estado de Minas Gerais, no momento do desembarque no Aeroporto de Viracopos, Campinas, São Paulo, não obstante o fato de o Certificado Zoossanitário Internacional declarar que os citados animais estavam isentos das doenças das listas A e B da OIE. Os animais foram sangrados logo depois de

desembarcados e os soros submetidos a vários testes sorológicos e imunológicos em laboratórios da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (EVUFMG), Laboratório de Referência Animal, do Ministério da Agricultura, em Pedro Leopoldo - MG e no Centro Panamericano de Febre Aftosa, no Rio de Janeiro. Para surpresa de muitos, foram encontrados 16 animais reagentes positivos para LEB, um reagente positivo para brucelose, cinco para estomatite vesicular, sorotipo *New Jersey*, não existente no Brasil, e 14 para o subtipo *Indiana I*, conforme Empresa... (1983) e Modena et al. (1983). Em que pese a intenção inicial de assegurar que os animais estivessem saudáveis, quando os primeiros resultados da sorologia foram realizados, a Embrapa isolou e retestou os animais restantes em São Paulo e tomou imediatas providências para garantir o ressarcimento dos prejuízos, com o sacrifício dos cinco animais reagentes para estomatite vesicular (*New Jersey*). A atitude inicial do Ministério da Agricultura foi de desmentir a existência do problema sanitário, como se verifica na entrevista concedida pelo médico veterinário do Ministério da Agricultura, responsável pela instrução técnica referente à importação de animais, quando afirmou que “as 100 vacas estão clinicamente saudáveis, sem sinais de doenças”, Não Teremos... (1983). Posteriormente, o Ministério da Agricultura e a Embrapa confirmaram a existência da doença nesses animais.

Em Belo Horizonte, em entrevista à imprensa, o Prof. Elvino Carlos Moreira, da EVUFMG apontou algumas das falhas observadas no processo de importação desses animais, conforme seu relato à imprensa mineira em que diz que “a importação de gado doente dos Estados Unidos mostra a necessidade de haver um maior cuidado nestes tipos de compra. O Brasil ao adquirir gado e outros animais do exterior sempre acredita nos laudos. É preciso realizar um maior controle, que deve ser feito no próprio país de origem do animal. Se há rigor por parte dele quando nós exportamos, é preciso que também haja maior controle ao importar”, Reses... (1983).

Embora a justificativa da Embrapa para adquirir os referidos animais tenha sido o incremento à pesquisa e à difusão de tecnologia agropecuária, questionou-se a real necessidade dessa importação, pelo fato de o rebanho holandês criado no Brasil também possuir exemplares de excepcional qualidade genética. Outra decisão considerada polêmica, do ponto de vista epidemiológico, foi o ato de se sacrificar apenas os animais considerados infectados pelo subtipo *New Jersey*, da estomatite vesicular, uma vez que houve o contato com outros animais que deveriam ser também sacrificados, como determina o Decreto 24.548, de 03 de julho de 1934.

Esse “acontecimento”, muito explorado pela mídia, à época, motivou o Ministério da Agricultura a realizar o I Seminário Nacional sobre Importação de Material Genético, realizado na Escola de Veterinária da UFMG, em 19 de outubro de 1983, oportunidade em que foram feitas algumas recomendações ao Ministério da Agricultura, como, por exemplo, o estímulo ao desenvolvimento de programas nacionais de melhoramento genético em todas as espécies animais, a criação de uma comissão técnica, com representação da saúde (animal e humana), da universidade, de associações de classes e de produtores para definir uma clara política de importação quanto aos aspectos zoossanitários, de real necessidade para o país, de acordo com Silva et al. (1983).

A imprensa mineira entrevistou vários expositores deste evento. Assim, para o Prof. Elvino C. Moreira, “o país tem pago um tributo muito pesado sob o aspecto sanitário com a importação de material genético, que traz problemas de ordem econômica já que afeta a pecuária e a economia nacional como um todo”. Sobre a entrada clandestina de animais ele disse: “o comércio clandestino que ocorre nas fronteiras secas favorece a entrada de bovinos, ovinos, suínos e eqüinos do Paraguai, Uruguai, Bolívia e até da Argentina, além da entrada ilegal de sêmen e embriões”.

Para o Dr. Felix Rosemberg, do Centro Panamericano de Febre Aftosa, nos países

subdesenvolvidos há um risco de introdução de doenças exóticas, a partir dos programas de melhoramento genético, fato que exige uma atuação efetiva por parte da vigilância epidemiológica e, nos últimos anos, tem sido introduzida uma série de doenças, principalmente de origem viral, pela importação de material genético, especialmente de bovinos, suínos e aves.

Para o Professor Jonas Carlos Pereira, da Escola de Veterinária da UFMG, há desconhecimento sobre as *“raças que devem ser introduzidas quanto ao valor genético e contribuição potencial de cada uma delas dentro do sistema de produção animal vigente no país, levando-se em conta o clima, a alimentação, os aspectos sanitários, a importação de sêmen ou animais, trazendo reflexo negativo ao desenvolvimento de programas internos de melhoramento genético, o benefício social é elitista pelos altos custos da importação”*.

Para o Professor José Ailton da Silva torna-se necessária uma política de controle de importação, limitando a entrada de sêmen ou animais vivos apenas para as raças efetivamente capazes de contribuir geneticamente para a melhoria do plantel nacional e também a criação de um programa de estímulo ao melhoramento das raças brasileiras, pois é preferível tornar acessível a todos o material genético superior e não privilegiar pequenos grupos.

O Dr. Astor Gruman, do Centro Nacional de Suínos e Aves da Embrapa, disse que *“é chegado o momento de se coibir a importação de suínos ou sêmen, tendo em vista que a suinocultura brasileira, principalmente a localizada no sul do país, já atingiu níveis de qualidade semelhantes aos encontrados nos Estados Unidos e Europa. Entre 1970 e 1982 o Brasil importou cerca de cinco mil suínos, o que trouxe, como inconveniente, o desestímulo ao próprio desenvolvimento de programas de melhoramento genético no país”*, Importações... (1983).

Com relação a suínos e aves, em que o sistema de produção atingiu níveis de modernidade, com alta capitalização, industrialização progressiva, formas de manejo integradas e tecnicizadas, isto é, dependentes de pacotes tecnológicos particularmente importados, o perfil patológico sofreu modificações acentuadas, em relação à criação tradicional. Conforme já comentado, muitos fatores poderiam explicar o surgimento de tantos problemas sanitários, em um espaço de tempo relativamente curto, e dentre eles a importação de suínos, assume uma importância significativa. Assim, as doenças de suínos presentes no Brasil em 1986, que se encontram discriminadas no Quadro I, não faziam parte do quadro nosológico descrito pelo Ministério da Agricultura em 1966.

Quadro I. Doenças de suínos não notificadas no Brasil em 1966 e registradas pelo Serviço de Defesa Animal do Ministério da Agricultura em 1983.

Doença	Doença
<ul style="list-style-type: none"> • Doença do edema • Disenteria suína • Erisipela • Gastrenterite transmissível • Influenza e parainfluenza • Parvovirose • Peste suína africana 	<ul style="list-style-type: none"> • Pneumonia enzoótica • Meningoencefalite estreptocócica • Septcemia estreptocócica • Pleuropneumonia suína • Rinite atrófica • Síndrome MMA • SMEDI

Fonte: Silva et al. (1983)

Sob o título “criadores denunciam importação ilegal” os presidentes das Associações de Criadores de Suínos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul denunciaram ao Jornal do Brasil que a Agroceres estava importando três mil suínos da Inglaterra, em lotes de 500 animais, sem atender à legislação brasileira. Esses leitões foram gerados na Inglaterra, mas concebidos na França, e os criadores brasileiros afirmavam que “*estes animais não atenderam aos requisitos sanitários de proveniência de plantéis localizados em países onde, pelo menos há um ano, ocorreu a eclosão de focos de doença vesicular de suínos*”. Argumentavam, também, que não existia o parecer zootécnico da Associação Brasileira de Criadores de Suínos e da repartição competente do Ministério da Agricultura, Suinocultor... (1978).

Também o presidente da Associação Paranaense de Suinocultores do Paraná solicitou ao Senador Paulo Brossard (MDB-RS) a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a importação de suínos ingleses feita pela Agroceres, de maneira irregular, Governo ... (1978a).

De acordo com as normas sanitárias do *Código Zoossanitário Internacional* referentes à doença vesicular do suíno, a região de um país considerada infectada por essa doença estaria novamente livre depois de 60 dias do sacrifício sanitário e desinfecção, ou doze meses depois de cura clínica ou morte do último animal atacado, se não se utilizasse o sacrifício sanitário. Para um país ser declarado livre, a doença não poderia ser ali registrada durante pelo menos dois anos, prazo que poderia ser reduzido para nove meses se se utilizasse o sacrifício sanitário. Além disso, o referido Código estabelecia outras medidas para a importação de suínos de países considerados infectados, conforme Código... (1982).

De acordo com Watson (1981), de fato a Inglaterra sofreu inúmeros surtos da DVS, chegando a atingir 14 registros, entre

janeiro e junho de 1977, e 14, em 1979. Embora não se possa descartar o risco da importação de suínos de um país que apresentou, na década de 1970, muitos focos dessa doença, os prazos recomendados pela OIE foram cumpridos, porque a Inglaterra, ao adotar a estratégia do rifle sanitário e medidas complementares no combate à doença, pôde declarar-se livre, após cumprir nove meses sem registro da DVS. Porém, do ponto de vista epidemiológico, esse prazo parece ser muito curto para garantir a erradicação final, especialmente em se tratando de uma doença à vírus, classificada na lista A da OIE. Prova disso é que a doença reapareceu em 1982, data do último surto registrado na Inglaterra, de acordo com Situação... (2002).

Esses inúmeros relatos, aparentemente isolados entre si, guardam relações e vinculações com a organização do setor agropecuário e com as políticas públicas de saúde animal e não podem ser entendidos como obra do acaso ou “do azar”, expressão utilizada pelo Sr. Alison Paulinelli, então Ministro da Agricultura, para explicar a entrada da PSA no Brasil, em junho de 1978. Ao se analisar a história do país torna-se inevitável conectar os fatos relacionados à PSA com uma estrutura relativa à saúde animal construída com a argamassa feita de vantagens de determinados grupos, contrabando, subserviência técnica, política e econômica.

Por outro lado, é justo considerar os grandes obstáculos que se apresentam aos serviços de vigilância sanitária, no caso do Brasil, tendo em vista a formidável extensão de nossas fronteiras territoriais, o crescente trânsito internacional de passageiros, a importação de animais, e ainda a entrada de produtos animais pelos serviços especiais de correio e nas bagagens de passageiros. Dessa forma, torna-se uma tarefa muito desafiante fiscalizar todos os produtos e os subprodutos de origem animal.

O fato de o Brasil não dispor de uma política de importação de material genético animal, constituída por normas sanitárias e

zootécnicas democraticamente elaboradas e aprovadas, traduz o interesse de grupos econômicos hegemônicos e submete o país à dependência e ao interesse dos países detentores dessa tecnologia, inibindo assim o desenvolvimento de programas nacionais de melhoramento animal, conforme opinião de vários especialistas que participaram do I Seminário Nacional sobre Material Genético. Não raro, importavam-se animais de países onde grassavam doenças consideradas exóticas para o Brasil. Para essa importação bastava cumprir algumas medidas preventivas, definidas pelo Ministério da Agricultura, conforme ficou evidente no caso da entrada de 100 vacas de leite, algumas das quais infectadas por agente biológico exótico para o Brasil. As normas sanitárias internacionais editadas pela OIE, até então, constituíam referências que os países poderiam seguir, tanto com maior ou menor rigor, pois permitiam a aquisição de animais e seus subprodutos de países livres quanto de países considerados “infectados” por determinadas doenças. O nível de exigências sanitárias e a decisão sobre o risco a enfrentar caberiam a cada país. Nesse e em outros casos, as autoridades americanas e canadenses certamente exigiriam, antes da importação, pelo menos três colheitas de material biológico para ser processado em seus laboratórios de referência e, se os resultados fossem negativos, os animais quando exportados, permaneceriam em estações de quarentena, oportunidade em que se repetiria o procedimento em relação aos exames laboratoriais. Se assim fosse feito no Brasil, certamente se evitaria a entrada de muitas doenças exóticas em nossos rebanhos. Conforme se demonstrou, a legislação brasileira, com freqüência, era infringida ou simplesmente ignorada.

Porém, com o avanço do processo de internacionalização da economia e com a formação de blocos econômicos, houve maior circulação de produtos de origem animal e o turismo na Comunidade Européia obrigou a OMC a exigir a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias, postas em prática a partir de janeiro de 1995. A OIE, que era um organismo internacional orientador desse comércio, passou à

condição de árbitro para decidir pendências entre países na área de comércio internacional de animais e seus produtos. Em decorrência desse novo papel, a OIE implantou a obrigatoriedade de se fazer uma rigorosa análise de risco para cada doença das listas A e B, além de outras exigências. Dessa forma, todos os países, tiveram de tornar suas políticas de saúde animal mais atualizadas com as exigências do mercado mundial, em Código... (1982) e Código... (1998).

4.1.3 A organização zoossanitária

De acordo com Conselho... (2002), a primeira referência que se tem no Brasil sobre a criação de uma instituição pública, na área de agricultura, data de 1860, quando D.Pedro II, por meio dos Decretos Imperiais n. 1.607, de 28 de julho de 1860, e n.2.747, de 16 de fevereiro de 1861, criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em que se destaca o propósito de tratar da introdução e melhoramento de raças de animais e de escolas de veterinária no país, expresso em elementos estruturais da política de defesa sanitária animal no Brasil (item 2.5). No entanto, os citados objetivos não foram implementados e essa Secretaria, após 12 anos de funcionamento, acabou sendo absorvida pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Somente em 1906, foi criado o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, efetivamente instalado em 1909, pelo Decreto n°. 7.622, de 21 de outubro de 1909, quando se regulamentou a Diretoria de Indústria Animal, que tinha entre suas atribuições específicas: *“Incumbir-se da inspeção veterinária, cujo fim deve consistir, essencialmente, em zelar sobre o estado sanitário do gado, tomando e propondo todas as medidas capazes de evitar e combater as epizootias e concorrendo para fiscalização de matadouros e estábulos e melhoramento da higiene alimentar”*.

O Decreto n°. 8.331, de 31 de outubro de 1910, de acordo com Brasil (1910), criou o serviço de veterinária e o seu regulamento que, entre outros, contém os seguintes trechos em sua exposição de motivos:

“Necessidade indeclinável do Serviço de Veterinária, seria suficiente nesse proposito a relação que em verdade se verifica entre a saúde dos animais domésticos e a higiene pública, o que tem induzido todas as nações organizadas a incluir em sua legislação medidas severas contra os países que descumram esse serviço, chegando a proibir a entrada de gado e dos produtos animais que delles procedem”;

“Ao Brasil mais de uma vez tem sido infligido o vexame dessas proibições, como se deu há pouco tempo, quando algumas das nossas zonas criadoras foram flageladas pela febre aftosa”;

“Fechar os nossos portos e as nossas fronteiras ao contágio de epizootias mortíferas, devastadoras ... ”;

“Para execução das medidas de que cogita esse regulamento, temos em grande parte de recorrer a técnicos estrangeiros, assim como nos é forçoso apelar para o Instituto Oswaldo Cruz, notável estabelecimento científico”;

O artigo 1º do capítulo I, ao tratar do serviço de veterinária, determinava, entre outras obrigações, a inspeção sanitária do tráfego ou comércio interestadual do gado, a inspeção de matadouros, feiras e exposições. O artigo 2º determinava que a ação do Ministério da Agricultura se daria em todos os portos da República que importassem ou exportassem gado, na fronteira do país, etc.

O capítulo II trata da importação e exportação de animais e seus produtos. O art. 3º determinava que: *“não será permitida a entrada, por qualquer dos portos da República ou pelas fronteiras de animais atacados ou suspeitos de molestias contagiosas, assim como de seus despojos ou de quaisquer objectos que tenham estado em contacto com elles e sejam susceptíveis de transmittir germens infecciosos”.*

O art. 4º mencionava que o Governo Federal contaria, na baía do Rio de Janeiro, com um embarcadouro e um posto de

observação e desinfecção, destinado à importação e exportação do gado.

O artigo N° 18 assim retrata a preocupação com a vigilância sanitária: *“O governo poderá proibir a importação de uma ou mais espécies de animais, assim como forragens, carnes, leite, couros, lãs, pellos, ossos, estrumes, etc., quando procederem de países onde reinem molestias contagiosas, ou onde não haja leis e regulamentos concernentes á policia sanitaria dos animais domésticos, á importação e exportação do gado e contra a invasão e propagação de epizootias”;* Brasil (1910).

De acordo com Conselho... (2002), foram publicados, ainda, os seguintes Decretos: n. 8899, de 11 de agosto de 1911; n. 9194, de 09 de dezembro de 1911; n.11460, de 27 de janeiro de 1915 e 11.436, de 13 de janeiro de 1915, modificando ou ampliando as normas e regulamentos sanitários aplicados à saúde animal. Portanto, o Brasil já dispunha de um razoável elenco de dispositivos legais a respeito de normas sanitárias para importação de animais muito antes da criação de um organismo internacional que cuidasse dessa matéria, o que veio a ocorrer somente em 1924, quando foi criada a Oficina Internacional de Epizootias, na França, logo reconhecida como instituição de referência internacional, no que se refere às normas internacionais do comércio de animais e seus subprodutos. A ocorrência da peste bovina no Brasil e em vários países do mundo, naquela época, foi determinante para a criação da OIE, Breve história... (2003).

O Ministério da Agricultura, por meio do Decreto 24.548, de 03 de julho de 1934, promulgou o Regulamento de Defesa Sanitária Animal que, por muitas décadas, serviu de referência para amparar juridicamente as decisões de governo, inclusive no caso da PSA, Brasil (1934). A rememoração desse documento nos revela o cuidado do legislador em relação à proteção da pecuária nacional, daí a razão de sua vigência por mais de 60 anos. Os artigos 2º e 3º proíbem a entrada de animais afetados e seus subprodutos:

“Art. 2º. Como medida de defesa dos rebanhos nacionais, fica terminantemente proibida a entrada em território nacional de animais atacados ou suspeitos de estarem atacados de doenças, direta ou indiretamente transmissíveis, mesmo estando aparentemente em estado hígido e ainda dos portadores de parasitas externos ou internos cuja disseminação possa constituir ameaça aos rebanhos nacionais”.

“Art. 3º. É igualmente proibida a entrada em todo território nacional de produtos ou despojos de animais, forragens ou outro e qualquer material presumível veiculador de agentes etiológicos de doenças contagiosas”.

“Art. 4º. São condições essenciais para a entrada no país de animais procedentes do estrangeiro: apresentação de certificado sanitário de origem, firmado por veterinário oficial; apresentação, segundo os casos, de certificado oficial de tuberculização, maleinização, soro aglutinação, de brucelas e salmonela polorum”;

“Parágrafo único. Os certificados sanitários de origem só terão valor se: forem visados por autoridade consular brasileira do país de procedência dos animais; atestarem boa saúde dos animais no dia do embarque; declararem que nos quarenta dias anteriores ao embarque não grassava no lugar de procedência, moléstia infecto-contagiosa”.

“Art. 5º. Os animais procedentes de países onde grassem, em estado enzoótico, as tripanossomíases, a peste bovina, a peripneumonia contagiosa e outras doenças infecto-contagiosas exóticas, só terão entrada, no país, mediante prévia autorização do Diretor do Serviço de Defesa Sanitária Animal, que estabelecerá as condições em que a importação será permitida”.

O artigo 19 listava 22 doenças, entre elas a peste suína que, se presente entre os animais importados, determinaria o seu sacrifício, sem direito a qualquer indenização. Esse artigo foi utilizado no episódio da peste suína africana no Brasil,

como se verá mais adiante. O elemento determinante para se chegar ao diagnóstico era o laudo de necropsia dos animais. Caso não se confirmassem as características ou elementos “patognomônicos” da doença sob suspeita, o proprietário passaria a ter o direito à indenização sobre o valor total do animal e dos objetos que o acompanhassem e que tivessem sido destruídos.

É importante assinalar outros aspectos relevantes do Regulamento quando se fala do episódio da PSA no Brasil. Os artigos de 42 a 45 referem-se à obrigatoriedade da limpeza e desinfecção de vagões das companhias de estrada de ferro, com destaque para o artigo 45 que diz: *“Os veículos, vagões, ou quaisquer instalações, depois de limpos e desinfetados, só poderão ser retirados dos postos e usados, após vistoria de um funcionário do Serviço de Defesa Sanitária Animal que afixará uma etiqueta em que conste a palavra – ‘Desinfetado’- a data e a sua assinatura”.* O Capítulo IX, trata das disposições gerais, tendo o artigo 83 e parágrafo único servidos de referência para a definição de algumas importantes ações da vigilância sanitária no combate à PSA no Brasil: *“Os funcionários encarregados da execução do presente regulamento terão, mediante a apresentação da carteira de identidade funcional, livre acesso às propriedades rurais, estabelecimentos oficiais de criação, depósitos, armazéns, estações de estrada de ferro, aeroportos, bordo de navios atracados ou não, alfândegas ou outro e qualquer lugar onde possam existir animais ou despojos de animais a inspecionar”.*

“Parágrafo único. Os referidos funcionários poderão requisitar o auxílio de força pública para as diligências que se fizerem necessárias na execução deste regulamento”.

Ressalte-se que, por esse Decreto, foi também criado o Conselho Nacional de Defesa Sanitária Animal, composto por cinco membros efetivos, dentre os detentores de cargos da alta direção do Ministério, com o objetivo de estudar e propor ao Ministro as medidas de defesa

sanitária animal complementares, bem como decidir sobre os casos considerados omissos. Os presidentes de associações rurais de criadores também poderiam participar das reuniões, como membros consultivos, quando convidados. As decisões seriam tomadas por maioria de votos e publicadas no Diário Oficial. Portanto, a criação desse Conselho representava, à época, um grande avanço, ao ampliar o nível de decisão e incluir representantes da sociedade civil. Esse Decreto retoma e amplia os dispositivos de legislações anteriores no que se refere às exigências sanitárias para a importação de animais, além de prescrever outras orientações procedimentais. Entretanto, o artigo 5º desse Regulamento, relembrando situações semelhantes desde o Brasil-Ímpério, abre uma grande oportunidade para que uma determinada importação de animais seja possível, mediante a autorização do Diretor do Serviço de Defesa Sanitária Animal, sem mencionar requisitos objetivos a serem observados para este ato. Portanto, este artigo fragiliza os dispositivos anteriores, concentra amplos poderes à mencionada autoridade e contraria o espírito colegiado obtido com a criação do Conselho Nacional de Defesa Sanitária Animal.

A Lei n. 569, de 21 de dezembro de 1948, refere-se à política de indenização. Estabelece a referida lei em seu artigo 2º, parágrafo único, que, em se tratando de doença incurável, a indenização não é devida ao criador. Deve ser esclarecido que a indenização não era autorizada para o criador considerado responsável pela entrada da doença no país, de acordo com essas normas legais. Contudo, na maioria dos países, a indenização sempre foi inserida entre as estratégias dos programas de combate à essa doença, Brasil (1948). A Divisão de Defesa Sanitária Animal, do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura, veio a ser criada em 09 de janeiro de 1950, por meio da Lei n. 1.052, de 12 de janeiro de 1950. Brasil (1950a)

O novo Regulamento sanitário, constante do Decreto n. 27.932, de 28 de março de 1950,

definia que não caberia qualquer indenização quando a zoonose motivadora do sacrifício fosse a raiva, a pseudo-raiva ou outra doença considerada incurável ou letal, Brasil (1950b).

Em 1971, a Portaria Ministerial n. 278, em razão da ocorrência da PSA em Cuba e em outros países proibiu o ingresso no território nacional de suínos domésticos e selvagens e seus subprodutos procedentes de Portugal, Espanha, França, Itália, África, Cuba e Continente Africano, Brasil (1971). Conforme já citado anteriormente, o Decreto 24.548, de 1934, assegurava aos médicos veterinários amplos poderes para exercer a vigilância sanitária em portos e aeroportos de todo o país. No entanto, a Delegacia Federal do Ministério da Agricultura do Rio de Janeiro, por meio da Ordem de Serviço n. 24, de 22 de julho de 1977, assinada pelo Dr. Carlos Rodrigues Limas, Chefe do Grupo Executivo da Produção Animal-GEPA, em que pese a vigência do citado decreto, detalhava as medidas de vigilância sanitária a serem empregadas na fiscalização dos terminais aéreos e portuários. O Jornal do Brasil, que realizou um trabalho investigativo desde o início do episódio da PSA no Rio de Janeiro, ao “descobrir”, em 07 de junho de 1978, essa Ordem de Serviço, divulgou os artigos considerados mais importantes, ao mesmo tempo que questionava as autoridades sanitárias pelo descumprimento das normas de fiscalização, especialmente quanto ao fato de os restos de alimentos de aeronaves não serem incinerados e saírem livremente da área do aeroporto, Peste... (1978k)

Ao longo de sua história, o Ministério da Agricultura passou por várias reformas administrativas, conforme já descrito. No entanto, o Decreto n. 80.131, de 28 de novembro de 1977, que trata da estruturação interna do Ministério da Agricultura, apresenta um significado especial por ter sido publicado cerca de cinco meses antes da entrada da PSA no país, Brasil... (1977). A Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária (SNAD) era atribuída a função de gerir e executar as atividades de defesa sanitária, inspeção e controle de qualidade de produtos de

origem animal e vegetal, orientar, coordenar, e supervisionar e controlar as atividades da rede de laboratórios voltada para os aspectos de apoio às ações da defesa, da inspeção e da fiscalização agropecuárias, além de elaborar e promover a execução de programas nacionais de controle de doenças animais. À Divisão de Profilaxia e Combate às Doenças, competia, dentre outras funções, elaborar normas sanitárias aplicáveis ao trânsito interestadual e internacional de animais vivos, seus produtos e subprodutos, aos materiais biológicos ou de multiplicação animal destinados a quaisquer fins e às normas técnicas e operacionais de fiscalização dos portos, aeroportos, postos de fronteira, postos de controle de trânsito, repartições postais e estabelecimentos quarentenários, visando preservar o país da introdução de doenças. O organograma da SNAD era dividido em uma coordenação de laboratório e outra de programação. Uma outra grande divisão estava representada pelas Secretarias de Inspeção de Produtos de Origem Animal e de Defesa Sanitária Vegetal. Subordinada diretamente à SNAD estavam as Secretarias de Fiscalização Agropecuária, Defesa Sanitária Animal e de Inspeção de Produto Vegetal. Por sua vez a Secretaria de Defesa Sanitária Animal compunha-se de quatro divisões, abrangendo as áreas de doenças infecciosas, parasitárias e carenciais, análise epidemiológica, comunicação zoossanitária, produtos biológicos, produtos quimioterápicos, registro e cadastro, bebidas e vinagres, produtos vegetais, serviço de registro, cadastro e estatística, divisão de padronização e classificação, conforme Brasil... (1978a). Essa estrutura, em sua essência, se repetia em cada Estado da federação. Todo esse arcabouço institucional, que orientava a conduta de fiscalização de terminais aeroportuários, postos de fronteiras e outros locais, quanto ao risco de entrada de produtos ou subprodutos de origem animal, poderia ser considerado adequado, pois a legislação original, mesmo tendo sido elaborada em 1934, vinha sendo mantida em seus princípios fundamentais e até sendo aprimorada em função das novas situações. Prova disso foi que, durante o episódio da

PSA no Brasil, nenhuma medida de combate à PSA deixou de ser tomada em função de uma possível deficiência da legislação sanitária. Do ponto de vista da estruturação do Ministério, chama a atenção a divisão por áreas de conhecimento de forma muito específica, como por exemplo, doenças infecciosas, parasitárias e carenciais. Esse desenho institucional favorecia a especialização e privilegiava o componente biológico, dentro da concepção do processo saúde-doença, reforçando, assim, o caráter positivista das decisões técnicas e fragilizando o processo de interação e de programação horizontal das ações sanitárias. Outros fatos que surgiram das críticas e dos depoimentos da pessoa-chave n.13 referiam-se a uma crise institucional que o Ministério da Agricultura enfrentava nessa época, como de resto, os demais setores do funcionalismo federal.

4.2 A PSA nos continentes europeu e americano

a) Portugal

A PSA foi diagnosticada em Lisboa, em abril de 1957, tendo alcançado 27 municípios e 11 Departamentos. A origem provável do surto foi o uso de resíduos de cozinha, de aviões procedentes de Angola, por uma criação de suínos, localizada próxima ao Aeroporto Internacional de Lisboa. A suspeita de PSA foi baseada nos achados clínicos, anatomopatológicos, na difusibilidade do agente e nos índices de morbi-mortalidade, que não se enquadravam no quadro clínico e epidemiológico esperado para outras doenças, como, por exemplo, a PSC. Esse surto inicial foi controlado em junho do mesmo ano, após o sacrifício de cerca de 17 mil animais. Depois de um período de dois anos, a doença reapareceu, em 18 de abril de 1960, em Lisboa, e daí se disseminou para todo o país.

Segundo Vigário et al. (1981), a PSA apresentou uma tendência de mover-se das grandes criações extensivas, do Sul, para pequenas criações do Norte do país. Por isso, em 1977, cerca de 10% do efetivo suíno de Portugal havia sido eliminado por

causa desta doença. Embora o núcleo de matrizes estivesse localizado na região Sul, os leitões eram vendidos nos grandes mercados do centro, mas a terminação era realizada no Norte do país. Essa forma peculiar da criação de suínos contribuía, em grande parte, para que a doença se tornasse endêmica por longo período de tempo, com predomínio da forma crônica, o que dificultava seu reconhecimento. A aplicação de uma vacina de vírus vivo modificado em 600 mil suínos, em maio de 1962, resultou num grande fracasso, pois esses animais passaram a apresentar variadas formas da doença, o que obrigou o governo a interromper a vacinação em meados de 1965, conforme Por Que...(1978). Além disso, outros fatores também contribuíram para o aumento de focos, a partir de 1977: atraso no pagamento das indenizações, resistência dos criadores para notificar a doença e o processo de descolonização. Este último teve um papel importante, pois os milhares de colonos repatriados fixaram-se em volta de Lisboa, onde implantaram pequenas criações de suínos e outros animais, sem tomar os devidos cuidados sanitários.

O diagnóstico da PSA, de acordo com Castro et al. (1978), estava centralizado em Lisboa, no Laboratório de Investigações Veterinárias, que é um órgão do Ministério da Agricultura. Quando havia suspeita da doença, os técnicos desse laboratório eram chamados para avaliar o surto, realizar necropsias e colher material para o diagnóstico. Eram realizadas as provas de hemadsorção, IEP, IFI e a prova biológica. No período entre 1957 e 1978, cerca de 886 mil suínos morreram ou foram sacrificados em função da doença, 28 mil criações foram afetadas e 45 mil toneladas de carne foram destruídas. As indenizações, nesse período, somaram 11.9 milhões de dólares, e os gastos com o programa atingiram o valor de 6.1 milhões de dólares. A doença provocou surtos importantes até 1977. Quando estava aparentemente controlada, surgiu um novo foco, em 1993, e outro, em 05 de novembro de 1999, na Aldeia de Fernandes, na região do Alentejo, ao sul do país, envolvendo apenas 44 animais. Não se registraram

outros surtos da PSA no país depois daquela data.

b) Espanha

A PSA entrou na Espanha pela Província de Badajoz, ao final do mês de maio de 1960, por meio de animais infectados de Portugal. Houve uma demora de mais de 30 dias para ser reconhecida, por ter atingido inicialmente pequenos núcleos de criadores isolados. A doença manifestou-se de forma aguda, com mortalidade de 100% e com extraordinária capacidade de difusão. Em razão do intenso comércio na região, a doença rapidamente disseminou para outras criações, situadas fora da cidade. Foram sacrificados 2.157 animais na área focal e perifocal, compreendendo o perímetro de cinco quilômetros em torno da cidade. Na área rural todos os suínos foram abatidos. Em razão do alto poder de difusão do agente, surgiram numerosos focos, apenas três dias depois de executadas essas medidas. As autoridades criaram, então, uma zona de vazio sanitário ou de proteção, livre de criações de suínos, na tentativa de fazer uma barreira de contenção da doença. Foram sacrificados mais 34.674 suínos até meados de julho de 1960. Apesar de todos esses procedimentos, ainda se registrou um foco, ao final de agosto, em uma criação afastada 30 quilômetros da área de proteção.

Antes da aplicação dessas medidas vários lotes de suínos foram transportados para Madri para consumo imediato. Em conseqüência surgiram, ao redor dessa cidade, 220 focos em pequenos núcleos de criação, com 1.214 mortes que obrigaram sacrificar 25.227 suínos. Apesar das severas medidas sanitárias implantadas a doença irradiou-se para o restante do país, entre os meses de setembro e dezembro de 1960, o que determinou a morte de 19.646 e o sacrifício de 104.771 suínos. Demonstrou-se que 84% dos surtos relacionavam-se a criações extensivas, em regime de pastoreio, de acordo com Pólo Jover e Sanchez-Botija (1961). Decorridos dez anos da entrada da PSA no país, a doença apresentava-se clinicamente de forma muito modificada. O número de focos havia

decaído consideravelmente ao longo do tempo, e o número de propriedades afetadas, que era de 1894, em 1977, caiu para 223, em 1981. No início da epidemia, os restos de alimentos constituíam as principais fontes de infecção. Já em 1981 aquelas fontes de infecção perderam importância em relação aos veículos e equipamentos, responsáveis por 60% dos focos. Essa alta porcentagem se deve provavelmente à endemicidade da doença e à alta densidade animal. Nas criações extensivas, os animais dispunham de grandes áreas, o que facilitava o contato com outros rebanhos. O tipo de alimentação, naquela época, desempenhava um papel secundário, com apenas 1,7% de participação nos surtos. Somente em 7,7% dos casos não foi possível determinar a origem da doença, conforme Ordás et al.(1981).

O serviço de diagnóstico da peste suína, segundo Castro et al.(1978) era feito pelo Laboratório do Patronato de Biologia Animal, em Madri. Pela facilidade de transporte ferroviário qualquer amostra chegava a este laboratório no tempo máximo de 12 horas. Considerando-se o período entre 1960 e 1979, foram afetadas 23.500 granjas e destruídos 2.753.000 suínos, equivalente a 165 mil toneladas de carne, com um custo total de 33,3 milhões de dólares.

c) França

Na França, foram registrados surtos da doença em 1964, 1967 e 1974, em decorrência do comércio de subprodutos suínos na região fronteiriça com a Espanha, Gayot et al (1974) e Ruíz Martinez (1978). Considerando-se que a doença foi prontamente erradicada na França, nos três surtos ali ocorridos, a forma superaguda foi a mais comum, o que era esperado, pois a erradicação foi prontamente obtida, não dando oportunidade de serem observadas as formas crônicas. Esse caráter agudo da PSA na França constituiu-se em uma das maneiras de identificar a doença, conforme Por Que... (1978).

Segundo Castro et al. (1978), a defesa sanitária animal na França está alicerçada em um modelo descentralizado, em que as atividades de coordenação, planejamento e execução são exercidas pelo Ministério da Agricultura. Esta estrutura conta com suporte de laboratórios regionais de diagnóstico, vinculados ao laboratório central de referência, onde são realizadas as provas que requerem segurança. São empregadas as provas de hemadsorção, biológica e de imunofluorescência direta, em órgãos, e indireta, em soros.

d) Itália

Na Itália, a doença foi registrada pela primeira vez em 1967, em criações localizadas próximas a Roma, sendo logo erradicada. Porém, novo foco se estabeleceu na Sardenha, em 17 de março de 1978, em Cagliari. A presença da PSA na Sardenha causou severas perdas sanitárias e problemas econômicos. Na aplicação das medidas de controle, as dificuldades foram: o sistema de criação de suínos, a topografia montanhosa da ilha e ainda os fatores sociais. As fontes de infecção mais prováveis foram o lixo de aeroporto ou resíduos de alimentos do porto de Cagliari, que eram utilizados para alimentar porcos. A doença espalhou-se por 14 distritos, com 23 focos identificados. O fato de os porcos serem criados "à solta" muito facilitou a disseminação da doença. Desde sua introdução até novembro de 2004, a doença tem mostrado características típicas da PSA, com poucas variações. A mortalidade tem sido muito variável, pois, enquanto em alguns surtos ela era muito baixa, em outros situava-se entre 90 e 100%, dependendo das condições da criação. A doença era aguda na maioria dos casos, com sinais clínicos típicos entre 2 e 4 dias e raramente entre 20 e 30 dias. Os restos de alimentos constituíram a fonte de infecção em pelo menos, 13% dos surtos, conforme Contini et al.(1981).

O serviço de defesa sanitária animal estava subordinado ao Ministério de Saúde Animal e os trabalhos de campo apoiaram-se numa rede de dez institutos zooprofiláticos,

vinculados ao laboratório de referência, em Perugia. Esse sistema permitia que a decisão técnica fosse rápida e descentralizada. Nos laboratórios regionais era realizada a prova de imunofluorescência direta, sendo o restante do material encaminhado ao Instituto Zooprofilático, para execução de outras provas de diagnóstico. Nos laboratórios regionais eram realizadas as mesmas provas de diagnóstico executadas na França e os resultados eram obtidos em algumas horas ou, em caso de dúvida, no máximo em sete ou oito dias, conforme Castro et al. (1978). Na parte continental da Itália, em 1967, foram abatidos cem mil suínos e na Ilha de Sardenha, outros 35 mil, no período entre 1978 e 1979. Nessa ilha ocorreram 83 focos da PSA entre 1997 e 2000, enquanto o restante da Itália foi declarado livre a partir de 30 de outubro de 1999. Pelas particularidades dessa ilha, a doença se tornou endêmica e até 2004 não foi possível erradicá-la, especialmente pelo acometimento dos suínos selvagens.

e) República Dominicana

Em fevereiro de 1978, surgiu na República Dominicana uma grave doença de suínos, logo diagnosticada como sendo a PSC. Com a continuidade dos focos, em maio de 1978 foi iniciada uma campanha nacional de vacinação contra a PSC, utilizando-se a amostra chinesa. No entanto, criadores e veterinários se alarmaram ao verificarem que 100% dos porcos vacinados morriam repentinamente, Sanchez Dias (1979). A suspeita de PSA foi confirmada pela Universidade Autônoma de Santo Domingo, em 30 de junho de 1978, por meio da prova biológica. No dia 03 de julho de 1978, uma amostra de material biológico foi encaminhada ao Centro de Doenças Exóticas de Plum Island, nos Estados Unidos, que confirmou o diagnóstico de PSA, em 06 de julho de 1978. Nesse período a doença se disseminou por todo o país, e a erradicação somente se tornou viável após a implantação da estratégia de eliminação total de suínos domésticos e a redução da população dos porcos selvagens. O governo criou um fundo de 27 milhões de dólares para implantar um plano

de erradicação da doença, tendo a Agência Internacional de Desenvolvimento participado com 6,2 milhões de dólares. Esses recursos foram utilizados para indenização dos criadores de suínos. O programa de erradicação foi planejado para 27 meses, tendo sido iniciado em agosto de 1979. Na primeira fase, foram desenvolvidas ações de educação sanitária, abate e desinfecção das instalações, que contaram com a participação das forças militares. A zona sob processo de erradicação permanecia três meses impedida de criar porco. Na fase seguinte, foram utilizados porcos importados, altamente susceptíveis, para atuarem como sentinelas nessas áreas, por três meses. Esses animais eram sangrados a cada 45 dias e, em caso de morte, enviava-se material para o laboratório.

Em janeiro de 1980, o programa foi ampliado para o restante do país, antes mesmo da conclusão dessa fase piloto. Foi permitido criar porco até o dia 31 de agosto de 1980 e, após essa data, os animais seriam confiscados. Assim, foram abatidos 192.270 suínos e indenizados 24.270 criadores, no valor de um dólar por kg/peso vivo do animal, correspondente a um gasto total de 8,5 milhões de dólares. O governo comercializou uma certa quantidade de porcos, por meio do Instituto de Estabilização de Preços. Entre 1970 e 1980, foram comercializados pelo governo 7.417 porcos, a preços populares, para as pessoas mais pobres da população. Com relação aos porcos selvagens o governo pagou aos fazendeiros dez dólares por animal capturado. As 75 amostras de material suspeito desses animais selvagens apresentaram resultados negativos. Uma das políticas mais inéditas na história da medicina veterinária foi implantada pela Secretaria de Agricultura, que importou e distribuiu aves brancas para famílias rurais de baixa renda, como medida compensatória pelo abate dos suínos, conforme Organización... [198-]. O último caso positivo para a PSA ocorreu em agosto de 1980. O governo destinou um fundo de 4,5 milhões de dólares para o repovoamento de suínos. O governo do Canadá doou 300 porcos. Foi implantado

um centro de produção de suínos, com 141 fêmeas e 18 machos, que foi utilizado como treinamento para pequenos produtores. Os resultados obtidos até 1981, na opinião de Rivera (1981), foram considerados satisfatórios, tendo sido observada uma excelente adaptação dos animais importados. Segundo Rivera (1981), as políticas compensatórias e mitigadoras implantadas se revelaram socialmente inadequadas, considerada a frágil situação econômica do país.

f) Haiti

O Haiti é o mais pobre país da América Central e o porco era criado por 80% ou mais das famílias rurais. O porco chamado *crioulo* é negro, relativamente magro, capaz de ficar de dois a três dias sem se alimentar. Em 1980 a população desses animais ultrapassava mais de um milhão de animais. A República Dominicana faz fronteira com o Haiti por meio da Ilha *Hispañola*, que oferecia grande facilidade para a entrada da doença no país. No início de outubro de 1978, foi feito um acordo entre a República Dominicana e o Haiti para eliminar toda criação de suínos na área de fronteira entre os dois países. De acordo com Reichard (1978), o país rapidamente tratou de eliminar a criação de suínos em uma área de 15 quilômetros da fronteira da República Dominicana e interrompeu todo o trânsito na região de fronteira, com exceção para o petróleo e seus derivados. No entanto, também nesse país, o vírus da PSA facilmente rompeu essa barreira física, em janeiro de 1979, tendo se propagado para todo o país, comprovando-se, mais uma vez a grande capacidade do vírus de ultrapassar vazios sanitários, em razão de sua alta resistência, virulência e poder de difusão. Devido à eliminação dos suínos nativos e com a implantação do programa de repovoamento, os Estados Unidos negociaram com o governo haitiano a venda de animais puros, procedentes do Estado de Iowa. Essa estratégia, no entanto, mostrou-se inapropriada, tendo em vista o alto custo de manutenção desses animais e as más condições financeiras de grande parte da população do país. Segundo Easley (2000), os haitianos logo passaram a

denominá-los de “*four legged princes*” (“príncipes de quatro pernas”), porque esses animais requeriam melhores condições de vida do que a própria população, incluindo alimentação importada ao custo de 120 a 250 dólares por animal/ano, que a maioria das pessoas não poderia pagar. Para receber os porcos, o morador deveria demonstrar possuir condições financeiras para construir instalações, de acordo com as recomendações oficiais. Somente essa condição já eliminou a maioria dos habitantes que estavam alistados para receber os porcos. Economicamente a estratégia mais indicada seria o pagamento de indenização por animais eliminados e o repovoamento por animais nativos. Para entender o impacto da erradicação dos suínos sobre a população daquele país, deve-se dizer que o haitiano comparava o porco a uma conta bancária que lhe permitia prover os recursos financeiros para pagar escola, casamento, funeral e emergências. Assim, no ano em que todos os porcos foram mortos, houve uma redução de matrícula nas escolas rurais de 30%, a produtividade na agricultura caiu, bem como o consumo de proteína. Quando os porcos importados chegaram, muitos adoeceram e requereram o uso de medicamentos veterinários. Embora maiores que os animais crioulos, eles demandavam muito mais recursos para se manterem vivos, e mais ainda para serem criados. Isso demonstrava, na opinião de Easley (2000), que as decisões dos ricos e poderosos poderiam ter um impacto devastador sobre os mais pobres.

g) Cuba

A PSA atingiu Cuba em duas ocasiões. A primeira vez, em 6 de maio de 1971, na Província de Havana, em uma criação de terminação, com 11.425 suínos. Esses animais eram procedentes, em sua maioria, das unidades estatais e de pequenos produtores da Província de Havana. A partir desse foco, foram afetadas outras três criações, com cerca de nove mil porcos. Conforme informação de pessoas-chave entrevistadas em Cuba, essas unidades de produção, embora estatais, intercambiavam animais, alimentação e mão-de-obra com

criadores privados. De acordo com Instituto... (1971) e com Fernandez e Williams (1979), a criação estatal de suínos em Cuba, em 1971, era da responsabilidade do Instituto Nacional de Medicina Veterinária.

Não se pôde precisar como a doença chegou ao país. Segundo uma pessoa-chave entrevistada, que participou de todas as operações de combate à peste, o país mantinha comércio somente com países socialistas, onde não existia essa doença. Por essa razão, suspeitou-se, posteriormente, que o vírus da PSA foi introduzido no país de forma criminoso, fato que foi defendido também por Oliveira (2002). O rápido aparecimento da infecção e a semelhança dos achados patológicos levantavam a suspeita inicial de PSC. Mas dois dias depois da notificação da doença no país, tornou-se evidente que uma doença que apresentava 100% de morbidade e de mortalidade não poderia corresponder a PSC, especialmente quando a maior parte do rebanho estatal era vacinada contra essa doença, com amostra chinesa. Em razão da demora em estabelecer o resultado e da falta de experiência da equipe do Ministério da Agricultura de Cuba com uma doença exótica dessa natureza, houve oportunidade para a sua rápida disseminação. O diagnóstico inicial foi realizado simultaneamente nos laboratórios da União Soviética e de Cuba, concluído em 17 de junho com a confirmação da existência da PSA, ou seja, 42 dias após a ocorrência dos primeiros casos. Foram usadas as técnicas de hemadsorção, imunodifusão, imunofluorescência e prova biológica.

As medidas de controle/erradicação se basearam em: imobilidade de todos os rebanhos privados e estatais, censo suíno, eliminação dos focos mediante sacrifício, incineração, enterro dos animais criados na área focal e perifocal, sacrifício dos suínos nas faixas de cinco quilômetros de Norte a Sul, entre Havana e Piñar del Rio e Havana-Matanzas e sacrifício de todos os suínos da Província de Havana. Cuba, ao contrário de outros países, estimulou o aproveitamento de até três animais por família, na área

urbana, e cinco, na rural. Os demais animais eram seqüestrados pelo Estado e levados aos matadouros oficiais para processamento industrial, sob a forma de enlatados esterilizados, sendo seus proprietários indenizados. Na área urbana, foram consumidos 105.652 e, na área rural, 100.000 suínos. Os animais seqüestrados pelo Estado somaram 177.670 cabeças. Foram também sacrificados 29.923 suínos de fazendas estatais, perfazendo um total de 413.245 suínos. As medidas complementares de controle se basearam na instalação de postos de controle na Província de Havana, para se fazer a desinfecção de veículos, proibição da criação de porcos em áreas urbanas, melhoria do processo de criação de suínos estatais e privados, desinfecção do solo com cloro a 35%, desratização da área focal e arredores, eliminação de cães, gatos e outros animais que poderiam servir de vetores mecânicos do vírus, incineração de madeiras e outros elementos de construção que não permitiam desinfecção profunda, uso de animais sentinelas e fiscalização da entrada e saída de produtos de suínos em aeronaves. Com todos esses cuidados, foi possível preservar três núcleos genéticos de suínos, na Província de Havana, com cerca de 250 a 300 matrizes cada, que, por estarem situados no meio dos focos, requereram um enorme esforço para impedir a entrada da PSA. A preservação desses núcleos foi importante na etapa seguinte de repovoamento. Segundo o relato de uma pessoa-chave, a Federação das Mulheres Cubanas, ao lado de outras organizações civis, desenvolveu um papel destacado na implementação do programa de combate à doença. Geralmente, essas mulheres, pelo fato de cuidarem da casa e também dos animais, assumiram um papel destacado nas brigadas de combate à doença, ajudando a explicar para outras mulheres o significado da doença, os riscos sanitários, estimulando, assim a participação dos demais cidadãos. Além disso, auxiliaram na coleta de vísceras para exames, na aplicação de desinfetantes e em outras tarefas. Com isso, praticamente não houve protesto ou manifestação contrária às duras medidas implantadas, embora a doença tenha representado um duro golpe

na economia popular, pois também os cubanos reservam parte de seus animais para as festas de final de ano ou para alguma despesa extra. Com relação à experiência acumulada, a pessoa-chave entrevista considerou que as medidas de biossegurança funcionaram, pois os três núcleos de criação genética de suínos não foram afetados. Disse também que o país deveria se preparar melhor para enfrentar novos desafios nessa área. Segundo ela, a vitória obtida contra a doença foi muito importante para mostrar à sociedade a importância de um trabalho integrado e contribuiu para consolidar a importância da medicina veterinária no país.

O segundo surto, de acordo com Negrin (1981), ocorreu em janeiro de 1980, em três Províncias localizadas a leste do país. O primeiro caso de PSA foi detectado no município de Baracoa, Província de Guantánamo, em fins de janeiro de 1980. Nessa Província existia uma empresa estatal de suínos com oito mil animais, enquanto os demais noventa mil animais eram de propriedade privada. O surto estendeu-se para as Províncias vizinhas de Santiago de Cuba e Holguin, entre 8 e 17 de fevereiro de 1980. A investigação dos primeiros casos e os achados anatomopatológicos realizados evidenciaram o caráter agudo da doença. Cerca de 10% dos animais afetados sobreviveram. Também nesse caso foi necessário organizar brigadas para abater os porcos selvagens, tarefa que se mostrou muito difícil pela topografia montanhosa predominante nessa província. Foram registrados 56 surtos, e foram adotadas praticamente as mesmas medidas empregadas no surto anterior. Nas três Províncias foram abatidos 173.287 suínos, dos quais 123.250 foram incinerados. Foram feitas brigadas para abater porcos selvagens nas regiões montanhosas e utilizados 1.344 porcos sentinelas, distribuídos em 122 áreas, por um período de 45 a 70 dias. Depois de 2 de março de 1980, não foram registrados casos da doença.

h) Malta

Em 1978, a população suína de Malta era estimada em oitenta mil cabeças, distribuídas entre 1600 pequenas criações com 50 a 150 animais, quando foi infectada pela PSA. O primeiro surto apareceu em 15 de março de 1978, perto do porto de Valletata e do aeroporto de Luga, e, cinco dias mais tarde, outros vinte surtos ocorreram no mesmo local. Com apenas 45 dias, a partir daquela data, cerca de 600 das 1.600 criações estavam envolvidas. Os porcos infectados durante os primeiros dias dos surtos haviam sido alimentados com restos de comida de navios e aeronaves. Por causa do turismo, possivelmente a doença tenha se espalhado por meio de carne transportada pelos viajantes.

O serviço veterinário suspeitou de peste suína após o exame de porcos mortos em duas criações, cujos proprietários relataram a existência de outros animais doentes e mortos. Nos dois dias seguintes a essa notificação, porcos doentes, procedentes de outras criações trazidos para o matadouro oficial, evidenciaram lesões de peste suína na inspeção das carcaças. Amostras enviadas em 18 de março de 1978, para os Laboratórios de Weybridge e Pirbright confirmaram a presença da PSA.

Em 21 de março, 27 surtos haviam sido diagnosticados, de acordo com inspeção *post mortem* no matadouro. Iniciou-se, a partir dessa data, um programa emergencial para eliminar a doença, que continuava a se disseminar de forma rápida. Ao final da 4ª semana (13 de abril), 304 criações estavam infectadas, envolvendo mais de um terço da população suína estimada. A adesão ao programa, que no início era voluntária, passou a ser obrigatória, com o abate dos animais doentes seguido de incineração em uma área remota da ilha. Os animais aparentemente sadios eram abatidos no matadouro oficial e estocados em freezer para subsequente processamento para consumo humano. Ao final de junho, mais de 4.500 carcaças estavam estocadas em baixas temperaturas. No caso de 23 criações não infectadas, com cerca de 13 mil suínos, foi feito um isolamento ou

quarentena, na tentativa de salvar um núcleo de cruzamento para eventual repovoamento. Em 11 de maio, foi concluído o trabalho de sacrifício de animais em rebanhos infectados. O número de surtos relatados na fase de sacrifício de animais variava de 40 a 60 por semana e, após essa etapa, apenas 15 novos surtos foram notificados, o que demonstrava o aparente sucesso das medidas tomadas. No entanto, novos focos voltaram a acontecer e mais 1.500 carcaças foram estocadas. Entre julho e agosto, registraram-se 30 a 40 novos focos da doença. Uma análise de 718 surtos confirmados entre 16 de março e 31 de julho foi feita para determinar a proporção de perdas de suínos em sete áreas da ilha. Na área 1, a perda foi de 97%, na 2 foi de 81%, enquanto as menores perdas foram registradas nas áreas 4, com 33% e 3, com 50%. Com isso a decisão foi a de sacrificar todos os porcos remanescentes de Malta, por meio de uma ordem legal de 20 de novembro. Nenhum porco poderia ser comprado de matadouro e toda a carne deveria ser processada em fábricas. A venda de porco foi proibida após 30 de novembro. Em fins de janeiro de 1979, menos de 12 meses após o diagnóstico inicial, o programa foi finalizado e não havia mais porcos na ilha de Malta. O teste empregado foi a IEOP. Os sinais clínicos e as lesões observadas nos porcos em Malta foram variáveis. Algumas lesões eram típicas da forma aguda, similar ao observado na Espanha em 1960, mas houve casos subclínicos, semelhantes às formas ocorridas nos últimos anos na Espanha. Assim, em algumas criações, a taxa de mortalidade era de aproximadamente 100%, enquanto em outras a doença se disseminava lentamente, com menos de 50% de mortalidade. O custo total do programa foi de 5 milhões de libras esterlinas, conforme Balbo e Iannizzotto (1981) e Wilkinson et al. (1980). A principal falha do programa foi concentrar num mesmo ponto de observação, no caso o matadouro oficial, animais de rebanhos negativos com animais de rebanhos infectados.

4.3 A Peste Suína Africana no Brasil

Os suínos foram trazidos da Península Ibérica para a Capitania de São Vicente e, segundo Oliveira [199-], somente no começo do século XX é que se deu início ao melhoramento dos rebanhos consideradas nativos, por meio da importação de animais das raças *berkshire*, *tamworth* e *largeblack*, da Inglaterra, e, posteriormente, das raças *duroc* e *poland china*. Entre 1930 e 1940 chegaram as raças *wessex* e *hampshire*; em 1950 o *landrace*, e na década de 60, os *large white*. O melhoramento genético da suinocultura nacional ganhou novo impulso com a entrada dos primeiros animais híbridos da *seghers* e *pic*, na década de 70. É interessante verificar como havia um processo dinâmico na seleção de determinada raça ou linhagem de suínos, em cada período de tempo, reforçando a hipótese da dependência genética do exterior, Oliveira [199-].

O processo de integração entre os criadores de suínos, patrocinados por cooperativas de produção e por grandes grupos empresariais, foi fator decisivo para a incorporação de novas tecnologias e, por conseqüência, para o aumento da produção e da produtividade, especialmente nas criações localizadas na região Sul do país. A suinocultura nacional ganhou novo impulso a partir da importação de reprodutores melhorados, o que fez com que ela se tornasse cada vez mais dependente do material genético não existente no país, conforme analisam Silva et al. (1983). Segundo esses autores, as medidas de combate às doenças, juntamente com as ações de vigilância, mostravam-se insuficientes para impedir a introdução e difusão das doenças, por não levar em conta as transformações históricas e materiais na sociedade e nas relações que se estabelecem com outros países.

O Brasil, que se viu sob a tutela da Inglaterra durante muitos séculos, passou, gradualmente, a sofrer influência norte-americana, notadamente após a Primeira Guerra Mundial, configurando uma relação de troca comercial nos remete a pensar na que foi descrita na época do Brasil Colônia.

No entanto, um aspecto muito importante e que deve estar presente na análise do episódio da PSA no país era o momento político vivido pelo Brasil que, desde 1964, estava submetido a uma ditadura militar, apoiado em uma política econômica que favoreceu o crescimento de uma pequena classe dominante. Em razão da crise econômica e da falta de credibilidade política, os militares estavam colocando em prática um lento processo de abertura política, sob o governo do General Figueiredo. É nesse contexto político que o Brasil seria surpreendido pela entrada da PSA, em maio de 1978. É necessário reconhecer, no entanto, o enorme desafio que se colocava diante das autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura, pois, além dos graves prejuízos sociais e econômicos, do caráter extremamente impopular das medidas preconizadas para o combate à doença, é preciso considerar o sentimento do povo brasileiro ante uma ditadura militar impiedosa. Além disso, a doença atingiu a suinocultura nacional em um momento em que ela se encontrava em franco processo de especialização tecnológica e de crescimento, chegando a ocupar o quarto lugar no comércio internacional de carnes e subprodutos suínos, o que tornava estratégico e desafiante dispor de um serviço de comunicação social, com o objetivo de informar a sociedade sobre a natureza dos fatos e sobre a necessidade da adoção de severas medidas sanitárias.

O vírus causal da PSA que se notabiliza pela elevada resistência às condições adversas do ambiente, incluindo a maioria dos desinfetantes químicos, pode-se manter viável por vários meses em derivados suínos, condição que facilita a sua disseminação. Tendo em vista que a carne suína tradicionalmente faz parte do cardápio de grande parte das refeições e lanches servidos a bordo de aeronaves, embarcações, trens, ônibus e outros veículos de transporte, o vírus da PSA encontra muitas possibilidades de se difundir de uma região para outra, conforme aconteceu na maioria dos países afetados. Também no Brasil, o episódio da PSA foi atribuído a essa forma de transmissão,

embora as circunstâncias que o cercaram fossem bastante peculiares.

Considerando-se a importância social e econômica que a PSA representa, o Ministério da Agricultura, certamente preocupado com esse problema, promoveu uma viagem técnica do Dr. Sérgio Coube Bogado, entre 15 de junho e 04 de agosto de 1963, à Espanha e Portugal para conhecer a experiência desses países no combate a essa doença. O Dr. Bogado apresentou um detalhado relatório de sua viagem, em que alertava as autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura quanto ao risco da entrada dessa doença no Brasil e, especialmente, quanto à vigilância nos portos e aeroportos. Nesse relatório, o autor propõe, entre outras medidas a “inspeção rigorosa nos aviões, navios, caminhões e outros meios de transporte, a fim de averiguar se conduzem carne ou subprodutos oriundos dos países onde grassa a enfermidade. Caso positivo, procederem as autoridades sanitárias competentes à imediata incineração do material”. A preocupação do autor, com relação ao risco de entrada da doença no Brasil era muito grande, a ponto de “recomendar a todos os laboratórios pertencentes à Defesa Sanitária Animal que mantenham, pelo menos, constantemente, uns quatro suínos hiperimunizados, a fim de que, em caso de necessidade, seja possível a aplicação do teste biológico”. Destaca-se, ainda, na introdução desse relatório, feita por d’Almeida Guerra Filho, Diretor do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, o vaticínio sobre o risco da entrada da PSA no Brasil por meio de terminais aéreos e marítimos: “... *entre nós, ao que nos consta, ainda não foram tomadas providências capazes de aparelhar nossos portos e aeroportos contra a introdução de tão terrível virose, parecendo que nossas autoridades competentes estão deslembadas de que a peste suína clássica nos chegou pelo porto do Rio de Janeiro-Ilha de engenho e Santos e que a doença de Newcastle surgiu nas proximidades do aeroporto de Belém-Pará*”, Bogado (1964) e De Rose (1978).

Posteriormente após esse fato, a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) enviou, em 30 setembro de 1976, um relatório às autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura, alertando sobre o risco sanitário em relação aos resíduos de aeronaves procedentes do exterior. A resposta somente foi feita em junho de 1977 e assegurava que o processo era supervisionado, não havendo problema com o lixo que pudesse comprometer o rebanho nacional na veiculação de doenças exóticas, conforme Peste... (1978f).

Do ponto de vista internacional, o surto ocorrido em Cuba, em 1971, colocou todos os países da América em estado de alerta, embora não existisse comércio com aquele país em razão do bloqueio continental imposto pelos EUA. Mesmo assim, o Ministério da Agricultura publicou a Portaria n. 278, de 19 agosto de 1971, proibindo a importação de suínos de todos os países considerados infectados pela doença, Brasil (1971). Essa portaria foi editada provavelmente por razões políticas, pois, também o Brasil não mantinha comércio de animais e de seus subprodutos com Cuba, e, nessa ocasião, a doença já havia sido totalmente erradicada naquele país. Na realidade, devido ao grande intercâmbio turístico, a situação de alto risco era representada por Portugal e Espanha, uma vez que a doença grassava, sem controle, naquele país, desde 1957 e neste, desde 1960.

De acordo com Reunión... (1978), outro alerta muito importante foi feito pela OIE, em março de 1997, ou seja, 13 meses antes da entrada da doença no Brasil, uma vez constatado o aumento significativo de casos da PSA na Península Ibérica.

Infelizmente, conforme se verificou posteriormente, todos esses precedentes foram minimizados ou mesmo ignorados pelas autoridades sanitárias brasileiras, a tal

ponto que alguns aeroportos importantes sequer dispunham de fornos crematórios e de sistema de tratamento de esgotos, conforme depoimento das pessoas-chave nºs 8, 11 e 18.

O histórico da entrada da doença no país se inicia com um fato levantado pelos repórteres do Jornal do Brasil, dando conta de que em uma propriedade rural denominada Fazenda Floresta, em Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, estava ocorrendo uma alta mortalidade de porcos, o que levou seu proprietário a culpar uma conhecida marca de ração que, segundo ele, estava intoxicando seus animais. O veterinário da empresa produtora da referida ração suspeitou da ocorrência da peste suína (clássica) e encaminhou, no final de abril de 1978, alguns animais doentes ao Laboratório da Universidade Rural do Rio de Janeiro, de acordo com Peste... (1978n). Segundo o depoimento de duas pessoas-chave, a necropsia foi feita no Instituto de Biologia Animal, pelos médicos veterinários Rubens Pinto de Melo e Carlos Tokarnia que, em vista da severidade das lesões, suspeitaram tratar-se de peste suína africana. Por uma coincidência encontrava-se nessa Universidade o Dr. Wilhelm Otto Daniel Neitz, professor e patologista, que havia trabalhado no programa de combate à PSA na África do Sul e que assim se expressou ao avaliar os achados de necropsia: "*parabéns pelo diagnóstico da PSA, meus pésames pela entrada da PSA no Brasil*".

O material colhido nesses animais foi encaminhado ao Centro de Doenças Animais de Plum Island, em New York, pertencente ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, onde chegou em 26 de maio de 1978. Pela sua importância histórica, transcrevo, a seguir, o laudo oficial cujo original e respectiva tradução foram publicados pelo Boletim de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura.



AGRICULTURAL RESEARCH SERVICE
NORTHEASTERN REGION

OF UNITED STATES
DEPARTMENT OF
AGRICULTURE

PLUM ISLAND ANIMAL DISEASE CENTER
POST OFFICE BOX 848
GREENPORT, NEW YORK 11944



*Mail copy to
Dr. Casals
Dr. Howell
Dr. [unclear]
Dr. [unclear]*

June 1, 1978

Subject: Final Report
Accession 810-78 Brazil
ASF Suspect

To: J.J. Callis, Director

Frozen tissue specimens from 8 pigs in Brazil were received on May 26. They were immediately processed and diagnostic work-up continued daily. As a result of inoculation of pigs and cell cultures a virus was isolated. This agent produced hemadsorption reaction in porcine buffy coat cultures, caused mortality in pigs, and reacted with fluorescein labeled African swine fever conjugate. Tissues which were sent gave a positive reaction with conjugated, fluorescent African swine fever antiserum. At 5:30 p.m. Tuesday, May 30, a diagnosis of African swine fever virus was made from the tissue specimens from pigs in Brazil.

[Signature]
A.H. Gardini
Laboratory Chief
Diagnostic Research

[Signature] 6/1/78

Serviço de Pesquisa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - Região Nordeste.
Centro de doenças animais de Plum Island
Caixa Postal 848
Greenport - Nova York - 11944

19/06/78

assunto:Relatório final

810-78 Brasil

Suspeito de PSA

Ao: J.J. Callis, Diretor

Vários tecidos congelados de oito suínos do Brasil foram recebidos em 26 de maio. Foram imediatamente processados e o trabalho de diagnóstico continuou diariamente. Como resultado de inoculação de suínos e em cultivos celulares, um vírus foi isolado. Este agente produziu reação de hemadsorção em cultivo de leucócitos de suínos, causou mortalidade em suínos e reagiu com o conjugado, fluorescente de Peste Suína Africana. Às 17:30 horas de terça feira, 30/05, um diagnóstico do vírus da Peste Suína Africana foi feito de vários tecidos de suínos do Brasil.

A.H.Dardiri
Chefe do Laboratório de
Diagnóstico.

Segundo consta das diversas publicações do Ministério da Agricultura, o primeiro animal morreu no dia 30 de abril de 1978, conforme relato do proprietário, mas a suspeita da doença foi estabelecida em 13 de maio de 1978, por ocasião da necropsia realizada em alguns suínos da propriedade. De acordo com os relatos oficiais, morreram 200 dos 1000 suínos, conforme Peste... (1979) e Serrão et al. [198-]. Considerando que o caso primário ocorreu em 30 de abril era de se esperar, do ponto de vista epidemiológico, que por volta do dia 13 de maio, o índice de mortalidade fosse mais elevado. Esse fato somente foi devidamente esclarecido na entrevista com as pessoas-chave n°s 11 e 17 que afirmaram, com muita segurança, que morreram mais de 500 animais, dentro de um efetivo aproximado de 1.100 cabeças, ou seja, aproximadamente 50%, ou provavelmente acima desse valor, pois existiam muitos animais doentes que seguramente não sobreviveriam. A severidade das lesões dos suínos dessa criação chamam a atenção, conforme se observa nas figuras 1 a 3⁴.



Figura 1. Rim de suíno: hemorragias, tipo petequeial, distribuídas em toda a superfície. Paracambi-RJ.



Figura 2. Rim de suíno: hemorragias distribuídas pela córtex, atingindo a porção medular. Paracambi-RJ.



Figura 3. Coração de suíno: aspecto globoso, com hemorragias difusas no epicárdio. Paracambi-RJ.

⁴ Fotos gentilmente cedidas pelo Prof. Ernane Fagundes do Nascimento - Escola de Veterinária UFMG.

O proprietário entrou na justiça para receber a indenização, que lhe foi negada pelo Ministério da Agricultura, baseado no Decreto n. 24.548, de 03 de julho de 1934, já comentado. O Sr. Antonio Chiarine, caseiro do sítio havia cinco meses, afirmou ao Jornal do Brasil, que foi o único órgão de imprensa a entrevistá-lo, que foram abatidos 780 porcos, 500 galinhas, 23 bois e 5 cachorros, Defesa... (1978).

Com a informação de que o Sr. Severino comercializava animais diretamente para a favela Nova Brasília, no Bairro de Bom Sucesso, Rio de Janeiro, o Ministério da Agricultura colocou em prática uma ação muito complexa para promover rapidamente a erradicação da criação de suínos no local. Para isso instituiu uma política de indenização que foi arbitrada no valor de Cr\$20,00 (vinte cruzeiros ou US\$ 1,11) por quilo de peso vivo. Deve ser ressaltado que os primeiros casos de mortes de porcos nessa favela gerou uma grande comoção, com os proprietários resistentes em aceitar a existência daquela doença. Considerando que se tratava de uma doença de grande impacto, surgiram variadas versões para a entrada da doença no país, conforme se deduz principalmente das matérias jornalísticas consultadas e também das leituras de outras fontes de consulta, incluindo as respostas aos roteiros e as entrevistas com pessoas-chave. Relatos semelhantes foram registrados na República Dominicana e também por ocasião da entrada da peste bovina no Brasil. Dessa forma, ao registrá-las estou sendo fiel ao pensamento dos diversos segmentos ouvidos ou pesquisados sem, no entanto, deixar de considerá-los e reconhecer a sua importância dentro de uma concepção memorialística, que, antes de negar ou tentar minimizar cada versão, deve ressaltar o seu valor para efeito de avaliação, especialmente quanto ao processo de comunicação social.

4.3.1 Versões sobre a forma de entrada da PSA no Brasil

Não há como desvincular o episódio da PSA do regime político, o que tornava

compreensível a reação da sociedade frente à diversidade de informação sobre a doença. A outra questão referia-se ao conhecimento popular, do pequeno ao grande criador que, acostumados às doenças corriqueiras de seus animais, não aceitavam os laudos emitidos pelo laboratório central de diagnóstico. As autoridades somente valorizavam uma informação, o diagnóstico laboratorial, como o único conhecimento que poderia ser medido, independente das experiências das pessoas, conforme analisa Spink (1999). Outros autores, como Berger e Luckmann (1973), ressaltam a importância do senso comum na produção do conhecimento.

A contribuição de Moscovici (1984) parece ser apropriada para evidenciar a importância do processo de representação social, ao considerar que o seu propósito é o de transformar algo não familiar em familiar. Para isso se torna necessário classificar e denominar o objeto, pois as *“coisas que não são classificadas, nem denominadas são estranhas, não existentes e, ao mesmo tempo, ameaçadoras”*. O fato de se tratar de uma doença estranha, desconhecida, tida como uma peste africana, certamente iria despertar variadas formas de representação entre os diversos atores sociais. O não-reconhecimento dessas representações certamente comprometeu todo o sistema de comunicação social implantado pelo governo. Dessa forma, foi pouco eficiente o simples uso de estratégias como a distribuição de folhetos por meio de aviões e a realização de almoços de “desagravo ao porco”, patrocinados pelas autoridades políticas e sanitárias.

Portanto, as versões surgidas após o registro da PSA no Brasil correspondem à diferentes formas de representação social dos diversos atores sociais envolvidos, o que também ocorreu em outros países afetados. Esse aspecto social da questão deveria ser valorizado e apropriado pela coordenação de comunicação social e pelo Programa de Combate à Peste Suína, mas, as autoridades sanitárias mantiveram-se inflexíveis e coesas na defesa de uma conduta técnica que excluía a incorporação

de outros elementos de análise, de forma dialética.

Embora o país estivesse sob um regime militar, não faltou apoio político e econômico para que os técnicos do Ministério pudessem planejar livremente as ações de combate à doença. Ao consultar os artigos produzidos em revistas de divulgação técnica e matérias diversas publicadas na mídia, foi possível identificar pelo menos sete versões sobre a entrada da PSA no Brasil, analisadas a seguir.

a) Desvio de restos de alimentos de bordo de aeronaves para uma criação de suínos em Paracambi-RJ

Essa hipótese corresponde à versão divulgada em todos os documentos e comunicados do governo do Brasil, embora se procurasse evitar aprofundar no assunto, porque envolvia uma questão delicada, em relação ao descumprimento de medidas simples de vigilância sanitária, por parte dos serviços oficiais do Ministério da Agricultura, presentes no Aeroporto Internacional do Galeão, por onde se deu o desvio de restos alimentares de aeronaves procedentes do exterior para uma criação de suínos de Paracambi. A imprensa descobriu que, neste aeroporto, os restos de alimentos de bordo de aeronaves procedentes do exterior, que deveriam ser recolhidos e incinerados em fornos ali existentes, por uma empresa terceirizada, a Marriot, eram desviados clandestinamente pelo Sr. Severino Pereira da Silva, para a sua criação de suínos em Paracambi. O Sr. Severino, por sua vez, era funcionário da Polícia Federal, do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e ainda era motorista de um general, na época Secretário de Segurança do Rio de Janeiro. Uma das conclusões dessa matéria era que, se os técnicos do Grupo Executivo de Produção Animal - Seção RJ (GEPA) *“tivessem seguido à risca as instruções contidas na Ordem de Serviço n. 24, de 22 de julho de 1977, talvez a peste suína não estivesse matando agora os porcos, no Estado do Rio”*. A Ordem de Serviço determinava que os médicos veterinários eram os responsáveis pela fiel observância

da legislação de controle zoossanitário nas dependências do aeroporto e em outros terminais terrestres e marítimos. Um dos itens dessa portaria determinava a imediata incineração dos produtos que circulassem fora das áreas restritas. Diariamente eram recolhidas cinco toneladas de restos de comida dos aviões, de rotas internacionais, Peste... (1978k).

O responsável pela manutenção do aeroporto, onde estavam os fornos, o Sr. Mauricio Cysneiros de Oliveira, em 08 de junho de 1978, foi enfático em suas declarações à imprensa, quanto à possibilidade de saída clandestina de resíduos do aeroporto: *“Posso afirmar categoricamente que nenhum fazendeiro comprou restos de comida aqui no aeroporto. Acredito, e disso ninguém escapa, que possam acontecer desvios na comissão ou percurso até o depósito. Esse lixo é coisa cobiçada mesmo. Muitas vezes sobram fatias de pernil intactas nos containers de porão. É fácil imaginar que os funcionários, mal remunerados e até mal alimentados, sejam tentados a carregar os restos”*.

O Sr. Dominick Larufa, Presidente da Marriot, empresa que fornecia mil refeições diárias aos aviões internacionais, garantiu que *“raramente sobram mais de 10 refeições intactas por voo. De sobras, recolhemos 17 sacos de 100 litros por dia, o que não é muita coisa. Agora, depois que levamos o lixo para o depósito do Aeroporto do Galeão, onde os detritos devem ser incinerados, ignoro o que acontece”*, Perez... (1978).

As outras três empresas que atendem as companhias aéreas no Aeroporto Internacional do Galeão apresentam a mesma versão da Marriot. O Jornal do Brasil, em 09 de junho de 1978, insistiu em continuar investigando a questão dos desperdícios e descobriu que o proprietário da Fazenda Floresta, onde surgiu o primeiro foco da doença, tinha um contrato de Cr\$4.500,00 (US\$250,00) mensais que lhe garantia o direito de retirar da sede da Marriot, na Estrada do Galeão, restos de comida suficientes para encher três

caminhões por semana. Essa informação foi prestada por um funcionário da Marriot, dois dias após o Presidente dessa companhia ter negado qualquer envolvimento com o dono da Fazenda Floresta. O Jornal apurou que os restos de comida saíam do aeroporto, sem a autorização dos técnicos do Ministério da Agricultura, do GEPA, para a sede da Marriot, distante a 10 km do citado aeroporto. Segundo o que a imprensa apurou, esses desperdícios eram também desviados por outros criadores. O Jornal do Brasil descobriu, posteriormente, que o Sr. Severino há seis anos trabalhava com a Marriot, fato por ela negado e pela ARSA (Aeroportos do Rio de Janeiro Sociedade Anônima), empresa subsidiária da Infraero. A ARSA, por sua vez, defendia-se afirmando não possuir delegação para fiscalizar a saída de alimentos da área do Aeroporto do Galeão. No entanto, segundo a matéria desse jornal, existia uma circular da Diretoria do Serviço de Saúde dos Portos que, em seus artigos 1º. e 2º., determinava que *“todo lixo proveniente dos aviões deve ser incinerado e não deixar a área do aeroporto”*. Porém, o artigo 3º. abria uma exceção às empresas contratadas: *“é aceitável retirar os containers com sobras de alimentos dos aviões para dentro de caminhões que se destinem ao exterior do aeroporto, desde que essas sobras sejam colocadas em sacos plásticos e levadas ao incinerador”*, Peste... (1978n).

As pessoas-chave nºs 8, 11, 17 e 18 informaram que o Sr. Severino Pereira da Silva mantinha um cômodo de sua casa repleto de garfos, colheres e facas, de aço inox, de companhias estrangeiras, especialmente da *TAP, Ibéria e KLM*, confirmando assim a mesma versão publicada pela imprensa. Nem essas constatações foram suficientes para que se abrisse um processo administrativo para apuração de responsabilidades, conforme propunham alguns representantes dos suinocultores. Na época alguns deputados da oposição tentaram em vão abrir uma comissão parlamentar de inquérito para apurar responsabilidades. Pelas declarações à imprensa e mesmo em documentos publicados, as autoridades sanitárias se mostraram cautelosas ao

abordar essa questão. O próprio Secretário de Agricultura do Rio de Janeiro, Sr. José Resende Peres, personagem que se tornou polêmica no desenrolar dos fatos associados à PSA, ao ser questionado sobre a origem do surto da PSA no Brasil, pela revista Agricultura de Hoje, em agosto de 1978, assim se expressou: *“quem garante que a peste não chegou aqui através de um outro Estado?”* Dessa forma claramente preferiu evitar comentar todos os fatos levantados pela imprensa a respeito do problema, Por que... (1978).

Dada a gravidade do fato, era de se esperar que o Ministério da Agricultura admitisse publicamente as falhas da vigilância sanitária, o que jamais ocorreu, pois não foi tomada qualquer iniciativa para apurar responsabilidades. Mesmo após todos os jornais de grande circulação apontarem as causas da entrada da PSA no Brasil, expondo as falhas na estrutura de fiscalização existente nesse aeroporto, as autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura continuaram impassíveis, minimizando os graves fatos apontados, preferindo atribuir a disseminação da doença à criação de porcos nos lixões, favelas e periferia das cidades e ao uso de restos de alimentos para a alimentação desses animais, desviando assim o foco da atenção das falhas da vigilância sanitária. Além disso, as autoridades sanitárias, pressionadas pelos empresários do setor, uniram-se no discurso da urgência na mudança da base técnica da suinocultura, incentivando a criação tecnicizada, por meio da concessão de linhas especiais de crédito e orientação por técnicos da Emater e das cooperativas de produção, ao mesmo tempo em que apregoavam a necessidade de erradicar a pequena criação de suínos ou a *“criação de fundo de quintal”*.

b) Inexistência da PSA no Brasil

Essa possibilidade foi colocada, de forma veemente, principalmente por criadores e empresários do setor de suínos. Essa posição comportaria várias hipóteses explicativas, embora se admita que encontrar uma explicação definitiva em ciência social parece remoto, como nos

ensina Minayo (2000). Contudo é necessário destacar que o Ministério da Agricultura demorou muito a dar uma explicação para o surgimento da doença, que era um questionamento dos especialistas, criadores, empresários, donas de casa, enfim, de toda a sociedade. Ao contrário, a primeira reação de certos setores oficiais foi combater o que alguns técnicos do governo denominavam de “imprensa alarmista”.

A bem da verdade, deve ser ressaltada a opinião do Sr. José Alberto Lira, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, sobre a importância da divulgação de informações sobre a doença, em entrevista concedida à imprensa, em 07 de junho de 1978, em que declarou que *“somente com informações precisas, o auxílio da imprensa e dos criadores de porcos a população tem uma medida exata da extensão do problema, ajudando, assim a conter o avanço da doença”*, conforme Peste... (1978k).

No dia 20 de junho de 1978, em matéria publicada pelo Jornal do Brasil, a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura afirmou que estava sendo criada uma coordenadoria de comunicações e para isso pedia ajuda aos proprietários de jornais e revistas que enviassem ao Ministério denúncias, notícias e matérias sobre a situação da peste. É preciso ressaltar que, nessa data, já havia transcorrido quase dois meses do início da doença no país e o programa não contava ainda com informações centralizadas, conforme Governo... (1978a).

Os materiais biológicos recolhidos nos animais na Fazenda Floresta, em 25 de maio de 1978, foram recebidos pelo “Plum Island Animal Disease Center, Greenport, New York, USA, laboratório considerado de referência internacional para doenças exóticas e virais, conforme Mebus et al. (1978). Em 1º de junho de 1978, o diagnóstico de PSA já estava confirmado, no entanto, o respectivo laudo técnico sobre o diagnóstico da PSA no Brasil somente foi divulgado no Boletim de Defesa Sanitária Animal, do Ministério da Agricultura, em dezembro de 1978, Peste... 1978e).

O fato de esse laudo não ter sido publicado em jornais ou revistas de circulação nacional, ou mesmo em revistas científicas especializadas, certamente contribuiu para dificultar o acesso dos técnicos, criadores, empresários e ao público em geral a essa informação. Essa é uma questão que me parece ser substantiva, pois, em se tratando de uma informação estratégica, ela deveria merecer a mais ampla divulgação, para que a sociedade se sentisse devidamente informada, especialmente em um momento em que o poder político encontrava-se desgastado.

Dessa forma a imprensa de todo o país passou a registrar as observações feitas pelos diversos setores da suinocultura, que também contestavam a forma de apresentação da doença, uma vez que ela não se expressava com o poder de difusão e virulência esperados e não matava senão alguns poucos animais, ao contrário do que fora divulgado, de forma intensa, por todos os veículos de informação oficiais e, por conseqüência, pela imprensa. A esse respeito deve ser acrescentado que alguns médicos veterinários, mesmo com pós-graduação em suinocultura, demonstravam, de forma pública, sua desconfiança em relação ao diagnóstico da PSA, utilizando os diversos meios de comunicação de massa, as plenárias dos seminários e dos congressos e ainda os artigos e opiniões em revistas especializadas. Se, na interpretação do problema, fossem consideradas as outras correntes do pensamento, certamente não ficaria tão marcado o caráter notadamente positivista em relação às práticas sanitárias adotadas pelo Ministério da Agricultura. Como assinala Minayo (2000), as possibilidades de interpretação social situam-se entre o positivismo, a fenomenologia e a dialética marxista, que, por sua vez, tem a ver com a luta política mais ampla da sociedade. Algumas características marcantes da teoria positivista, que consiste na pouca valorização conceitual do processo saúde-doença, já se depreendem da análise do próprio organograma do Ministério da Agricultura, em que a saúde é tratada de forma individual, o que é próprio do enfoque pragmático e funcionalista, como se a

ciência fosse universal, atemporal e destituída de valores. Em meio a tantas manifestações dos vários atores sociais que colocavam em dúvida o diagnóstico da doença, o Ministério centralizava o diagnóstico e provocava sobrecarga de trabalho no laboratório com todo tipo de material biológico. Não faltou quem sugerisse fazer o contraditório da prova diagnóstica, dentro de uma interpretação mais dialética, em que a verdade se constrói em torno do saber individual e coletivo. A questão da credibilidade do diagnóstico foi abordada pelas pessoas-chave de nºs 2, 3, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 17 e 18, sendo que a de n. 11 disse que a sua sugestão era de se fazer o diagnóstico em laboratórios internacionais de referência, o que não foi acatado. Logo o espírito criativo e irônico do carioca se revelou, quando alguns suinocultores e técnicos passaram a denominar a doença de “peste brasileira” e não de peste africana, porque o vírus havia se tornado “brasileiro” ou “bonzinho”, em alusão a um programa humorístico da televisão, em voga na época. Se não houve a PSA, qual seria a explicação para a alta mortalidade de suínos observada em praticamente todo o país? Sobre essa questão, parte significativa de técnicos e criadores levantaram a possibilidade de tratar-se da PSC e não da PSA. Para o Sr. Fernando Marrei, Presidente da Federação da Agricultura de São Paulo e grande criador em Bragança Paulista, *“boa parte da peste suína africana não passava de peste suína clássica que já poderia ter sido erradicada com vacinação que custa muito barato”*, Imigrantes... (1978). Em Ourinhos, o Sr. Hildebrando Ferreira de Sousa, com 71 anos e criador de suínos há 50 anos, expressava suas dúvidas com relação à existência da PSA *“Se a peste é incurável, como é que os porcos vacinados não morreram até hoje, mesmo estando próximo ao foco? Que explicação podem dar o Governo Federal e o Ministro da Agricultura?”*, Portaria... (1978a).

Em Minas Gerais, o Sr. Hélio Lodi, representante da Associação Brasileira de Criadores de Suínos afirmou que *“está para ser provada a existência real do vírus da peste”*, Essa afirmação mereceu, no

entanto, pronta resposta do Governo Federal, na pessoa do Secretário do Ministério da Agricultura, Sr. Paulo Afonso Romano que declarou à imprensa que o Brasil detém atualmente todo o conhecimento possível acerca da doença e que o laboratório de Niterói não constatou somente indícios da peste no material analisado, mas sim a presença do vírus, Técnicos... (1978b).

O médico veterinário Cláudio Lowenthal, que desde 1969 trabalhava com suínos, tendo feito curso de especialização no exterior, concedeu entrevista à imprensa de todo o país, em que colocava em dúvida a existência da PSA no Brasil: *“muita coisa absurda sobre a peste africana é discutida no momento. É provável que esta doença nem exista no Brasil; se existe, ela já está erradicada há mais tempo do que diz o governo, o qual vem adotando métodos falhos no seu combate”*, conforme Que Peste... (1978).

O criador e advogado Luis Alberto Linch, em 20 de julho de 1978, utilizando-se da imprensa, chegou a oferecer ao Ministério da Agricultura um lote de 50 suínos *landrace* para serem inoculados com material suspeito da PSA. A única condição imposta era que os exames deveriam ser realizados em laboratórios internacionais de referência. Explicou o criador que o seu gesto deveria ser entendido como ato de solidariedade para com a sociedade e não como de sensacionalismo, conforme Sul... (1978).

Conforme recomendam Lucas et al. (1967) e Sanchez Botija et al. (1977) a escolha do método mais apropriado de diagnóstico depende do estágio da doença no país, podendo-se recorrer ao teste biológico em áreas onde acredita-se que não haja focos de PSA. Considerando-se que, em muitas regiões, havia dúvidas sobre o diagnóstico, o teste biológico, em que pese seu custo mais elevado, deveria ser empregado, conjuntamente com a prova de hemadsorção, como também consta do relatório de Bogado (1964).

Em caso de ocorrência simultânea de PSC e PSA, Sanchez Botija e Ordás (1969), utilizaram, na Espanha, a prova de imunofluorescência direta, descrita por Carnero et al (1968) e, em caso negativo, a técnica de hemadsorção. No entanto, considerando-se que havia dúvida sobre o diagnóstico oficial da PSA no Brasil, especialmente na região Sul do país, deveria ser implantado também o teste biológico recomendado por Sanchez Botija et al. (1977). Ressalte-se que Bogado (1964), ao também defender o uso do teste biológico e temendo que a doença atingisse o Brasil sugeriu, em seu relatório, que cada laboratório oficial do Ministério da Agricultura mantivesse permanentemente suínos hiperimunizados contra a PSC, o que não se efetivou.

O Ministro da Agricultura, Sr. Alisson Paulinelli, no dia 27 de julho, tendo em vista o domínio nos meios de comunicação da polêmica envolvendo o diagnóstico e por conseqüência a própria existência da PSA no país, fez a seguinte declaração *“tenho visto muita polêmica sobre o assunto e algumas são insinuações feitas sem qualquer base, que não nos interessam. Não temos dúvidas de que seja PSA a doença encontrada e de que estamos fazendo o que é recomendado tecnicamente”*, Paulinelli...(1978c).

No Brasil, segundo Andrade (1981) o laboratório oficial de diagnóstico da PSA realizava as provas de hemadsorção em cultivo de leucócitos, IFD em corte de tecidos e cultivo de células, IEOP e IFI. Prevaleceu, no entanto, a prova de IEOP, que apresentou resultados falso-positivos em soros colhidos em 1976 e estocados, sob congelamento. Por outro lado, várias pessoas-chave e inclusive o relatório de Ordás (1978), elaborado em setembro de 1978, indicava que havia problemas em relação a aspectos críticos em relação à estrutura do laboratório oficial.

c) A PSA no Brasil e o interesse das empresas multinacionais

Essa hipótese foi colocada na mídia, com muita frequência, por presidentes de

associações de criadores, empresários do setor e alguns deputados estaduais e federais, tendo por base depoimentos de grandes criadores e opiniões de alguns especialistas em doenças suínas, os quais não concordavam com o diagnóstico clínico e laboratorial da doença. O economista e professor da Universidade de Campinas, Sr. Hélio Duque, em entrevista ao Jornal do Brasil, denunciou que a PSA favorecia o domínio das multinacionais sobre a suinocultura brasileira, estranhando que a doença fosse constatada apenas em criações de pequenos e médios suinocultores. Disse ainda que *“a peste suína africana evita cuidadosamente as criações dos grandes grupos, razão pela qual os superporcos por eles criados podem passar à vontade por todo território brasileiro, com imunidade fornecida pelo serviço de inspeção federal”*. Para ele, a doença não possuía as proporções imaginadas, *“existindo na verdade um surto de peste suína clássica, combatível com a vacina”*, Multinacional... (1978).

Essa hipótese, assim que publicada, mereceu um veemente desmentido por parte do Ministério da Agricultura, conforme declarações à imprensa, em 15 de julho de 1978, feitas pelo Sr. Auricedes Alves Moreira, Delegado Regional do Ministério da Agricultura, em Minas Gerais: *“ele teve muita coragem, mas deverá agora confirmar e assumir a responsabilidade pelas afirmações e que o economista invadiu seara alheia. Isso é uma irresponsabilidade”*, conforme Peste... (1978q).

Deve ser lembrado que, à época, a suinocultura brasileira estava se tornando cada vez mais empresarial, e as multinacionais do setor já iniciavam um processo de participação nesse mercado da suinocultura.

Para o suinocultor Antônio Luís Prado Simões, do norte pioneiro do Paraná, havia tanta contradição que levava a pensar na possibilidade de que ela não estivesse ocorrendo no país e que *“tudo não passa de interesses ocultos”*. Ele atribuiu a causa da PSA a interesses difusos, reforçando as

idéias do Sr. Fernando Marrey, já comentadas:

“Acredito, isso sim, no vírus forjado por interesses ameaçados, buscando interromper o índice crescente da suinocultura no Brasil, que poderia ocupar, em breve, uma posição de liderança no mercado mundial, e por interesses dos que objetivaram impor ao país a predominância do gado bovino”, Invasor... (1978).

Um artigo publicado pela Revista Nacional da Carne contribuiu ainda mais para consolidar essa versão junto aos suinocultores do país, ao afirmar que, no Rio Grande do Sul, *“aumentam as desconfianças de que a PSA não passe de um boato ou que tenha sido introduzida por grupos multinacionais interessados no estabelecimento de grandes núcleos de produção no Brasil”*. Nesse mesmo artigo um deputado da oposição aponta contradições e coincidências que envolvem o surgimento da PSA no Brasil, relacionando-as ao incentivo à suinocultura tecnicizada que só beneficiaria os grandes investimentos, alijando do mercado praticamente a maioria dos atuais produtores, *Coincidências... (1978)*.

A pessoa-chave n. 3 assim se expressou a respeito da entrada da PSA no Brasil: *“se você quer saber como a PSA entrou no Brasil foi porque, em 1976, houve um grande problema com a safra de soja nos Estados Unidos, causado por um inverno rigoroso e o Brasil imediatamente ocupou o seu lugar no mercado da Europa. Os Estados Unidos, em 1977, recuperaram sua produção de grãos e, para aviltar o preço da soja, inventaram essa história da peste suína africana no Brasil. O governo gastou uma fortuna em um laboratório no Rio de Janeiro que não tinha a menor condição. Na época eles só tinham um equipamento de imunofluorescência. Se houve a peste suína africana no Brasil foi em Paracambi”*.

d) A entrada da peste suína africana no Brasil antes de 1978

Segundo Martins (1978), a mortalidade de suínos, ocorrida em 1978, nos municípios paulistas de Leme (18 de março), Araras (19

de março) e Bananal (10 de maio) foi correlacionada à PSA, pois, no surto de Leme, que se prolongou até julho de 1978, foi confirmado, no dia 18 daquele mês, o diagnóstico para PSA, que o autor chamou de “caso índice”. Lyra (1978), ao fazer referência a esse caso, afirma que soros de suínos coletados em 1976 e estocados sob congelamento em institutos de pesquisa de São Paulo revelaram presença de anticorpos da PSA.

Ao se analisar a história da PSA nos vários países do mundo, inclusive no próprio continente africano, observa-se que o comportamento da doença em suínos domésticos traduz-se por elevadas taxas de mortalidade e letalidade, associadas a um grande poder de difusão territorial. O Estado de São Paulo, por apresentar alta densidade populacional e animal, reunia as condições apropriadas para uma rápida disseminação do vírus dessa doença e, do ponto de vista epidemiológico, a doença seria facilmente rastreada, conforme ocorreu em todas as regiões do mundo, em vista das características especiais do agente da PSA. Pela importância desse achado, esses soros deveriam ser encaminhados a um laboratório internacional de referência para esclarecer rápida e definitivamente o diagnóstico.

No entanto, esse fato chegou ao conhecimento da imprensa que, sem desmentido ou mesmo confirmação por parte das autoridades sanitárias, tratou de divulgá-lo, o que acendeu ainda mais a discussão em torno dele. Apesar disso, essa versão, ao ser apresentada em reunião realizada em Lima - Peru, patrocinada pela FAO/OPS/OMS e instituições norte-americanas para discutir o problema da PSA no continente americano, nos dias 13 e 14 de julho de 1978, foi incorporada a um artigo publicado pelo Dr. Reichard, um especialista em laboratório que participava dessa reunião. A partir daí, pesquisadores de outros países passaram a considerar esse fato como verdadeiro, Reichard (1978).

Posteriormente, em 1984, o Ministério da Agricultura, por meio de sua Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, admitiu

que os resultados positivos para PSA naqueles soros haviam suscitado dúvidas sobre o primeiro foco identificado no país. Esse episódio significava que a doença estaria presente no Brasil desde 1976. No entanto, esse possível foco ficou definitivamente descartado pelo Ministério da Agricultura, quando afirmou que esses soros “*apresentaram resultados falso-positivos e que o primeiro foco de PSA identificado no Brasil - Paracambi/RJ, na realidade representou o foco primário*”, Brasil (1984).

A questão do diagnóstico foi considerada um dos pontos mais polêmicos do episódio da PSA no Brasil e será discutida mais detalhadamente em outra parte dessa pesquisa. A doença que estava acometendo os porcos do país apresentava baixos coeficientes de morbidade e de mortalidade, não se enquadrando, portanto, nas características clínicas e epidemiológicas esperadas para uma enfermidade de grande poder de difusão e virulência, como é o caso da PSA. No entanto, as autoridades do Ministério da Agricultura defendiam a versão de que se tratava de PSA, porém causada por uma amostra atenuada de vírus. Essa versão causou uma grande reação entre criadores e mesmo entre especialistas em suinocultura, que, em declarações à imprensa, colocavam em dúvida a existência da PSA no Brasil e afirmavam que ela, provavelmente, estaria sendo confundida com a PSC. Além disso, a divulgação desses resultados no exterior contribuiu para evidenciar a incapacidade de esclarecimento sobre a doença pelos serviços oficiais de defesa.

Uma variante dessa hipótese foi publicada no Jornal do Brasil, de 21 de junho de 1978, por meio da declaração do Sr. Wagner Marchesi, presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos, de que a PSA não teria começado no Rio de Janeiro, porque “*ela existe há algum tempo no país e se concentrou primeiramente nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*”. A matéria contém ainda declaração do Senador Vasconcelos Torres, da Arena do Rio de Janeiro, portanto da base do governo, dizendo-se estarrecido com a

notícia de que a epidemia seria originária de restos de comida de aviões e apelando ao Ministro da Agricultura para que o povo fosse esclarecido sobre a doença, Criador... (1978).

Pela primeira vez em todo o episódio, o próprio Secretário Nacional de Defesa Sanitária, Sr. José Alberto Lira, contestou rapidamente a declaração do Sr. Wagner Marchesi, e disse que entraria em contato com ele para saber a fonte de informação que sustentava tal afirmativa e que, se comprovado tal fato, o Ministério teria que modificar sua maneira de atuação, Governo... (1978c).

O Diretor Regional da OIE, nas Américas, publicou polêmico artigo em que afirma que a carne suína do Brasil, contaminada com o vírus da PSA, estava sendo comercializada para outros países da América do Sul, sem, no entanto, explicitar as fontes de informação, conforme se observa nos seguintes trechos: “*As autoridades do Estado do Rio de Janeiro, foco inicial da peste, há duas semanas, tomaram decisões radicais sobre os primeiros casos e isso permitiu, segundo todos os indícios, que os criadores transportassem animais para os estados do Sul para evitar que sua produção fosse recusada pelo comércio*”.

“*Os rumores de que carne contaminada está sendo dirigida ao Paraguai e Argentina foram comentados com insistência nos meios periodísticos*”

“*Segundo a mais sólida dessas versões, há dois anos, houve mortes de animais no Estado do Paraná, fronteira com Paraguai e Argentina; e há três meses tornaram-se conhecidos também casos de morte de animais pela chamada ‘peste africana’. A expansão da doença em suínos ameaça toda a criação brasileira*”, Ruiz Martinez (1978).

Na condição de representante de uma instituição do porte da OIE, esperava-se que o artigo de Ruiz Martinez levasse em consideração as informações oficiais do governo brasileiro. Provavelmente esses comentários foram baseados em notícias de

jornais do Sul do país, dando conta de que haviam ocorrido mortes de suínos no interior do Paraná, atribuídas pelos criadores à PSA. No entanto, esse surto foi anterior ao episódio de Paracambi e, na época, não foi feita uma sorologia ou mesmo uma investigação epidemiológica para esclarecer a causa das mortes. Quanto à denúncia de comercialização de carne contaminada para o Paraguai e Argentina, essa matéria partiu de jornais argentinos, segundo os quais a carne de porco contaminada estaria sendo enviada para frigoríficos de Buenos Aires, conforme nota publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, em Peste.... (1978s).

e) Veiculação do vírus da PSA por meio da vacina contra a PSC

Por ocasião da realização do 1º Congresso Internacional de Veterinário de Língua Portuguesa, realizado em São Paulo, em julho de 1978, técnicos portugueses alertaram os veterinários brasileiros sobre a possibilidade da veiculação e disseminação da PSA, por meio de vacinas “cristal violeta” contra a peste suína clássica em Divergência ... (1978). Posteriormente, o Dr. Ubiratan Mendes Serrão, que ocupava o cargo de Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, discorreu sobre essa possibilidade em um Congresso patrocinado pela OIE/OPS/OMS, realizado em Curazao, de 17 a 20 de abril de 1979. Ele afirma “O controle é baseado na vacina cristal violeta, produzida em porcos. Espécimens de amostras do vírus usados na preparação da vacina foram examinados; dois resultados positivos para os testes realizados em diferentes laboratórios levaram a suspender o embarque, distribuição e comercialização da vacina desde então”, Serrão (1979). Curiosamente o relatório técnico sobre a investigação epidemiológica da PSA em São Paulo, publicado em julho de 1978, essa hipótese também é considerada. Certamente essa versão buscava explicar como a PSA poderia aparecer, ao mesmo tempo, em locais tão isolados e não relacionados, como, por exemplo em Estrela, no Rio Grande do Sul, situada a 450 km de Porto Alegre e na Ilha de Marajó, no Pará.

f) PSA causada por vírus atenuado

Os defensores desta teoria justificam que em Portugal se empregou um vírus atenuado na preparação de vacinas contra a PSA, o que explicaria a baixa virulência encontrada no Brasil. O Prof. Outobriño Corrêa, em entrevista à revista Suinocultura Industrial, ressaltou que o diagnóstico feito no laboratório do Rio de Janeiro estava correto e que nem poderia ser diferente. Considerava importante conhecer qual ou quais eram as cepas que invadiram o Brasil, pois já haviam sido registrados casos de forma benigna da PSA por Botija, na Espanha, em 1962, com baixa mortalidade. Se o vírus fosse fracamente patogênico, poucos animais adoeceriam e morreriam, de acordo com Professor... (1978).

Tendo em vista o fato de o Ministério da Agricultura ter-se apoiado fortemente nessa hipótese e a repercussão que o tema despertou entre os técnicos e criadores, ele será tratado no próximo capítulo desta pesquisa.

g) Entrada da PSA por meio de suínos e de seus subprodutos trazidos por imigrantes angolanos

Essa hipótese ganhou as manchetes da imprensa logo após a realização de uma reunião da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados em que o Sr. José Alberto Lira, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, ouviu várias críticas à atuação do Ministério da Agricultura no combate à PSA, entre as quais a possibilidade de a doença ter entrado no Brasil por meio de animais infectados trazidos por refugiados angolanos. O Sr. José Alberto admitiu não poder afirmar com segurança se foram os angolanos que trouxeram a peste, em resposta à hipótese levantada pelo Deputado Nelson Maculan (MDB-PR). Em matéria de 22 de junho de 1978, o referido deputado assim se expressou no Jornal do Brasil: “eles trouxeram animais, tudo o que quiseram. Eu não quero acusar o Governo, mas houve desleixo, pois, quando os angolanos chegaram, ninguém se interessou em ver o que eles traziam”. Posteriormente a essa

declaração e considerando a gravidade dessa suspeita o próprio Ministério se encarregou de repassar à imprensa os resultados de um rastreamento feito em todos os portos onde houve desembarque de refugiados angolanos, dando conta que não foram registrados surtos de doenças de suínos nesses locais, dentro de um período de tempo determinado, de acordo com Migrantes...(1978).

Essas variadas interpretações do episódio da PSA no Brasil revelam situações de antagonismos, conflitos, desconfianças e interesses difusos em relação à versão oficial. Não se pode alegar falta de informação ou baixo nível cultural dos atores envolvidos, pois, ao contrário, a maioria é bem informada e representa entidades ou instituições conhecidas e tradicionais. As interpretações aqui reunidas sob a forma de hipóteses constituem formas de representação do fenômeno que, dentro de uma concepção mais dialética, não podem ser desconsideradas. Essas pessoas que traduzem os interesses das corporações têm grande representatividade social, são formadoras de opinião e, na maioria das vezes, não foram devidamente consideradas e valorizadas em relação às decisões de natureza técnica e política. Em que pese o enorme desafio de combater uma doença de tão grande complexidade e que, de certa forma, envolveu praticamente toda a sociedade, o Ministério da Agricultura manteve em todo o decorrer do episódio, uma atitude inflexível, ortodoxa e até autoritária, atitude própria do regime militar instalado no país.

Para melhor entender a evolução das teorias sobre o conhecimento e a sua aplicação aos fatos relacionados ao episódio da PSA no Brasil, recorro a Minayo (2000), para quem as correntes filosóficas que amparam o entendimento de um determinado fenômeno estão representadas pelo positivismo, fenomenologia e dialética marxista. Para Triviños (1987), a filosofia positivista está orientada a guiar o ser humano ao preciso, eliminando o vago, e a realidade se apresenta formada por partes isoladas, não se aceitando outra que não seja aquela em que os fatos possam ser

observados. Por isso, ao se admitir um só caminho, uma só “verdade”, ao desconsiderar as outras “partes”, o programa de combate à PSA implantado no Brasil se ajusta e se sente confortável nesse modelo. Os fatos eram objeto da ciência, enquanto os valores, por serem expressões culturais, ficavam fora do interesse do pesquisador positivista e, dessa forma, não se traduziam em conhecimento científico. Essa teoria predominou até a década de 1970 e começou a perder terreno a partir de 1980.

A teoria fenomenológica exerceu uma forte influência na área da saúde entre as décadas de 1960 e 1970, e foi questionadora da onipotência e onipresença do Estado sobre os indivíduos e da imposição das classes dominantes por meio dos sistemas de saúde, conforme analisa Minayo (2000). Essa teoria compreende o estudo das essências, da sua descrição, sem, no entanto, buscar entender as razões ou fazer uma análise do fenômeno em si. A Fenomenologia defende a idéia de que as realidades sociais são construídas nos significados e através deles e que, para identificá-los, é preciso reconhecer a linguagem significativa da interação social. Um de seus princípios, o da suspensão, significa colocar à parte as crenças e suposições sobre o mundo natural. É a *epoché* para os gregos, que significa descrever o fato em toda a sua pureza. No entanto, essa teoria não considera ou não dá relevo à historicidade do fenômeno, conforme analisa Triviños (1987), para quem *“a busca da essência, isto é, o que o fenômeno verdadeiramente é, depois de sofrer um isolamento total, uma redução, eliminando o eu que vivencia e o mundo com os seus valores, cultura, etc., carece de toda referência que não seja a de sua pureza como fenômeno”*.

Percebe-se, nesse sentido, que o Ministério da Agricultura aparentemente não valorizou devidamente a tarefa de repassar para a população que o consumo de suínos não oferecia perigo à saúde, quando, no imaginário das pessoas, estava presente o rótulo de peste, só concedido aos grandes flagelos da humanidade, e acrescido do termo “africana”, que remete ao continente

mítico e desconhecido para muitos. Esse imaginário era reforçado à medida que os noticiários da televisão e as fotos dos jornais mostravam técnicos do Ministério da Agricultura, protegidos por macacões, botas de borracha, gorros e luvas, abatendo animais a marretadas ou a tiro. Além disso, os animais eram queimados e enterrados, procedimentos que eram seguidos pelo uso de desinfetantes. Como decorrência desse processo, houve uma extraordinária queda no consumo de carne suína, em que pese o esforço dos dirigentes de associações de criadores, das autoridades sanitárias e políticas, que chegaram a promover almoços “em desagravo ao porco” em várias cidades brasileiras. Para um grupo de criadores, a doença foi “plantada” pelas multinacionais do setor de suínos, empenhadas em conquistar o mercado. Para muitos profissionais da medicina veterinária, a doença, que estava sendo notificada em grande parte do país, não guardava nenhuma relação com a PSA, que era representada nos textos clássicos como uma doença altamente mortal, arrasadora. Para grande parte dos dirigentes, técnicos e autoridades políticas, associar a doença à criação caseira de animais, ao uso de resíduos de alimentos humanos recolhidos nos restaurantes, casas e lixões era uma representação importada da Espanha e Portugal, onde a doença em grande parte se disseminou dessa forma. No entanto, para esses grupos que deixaram depoimentos na mídia e em revistas especializadas, a PSA foi vista como uma oportunidade de “modernizar” a suinocultura que nasceria após a erradicação da doença.

A partir da década de 1970, ganharia força, na área da saúde, o enfoque marxista, como uma reação de negação aos princípios positivistas e funcionalistas, em defesa dos direitos individuais, do princípio da autonomia das pessoas e de grupos mediadores frente ao Estado e das grandes instituições médicas. Assim, o marxismo procurava entender o processo histórico, com seu caráter dinâmico e transformador, bem como apreender e reconhecer a prática social empírica dos indivíduos. Um dos princípios do marxismo é que não existem idéias, instituições e categorias estáticas,

pois toda a vida humana é social e está sujeita à mudança, à transformação; é perceptiva e, por isso, toda a construção social é histórica. Embora ocorressem algumas tentativas no sentido de contestar a existência da doença no país, essas encontraram resistência por parte das autoridades sanitárias, o que impediu um tratamento dialético ao episódio da PSA. A estrutura que explica historicamente a formação do setor agropecuário no Brasil permite também afirmar que ele sempre se alinhou ao Estado e deu sustentação às suas políticas. Naquele momento, não se esperaria invocar os princípios do Marxismo para construir um conhecimento novo. Dessa forma, independente de existir um governo militar no Brasil, no período considerado, não se vislumbrava a aplicação desses princípios na tentativa de se construir um conhecimento coletivo. No entanto, a multiplicidade de interpretações que o fenômeno despertou entre os diversos atores sociais e a efervescência de idéias, longe de ser um obstáculo ao planejamento, deveriam ser levadas em consideração para se construir um conhecimento sólido. Provavelmente, se esses princípios fossem considerados, a PSA teria uma outra interpretação e um desfecho diferente no país.

4.4 A mídia e a peste suína africana no Brasil: ambivalência e resistência

Como se observou, a mídia se infiltrou em todas as brechas, ouviu todas as partes envolvidas no episódio da PSA no Brasil, reproduziu discursos, não raro antagônicos à versão oficial, como se estivesse promovendo uma espécie de “acareação” entre os representantes do Estado e os vários atores sociais que se sucediam no cotidiano dos acontecimentos.

Deve-se considerar que a mídia também é afetada pelos grandes interesses políticos e econômicos e, nesse sentido, Miguel (2004), analisa que “*o controle da informação é um dos pontos de estrangulamento da ordem democrática nos regimes ocidentais e a solução liberal padrão – controle mutuo dos veículos de comunicação na concorrência pelo mercado – provou-se amplamente*

insuficiente para garantir à cidadania meios de comunicação plurais de fato, isto é, capazes de refletir os diferentes interesses e visões de mundo presentes na sociedade”.

Um dos elementos-chave do processo comunicacional é o modo como os atores sociais percebem sua própria história. Geralmente, as forças de maior poder injetam no senso comum e na tradição suas versões do passado e suas representações da origem do fenômeno. Já as forças que têm poder reduzido recebem estas mensagens, de modo ativo, reconstruindo-as, de acordo com as percepções do mundo que as envolvem. No mundo atual, as mídias desempenham importante papel no processo de criação, manutenção e desenvolvimento do simbólico e, conseqüentemente, da própria vida social; fazem a mediação social, servindo de veículo para a formação das consciências e respectivos comportamentos, conforme Lopes (2002).

Dessa forma, as inúmeras versões ou representações sobre a PSA surgidas na imprensa se configuravam como verdadeiros “desafios” à versão oficial, que cada vez se tornava mais fragilizada, colocando em campos opostos até mesmo especialistas e instituições. O silêncio ou a demora do governo em contra-argumentar em momentos de graves denúncias, reforçavam convicções e alimentavam incertezas em meio a um processo desarticulado de comunicação social por parte do Estado. Considerando-se que o governo tinha uma suspeita da existência da doença em 13 de maio e a confirmação oficial no dia 01 de junho, houve tempo suficiente para se organizar e montar um sistema centralizado de comunicação. No entanto, em 20 de junho de 1978, O Sr José Alberto Lira, Secretário Nacional de Defesa Sanitária Animal, do Ministério da Agricultura, em entrevista à imprensa, informava que seria constituída uma central de comunicação social, que contaria com o apoio do Ministério da Agricultura, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, que se ocuparia principalmente

de alertar os produtores sobre os riscos da doença.

O próprio Secretário Nacional de Defesa Sanitária Nacional, antecipando-se a uma das críticas às autoridades sanitárias, admitia que *“o quadro atual da doença no país anda muito tumultuado, pois muita gente desautorizada está falando. Hoje até um porco atropelado vira peste suína africana”*. Já o Deputado Federal Nelson Maculan (MDB-PR), defendia um certo sigilo em relação à divulgação de fatos sobre a doença ao afirmar à imprensa que *“a publicidade em torno do assunto está exagerada porque “pode prejudicar nossas exportações”*. O Sr. José Alberto Lira se contrapôs a essa atitude, ressaltando que as notificações eram importantes e que *“não podemos dispensá-las dos jornais e dos meios de comunicação”*, de acordo com Imigrantes... (1978).

Em capítulo anterior, foram registradas as diversas leituras que os atores sociais fizeram a respeito da entrada da PSA no Brasil e agora irei apresentar e discutir a evolução dos acontecimentos, o posicionamento de cada ator e de cada representação social nesse processo. Serão expostos, a partir deste capítulo, as interpretações dos fatos, as críticas, os interesses, as articulações dos diversos atores sociais, incluindo o Estado, na condição de gestor da política sanitária animal. A mídia, nesse contexto, se configurava como um depósito de todos os discursos, às vezes atuando de forma “investigativa”, e desfazendo versões e mostrando os descompassos e atropelos na condução da política sanitária. Ao se colocar em uma posição aparentemente ambivalente, a mídia se torna também alvo da crítica dos mesmos atores sociais.

4.4.1 O registro da mídia sobre o impacto inicial da PSA no Brasil

Logo após as primeiras notícias veiculadas pela imprensa sobre a ocorrência de mortes de suínos em Paracambi, seguidas da forte presença de técnicos do Ministério da Agricultura e de forças militares, com sacrifício de grande número de suínos em

torno do foco, interdição de rodovias, os jornais e as revistas semanais trataram de projetar o risco sanitário que aquela nova doença representava para a suinocultura nacional e o conseqüente impacto econômico-social que ela poderia causar. Para os técnicos do Ministério da Agricultura, tratava-se provavelmente da temível PSA e as medidas preventivas se

justificavam porque estaria em jogo toda a suinocultura nacional, especialmente a criação caseira de suínos, que era predominante nessa época em grande parte do país. As figuras seguintes obtidas de jornais da época documentam as primeiras medidas para combate ao foco da PSA no Rio de Janeiro.

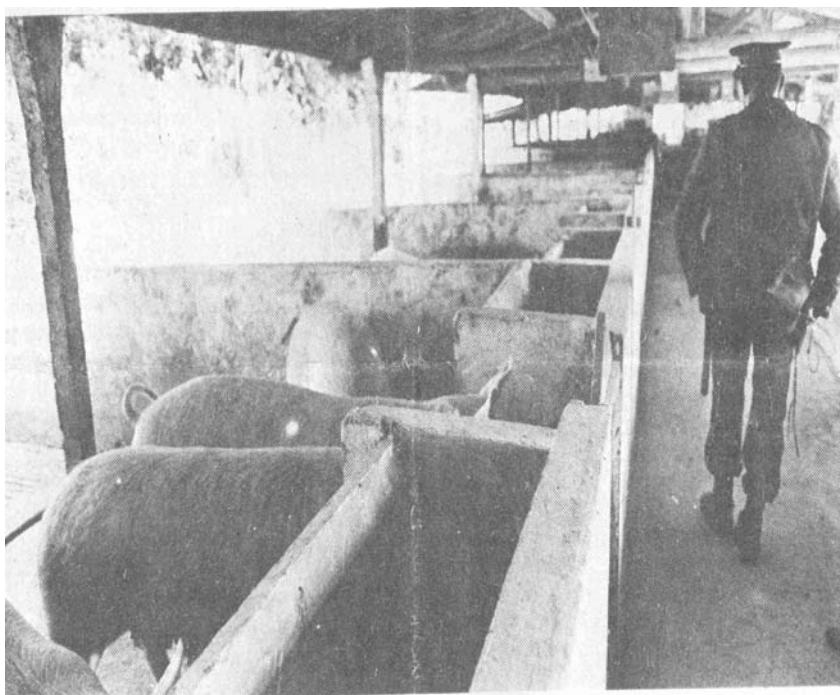


Figura 4. Soldados vigiam os porcos de fazenda interditada em Barra do Pirá - RJ. Jornal O Globo, 03 jun.1978.

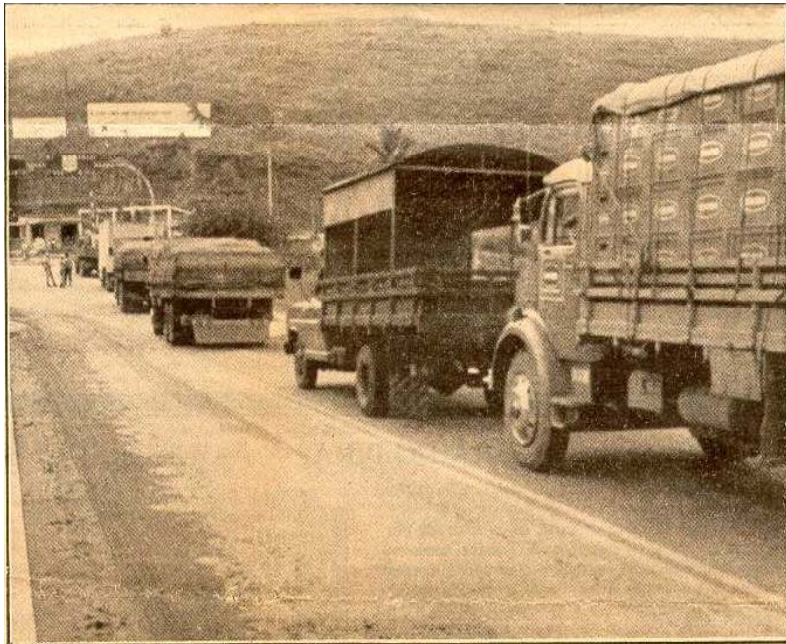


Figura 5. Os caminhões são os mais visados pela fiscalização. Jornal O Fluminense, 5 jun.1978.



Figura 6. Mas, nem os carros de passeio escapam. BR-101, Campos-RJ: O Fluminense, 5 jun.1978.

A mídia ofereceu a oportunidade a todos os grupos sociais para se expressarem sobre o episódio da PSA, conforme se verifica nessa pesquisa. Os primeiros surtos foram registrados nas favelas e na periferia da cidade do Rio de Janeiro, habitadas pela população pobre e historicamente marginalizada, que criava o porco no fundo do quintal para dispor de banha e de carne, e por esse motivo a imprensa dedicou a essa parcela da sociedade um grande espaço nos primeiros momentos do episódio da doença no país.

Após a suspeita da PSA em Paracambi, o Ministério imediatamente isolou a criação afetada, impedindo a aproximação da imprensa e do público em geral. Porém, quando se descobriu que o proprietário da Fazenda Floresta mantinha um comércio com os moradores da favela Nova Brasília, localizada em Bonsucesso, no Rio de Janeiro, com cerca de 20 mil moradores e com uma criação aproximada de mil porcos, a situação se alterou completamente, em razão do número de pessoas envolvidas, bem como, das condições ambientais, sociais e políticas. Um outro desafio para os técnicos do Ministério da Agricultura consistia na necessidade de intervir num espaço geográfico novo, desconhecido e onde o Estado historicamente se fizera ausente. Essa ação somente poderia ter sucesso caso contasse com uma ampla cooperação das pessoas.

Se a cobertura da imprensa, em Paracambi, tornava-se muito difícil em função do aparato policial presente, em Nova Brasília não havia como impedir o trabalho dos jornalistas. Não foi difícil para a imprensa descobrir, logo no primeiro dia de cobertura da ação do Ministério da Agricultura nessa favela, um personagem do lugar que confirmava as informações oficiais a respeito da comercialização de porcos com moradores da favela, por parte do Sr. Severino Pereira da Silva. Esse personagem, que desempenhou papel central no episódio da PSA no Brasil, além de desviar, de forma fraudulenta, as sobras de alimentação de bordo de aeronaves de rotas internacionais do Aeroporto do Galeão

para a sua criação de suínos, ainda vendia os seus animais para os moradores da favela, o que configurava uma fraude de natureza fiscal.

Percebe-se que a mídia, de um modo geral, coloca em destaque o fato de o Sr. Severino ser um funcionário da Polícia Federal, lotado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) uma instituição pública que participava ativamente da repressão política, da tortura e execução de presos políticos durante a ditadura militar, e que usou dessa prerrogativa para desviar sobras de alimentos para os suínos de sua propriedade. Para as autoridades sanitárias e a maioria dos atores sociais a doença tinha como culpado o criador de porco de “fundo de quintal”, que, de forma ilegal e anti-higiênica, mantinha seus animais em lixões ou em chiqueiros e os alimentava com restos de comida e até lixo. Como se verá, no decorrer dos registros na mídia, havia um extremo cuidado das autoridades sanitárias quando se referiam à entrada da doença no país. Deve ser ressaltado que alguns jornais, no final de maio ou nos primeiros dias de junho de 1978, já citavam que a principal suspeita era a peste africana e que o surto tinha relação com o desvio de restos de alimentos de bordos de aeronaves do Aeroporto do Galeão para servirem de alimentação aos porcos criados em Paracambi, pelo Sr. Severino Pereira da Silva. A propósito desse personagem pouco se escreveu, merecendo destaque o artigo de Lancellotti et al. (1978), do qual extraí o seguinte trecho: *“Bom coração, o de Severino Pereira da Silva. Tratava seus porcos como se eles fossem passageiros de primeira classe num voo internacional. Policial lotado no Galeão, Pereira da Silva abusava de seu poder para capturar, junto à empresa Marriot, que diariamente fornece serviços de bordo e hotelaria a dezesseis companhias internacionais as sobras da comida oferecida nas aeronaves”*.

Sob o título “um balanço da PSA” o jornal Estado de Minas, em 26 de maio de 1979, entrevistou o veterinário Sérgio Bogado que disse que *“ao visitar a granja (de Paracambi) pela primeira vez, deparamos*

com uma serie de resíduos da empresa aérea TAP, numa forte evidência de que esses animais vinham sendo alimentados há muito tempo dessa forma. Embora exista um regulamento rígido nos aeroportos internacionais para que todos os resíduos sejam cremados, muitas vezes foge ao controle das autoridades competentes, como no caso específico”, de acordo com Balanço... (1979).

Na favela Nova Brasília, o Ministério da Agricultura tratou de fazer um rastreamento dos animais ali criados. O caso inicial, para as autoridades sanitárias, ocorreu na casa de D.Georgina Pereira, que criava “porcos a meia” com seus vizinhos, quando uma de suas porcas apareceu doente. O animal foi sacrificado e, uma vez confirmado o diagnóstico da PSA, iniciou-se a erradicação da criação de porcos em toda a favela. No dia 02 de junho de 1978, o Sr. Guilherme Utrin, morador dessa favela, aposentado por invalidez, tentou esconder da imprensa o que fazia: o abate clandestino, no alto do morro, de porcos que disse serem procedentes da Fazenda Floresta. Disse que adquiriu 400 quilos em porco, à razão de Cr\$17,00 o kg, (US\$0.94), imediatamente comercializados. Ele se recusou a acreditar que uma porca de D.Georgina estivesse contaminada, porque *“os porcos estavam comendo bem, bebendo água normalmente e, dessa forma, não poderiam estar doentes”*, conforme Peste... (1978i). Um fato curioso foi a forma de pagamento da indenização, feita à vista, em dinheiro, na base de Cr\$20,00 (vinte cruzeiros), por quilo de peso vivo, o equivalente a US\$1.11. No caso de D.Georgina, faltaram Cr\$1.800,00 (US\$ 99.83) para o pagamento da indenização, porque o malote com o dinheiro atrasou e o veterinário, José Diocleciano, deu um cheque seu, com o valor acima citado (figura 7). Os técnicos fizeram aplicações de carbonato de sódio e formol na caçamba de lixo na praça da favela, onde os porcos se alimentavam e também nas valas, esgotos, casas e chiqueiros, enquanto o restante da área, num raio de 15 km, permaneceu em observação. Foram recolhidos cerca de 900 porcos, 20 dos quais com a PSA.

O Sr. Amaro José Luis Santana, Presidente da Associação de Moradores da Favela Nova Brasília, denunciou que alguns moradores estavam escondendo os seus porcos, com medo de perdê-los, conforme Suinocultor... (1978). Esse fato também aconteceu em outros países que tiveram surto da PSA. Já que no Brasil, os pequenos criadores foram os mais sacrificados, essa atitude de esconder o animal representava um mecanismo de defesa e de proteção contra o sacrifício imediato do animal, pois ele era a única reserva alimentar ou protéica das famílias de baixa renda. Não raro, ficou demonstrada a relação de “amizade” que se estabelecia entre os moradores e esses animais, somente percebida pela sociedade em geral ou pelos técnicos nesses momentos de crise. A esse propósito, cabe aqui sublinhar a crônica “Amizade no Morro”, de Carlos Drummond de Andrade, publicada, a propósito da recusa de uma moradora da Favela Nova Brasília em entregar a sua porca de estimação, conhecida por “Chironga”, para o abate determinado pelo governo. Drummond mostrou, com sutileza, a importância de valores como respeito à vida e amizade, criava situações para ironizar as últimas medidas postas em prática pelas autoridades sanitárias do país, Amizade... (1978).

Assim, há relatos, em várias fontes de consulta, que dão conta de que, no Brasil e em outros países, moradores escondiam seus porcos em locais os mais inusitados. Na República Dominicana, foi encontrado um leitão sendo transportado para uma central de abastecimento, camuflado dentro de um caixote de alfaces e, na cidade de Havana, Cuba, leitões eram criados às escondidas, em prédios de apartamentos.

A operação de abate de suínos na favela Nova Brasília foi uma operação demorada e complicada. A captura dos 18 porcos da D.Georgina levou uma hora e meia, sendo que a porca maior, com quase 200 quilos, precisou de 10 homens para ser arrastada para um caminhão caçamba (figura 8).



Figura 7. Jornal O Globo, 3 jun.1978.



Figura 8. Favela Nova Brasília – Rio de Janeiro. O Globo, 03 jun.1978.

Cada vez que um porco conseguia escapar das mãos dos fiscais sanitários, começava a perseguição que, às vezes, mobilizava cerca de cem pessoas. Os moradores que possuíam outros animais, com receio de que eles fossem também confiscados, aproveitavam esses instantes estratégicos para sair, disfarçadamente, com galinhas debaixo dos braços, conforme a imprensa oportunamente documentou, Paulinelli... (1978 d,e).

No dia 20 de junho, a repórter Lena Frias, do Jornal do Brasil realizou uma ampla cobertura jornalística focalizando algumas figuras marcantes de algumas favelas e feiras livres do Rio de Janeiro sobre o aparecimento da PSA. Os criadores situados nas periferias e favelas das cidades encontravam-se desconfiados, e como criavam poucos animais (quatro a cinco cabeças) tratavam de esconder a sua criação. Outros estavam tentando vender rapidamente seus porcos, comercializados sob os mais diferentes disfarces. À medida que essa repórter ia percorrendo algumas favelas cariocas, as figuras clássicas ali residentes iam aparecendo aos poucos na matéria, como o caso de um tal de Zé Bonitinho, morador do Parque Alegria, no bairro do Caju, que levava uma sacola de plástico na mão e, dentro dela, bem escondido, os quartos de uma porca que havia matado, na noite anterior, rumo ao botequim ou a feira. Em Jacarepaguá, o ambiente era discreto, pouco se falava em porco, ou mudava-se logo de assunto. *“Ninguém é contra a doença, afinal é uma peste”*, fala um dos moradores. Na opinião do Sr. Armando da Silva Moreira, havia porco sendo sacrificado sem doença nenhuma: *“Ora, que conversa é essa? Como é que não há vacina, nem remédio para a tal da peste africana? Quer dizer que resolver queimar nossos porcos, só por causa de uma doença que tem de ter cura, logo na hora em que porco estrangeiro vai entrar aqui? O culpado é o governo, é só o governo. Como é que esses Ministérios têm tantos fiscais e eles só servem para comer e roubar? Eles chegam na porta da horta, na porteira do curral, na beira do chiqueiro e nem querem saber se tem doença, se não tem. Eles querem é levar os Cr\$ 10 mil, os*

Cr\$ 20 mil de cada vez. Eu tenho o dinheiro e dou. Agora querem queimar o meu porco. Quem chegar no meu chiqueiro pra queimar meu porco, morre”.

Em Santa Cruz, outro criador anônimo guardou as 300 cabeças de porco sabe Deus onde: *“minha criação é sadia, tenho veterinário e tudo. Comecei com pouco, mas eu gosto dos bichinhos”*. Não acreditava ou não quer acreditar na peste e achava que os porcos estavam sofrendo de febre suína (peste suína clássica). Na favela alguns criadores chegam a alugar área para criar seus animais. O comércio do produto era garantido na própria favela, nas suas vizinhanças, na feira, além de restaurantes e churrasarias que lucravam com a criação marginal porque saía mais barato, a carne era mais fresca, não havia problema com notas fiscais e com a fiscalização. Segundo esses comerciantes, o porco de frigorífico não tinha o mesmo sabor daquele que era engordado no quintal.

Os marchantes de animais existiam também nos morros e favelas do Rio, eles arrematavam animais aqui e ali, havia lugar para guardá-los por dois ou três dias antes do abate. Só no Largo do Boiadeiro, próximo à favela da Rocinha, havia uns 20 deles. Entre eles logo se destacava a figura do *Seu Come Gordo*, de pouca fala e muita observação. Com ele tudo funcionava de forma legal; se, por exemplo, a ordem era matar porco *“vamos matar os porcos”*, dizia. Agora com a doença dizia que não podia trabalhar: *“Empatei Cr\$28 mil em porco, (US\$1 553.00), os bichos tudo sadio, tudo criado em lugar bonzinho, no Alto da Boa Vista, comidinha sadia, de restaurante, tudo porquinho de qualidade”*. A Dona Severina, mulher de *Come Gordo*, estava preocupada com a saúde dele, pois *“o homem não dorme sem ver as notícias da televisão, de dia e de noite”*. Contou ainda que toda a família vivia em função do porco: *“Nós trabalha pra mais de nove marchantes, só aqui na Rocinha. É o nosso ramo de vida. Meu marido não mexe com outra coisa. Um mucado de anos fazendo trabalho de porco. A gente nem sabe girar outra vida”*. Ao dizer que a clientela havia diminuído, surgiu uma Kombi, coincidentemente naquele momento,

de um famoso restaurante de Botafogo, a procura dos marchantes. Outra figura da favela, um senhor de nome Pedro Abdias Cordeiro, vulgo Major Cosme, de 70 anos a respeito da nova enfermidade dos porcos disse o seguinte: *“Mato porco pra feira desde menino. Só de botar o olho no porco digo se está sadio ou doente. Sou veterinário da moléstia, na prática nenhum doutor me encosta. E lhe digo: tem malícia aí, já escutamos falar nas fogueiras, tão tacando fogo nos porcos. Acho mais que tem gente vendendo esses bichos da gente. Botar fogo, perder tudo? Ora, dizer isso pra mim ...”* Um outro interessante personagem, um vendedor de brilhantina, perfumes e sabonetes no morro, seu Egberto Nunes Ferreira, tido como poeta e de fala “bonita” disse que tinha algumas dúvidas sobre essa doença: *“Primeiro eu vou fazer uma pergunta: onde estão aquelas organizações científicas, entre elas a Fundação Oswaldo Cruz, Vital Brasil, Butantã de São Paulo, que dormem eternamente, sem fazerem pesquisas para a defesa do gado suíno?”*

Segundo Frias (1978) a autora da reportagem, o que chamava a atenção na Feira de Caxias era que lá havia de tudo, e o porco, que andava meio escondidinho, estava presente no sarapatel, no sarrabulho, nas costeletas assadas, nos sanduíches de pernil e no churrasquinho com cerveja. Vendedores com sacolas de carne de suíno morto à noite não faltavam. Na feira de São Cristóvão, a situação não diferia da Feira de Caxias. Um freguês dessa feira assim resumiu o problema da PSA *“antes que o governo mate, nós mata e come”*.

Os técnicos do Ministério achavam que o número de porcos na favela Nova Brasília aumentou muito desde que o abate foi iniciado e a explicação poderia estar relacionada com a quantia paga a título de indenização - Cr\$20,00 o quilo (US\$1,11) - considerada alta, o que estaria levando

muita gente a levar porco para a favela com o objetivo de vendê-los, conforme Governo... (1978c).

A partir da primeira semana de junho, foram identificados novos surtos em vários municípios do Rio e o Ministério da Agricultura ordenou o sacrifício de suínos das criações consideradas infectadas e situadas em um raio de 16 km, uma vez que a estratégia era impedir que a doença atingisse outros Estados, especialmente naqueles onde a suinocultura era muito expressiva. Para que não houvesse derramamento de sangue e conseqüente contaminação do ambiente, o Ministério ordenou que o abate dos animais criados em torno dos focos da PSA fosse feito com auxílio de marreta. A imprensa de todo o país documentou e criticou a forma de eliminação dos porcos que, ora eram amarrados e arrastados pelas ruas das cidades, como foi o caso de Paracambi ou das favelas e periferia do Rio de Janeiro, ora abatidos ou atordoados a pauladas e marretadas, na frente de crianças e adultos, conforme Paulada... (1978). As fotos publicadas nos principais jornais e revistas semanais geraram protestos de todas as partes (figuras 9 e 10). Representantes da Associação Protetora dos Animais, professores de medicina legal, dentre outros, denunciaram, de forma veemente, o método de abate, como foi o caso do Professor Antônio Protássio Pereira, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Km 47, que invocou o Decreto no. 24.645, de 10 de agosto de 1934, em seu artigo 30, inciso 6, que *“considera ‘maus-tratos’ não dar morte rápida, livre de sofrimentos prolongados, a todo animal, cujo extermínio seja necessário para o consumo ou não”*. Considera o uso da marreta condenável, é uma prática da sociedade do barbarismo, do início do milênio à época medieval, conforme Abate... (1978).

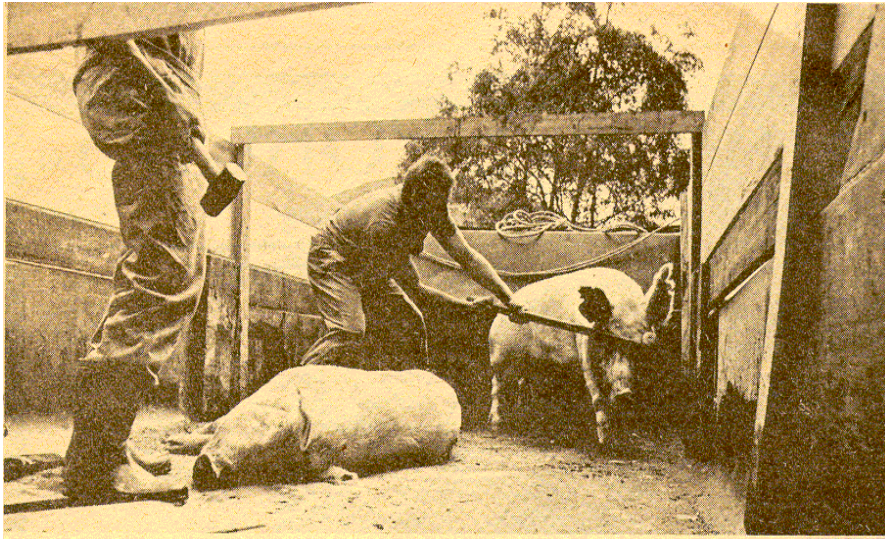


Figura 9. Apesar dos protestos contra a marreta, ela foi usada ontem para matar mais de 500 porcos. Jornal O Globo, 7 jun.1978.



Figura 10. Ignonímia! São arrastados para a morte como bois para o matadouro. O Pasquim, 7 jul.1978.

Logo que se iniciaram os abates dos porcos com o uso de marreta, os veterinários do Rio de Janeiro confidenciaram à imprensa que *“repugna o método de matança utilizado para abater os porcos contaminados – é algo medieval, brutal, pouco eficaz e que, além de provocar sofrimento no animal, traz outros dois problemas graves: a demora no abate e a revolta dos criadores”*. Eles sugeriam o uso de pistola para abate dos animais infectados. Alguns veterinários estavam pensando em aplicar anestésico nos animais, mesmo que com recursos próprios, *“mas essa medida está proibida pelos nossos superiores, já que demanda tempo”*, de acordo com Ministro... (1978c).

A representante da Sociedade Zoófila Educativa, a médica veterinária Claude Dunin, disse que *“é um absurdo a maneira com que os técnicos estão matando os porcos sob suspeita de estarem com a PSA, além de ser contra todos os princípios de abate humanitário, é ilegal. Isto sem considerar que os animais estão sendo sacrificados sob as vistas da população”*, conforme Peste... (1978k).

As primeiras imagens dessa forma de sacrifício falam por si e não encontram similar em qualquer outro país onde o problema ocorreu. Ao reproduzi-las nesta pesquisa, a intenção é de manter viva “essa lembrança”, ainda que negativa, para que dessa experiência resulte um conhecimento que contribua para o crescimento a inserção social da veterinária brasileira. Em vista da pressão social, as autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura recuaram e passaram a utilizar o processo de fuzilamento dos animais, Figuras 11, 12 e 13⁵.



Figura 11. Abate de porcos, com auxílio de marreta. Ourinhos - SP: Folha de S.Paulo, 24 jun. 1978.



Figura 12. Presença de curiosos durante os preparativos para o sacrifício sanitário de suínos. Região centro-oeste de MG.

⁵ Fotos 12 e 13 gentilmente cedidas pelo Prof. Elvivo Carlos Moreira – Escola de Veterinária UFMG



Figura 13. Abate de suínos pela Polícia Militar de MG – região centro-oeste de MG

No dia 22 de junho de 1978 dois caminhões levaram para o abate mais 150 porcos das favelas Lixeira e Alvorada, situadas atrás da Nova Brasília. Os dois caminhões mais cinco viaturas do Ministério da Agricultura subiram nessas duas favelas e tiveram de enfrentar dificuldades dos buracos, das ruas estreitas e da falta de colaboração dos moradores. Os animais passaram a ser transportados vivos para o local do abate para não provocar revolta nos moradores, pois há vinte dias, quando os trabalhos começaram, os porcos eram mortos à marreta no local, e alguns moradores chegaram a ameaçar os técnicos, em Ministério... (1978).

Outra denúncia que chegou à imprensa referia-se a uma propriedade com diagnóstico de PSA, em Ourinhos, São Paulo, interditada em 22 de junho de 1978, em que os 71 suínos confiscados permaneceram durante todo o dia dentro de um caminhão da Prefeitura, sob a ação do sol, sem comida ou água, à espera da execução que, afinal, não aconteceu pela ausência do pelotão de fuzilamento ou ainda pela falta de munição, de acordo com

o depoimento de técnicos da própria Secretaria, em Governo... (1978e)

O trabalho na favela Nova Brasília, iniciado no dia 1º de junho estava praticamente concluído no dia 29 daquele mês. A equipe, constituída por dois veterinários e doze técnicos, deslocou-se para a favela de Joaquim Queiroz, que possuía cerca de mil suínos e para a favela do Rato Molhado. Em todos esses lugares, a situação de criação dos animais era muito semelhante. Na Favela do Rato Molhado, próximo ao valão, funcionava a birosca do Sr. Francisco Heleno Mota. Nos fundos da casa conviviam, em meio à lavagem e à lama, uma porca de 150 Kg ("Bóia"), uma cabra ("Sua Mãe"), outros vinte e três porcos, um cabrito, dez cachorros, alguns gatos e dez crianças. Tendo sido esse o primeiro local visitado pelos técnicos, houve uma certa resistência dos moradores e muita choradeira, como retrata a imprensa. Quando o proprietário recebeu do veterinário Diocleciano Peixoto, um vale de um cheque de Cr\$25.000,00 (US\$1 387,00), o Sr. Francisco e seus filhos se acalmaram, conforme Peste... (1978o). Ao final dos trabalhos nas favelas Nova Brasília,

Alvorada e Rato Molhado foram abatidos 1.171 porcos e outros 556, em lixões, favelas de vários municípios do Rio de Janeiro, conforme Comissão... (1978).

Em decorrência do apelo das autoridades, muitos donos de criações denunciaram espontaneamente casos de doenças e mortes em seus animais e, como não havia possibilidade de atender a tantos chamados e denúncias, muitas situações inusitadas ocorreram. Assim, Dona Marinita dos Santos Oliveira, moradora em São João do Meriti, depois que nove filhotes de sua porca morreram, esperou em vão pela presença de autoridade sanitária em sua casa, enterrou quatro filhotes no quintal da casa e atirou os demais no rio Sapucaí. Ela resolveu então comunicar o fato à delegacia de polícia de sua cidade, que encaminhou o caso para a Secretaria de Agricultura do Rio de Janeiro, segundo Aviso... (1978) e Portaria... (1978b).

Outro caso curioso e que merece registro aconteceu com D. Benedita Vieira Gonçalves, moradora em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, que possuía mais de 30 porcos que foram adoecendo e morrendo com sintomas de diarreia e febre. Ela avisou ao Hospital Infantil de Duque de Caxias sobre as mortes dos animais. Este, por sua vez encaminhou o caso ao Ministério da Agricultura, que enviou uma equipe técnica para apurar as denúncias. Os técnicos recolheram um leitão afetado pela doença e o encaminharam para exame no laboratório da Ilha do Fundão. Foi confirmado, após 30 dias, o diagnóstico da PSA, tendo então a equipe do Ministério da Agricultura retornado à residência da D. Benedita e procedido à apreensão dos cinco suínos sobreviventes. Contudo, não foi feita a captura dos porcos criados nos quintais dos vizinhos, conforme se recomendava em áreas de foco da PSA, segundo Rio... (1978b).

Em Belo Horizonte a Prefeitura propôs a erradicação da criação de suínos dentro da cidade, em consonância com as diretrizes do Ministério da Agricultura. Inicialmente seria feito um trabalho destinado a estimular o autoconsumo, conforme BH... (1978).

A imprensa mineira, a exemplo do que ocorreu no Rio de Janeiro, interessou-se em acompanhar todas as providências em relação ao abate de suínos nas favelas e periferias da cidade. Assim, no dia 25 de julho de 1978, quando os repórteres resolveram ir à favela para verificar a atitude dos moradores, puderam registrar situações inusitadas e às vezes pitorescas. D. Maria Agripina, com seus cinco cachorros, um gato, algumas galinhas e dez porcos, explicava: *“vou conversar com um coronel que conheço, para ver se ele quer levar os porcos para o sítio dele. Assim, a gente cria ‘à meia’ porque o tempo que eles deram pra gente decidir é muito pouco e eu não sei o que fazer”*. Praticamente em cada casa há pelo menos um porco e, como muitos não têm chiqueiros, os animais se misturam com crianças e adultos. D. Onofra dos Anjos, diz não entender por que eles iriam fazer aquilo com os seus bichos. *“Nunca tiveram uma doença e a única que me está dando problema é uma porca que está com reumatismo”*. As crianças avisam à repórter: *“perto daqui tem uma dona que cria 26 porcos”* e se ofereceram como guia, mas recomendam para não entrar por causa dos cachorros. A dona de casa aparece e assustada explica: *“tenho apenas uma porca gorda, já na hora de matar, por isso acho que não vou ter problemas”*. Às suas costas, os roncões de muitos animais podiam ser ouvidos, mas ela insistia *“não tenho criação, já tive muitos porcos, mas vendi tudo no Natal”*, e desapareceu no estreito corredor que a levava até sua casa. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, só na Favela Morro do Papagaio existiam perto de 20 mil cabeças, conforme Nas favelas... (1978a).

Na favela, a notícia de que os porcos ali criados iriam ser abatidos pelo governo provocou grande agitação. Muitos moradores asseguravam que se isso acontecesse *“o número de assaltos vai aumentar, a Arena vai perder, pois é partido de governo e o governo quer é nos matar”*. O Sr. Modesto Cupertino, do Morro do Papagaio, dono de 17 porcos declara ao repórter do Estado de Minas, em Nas Favelas... (1978b): *“A gente perde o sono e fica pensando onde está a mentalidade*

desses chefes de nação, porque meu Deus, falar que a criação de porcos aqui é ilegal se jamais apareceu por esses lados um fiscal da prefeitura? Porque matar nossos porcos se nunca tiveram nenhuma doença e nem conhecemos essa tal de peste suína? Isso para mim não passa nem na cabeça de cavalo”.

Na favela Barragem Santa Lúcia D. Ilda Araújo Oliveira, dezessete filhos, engorda sete porcos para ter banha para cozinhar e comer carne duas vezes por ano. Não consegue vender seus porcos e diz *“como é que vou matar uma porca que daqui a uns dias vai dar cria?”*. Nos botecos, os grupinhos não conversam sobre outra coisa.

Na Secretaria Municipal de Saúde, ninguém fala mais sobre o assunto e todos repassam o problema para o Ministério da Agricultura, que é o órgão responsável pelo combate à PSA. Este, por sua vez, não quer se responsabilizar sozinho e transfere o problema para a Secretaria Estadual de Saúde, que tem jurisdição sobre as áreas urbana e suburbana da cidade. No dia 1º de agosto, em Belo Horizonte, apesar da confirmação de um foco da PSA no bairro Saudade, situado na periferia da cidade, e esgotado o prazo dado aos favelados, ainda não se tinha uma decisão sobre os porcos criados nas favelas. O Sr. José Xavier Monteiro, Chefe do Serviço de Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura, em entrevista à imprensa dizia que *“a prefeitura está se retraindo e jogando a bomba sobre nós. Só temos autonomia para atuar nos focos da doença, mas entrar nas favelas para retirar os porcos é da competência da prefeitura, para dar cumprimento à lei que proíbe a criação”*, conforme Prefeitura... (1978).

O Presidente da União dos Favelados de Belo Horizonte, Francisco Nascimento, afirmava à imprensa que *“num país com tanta pobreza, desemprego, subemprego, baixas pensões, igual ao nosso, não se pode exigir que certas posturas sejam observadas com rigor”*. Para ele, apesar de a criação de porco não ser uma atividade legal, sua prática vinha sendo tolerada pelas

autoridades e pela própria sociedade, Matança... (1978b).

No entanto, era possível encontrar criações de suínos de favelas, criados com restos de alimentos recolhidos de sacolões, como se documentou, na época, por meio das figuras 14 a 16⁶.



Figura 14. Moradoras da favela Cabeça de Porco, recolhendo restos de “sacolão” do Bairro Savassi, Belo Horizonte, para alimentar porcos. Agosto/1978



Figura 15. Moradora da favela Cabeça de Porco, recolhendo restos de “sacolão” do Bairro Savassi, Belo Horizonte, para alimentar porcos. Agosto/1978

⁶ Fotos gentilmente cedidas pelo Prof. Élvio Carlos Moreira, da Escola de Veterinária da UFMG.



Figura 16. Criação caseira de porcos. Favela Cabeça de Porco, Belo Horizonte-MG. Agosto/1978

Para as autoridades sanitárias e políticas, todos os surtos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro estavam associados ao foco inicial de Paracambi ou da favela Nova Brasília. Porém uma explicação inusitada, que guarda semelhança com a teoria do causador humano, cujo exemplo clássico encontra-se na história da disseminação da peste bubônica na Europa, tenta justificar a origem do primeiro foco da PSA em Minas Gerais, em Volta Grande, cidade próxima à divisa do Estado do Rio de Janeiro, onde duas criações de porcos de “fundo de quintal” foram atingidas pela doença, com quatro animais mortos e 46 abatidos. A origem desse surto, na opinião do Secretário de Agricultura de Minas Gerais, Sr. Agripino Abranches Viana, foi a seguinte: *“O transmissor foram dejetos humanos, lançados diretamente em chiqueiros, onde eram engordados alguns porcos. Acontece que estes dejetos estavam contaminados pelo vírus contraído pela família proprietária dos porcos que, há alguns dias, havia participado de uma festa de casamento na favela Nova Brasília, no Rio, onde há um foco da peste”,* Aparecimento... (1978).

Porém, poucos dias após esse surto, surgiu outro em Minas Gerais, ainda mais enigmático, na Fazenda Jacilândia, em Igarapé, desta vez em uma suinocultura modelar, de propriedade do Sr. Lincoln Martins Viana Jr., Vice-Presidente do Núcleo de Suinocultura de Belo Horizonte. Segundo Viana informou à imprensa, cerca de 1100 animais foram eliminados a tiros e enterrados, sem que fosse apresentado qualquer indício da entrada da doença no rebanho, Começa... (1978).

4.4.2 A mídia e o discurso dos técnicos sobre o episódio da PSA no Brasil

O Secretário Nacional de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Sr. José Alberto da Silva Lira, convocou a imprensa, em 29 de maio de 1978, para esclarecer o tipo de doença que atacou o rebanho suíno em Paracambi, no Km 56 da via Dutra. Segundo ele, tratava-se de uma peste suína exótica, cuja confirmação dependia ainda do resultado da análise laboratorial que estava sendo feita nos Estados Unidos. O Secretário explicou que alimentos contaminados são a provável origem do surto, Peste... (1978d).

Em 31 de maio de 1978, o Ministério da Agricultura recebeu, por telefone, a confirmação do Centro de Investigações de Doenças Animais Exóticas, dos Estados Unidos, de que o vírus que contaminou o rebanho do Estado do Rio era realmente o da PSA, conforme No RJ... (1978).

O Sr. José Alberto Lira disse à imprensa que a única coisa que ainda permanecia em segredo, para as autoridades ligados ao problema, era a origem do vírus que, embora fosse peculiar na África, poderia ter sido importado da Espanha ou de Portugal, conforme Ministro... (1978a).

O veterinário José Mauro de Carvalho, da Secretaria da Agricultura do Rio de Janeiro, que participou do trabalho na Favela Nova Brasília, declarou à imprensa que *“há muito tempo que a peste africana acabaria atingindo o nosso rebanho e nunca foi feito nada para se evitar que isso acontecesse”*. Certamente ele deveria estar se referindo às recomendações do Relatório do Dr. Sérgio Coube Bogado, que havia realizado uma viagem oficial aos países da Península Ibérica. Para o entrevistado, os aeroportos deveriam ter uma *“fiscalização mais séria para evitar que aconteçam coisas como esta peste, que poderá exterminar o nosso rebanho suíno e nossa barreira epidemiológica é praticamente inexistente e falha em todos os sentidos”*, Peste... (1978k).

Em declaração ao Jornal do Brasil, de 08 de junho de 1978, que, segundo os repórteres presentes na entrevista, deixou a todos *“surpresos”* e que repercutiu em toda a imprensa nacional, o Sr. Antonio Perez, Secretário da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, disse que manteve em segredo durante *“algum tempo”* - não precisou quanto - a informação sobre o ataque da PSA ao rebanho da Fazenda Floresta, para não prejudicar a imagem do Brasil no exterior, conforme Perez (1978). No dia seguinte, o referido jornal, sob o título *“pior epidemia”* reproduz a matéria, criticando duramente a posição do Sr. Antônio Perez: *“a psicose das salvaguardas costuma dar os mais inesperados resultados. Agora é o Secretário da Agricultura deste Estado, Sr.*

José Resende Perez, que, evidenciando uma forma de zelo inteiramente inédita pela salvaguarda do prestígio do Brasil no exterior, resolveu manter secreta a notícia do surto da peste suína africana que vem preocupando as autoridades e a população do Rio. Aí está a verdadeira e grave epidemia do Brasil. A de pretender ocultar-se, por sistema, ou camuflar-se, toda e qualquer notícia dos vícios, erros e desvios dos poderes constituídos. Aí está o que realmente projeta, no exterior, essa imagem tão desprimorosa quanto injusta, que nos diminui e nos humilha. Essa não é africana, nem ataca suínos. É uma epidemia característica de uma certa casta de administradores brasileiros, para os quais o país se reduz a uma chácara particular, na qual tudo se permitem e a nada se sentem obrigados. Quanto às imagens não é preciso realmente, recorrer aos pobres porcos. A opinião pública, a tal que não existe, é espelho mais do que suficiente. E para ela, seja a nacional, seja a estrangeira, o que compromete inapelavelmente o prestígio do país é substituir-se a franqueza e a coragem do debate pela vergonha de segredo institucionalizado”, segundo Pior... (1978).

Esse tipo de declaração do Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro ajudou a aumentar o desgaste técnico e político das autoridades sanitárias. De acordo com a legislação brasileira, essa exigência de notificação à OIE caberia apenas ao Ministro da Agricultura, que é a autoridade máxima do país na área da Agropecuária. Porém, conforme comentado no item 4.3.1, que trata das versões da entrada da PSA no Brasil ficou marcado o caráter polêmico desse personagem, ao afirmar que a PSA poderia ter entrado no Rio de Janeiro por meio de outros Estados.

Em Belo Horizonte, o médico veterinário Marco Aurélio Jardim de Miranda, ao ser entrevistado pelo Estado de Minas, disse que *“a única maneira de se evitar que a peste, trazida pelos colonos de Angola e Moçambique, se alastre pelo resto do país é eliminar todos os porcos onde forem detectados os focos da doença”*, em Paulada... (1978).

De acordo com Brasil... (1978b), o Presidente da República, General Ernesto Geisel, por meio do Decreto nº 81.798, de 15 de junho de 1978, autorizou o uso das forças armadas no combate à PSA, quando requisitada pela autoridade sanitária e, pela primeira vez na história da defesa sanitária animal, obrigava a qualquer pessoa comunicar ao Ministério da Agricultura a existência de doença em suínos, conforme consta do art.3º: *“As autoridades federais, estaduais e municipais, bem como quaisquer pessoas que tenham conhecimento da existência de doenças em suínos, são obrigadas a comunicar o fato imediatamente ao Ministério da Agricultura.”*

Em 16 de junho de 1978, o Ministro da Agricultura, Sr. Alison Paulinelli, por meio de cadeia nacional de rádio e televisão, pediu a colaboração da população no sentido de informar a existência de algum foco de peste suína, conforme Geisel... (1978).

A Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro distribuiu documento técnico para criadores e técnicos sobre a evolução e medidas de combate da PSA, que, de acordo com trabalho do Dr. Sérgio Bogado é de curso letal e que não tem vacina eficaz. São descritos ainda os principais sinais clínicos da doença e a necessidade de se recorrer a testes laboratoriais para seu diagnóstico, Peste... (1978a).

O Sr. Paulo Rocha Camargo, Secretário de Agricultura de São Paulo, em declarações à imprensa insinuou que a doença não afetaria as criações tecnicizadas pois: *“os criadores dotados de alta tecnologia, utilizando métodos profiláticos mais avançados, poderão contornar a crise, evitando que os seus rebanhos sejam atingidos, caso contrário terão de se adaptar com maior dificuldade à nova situação, depois de sofrerem a dizimação de seus rebanhos”*. Comentou que, na Espanha, havia a peste suína, mas os grandes criadores, dotados de alta tecnologia, sabiam como isolar seus rebanhos da doença. E arrematou: *“tudo depende do esforço individual de cada um, em obediência às normas baixadas por nós e o Ministério da Agricultura”*, Peste... (1978t).

Em São Paulo, a imprensa levantou informações sobre 212 mortes de suínos na região de Ourinhos, desde o dia 18 de maio de 1978, e em Jacarezinho, onde teriam morrido cerca de 400 suínos. Segundo o criador Sebastião Tonete, de Santa Rosa, os técnicos da Secretaria de Agricultura do Paraná e as autoridades municipais tinham conhecimento da morte de animais há quase três meses, sem que fosse feito qualquer diagnóstico, tendo morrido 250 cabeças até meados de maio de 1978. Os técnicos paranaenses não negaram que a peste africana poderia ter tido o seu principal foco naquele Estado e não no Rio, como concluiu o Ministro da Agricultura. A interpretação dada a esse episódio foi, no mínimo, precipitada, devido à carência de informações, pois não houve diagnóstico clínico e laboratorial, portanto, não existiam dados que permitissem fazer uma análise epidemiológica adequada. Além disso, a interpretação dada, além de influir na credibilidade das autoridades sanitárias no país, repercutiu negativamente no exterior, Peste... (1978j).

A propósito desse fato, o Sr. Carlos Ruiz Martinez, que era, desde 1948, o delegado permanente do governo da Venezuela junto ao Escritório Regional da OIE, em Caracas-Venezuela, assim se manifestou *“segundo a mais sólida das versões, há dois anos houve mortes de animais no Estado do Paraná e há três meses esses casos estão estabilizados, mas eram também conhecidos casos de mortes de animais pela chamada peste africana”*, em Ruiz Martinez (1978). O que é estranhável na interpretação do autor é que a notícia divulgada pela mídia era vaga, informando que o diagnóstico laboratorial não havia sido feito e, em decorrência, não fora objeto de notificação extraordinária por parte das autoridades do Ministério da Agricultura. A posição assumida pelo autor e pela entidade internacional que representava não se coadunavam com os termos do artigo publicado, por não se basear nas comunicações oficiais do governo brasileiro. Esse caráter alarmista do artigo certamente contribuiu para que os países vizinhos ao Brasil adotassem medidas de vigilância sanitária muito extremas, como ocorreu no

Uruguai, que sacrificou todos os suínos de sua fronteira com o Brasil, numa faixa de 15 a 20 quilômetros, Balanço... (1979).

O Secretário Estadual de Saúde de São Paulo, Walter Leser, considerava que não dispunha, até aquele momento, de informações precisas sobre as conseqüências do vírus da PSA no organismo humano, pois nem ao menos os técnicos da Agricultura tinham podido, até então, apurar se a ingestão da carne suína afetava ou não a saúde do homem, em SP: ... (1978). Essas considerações da autoridade maior de saúde do Estado de São Paulo, quando divulgada para todo o país, colocou em dúvida as afirmativas do próprio Ministro da Agricultura que, nos primeiros dias da epidemia, esclareceu que o vírus não era transmissível ao homem.

Não faltou, por outro lado, opinião de como combater a doença por meio de estratégias que nunca haviam sido aplicadas em outro país. No Rio de Janeiro, em declarações à imprensa, o veterinário e professor da Universidade Federal Fluminense, Paulo Von Freta, disse que a contaminação poderia ter sido controlada se tivessem sido tomadas as medidas adequadas. Segundo ele, a doença tinha de ser combatida da periferia para o foco e que a área onde surgiu a peste suína deveria ter sido interditada militarmente e as pessoas que tiveram contato com o local deveriam ficar sessenta dias isoladas, Aparecimento... (1978).

Em Minas, alguns técnicos da Secretaria da Agricultura consideravam "inviável" o plano do Ministério da Agricultura, que previa a eliminação dos depósitos de lixo próximos das cidades para evitar a disseminação da doença, porque não havia nada que pudesse impedir a engorda de porcos por uma multidão de famílias em todo o país, conforme Secretaria... (1978).

Também para os técnicos, da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, a eliminação do risco de novos surtos da PSA era "praticamente impossível", de vez que apenas a implantação de criatórios em condições perfeitas de higiene poderia

impedir o aparecimento de novas epidemias. No entanto, sugeriam um trabalho de esclarecimento junto às populações rurais sobre os riscos da PSA e divulgação de alternativas de baixo custo, no sentido de melhorar a pequena criação destinada ao consumo familiar, de acordo com Técnicos... (1978a).

O Sr. Agripino Abranches Vieira, Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, defendia a tese da convivência da suinocultura com a PSA e, para ele, "a epidemia poderia trazer algum benefício na medida em que, a partir de agora, se torna necessária a adoção, em larga escala, da criação confinada, intensiva, substituindo a criação extensiva, de quintal, feita por pequenos criadores", de acordo com Combate... (1978). Coincidentemente, o Secretário de Agricultura do Rio de Janeiro, Sr. José Resende Perez, expressou a mesma opinião a respeito da pequena criação de suínos, pois, segundo ele, "a tendência no Brasil, a longo prazo, é substituir as criações medievais de suínos, ou seja, em fundos de quintais e favelas, por criações em granjas de confinamento, não implicando o aniquilamento dos pequenos criadores que podem se atualizar com as regras da zootecnia, a exemplo do que ocorre no Estado de Santa Catarina", segundo Delegado... (1978).

No entanto, o Sr. Ari Guimarães, Presidente da Associação Mineira de Suinocultores, discordou da posição assumida pelo Secretário de Agricultura de Minas, pois disse: "em Minas, por exemplo, apenas 30% do mercado são abastecidos pelos grandes suinocultores que empregam tecnologia desenvolvida". É necessário distinguir, nesse momento, a atitude firme e única dentro do cenário nacional, do Sr. Ari Guimarães, que sempre ressaltou em suas declarações a preocupação com os pequenos produtores, conforme Combate... (1978).

No dia 1º de julho de 1978, a imprensa procurou o Dr. Sérgio Bogado, que há 15 anos havia alertado o governo brasileiro sobre os perigos da PSA. O Dr. Bogado, quando retornou da viagem à Espanha e

Portugal, onde estudou a PSA, já prevendo o risco da entrada da doença no país fez um apelo, pela imprensa, às colônias portuguesas e espanholas, quando visitassem o Brasil *“para que não trouxessem embutidos nas suas viagens”*, Essa declaração, no entanto, foi interpretada pelo Itamarati como uma ingerência dele em outra área do governo e, a partir daí, ele decidiu-se a não mais dar entrevistas, em Peste... (1978t).

O Ministro da Agricultura, Sr. Alison Paulinelli, ao reconhecer que o Ministério não dispunha, ainda, de um sistema de defesa sanitária perfeito e ideal, justificava ser esse um problema mundial e que o Brasil tinha grande dificuldade em fiscalizar uma área muito extensa de fronteira, constituída por cinco mil quilômetros de terra e sete mil quilômetros de costa. No entanto, afirmava que estava preocupado em apurar as responsabilidades e que os epidemiologistas continuavam estudando as causas da doença e como ela surgiu e entrou no país. O Ministério da Saúde admitiu que os alimentos de origem animal trazidos a bordo de barcos angolanos, assim como animais vivos, roupas e calçados dos imigrantes poderiam ser considerados como a via mais provável de introdução do vírus da PSA no Brasil, do que os alimentos servidos a bordo de aviões internacionais. O Ministério da Aeronáutica expressou a mesma opinião. Contrariando o comportamento do Ministério da Agricultura, que nunca havia dado uma explicação consistente quanto ao surgimento simultâneo da PSA em regiões tão afastadas do território nacional, o Ministério da Saúde, para fortalecer a sua hipótese, apresentou a relação da chegada ao Brasil, nos últimos anos de, pelo menos, quinze barcos procedentes de Angola que transportavam animais vivos, inclusive suínos, em promiscuidade com passageiros e alimentos de origem animal. Em Santa Catarina, chegaram quatro barcos; na Bahia, cinco e no Rio de Janeiro, seis, conforme Paulinelli...(1978a).

O Sr. Alison Paulinelli, garantiu, em Juiz de Fora, que todos os focos da PSA no país já haviam sido erradicados e propôs aos

criadores que denunciavam a doença como manobra das multinacionais do porco, que autorizassem a inoculação de seus rebanhos, para ver os resultados, conforme Paulinelli...(1978b). No dia seguinte, a imprensa nacional estampava manchetes com a notícia do reaparecimento da doença em cinco Estados, totalizando 11 focos. A assessoria do Ministro tratou de dizer que ele não havia declarado a erradicação de todos os focos da PSA e sim que a situação estava sob controle, em Peste... (1978r).

O veterinário Cláudio Lowenthal, especialista em suínos, disse à imprensa não acreditar na existência da peste africana, nem mesmo crônica, ou seja, atenuada, Que Peste... (1978).

O responsável pelo setor de educação sanitária do Ministério da Agricultura, na Delegacia Federal do Rio de Janeiro, Francisco Sampaio, ao ser entrevistado sobre a entrada da PSA no Brasil, considerou que existia apenas a hipótese do uso de restos de alimentos de bordos de aeronaves desviados do Aeroporto Internacional do Galeão: *“Todas as hipóteses foram estudadas pelo Ministério, pelos epidemiologistas e existem provas consideráveis de que ela chegou através de restos de comida de avião e entrou pela fazenda de Paracambi, porque há três anos, aproximadamente, eles já alimentavam os animais com restos de comida de avião. Inclusive na propriedade foram encontrados mais de 15 mil talheres usados e uma quantidade imensa de material plástico para consumo de refeições de várias companhias européias e africanas”*. Quanto à fiscalização de restos de comida e demais resíduos em aeroportos, portos e terminais de passageiros, disse que: *“... essa questão está afeta aos Ministérios da Agricultura, Saúde, Aeronáutica e várias organizações que funcionam nos aeroportos, portos e demais meios de transporte. O Ministério da Agricultura é responsável pela parte da produção animal e nosso acesso à área de fiscalização está mais ou menos controlado pelo sistema da alfândega. Ao Ministério caberia ver questões de passageiros e bagagem trazendo produtos que pudessem eventualmente contaminar o rebanho*

brasileiro” Essa afirmativa, no entanto, não encontrava respaldo no Decreto n.º 24.548, de 03 de julho de 1934 e nas legislações sanitárias complementares hierarquicamente superiores às portarias ou normas internas de funcionamento de portos e aeroportos. A própria imprensa se encarregou de levantar as legislações sobre as obrigações da defesa sanitária animal, quando ficou claro, para toda a sociedade, a responsabilidade do Estado brasileiro quanto à falta de fiscalização de resíduos de alimentos proveniente de outros países. Enquanto o Ministério fazia segredo quanto à provável origem do surto, a imprensa rapidamente desmascarava todo o esquema fraudulento de desvio e aproveitamento ilegal desses restos de alimentos, de acordo com Governo... (1978b).

Com o aparecimento de novos focos de PSA, em vários pontos do país, com características distintas daquelas divulgadas pelas autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura, começaram a surgir divergências sobre o diagnóstico e as características clínicas da doença. As opiniões contraditórias sobre o comportamento da doença em todo o país certamente comprometiam a credibilidade da veterinária brasileira, desde que muitos atores sociais colocavam em dúvida o diagnóstico laboratorial e, conseqüentemente, as medidas de combate à doença. A PSA no Brasil foi um dos temas discutidos no Congresso Internacional de Veterinária da Língua Portuguesa, realizado em São Paulo, entre 23 e 28 de julho de 1978, oportunidade para que o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), ainda que decorridos mais de dois meses da entrada da doença no país, se manifestasse oficialmente, por meio de seu Presidente, René Dubois, que publicou nota oficial em uma revista especializada em suinocultura, de circulação restrita, em que decidia:

1. Apoiar integralmente a política adotada pelo Ministério da Agricultura, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, por entender que a mesma persegue o objetivo de erradicar, o mais rapidamente possível, a PSA.

2. Reafirmar, na condição de órgão fiscalizador do exercício profissional, a confiança na idoneidade e na capacidade dos médicos veterinários responsáveis pelo diagnóstico da virose e pelas conseqüentes medidas sanitárias indicadas.

3. Manter, como órgão assessor do governo, representação permanente junto à Comissão Central de Erradicação da PSA, acompanhando o processamento sanitário em todas as suas fases e testemunhando a alta qualidade dos métodos empregados no diagnóstico por imunofluorescência, imunodifusão e cultivo de vírus, capazes de oferecer total segurança.

No mesmo documento, o Conselho Federal sugeria a revisão dos serviços de vigilância sanitária em fronteiras e áreas de desembarque, implantação de um programa nacional de sanidade em suínos, laboratório central de diagnóstico, segundo Dubois (1978). Com essa nota, o CFMV deu mostra de sua visibilidade, emprestou solidariedade e apoio prévios tanto à política do Ministério da Agricultura, quanto aos veterinários responsáveis pelo diagnóstico da doença. O Conselho, como autarquia que tem, entre suas atribuições principais, a assessoria aos órgãos públicos, deveria cumprir um papel destacado ao longo de todo o processo, sendo solidário ao Ministério da Agricultura e aos profissionais encarregados de executar as diversas ações sanitárias. No entanto, o que se verificou foi uma total ausência dessa autarquia, especialmente nos momentos de maior questionamento sobre a veracidade da existência da PSA no Brasil. Considerando-se a relevância do assunto e a polêmica que já estava estampada em manchetes diárias em todos os jornais do país, esperava-se que essa nota oficial, ainda que tardia, fosse publicada nos jornais de maior divulgação no país, o que não ocorreu. A leitura de outros documentos e fontes de informação relacionados com a ocorrência da PSA no Brasil permitiu-me descobrir a mudança do pensamento do Sr. René Dubois em relação à PSA. Assim, em 19 de novembro de 1980, conforme está publicado no capítulo de introdução dos Anais do Congresso Brasileiro de Suinocultura, realizado em

novembro de 1980, em Campinas, São Paulo, o Presidente do CFMV, em seu pronunciamento, surpreendeu pela contundência da crítica que fez, tanto à política sanitária do Ministério, quanto à condição de treinamento dos veterinários envolvidos no programa de combate à doença, contrariando o que fora publicado há 18 meses, na nota oficial, anteriormente referida, ao afirmar que *“a suinocultura e a pecuária viviam um seriíssimo problema na área da sanidade, a política do Ministério tinha perdido o ‘apoio prévio’ do Conselho e sobre a questão do aprimoramento técnico, reconhece que os técnicos (médico-veterinários) necessitavam de maior competência profissional”*. O trecho selecionado a seguir ilustra a nova posição do Presidente do CFMV: *“O fulcro da crise que atinge a suinocultura em particular, como a pecuária em geral, é o seriíssimo problema da sanidade animal. Vivemos ainda o severo revés que nos foi imposto pela peste suína africana. O fortalecimento da defesa sanitária animal, que precisa atuar com mais autoridade, maior agressividade, e melhor eficiência, é medida que precisa tornar-se prioritária. Para tanto é indispensável maior aporte de recursos, destinando a sua aplicação com adequado equipamento material e intenso aprimoramento técnico”*, Congresso... (1980).

O Encontro de Médicos Veterinários, realizado em Belo Horizonte, encerrado em 06 de setembro de 1978, concluiu, em vista da rapidez com que a PSA se alastrava em diversas partes do país, que ela já existia no Brasil, muito antes de ser detectada no Rio. Acreditavam os veterinários que o vírus procedia da Península Ibérica e havia chegado aqui bastante enfraquecido, provocando baixa taxa de letalidade, conforme Encontro... (1978). Essa conclusão foi baseada provavelmente na divulgação, em alguns documentos do Ministério, da ocorrência de reações positivas para a PSA em soros estocados desde 1976 em institutos de pesquisa de São Paulo e também de informações de que o surto da doença havia ocorrido em março de 1978, no interior de São Paulo, conforme Peste... (1979).

Em 6 de julho de 1978, a imprensa noticiou a iniciativa do Secretário de Agricultura do Rio de Janeiro, que organizou um almoço de “desagravo ao porco” para 60 convidados, no qual o menu constou de leitão assado, costeletas de porco e feijoada completa, como forma de demonstrar para a população que não haveria risco em consumir carne suína. Apesar das reiteradas declarações das autoridades sanitárias de que o vírus da PSA não afetava o homem, e decorrida uma semana desse peculiar evento, a venda de carne suína continuava a cair, chegando a afetar entre 50 e 80% de seu consumo, em cinco Estados pesquisados, de acordo com Secretários... (1978) e Perigos... (1978).

Em Belo Horizonte, aproximadamente após trinta dias do evento realizado no Rio de Janeiro, foi também repetida a estratégia do almoço de “desagravo ao porco”, promovido pela Associação Mineira de Criadores de Suínos, Núcleo dos Suinocultores da Região Metalúrgica e Clube dos Porqueiros de Belo Horizonte. Conforme mencionado, havia um sentimento de desconfiança e de desaprovação da sociedade quanto à forma de sacrifício dos animais e quanto a outras ações sanitárias. Na oportunidade, foi lida uma mensagem de desagravo ao porco, na qual o representante da Associação assim se expressava: *“O criador não é apenas um produtor, vive a sua criação com amor e respeito ao animal de que se utiliza o homem. Devota-lhe carinho e o tratamento, indispensáveis. Evita-lhe o sofrimento, a dor e a intranquilidade, oferecendo-lhe segurança contra doenças, contra a insatisfação. Converte-o na base protéica da sobrevivência humana”*, conforme Suinocultores... (1978).

A propósito desse almoço, o professor e gastrenterologista Sebastião Cassimiro de Figueiredo publicou uma crônica, no jornal Estado de Minas, em que analisa o consumo da carne de porco, após o episódio da PSA. Em sua opinião, os referidos banquetes, além de inúteis, poderiam ter tido um efeito contrário ao desejado, já que, naquele momento, havia um medo ou uma fobia coletiva em relação ao consumo da carne suína. Para o autor,

os elementos psicológicos, culturais, religiosos e instintivos permeiam a vida das pessoas e, no caso da PSA, estava associada fenômeno vírus ou qualquer outro agente patogênico a idéia de coisa suja ou má. Quem beberia uma água de esgoto, mesmo alguém afirmando que ela fora filtrada e fervida a 120°C e que dela foram retiradas todas as impurezas? Segundo ele, a ocasião escolhida para o banquete foi bastante imprópria porque : *“As notícias chegavam ao povo aos borbotões, a televisão mostrava um quadro impressionante: homens uniformizados, de roupas e botas brancas, corriam atrás dos porcos ora agarrando-os a unhas, ora matando-os a tiros com pistolas automáticas estranhas e importadas. E mais, depois de mortos os porcos eram jogados em uma imensa vala comum. Ali, um fogo reluzente e abrasador carbonizava tudo, porcos e vírus, tal como num ritual sagrado. Era uma espécie de purificação. Diante de um quadro tão impressionante quem não teria medo da peste suína?”*, Figueiredo (1978).

Entre os políticos mineiros, a preocupação era com a eleição que se avizinhava, pois temiam pelos resultados das urnas, caso as autoridades sanitárias tentassem eliminar as criações de porcos nas favelas e na periferia de Belo Horizonte. A esse respeito, a mídia divulgou a opinião de alguns desses “representantes do povo”. Para o Deputado Jesus Trindade Barreto, vice-líder do governo, na Assembléia de Minas Gerais, tratava-se de uma *“medida inconstitucional, caso não fosse paga a indenização aos proprietários”*, enquanto para a vereadora Ivone Borges Botelho, do mesmo partido, *“levar a Arena para o buraco, parece ser uma função, não tanto dos que falham, mas daqueles que, na sombra, sugerem medidas dessa natureza”*, Matança... (1978a).

O veterinário do Ministério da Agricultura, Rômulo Cerqueira Leite, ao proferir palestra, em Belo Horizonte, para membros da Comissão de Agricultura e Pecuária da Associação Comercial de Minas, afirmou que a tendência era estimular a erradicação dos pequenos criatórios de suínos com a permanência apenas dos rebanhos criados em condições técnicas consideradas

satisfatórias. Segundo seu entendimento, dificilmente as autoridades sanitárias teriam sucesso na tentativa de erradicar de nosso território a PSA, pois, em Portugal, essa doença instalou-se há mais de vinte anos e também na Espanha é endêmica há mais de uma década, de forma que declarou-se céptico quanto à sua erradicação no Brasil, Peste... (1978).

Na opinião do veterinário do Ministério da Agricultura, Sérgio Bogado, o início da peste suína no Brasil suscitou uma série de controvérsias, pois o índice de mortalidade foi baixo. *“O que houve realmente foi uma adaptação do vírus às condições brasileiras. Esse vírus talvez se originou de uma cepa portuguesa, com a qual se tentou uma vacina contra a doença”*, de acordo com Balança... (1979).

Como se percebe, mesmo entre os técnicos, as formas de abordagem do surto da PSA são variáveis, inclusive definindo padrões de virulência, que explicariam os baixos índices de mortalidade ocorridos no Brasil. Outra questão defendida por profissionais foi a crença de que a doença já se encontrava no país, fato quatro anos mais tarde atribuído pelo Ministério da Agricultura a resultado falso-positivo da prova de IEOF, o que certamente contribuiu, naquele momento, para aumentar, no plano nacional e internacional, as incertezas e suspeitas quanto à veracidade dos diagnósticos oficiais.

Não faltou, por parte das autoridades brasileiras, um grande sentimento ufanista ao declarar que o Brasil poderia fabricar a vacina contra a PSA. O Centro de Virologia Comparada da Fundação Oswaldo Cruz recebeu uma dotação inicial de 200 mil dólares, por parte do Sr. Charles Merieux, seu presidente, para iniciar os estudos visando à produção dessa vacina, conforme Oswaldo... (1979). Todas as tentativas mundiais anteriores resultaram em fracasso, especialmente em Portugal, onde a vacina mesmo preparada com uma amostra considerada atenuada, possuía grande residual de virulência e devido à ocorrência de infecções subclínicas, o programa

nacional de erradicação acabou sofrendo um grande atraso.

O Prof. Paulo Caldeira Brant, Presidente da FRIMISA, afirmou, em novembro de 1979, à revista Agricultura de Hoje que *“se a peste suína nos custou a perda de um mercado já conquistado no exterior, ela trouxe alguns ‘benefícios’ como, por exemplo, a melhoria da tecnificação e maiores incentivos financeiros à suinocultura”*, Minas... (1979).

As autoridades sanitárias tiveram um papel político relevante no episódio da PSA, uma vez que, desde o primeiro momento, fizeram uma opção clara de se opor a qualquer tipo de contestação na condução da política de combate à doença. As autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura, ao invés de adotarem critérios objetivos e transparentes na divulgação aos dados e na evolução dos acontecimentos, trataram de desviar o foco da atenção sobre a doença, ao buscar outras explicações para justificar a sua entrada no Brasil, desconhecendo, assim, a gravíssima falha na fiscalização de resíduos alimentares em um aeroporto internacional da importância do Galeão, no Rio de Janeiro. Em decorrência desse processo, o foco da atenção se dirigiu à pequena criação caseira de porcos e, dessa forma, aparentemente ficaria mais fácil explicar a disseminação da doença no país. Essa atitude abriu caminho para que associações de criadores, empresários e técnicos unificassem seu discurso contra a criação caseira de porcos e a favor de uma mudança radical da base técnica da suinocultura nacional, reivindicando grande aporte de recursos financeiros e garantia de assistência técnica por parte do Estado.

4.4.3 A posição de criadores, empresários e dirigentes de entidades representativas da suinocultura, segundo a mídia

A imprensa ao destacar as opiniões de amplos setores da suinocultura sobre o problema da PSA, colocou em evidência as discordâncias e as dúvidas existentes. Se não fosse a mídia, provavelmente não seria possível conhecer as várias representações da doença entre os atores sociais

envolvidos. Essas representações deveriam servir, antes de tudo, para orientar as decisões técnicas das autoridades sanitárias e especialmente as dos técnicos do setor de comunicação social. Embora algumas autoridades do Ministério da Agricultura tenham solicitado ajuda à imprensa e ressaltado seu papel na divulgação das medidas preventivas há documentos oficiais criticando o aspecto sensacionalista das matérias divulgadas. No entanto, o espaço dado para que as autoridades divulgassem as medidas de combate à PSA e esclarecesse a opinião pública sobre os problemas de diagnóstico e do comportamento da doença pode ser aferido em diversas matérias, Angeli... (1978), Aparecimento... (1978), Governo... (1978e), Hackenhaar et al. (1978), Invasor... (1978), Peste... (1978g) e Sobestiansky (1978).

Como foi ressaltado anteriormente, quando a PSA atingiu a suinocultura nacional ela se encontrava em franco processo de incorporação de novas tecnologias que estava associada ao um processo de crescimento das exportações, especialmente nos Estados do Sul. No entanto, nas demais regiões, predominava a criação caseira de suínos e o país não contava com um programa nacional de sanidade voltado para essa espécie animal. A entrada da doença no Estado do Rio de Janeiro guardava muitas semelhanças com o que ocorrera em outros países.

O personagem principal do surto praticamente desapareceu do cenário, não concedeu entrevistas e nem foi fotografado. Segundo declarações da pessoa-chave n.11 e da imprensa, o Sr. Severino Pereira da Silva, policial do DOPS, era um homem alto, corpulento, de modos rudes, proprietário, em Paracambi, de uma criação de mais de mil porcos, sem raça definida, alimentados com restos de comida e ração comercial, e que, conforme Lancelloti et al. (1978), custou a acreditar na existência da peste e na sua responsabilidade quanto ao problema, tendo por vários dias, se recusado *“com a veemência de sua função, a permitir a entrada ou mesmo a mera aproximação de repórteres e veterinários que chegavam em seu sítio à procura de*

informações. Somente cedeu quando o Sr. José Alberto Lira, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, determinou a interdição de toda a área num raio de 16 km e quando o exército ocupou o sítio com a missão de exterminar os animais”.

Com a expansão do surto para a favela Nova Brasília e para outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Agricultura chegou a programar o extermínio de todos os suínos existentes naquele Estado, como forma de evitar a disseminação da PSA para os Estados vizinhos. Na favela Nova Brasília, conforme já retratado, o extermínio dos suínos foi relativamente rápido. Os moradores, embora protestassem, não resistiram às ordens das autoridades sanitárias e ao processo de captura dos suínos ali criados.

Já em relação às associações de criadores de suínos, foi surpreendente verificar que praticamente não houve resistência à proposta de extermínio de suínos no Estado do Rio de Janeiro, ante à possibilidade de se erradicarem determinados focos de criação marginal de suínos, e de se obterem incentivos do Estado para promover uma suinocultura empresarial. Os próprios dirigentes políticos e autoridades sanitárias apoiaram e, de certa forma, divulgaram essa estratégia em declarações à imprensa. Provavelmente a questão da concorrência com a criação caseira tradicional poderia explicar, em parte, esse interesse em modernizar a suinocultura do Rio de Janeiro, tradicionalmente importadora de animais de outros Estados. Essa hipótese ganhou força ao se tomar conhecimento da entrevista à imprensa, em 02 de junho de 1978, do Sr. Robert Lee Gorham, Presidente da Associação dos Criadores de Suínos do Estado do Rio: “ *a criação de porcos representa pouco para a economia do Estado do Rio, mas a Associação, criada em janeiro deste ano, tinha a intenção de transformar o Estado do Rio em auto-suficiente para o abastecimento*”, conforme Peste... (1978i).

A hipótese de implantar uma suinocultura moderna que pudesse atender a todo o mercado do Rio de Janeiro começou a

materializar-se em 20 de junho de 1978, quando a imprensa registra o memorial encaminhado, pela corporação dos suinocultores do Estado do Rio de Janeiro, ao Sr. Faria Lima, Governador do Estado, em que reivindicava o corte imediato, por parte da Superintendência Nacional de Abastecimento, cotas de farelo de trigo para os criadores de porcos de fundo de quintal, a proibição de financiamento da suinocultura pelo Estado, sem o parecer técnico da Associação, a prorrogação, por seis meses, dos financiamentos bancários junto ao sistema financeiro oficial e privado e a ajuda efetiva do governo para eliminar a imagem negativa da carne suína, criada nos consumidores em função da PSA, conforme Governo... (1978a).

Em São Paulo, o discurso era também muito semelhante, pois, em entrevista concedida à imprensa, em 22 de junho de 1978, o Sr. Wagner Marchesi, Presidente da Associação Paulista dos Criadores de Suínos e também um dos proprietários da maior criação de suínos da América do Sul, a Húmus Agrícola, em Pitangueiras, São Paulo, declarava à imprensa que a peste suína afetaria somente os criadores de porcos que mantivessem seus rebanhos soltos, sem nenhuma técnica, não atingindo “*os suinocultores que criam seus animais de maneira científica*”. Para ele, o destaque que vinha sendo dado à PSA era exagerado e a situação não era tão grave como se propalava. Acrescentou que “*tem muito técnico aproveitando a peste suína para aparecer, pois ela não apresenta um risco para a suinocultura nacional, como andam dizendo e o Brasil tem que aprender a conviver com ela, como a França, Portugal e Itália*”. Para ele “*quem tem medo da peste é criador de porco e não suinocultor*”. Considerou, ainda, que a doença, a médio prazo, seria até um benefício para a suinocultura nacional, pois obrigaria a adoção de tecnologia, de acordo com Imigrantes... (1978), Portaria... (1978a).

Em outros países, a prática de alimentar suínos com restos de alimentos de restaurantes favorecia a disseminação da doença, o que geralmente ocorria nas pequenas criações caseiras, como era de se

esperar. No entanto, as grandes criações também foram afetadas, porém com menor frequência, ao contrário do que apregoavam alguns criadores e técnicos.

Recorro novamente às observações de Lancelotti et al (1978), na sua condição de crítico independente: *“Algumas empresas inclusive possuem um coeficiente de segurança quase absoluto contra epidemias – caso para citar um único exemplo, da Húmus Agrícola, dirigida por Wagner Marchesi, presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos. O carimbo SIF num animal vivo, porém, não serve de imunidade contra uma peste que, sempre segundo a ciência, não escolhe as suas vítimas. Teria esta, enfim, de repente, se transformado numa moléstia relativa, prodigiosamente capaz de distinguir seus alvos e de atingir só os animais dos pequenos criadores. As grandes empresas, cuja disponibilidade de capital lhes fornece os meios necessários ao cumprimento de todas as exigências da legislação sanitária, ganham, dessa maneira, mais um aliado na batalha pelo monopólio do setor”*.

Em um artigo publicado em revista especializada em suinocultura, o administrador de empresas e vice-presidente do Frigorífico Seara, Ivânio Ramos Munhós, disse que a PSA fez surgir *“uma onda de divulgação predatória, através da imprensa”* e que paralelamente à PSA houve uma epidemia de entrevistas, considerando que muita barbaridade foi dita por centenas de pessoas, o que provocou, por conseqüência, a redução do consumo de carne em até 80%, o pânico do produtor e do empresário. Isso *“deu ensejo a uma desenfreada e imatura onda de divulgação que, apesar de aumentar o faturamento de alguns jornais e revistas e talvez o índice de audiência de alguns canais de TV, alijou o Brasil do mercado externo e encheu de pavor o consumidor brasileiro, que deixou de comer carne de porco, com serias repercussões nas áreas de produção e indústria”*. Considerou que a questão deveria ser tratada como assunto de segurança nacional e que naquele momento difícil para a suinocultura nacional, *“devemos criar a oportunidade de banir,*

para sempre, as técnicas retrógradas de criação e eliminação, de uma vez por todas, das operações clandestinas de abate e comercialização”. Afirmou ainda que os empresários e representantes das classes produtoras só foram ouvidos e chamados a participar após insistentes apelos ao governo feitos pelos próprios empresários, Munhós (1978).

Essa opinião, possivelmente por ter sido veiculada por uma revista especializada, de circulação restrita, não provocou maiores desdobramentos, mas o depoimento do Sr. Munhós parece-me modelar, no sentido de expressar o sentimento de uma parte do empresariado que, a exemplo dos representantes de associações de suinocultores, defendia também a eliminação do pequeno produtor e ainda culpava a imprensa pelo fato de informar a sociedade sobre um problema de tamanha importância para o país. É oportuno registrar que o Ministro Paulinelli reuniu-se, no início de junho de 1978, com quarenta empresários da indústria de transformação de carne, quatro técnicos norte-americanos e com sua equipe de saúde animal para discutir as medidas a serem implantadas no Rio de Janeiro para conter a peste, conforme Ministro... (1978b). Os jornais mencionaram diversos outros encontros do Ministro Paulinelli com representantes de associações e entidades congêneres. Ao contrário, não há registro de encontro ou reunião com pequenos produtores ou com representantes da sociedade civil.

A Associação Brasileira de Criadores de Suínos-ABCS, representada por seu presidente, engenheiro agrônomo Hélio Miguel de Rose, considerando que todos os focos da PSA surgiram em criações que usam lixo ou resíduos de alimentação humana, oriundos de restaurantes e similares, sugeria que elas fossem exterminadas, em De Rose... (1978). A mesma entidade, em nota oficial, pediu a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar responsabilidade de pessoas ou órgãos pela disseminação da PSA no Brasil, afirmando que *“hoje se tem como certo que a doença chegou ao país por meio de restos de alimento. Mas o*

próprio Ministério da Agricultura já sabia, desde 1964, da necessidade de se controlar os aeroportos internacionais, uma vez que a peste suína clássica também chegou por vôos internacionais". A associação também pedia para que não fosse admitida a convivência com a PSA no Brasil. Evidentemente uma entidade representativa da suinocultura nacional não poderia concordar com a tese da "convivência com a PSA", pois isso significaria a impossibilidade do crescimento da atividade, via exportação, em Barreiras... (1978).

Com a notificação de focos em vários Estados do Sul do Brasil, o Ministério da Agricultura proibiu o trânsito de suínos do Paraná para serem abatidos em São Paulo, fato que provocou uma grande polêmica entre os criadores, o que motivou o criador Luiz Prado Simões, de Jacarezinho, a sugerir a criação imediata de um corredor sanitário para escoamento da produção do estado do Paraná. Essa estratégia aparentemente nunca havia sido autorizada em outro país, tendo em vista o risco de disseminação do agente. Na Espanha, quando o surto surgiu com grande intensidade, na cidade de Badajoz, estabeleceu-se uma área de proteção ou vazão sanitário, livre de suínos, numa área de 4 a 10 km do porto, o que envolveu o sacrifício de 34.674 animais. Essa medida conteve o surto, mas posteriormente foi detectado um foco a 30 km da zona infectada e de proteção, conforme relatam Polo Jover e Sanches-Botija (1961).

No Sul do Brasil, essa estratégia, que não teve o mesmo rigor e sentido adotado na Espanha, encontrou forte apoio entre os produtores, técnicos e políticos e, finalmente, o Ministério autorizou, mediante o cumprimento de algumas determinações técnicas, a abertura de um "corredor de exportação", que o Ministério denominou de "rotas sanitárias controladas", conforme Peste... (1978e). O interessante é que nenhum especialista no país lançou qualquer tipo de crítica a essa estratégia, que não passou despercebida para Lancelotti et al. (1978), que assim se expressou: *"subitamente, porém, todas as barreiras foram levantadas – mas só para os*

porcos privilegiados com um carimbo dizendo SIF- Serviço de Inspeção Federal. Esses poderiam ser transportados, abatidos, etcétera, sem qualquer problema ou obstáculo".

O Sr. Wagner Marchesi, da Húmus Agrícola, voltou novamente à cena, desta vez para apresentar novas declarações de efeito, retratadas pelos principais jornais do país. Para ele, a PSA convivia com a suinocultura brasileira há alguns anos, sendo, na maioria das vezes, confundida com a peste suína clássica. O fato não se tornou público antes pela falta de diagnóstico diferencial. Segundo ele a PSA começara, provavelmente, nos Estados que exportam suínos, como Santa Catarina e Paraná e não no Rio de Janeiro e São Paulo que são importadores. Por isso considerou ingênuas e desnecessárias as medidas de erradicação dos focos, tomadas pelo governo, por não acreditar na erradicação dessa doença no Brasil, conforme Portaria... (1978a).

Criadores paulistas de suínos consideraram lamentável o fato de que a PSA tenha virado assunto de programas humorísticos da televisão. Entrevistados pela revista *Veja*, três humoristas da Rede Globo de Televisão se posicionaram: Chico Anísio disse que se guiava pelas informações dos jornais e o programa era reflexo da sociedade, não de informações oficiais; Jô Soares disse que se *"informou sobre a peste na revista Veja, vou pesquisar aonde? nos porcos? Charles Boyer e Robert Shaw morreram, não vou fazer nenhum comentário enquanto não ligar para o legista"* e Max Nunes afirmou: *"não exigimos documentação de ninguém e só temos certeza de que estamos vivos"*, em Peste (1978b).

4.5 Os prejuízos

Em relação à PSA a literatura mundial geralmente registra apenas os custos financeiros que os países têm com indenizações, sacrifício de animais, diagnóstico laboratorial, perda de produção, gasto com pessoal, combustível, material de divulgação, além de perda de divisas pela

interrupção de exportações. No Brasil, além desses prejuízos financeiros deveria ser contabilizado também o custo social, decorrente da demissão de trabalhadores em todos os setores da suinocultura, da paralisação de empresas e indústrias, da falência de criadores individuais, da perda de fonte protéica por uma parcela considerável da população e do aumento do preço da carne nos açougues e supermercados. Há que considerar também o aspecto estigmatizante que a doença representou, pois mesmo que o criador retomasse seu negócio, depois de cumprido todo o período de vazio sanitário determinado pelas normas sanitárias indicadas para a PSA, dificilmente conseguiria manter o mesmo nível de comercialização. Coube à mídia revelar esse outro lado do drama criado com o episódio da PSA no país: um cenário sombrio, porém real, em que estão representados o drama dos criadores, dos empresários e a comoção social imposta aos moradores das favelas e cortiços das cidades. Há que se lembrar que, na época, o porco constituía, para muitas famílias, a única garantia de carne para a alimentação e o fornecimento da gordura indispensável na preparação dos alimentos.

Com a paralisação do abate e da industrialização da carne suína, por trinta dias, no início da epidemia, o vice-presidente da Associação dos Criadores de Suínos do Rio de Janeiro, informou que os prejuízos que o Estado estava sofrendo com ICM eram incalculáveis. A Sola Indústria Alimentícia de Três Rios contribuía com Cr\$11 milhões (US\$ 610 095,00) mensais e a Bel Prato, em Barra do Piraí, pagava três milhões (US\$166 390,00). Além disso, os abatedouros e frigoríficos estavam demitindo os empregados. Com relação aos criadores, os repórteres do Jornal do Brasil entrevistaram o Sr. José de Carvalho, proprietário de uma granja modelo em Petrópolis, com três mil suínos, onde nasciam 500 animais por mês, e que, desde a proibição da comercialização no Estado do Rio, não sabia o que fazer com os porcos de sua criação. A respeito das matrizes que se encontravam prenhas há três meses e meio, disse que elas teriam leitões a partir

daquele mês e que não havia espaço disponível para colocar as novas crias, uma vez que não poderia se desfazer dos animais ali existentes, conforme Suinocultor... (1978)

Em telegrama enviado, no dia 19 de junho de 1978, ao Presidente Geisel, a Associação dos Criadores de Suínos do Estado do Rio reclamava que, face ao embargo no abate de animais, determinado pelo Ministério da Agricultura, os suinocultores do Estado, não poderiam arcar com os prejuízos da retenção de animais, que já durava trinta dias e sugeriam, dentre outras medidas, a autorização para abate em estabelecimentos sob fiscalização federal ou estadual, conforme Governo... (1978a).

A situação das 19 indústrias vinculadas à Associação dos Industriais da Carne do Rio de Janeiro era grave. A queda do faturamento foi de 35%, em nove empresas pesquisadas, que representavam 65% do volume de operações. Na Indústria Sola S.A (Três Rios), a queda foi de 53%; na Martuscello (Barra do Piraí), a queda foi de 41% e na Sarandi (Duque de Caxias), foi de 45%. A Dallari colocou em férias forçadas 85 funcionários; a Lisamar 3; a Sarandi 38 e a Frizen demitiu 25 pessoas. A situação estava se normalizando aos poucos, com um financiamento de Cr\$ 80 milhões (US\$ 4 347 830,00) do Governo Federal, para distribuição entre as indústrias fluminenses afiliadas à Associação. Esse financiamento seria utilizado no abate de 20 mil suínos para serem estocados para futuro consumo. O Banerj já havia liberado 126 milhões (US\$ 6. 441 100,00) para 12 empresas, Peste... (1978c).

Também a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte estabeleceu que, no dia 1º de agosto de 1978, iria começar a matança de suínos nas favelas, porém, no "Morro do Papagaio", onde existiam cerca de 20 mil cabeças de porcos, poucos moradores estavam informados sobre essa medida, Nas Favelas... (1978a).

Para Roppa (1981), a suinocultura seria responsável por cerca de 380 mil empregos

diretos, ajudando a fixar o homem no campo. Somente na região Sul do Brasil, que possuía 42% do rebanho nacional e aproximadamente empregava 160 mil trabalhadores, a crise que afetou o setor provocou uma paralisação de, pelo menos, 30% das criações, afetando 48 mil empregados, fato que não teve grande destaque no noticiário nacional.

Uma pesquisa realizada em 20 de junho, no Mercado Central de São Paulo, comprovou-se uma sensível diminuição na procura pela carne de porco. O Sr. Saulo da Silva Santos, um dos açougueiros entrevistados, confirmava que a venda dessa carne caíra 75%, Peste... (1978h).

Também no Rio de Janeiro a imprensa, em matéria de 22 de junho de 1978, verificou que a carne de porco, frango e boi havia desaparecido de muitos supermercados e que nos últimos trinta dias, em alguns açougues, a carne de boi chegava a custar 70% mais caro do que a vendida nos supermercados, Rio... (1978a).

Em Minas, foi montado o golpe do porco, praticado por falsos agentes sanitários, que confiscavam os porcos em favelas e bairros da periferia de Belo Horizonte, Governo... (1978c).

O Ministro Paulinelli declarou à imprensa, em 23 de junho de 1978, que estava suspendendo exportação de carne suína e explicou que a medida estava sendo tomada para que o Brasil não perdesse sua credibilidade no exterior”, Governo... (1978e).

A imprensa noticiou que dez navios carregados com 20 mil toneladas de *pellets* e de farelo de soja brasileiro, com destino à Alemanha, estavam estocados no porto de Hamburgo, à espera de liberação por uma comissão de sanitistas alemães que estavam no Brasil avaliando o risco da PSA, conforme Peste... (1978p). Também a Polônia, Romênia e Bulgária passaram a exigir das autoridades brasileiras um certificado de que a região produtora de soja, nos últimos seis meses, não esteve

exposta ao vírus da PSA, em Paulinelli... (1978c).

Em razão da ocorrência da PSA, a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais suspendeu as exposições de gado em vários municípios (Carlos Chagas, Águas Formosas, conforme Sindicatos... (1978).

Segundo o Ministério da Agricultura foram sacrificados 66.966 suínos, com o pagamento de Cr\$44.313.945,00 (US\$2118827.00, a preços de 1978), conforme Brasil... (1984).

4.6 Peste suína clássica versus peste suína africana

No transcorrer do episódio da PSA no Brasil, muitas hipóteses foram levantadas para explicar as mortes de suínos no país. Concorreu para isso o fato de o Estado não ter se preparado previamente para apoiar a suinocultura nacional, em franco processo de expansão e de modernização. O país não dispunha de matadouros suficientes nas áreas de produção suína, não havia um programa nacional de fomento e de saúde específicos para a suinocultura por parte do Ministério da Agricultura. No entanto, as entidades representativas da suinocultura mostravam-se preocupadas com o risco de introdução de agentes exóticos no país e com o descaso das autoridades sanitárias em responder às denúncias encaminhadas por essas associações.

Nos capítulos anteriores foi feito um histórico sobre a estrutura de saúde animal do país, sobre a entrada e disseminação da PSA no Brasil e, para isso, foram levantados dados oficiais, colhidos depoimentos junto a diversos atores sociais. O fato de essa pesquisa destacar os aspectos qualitativos dos dados levantados se justifica à medida que eles traduzem uma realidade concreta, marcada pela inconformidade com os atos praticados pelas autoridades sanitárias que não foram valorizados nos documentos oficiais e nas publicações diversas envolvendo essa temática. Dentre os vários componentes do plano de erradicação da PSA posto em prática, chama a atenção o sentimento de desconfiança em relação ao

diagnóstico clínico e laboratorial da doença em todo o país, merecendo destacar que essas discordâncias partiram de técnicos, pequenos e grandes criadores, empresários, presidentes de associações e de cooperativas, além da mídia que interpretava em seus editoriais e matérias os dados e os depoimentos dos atores sociais envolvidos. Mais uma vez valho-me especialmente da mídia para descrever o cenário da PSC no Brasil e a situação sanitária da suinocultura nacional, para com isso discutir a ambivalência entre a PSC e a PSA.

Conforme se levantou nos depoimentos, entrevistas, relatórios, jornais e revistas a cada posição ou explicação sobre o comportamento da PSA no Brasil surgiam as mais diversas reações por parte dos principais atores sociais envolvidos. As posições assumidas pelo Ministério da Agricultura, mesmo enfrentando opiniões contrárias e desafios lançados por criadores e técnicos tornaram-se inabaláveis ao longo de todo o processo. Não se vislumbrava possibilidade do contraditório, não havia oportunidade do exercício do controle social e, dessa forma, muitos criadores recorreram à justiça para reconhecimento de seus direitos. A mídia era provavelmente o único espaço possível para registrar as opiniões e posições dos criadores, técnicos e da sociedade de modo geral.

4.6.1 A Peste suína clássica

Os primeiros relatos da peste suína clássica no Brasil são de 1896 em São Paulo. Desde então, a doença vem provocando surtos epizooticos. Entre 1931-1937, foi relatado um surto da doença em São Paulo. Porém, em 1946, ocorreram surtos graves, especialmente no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Por ocasião da propagação da doença no Vale do Parapanema, teve início um programa oficial de controle, conforme Peste... [198-]. Segundo Hipólito et al. (1965), ocorreu importante surto da doença em Bambuí, Minas Gerais, enquanto Sugai (1978), em 1950, citou que as criações do Rio Grande do Sul foram reduzidas em mais de 50%, afetando 300 mil propriedades.

Considerando-se que a maioria das criações de suínos era explorada em sistema tradicional, exceto nos Estados do Sul do país, observava-se a ausência do Estado em relação a essa atividade, pois os surtos de doenças, evitáveis por vacinação, multiplicavam-se, bem como o surgimento de novos problemas sanitários, provavelmente relacionados com o processo de importação de animais, em razão da dependência genética do país. O melhor indicador dessa situação caótica em que vivia a suinocultura nacional era a baixa cobertura vacinal contra a PSC, facilmente controlada por uma vacina, cuja técnica de fabricação foi modificada por médicos veterinários brasileiros e que durante muitas décadas foi utilizada em todo o mundo.

Por decisão da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo foi feita na divisa com o Estado do Rio de Janeiro uma campanha de vacinação contra a PSC, oportunidade que permitiu conhecer com mais exatidão a real situação sanitária do rebanho suíno paulista. Em razão dessa campanha Martins (1978), elaborou um relatório sobre o resultado da investigação epidemiológica da PSA, entre março e julho de 1978. Assim, dos 29 rebanhos identificados como infectados pela PSA nesse Estado, verificou-se que o nível de cobertura vacinal contra a PSC era de 48,7%, com a ressalva de que apenas 28,6% dos rebanhos eram vacinados semestralmente, conforme a recomendação técnica. Esses dados demonstraram que o nível de cobertura da vacina favorecia a endemicidade da doença e a morte ocasional ou maciça de animais, dependendo do nível de proteção vacinal do rebanho e do tipo de amostra de vírus presente.

Considerando-se que não havia um sistema de vigilância suficiente para cobrir todo o país e tendo em vista, que com o surgimento da PSA, o governo federal determinara, por decreto, que todo cidadão deveria informar sobre mortes de suínos, era esperado um aumento de casos em todo o país.

O representante do frigorífico Seara, empresário Jandir Paludo, em entrevista

concedida à Revista Agricultura de Hoje, declarou que: *“há uma certa dúvida sobre a extensão da PSA, e muita gente acha que é a PSC. Até onde vai a verdade da informação? No Brasil temos um rebanho de 40 milhões de suínos, houve uma produção e um consumo de vacinas contra a PSC, em 1977, em torno de 8 milhões. Se isso ocorreu, muitos suínos não foram vacinados contra a PSC e as pessoas podem estar confundindo-a com a PSA”*, em Por Que... (1978). Esse é um raciocínio lógico em qualquer procedimento de natureza epidemiológica, mas não aparece de forma clara nos documentos oficiais.

A inexistência de um programa de saúde específico para suínos não motivava o setor privado para a produção da vacina cristal violeta para atender a todo o mercado. Considerando-se a produção de apenas oito milhões de doses anuais da vacina contra a PSC e admitindo-se que toda a produção seria consumida, a cobertura vacinal atingiria 20% do rebanho suíno nacional em 1977. Considerando-se a necessidade de aplicação de duas doses anuais por animal, essa cobertura cairia à metade desse valor.

No ano de 1978 houve uma redução de 35,5% na produção de vacinas, o que tornaria a situação ainda mais crítica.

Portanto, a baixa cobertura vacinal contra a PSC seria o principal fator explicativo para a endemicidade da doença em nosso meio, criando uma grande dificuldade para a notificação e vigilância epidemiológica das doenças de suínos, desde que, clinicamente, algumas patologias se apresentam de forma muito semelhante nessa espécie.

Segundo informações oficiais, o maior número de casos concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste. A disponibilidade de vacina contra a PSC no Brasil, entre 1975 e 1984, está registrada na tabela 1. A partir de 1980, com a implantação do programa de combate à peste suína e com a obrigatoriedade da vacinação contra a PSC, verificou-se maior consumo de vacinas, especialmente nos Estados do Sul e do Sudeste do país. Paralelamente observou-se o aumento de casos e focos da PSC a partir de 1976, que se reduziram após a implantação do programa citado, conforme tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Disponibilidade de vacinas produzidas no Brasil e importadas contra a Peste Suína Clássica (PSC), no período de 1975-84.

Ano	Vacina brasileira (nº de doses)	Vacina importada (nº de doses)	Total (nº de doses)
1975	5.523.816	-	5.523.816
1976	8.670.324	-	8.670.324
1977	7.680.699	-	7.680.699
1978	4.955.105	-	4.955.105
1979	4.693.650	3.875.000	8.568.650
1980	10.579.565	1.000.000	11.579.565
1981	6.931.685	-	6.931.685
1982	11.645.670	-	11.645.670
1983	6.027.145	-	6.027.145
1984	6.041.606	-	6.041.606
Total	72.749.265	4.875000	77.624.265

Fonte: Bol...(1975-1984)

Tabela 2. Distribuição relativa de número de focos e de casos de Peste Suína Clássica no Brasil, no período 1975 - 84.

Ano	Foco	%	Casos	%	Frequência acumulada
1975	154	4,7	2.402	4,3	4,3
1976	607	18,6	11.428	20,3	24,6
1977	640	19,6	12.717	22,6	47,2
1978	287	8,8	3.094	5,5	52,7
1979	222	6,8	8.313	14,7	67,4
1980	307	9,4	7.774	13,8	81,2
1981	343	10,6	3.547	6,3	87,5
1982	434	13,3	4.666	8,3	95,8
1983	140	4,3	943	1,6	97,4
1984	128	3,9	1.448	2,6	100,0
Total	3262	100	56.332	100	-

Fonte: Boletim... (1975-1984)

O Ministério da Agricultura, até 1974, limitava-se a registrar o número de focos da doença, o que não permitia estabelecer indicadores epidemiológicos adequados. Considerando-se o período entre 1975 e 1984, o Ministério da Agricultura contabilizou a ocorrência de 3.262 focos de PSC, com 56.332 mortes, sendo que, entre 1975 e 1979, ocorreu o maior número de notificações da doença, com 67,4%. Merece ser ainda destacado que, em apenas dois anos consecutivos (1976 e 1977), a frequência relativa a número de casos foi de 42,9% do total do período.

A disponibilidade de vacinas contra a PSC para o período de 1975 a 1984 era de 77.624.265 unidades, com uma oferta muito irregular, sendo que, entre 1975 e 1978, quando ocorreu maior número de casos da doença (52,7%), a disponibilidade de vacinas era de apenas 26,8 milhões de doses ou 6,7 milhões/ano, enquanto entre 1979 e 1982 a quantidade de vacina disponível era significativamente maior, com 36,1 milhões de doses ou 9,02 milhões/ano. Considerando-se que a PSC representava a principal preocupação dentre as doenças da espécie suína, esses dados demonstram a grande vulnerabilidade do rebanho nacional em relação a uma doença que era considerada uma das mais importantes prioridades em todos os países do mundo. Todos as cinco pessoas-chave que criavam animais puros não os vacinavam contra a

peste suína clássica, embora afirmassem que contavam com assistência técnica ocasional de natureza privada ou pública.

O depoimento de técnicos e criadores foram respaldados também por várias pessoas-chave, que consideram que a PSC se caracterizava, no Brasil, por apresentar caráter crônico, episódios epidêmicos cíclicos, em decorrência da baixa cobertura vacinal, especialmente nos períodos em que a doença apresentava-se com baixa incidência. A ocorrência desses períodos de relativo silêncio em relação à ocorrência da PSC provavelmente explicaria a pouca procura pela vacina, visto que a maioria do efetivo suíno nacional era procedente de pequenas criações caseiras, conforme já descrito anteriormente. Com isso estabelecia-se um círculo vicioso, em que a indústria não era estimulada a produzir porque a demanda era baixa e os produtores não vacinavam porque a oferta da vacina era muito restrita.

Esses dados, embora publicados anualmente pelo Ministério da Agricultura, não eram sistematizados para propiciar seu aproveitamento, sob a forma de informação, nem para desencadear uma campanha contra a PSC. Conforme se evidenciou quando os dados foram sistematizados sob a forma de tabelas, não se tornou necessário fazer tratamento estatístico para verificação de hipóteses, para afirmar que,

dois anos antes da entrada da PSA no Brasil, estávamos frente a uma epidemia de PSC de grande significado, relacionada provavelmente à baixa cobertura vacinal. Se o controle da doença fosse efetivado a partir de 1976, deveríamos atingir, em 1978, uma cobertura vacinal adequada para controlar a epidemia e facilitar a vigilância contra a PSA. Dessa forma, ganhava consistência a hipótese formulada por representantes dos vários segmentos relacionados com a suinocultura, da ocorrência da PSC e não da PSA em praticamente todo o país. Provavelmente, antes de 1978 havia subnotificação pelo fato de ser uma tarefa restrita à vigilância sanitária de responsabilidade do Estado. No entanto, com a entrada da PSA no país, o governo federal, ao determinar, por decreto, que qualquer cidadão deveria informar às autoridades sanitárias a ocorrência de mortes ou doenças em suínos, produziu um extraordinário fluxo de dados, a ponto de muitas autoridades reclamarem do excesso de notificação sem significado sanitário. O aumento da cobertura vacinal a partir de 1979 promoveu forte declínio da PSC no país, sendo que entre 1981 e 1984 a frequência acumulada de registros da doença foi de apenas 18,8%. Essa constatação reforça a hipótese anterior, ou seja, à medida que o Ministério promoveu um grande e louvável esforço para atingir níveis elevados de cobertura vacinal contra a PSC, a doença sofreu um imediato declínio e a PSA deixou também de ser identificada no país.

4.6.2 A peste suína africana

Com o desenvolvimento da suinocultura no Brasil as entidades representativas dos criadores passaram a se preocupar com a situação sanitária dos rebanhos, especialmente com relação aos animais criados sem os devidos cuidados higiênicos. Predominava em muitas regiões do país a criação caseira de suínos, de baixo custo, utilizando animais mestiços, do tipo banha, criados à solta, alimentados com sobras de comida, tubérculos e farelo de milho e empregando-se, via de regra, a mão-de-obra familiar. Além disso, esses animais eram criados para consumo doméstico e a

produção excedente era destinada ao comércio informal, fato que desagradava aos empresários do setor, que tinham maior custo de produção, pagavam os tributos devidos e contavam com animais especializados, sob inspeção oficial.

No entanto, vários representantes dessa suinocultura especializada consideraram que a entrada da PSA, embora não desejada, não colocaria em risco seus rebanhos por serem criados com todos os cuidados sanitários e, possivelmente em função de algumas informações da literatura e das autoridades sanitárias brasileiras, que essa doença afetaria somente os chamados “porcos de fundo de quintal”, porcos criados à solta, nos lixões e periferias das cidades. Porém ficou claro nas entrevistas dos representantes desse setor que a PSA seria também uma oportunidade para “eliminar” essa criação de porco de fundo de quintal que, apesar de proibida, era tolerada pelas autoridades sanitárias da maioria das cidades brasileiras.

Com a oportunidade oferecida pela exportação, abriram-se novas expectativas para a suinocultura empresarial. Como também aconteceu na avicultura, esse crescimento se tornou muito dependente da importação de animais geneticamente melhorados. Assim, num período de apenas 17 anos, foram reconhecidas no país 14 novas doenças de suínos, introduzidas, provavelmente, por meio da importação de animais da Europa e Estados Unidos. Os dirigentes de associações de produtores, empresários e criadores, muito antes do surgimento da PSA, já haviam alertado sobre a fragilidade da vigilância de portos e aeroportos brasileiros, além da falta de insumos e condições de diagnóstico das patologias suínas. Logo no início do episódio da PSA no Brasil, a imprensa descobriu que, em 1976, essas denúncias foram encaminhadas ao Ministério da Agricultura, que demonstrou despreocupação e indiferença em relação a elas. Assim, foi muito significativa a posição assumida pelo Sr. Fernando Marrey, Presidente da Comissão Técnica de Suinocultura do Estado de São Paulo, quando encaminhou, em 30 de dezembro de 1976, relatório às

autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura expondo a fragilidade da fiscalização sanitária e os riscos sanitários a que a suinocultura nacional encontrava-se exposta, em Peste... (1978g). O documento recuperado pela imprensa traz a seguinte denúncia: *“... falta de controle de barreiras entre os estados limitrofes a São Paulo, com entrada livre de suínos doentes, abatidos clandestinamente e encaminhados aos açougues da grande São Paulo; da ausência de certificados de sanidade e de transito interestadual para cargas de caminhões; ausência de desinfecção de caminhões que transportam suínos para abatedouros, assim como vagões ferroviários e desembarcadouros onde se realiza a grande comercialização; ausência de controle e conseqüente coleta e incineração de restos de comida e de lanches provenientes de aviões nos aeroportos internacionais”*

Também o Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Fábio Meirelles, em Peste... (1978j), em entrevista à Folha de São Paulo, informava que o documento acima referido alertava o Ministério da Agricultura sobre o risco de entrada da PSA no país, em função da falta de controle do lixo e das sobras de alimentos nos aeroportos internacionais, já que os técnicos da pasta não adotavam qualquer medida preventiva. O documento foi encaminhado à Coordenadoria de Combate à Febre Aftosa, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e, em resposta, o Ministério informou, após 10 meses, que não havia esse risco, porque o lixo dos aeroportos internacionais era devidamente incinerado, em Governo... (1978d).

Em novas declarações à imprensa, o Sr. Fábio Meireles afirmou que nos aeroportos e cais era comum a presença de suinocultores do Rio de Janeiro, aguardando a limpeza dos barcos e aviões para aproveitarem os restos de alimentos na lavagem que era servida aos animais. Inclusive em São Paulo, onde, segundo afirmou, criam-se mais porcos que em todo o interior do Estado, repetia-se a mesma cena em aeroportos e até em hospitais, em Peste... (1978h).

No entanto, durante o episódio da PSA, alguns técnicos e autoridades do Ministério da Agricultura reconheceram a deficiência da estrutura de defesa sanitária animal no país, a começar pelo próprio Ministro da Agricultura, Sr. Alison Paulinelli, que declarou à imprensa que o Ministério não dispunha ainda de um sistema de defesa sanitária perfeito e ideal, ao mesmo tempo que justificava ser esse um problema mundial e que a área de fronteira a ser fiscalizada no Brasil era muito extensa, alcançando 5.000 quilômetros de terra e 7.000 quilômetros de mar, conforme Paulinelli... (1978a).

Em documento preparado por Lyra [198-], o Ministério da Agricultura defendia a necessidade de o país estruturar um grupo de erradicação de doenças exóticas e emergenciais. O documento, em seu diagnóstico, reconhece que o país carece de uma estrutura institucional frente às necessidades da vigilância epidemiológica e sanitária. O trecho do documento abaixo selecionado corrobora e reforça a discussão anterior sobre essa temática: *“No que se refere particularmente às emergências sanitárias, com exceção de uma débil vigilância a nível de portos, aeroportos, postos de fronteira e um sistema de informação, cuja falta de dinamismo mal consegue elaborar estudos retrospectivos de ocorrência de várias doenças, encontra-se o sistema de defesa sanitária animal no país totalmente desprovido de meios para uma atuação dinâmica e eficaz diante da apresentação de um episódio sanitário mais grave, exótico ou não”*

Embora o Ministério da Agricultura contasse com legislação de defesa sanitária específica para algumas doenças animais, priorizava, na época, o programa de combate à febre aftosa, que tinha orçamento próprio e uma estrutura verticalizada para o seu combate. Em que pese o crescimento da suinocultura a partir de 1970, especialmente na região Sul do país, as políticas públicas voltadas para essa atividade eram mínimas, conforme fica evidente nas denúncias dos produtores e das associações de criadores de suínos, ressaltando-se a iniciativa dos Estados da

região Sul do Brasil, que mantinham políticas próprias de incentivo à suinocultura, incluindo orientação técnica.

Além das questões técnicas, é necessário reconhecer que o cenário político institucional vivenciado pela população brasileira em 1978 era muito sombrio, marcado por uma ditadura militar desgastada. Não se pode desvincular qualquer atividade de produção animal, como é o caso da suinocultura, desse contexto político-institucional, sob pena de repetir a história factual, descomprometida com as demais áreas do conhecimento. A entrada da PSA no Brasil contribuiu para agravar ainda mais a credibilidade das autoridades políticas e sanitárias do país, pela facilidade com que a doença aqui entrou. Esse quadro foi agravado não só pela natureza das medidas de controle e erradicação, o que era esperado, mas principalmente pela polêmica que se estabeleceu em torno do diagnóstico. Contribuiu para isso a falta de infra-estrutura do Ministério da Agricultura que, na época, não contava com um suficiente corpo técnico especializado em suinocultura, não dispunha de programa nacional de sanidade em suínos e, em consequência, não possuía cadastro atualizado das criações de suínos.

À medida que a PSA se disseminava para diferentes municípios e Estados brasileiros, o Ministério da Agricultura procurava dar uma explicação que geralmente provocava mais polêmica entre criadores, empresários e especialistas. Um dos pontos mais discutidos em relação à PSA no Brasil foi a forma de manifestação da doença, conforme já discutido anteriormente. Nesse sentido, é ilustrativo o que diz Sobestiansky (1982) na introdução de obra sobre a peste suína africana: *“a mortalidade geral foi baixa e não ocorreram formas agudas, prolongando-se por largos períodos, onde muitas vezes os poucos animais atacados sobreviviam”*. No entanto, no capítulo dedicado à descrição da PSA, o autor retoma o conceito clássico da doença: *“a peste suína africana é uma doença altamente contagiosa de curso superagudo ou agudo, causada por um vírus, sendo o mesmo específico da espécie*

suína. Ela se caracteriza, do ponto de vista clínico, pela evolução superaguda ou aguda, algumas vezes subaguda ou crônica, conduzindo na maioria das vezes à morte e rara vezes a um estado de infecção inaparente”.

Essa aparente dúvida em relação ao comportamento do vírus da PSA, segundo a literatura internacional, somente ocorreria após um tempo relativamente longo de duração da doença em uma determinada região ou país.

Para Lucas et al (1967), a PSA é caracterizada clinicamente por uma evolução superaguda ou aguda, algumas vezes subaguda ou crônica, cujo resultado mais freqüente é a morte e, mais raramente, um estado de infecção inaparente. Em condições naturais, a PSA se manifesta clinicamente após um período de incubação de duração variável, segundo quatro formas típicas: superaguda, aguda, subaguda e crônica. As formas superagudas e aguda são as habituais. As formas subagudas e crônicas, raras na África, não foram praticamente observadas no início da evolução da PSA africana na Europa. Ao contrário, elas apareceram com mais destaque nos últimos anos na Península Ibérica, sem ser, no entanto, dominantes.

Para Ruiz Martinez (1978), a PSA é uma virose aguda do suíno, febril e extraordinariamente contagiosa, que se caracteriza pela rapidez de seu curso e por sua alta mortalidade.

De acordo com Mc Daniel (1986), a PSA é uma doença viral, que pode apresentar fases de aguda a crônica, febril, dos suínos. Geralmente quando a doença entra em um novo país ou área, a morbidade e mortalidade são altas e a maioria dos casos é do tipo agudo, mas, após vários meses, pode tornar-se menos severa.

Para Maurer (1975), a PSA é uma doença viral de suínos, aguda, febril, altamente contagiosa, de curso curto, mortalidade muito elevada

Os técnicos do Centro Nacional de Suínos e Aves, da Embrapa, localizado em Concórdia, Santa Catarina retratam a doença como sendo de natureza aguda, com mortalidade aproximada de 100%, embora admitam que essa mortalidade se torna mais baixa onde a doença se torna endêmica, Embrapa (1978).

O Dr. J.M. Alvim, ex-professor da Universidade de Lisboa, Portugal, na época da ocorrência da PSA, define a doença como de caráter agudo, febril, altamente contagiosa, atingindo os suínos, independentemente da faixa etária, por via direta e indireta, sendo a mortalidade sempre bastante elevada, Alvim (1978).

Segundo o Dr. Bertrand Larenaudie, Chefe do Serviço de Virologia Geral, da Escola Nacional de Veterinária de Maison d'Alfort, França, em entrevista à Revista Agricultura de Hoje, a PSA, ao atingir a França, em 1964, pôde ser rapidamente identificada por se apresentar em sua forma superaguda. No entanto, em outros países, essa forma perde terreno para a forma subaguda e crônica, Por Que... (1978).

Também para Brillas e Olivella (1980), a PSA é uma doença exclusiva de suíno, infecciosa e transmissível por um vírus, clinicamente muito similar à peste suína clássica, que se caracteriza por mortalidade elevada, viremia, febre, alterações vasculares congestivo-hemorragicas e transtornos digestivos, respiratórios e nervosos.

Uma das primeiras publicações do Ministério da Agricultura, que foi reproduzida e distribuída aos serviços de defesa sanitária em todos os Estados da federação, continha a seguinte descrição da doença: *"... as características da PSA, em sua forma usual e diferenciada, é uma doença a vírus, altamente contagiosa, hiperaguda, febril e septicêmica dos suínos domésticos, que se caracteriza por hemorragias nos órgãos internos, cianose da pele e letalidade aproximada de 100%. Nos casos hiperagudos, a morte sobrevém às vezes sem qualquer sinal aparente de doença, exceto febre e ocasionais lesões*

macroscópicas que mal chegam a ser aparentes. A PSA se dissemina rapidamente, tal como a PSC. Os poucos que sobrevivem a ela, apresentam-se como portadores capazes de propagar o vírus", Brasil... (1978d).

A mídia e as revistas de divulgação técnica divulgaram exaustivamente o conteúdo dessa monografia, como forma de colaboração com o Ministério da Agricultura. Também as primeiras entrevistas das autoridades do Ministério reforçaram o conteúdo dessa publicação. No entanto, decorridos pouco mais de três meses da primeira notificação da PSA, em razão de o comportamento da doença não se enquadrar no quadro clínico esperado, o Ministério da Agricultura passou a defender uma nova interpretação epidemiológica da doença, baseado no argumento de que se tratava de uma amostra atenuada do agente da doença, tomando como referência o trabalho de Sanchez-Botija (1962), na Espanha. Essa nova explicação justificava, em certa medida, a ocorrência da peste suína africana com baixa mortalidade, acompanhada de manifestações clínicas moderadas, conforme Lyra (1978).

Essa corrente de pensamento passou a dominar o discurso oficial e, conseqüentemente, a ocupar todas as principais fontes de comunicação. Para contradizer os críticos que colocavam em dúvida o diagnóstico laboratorial e que defendiam publicamente a ocorrência da PSC, a culpa passou a recair sobre a preparação dos médicos veterinários brasileiros, conforme ilustra o trecho abaixo, de Lyra e Garcia (1982/1983): *"A polêmica criada entre a própria classe médico veterinária, não entendendo a forma de apresentação da doença, demonstrou a falta de atualização técnica de grande número de profissionais. O próprio Ministério da Agricultura divulgou notas revelando a elevada mortalidade em PSA, o que ocorreu nos primeiros episódios da doença em Portugal e Espanha entre 1957 e 1960 mas já não foram freqüentes em 1979 na Espanha. Por falta de atualização técnica, desconhecendo a forma de apresentação da doença, os profissionais*

começaram a duvidar dos diagnósticos laboratoriais. O primeiro no país (Paracambi) apresentou alta mortalidade, entretanto, outros episódios revelaram a baixa mortalidade e ausência de lesões características”.

Ao discordar da interpretação dada sobre as mudanças de características da PSA no Brasil, em tão curto espaço de tempo, estou amparado nas experiências de renomados pesquisadores mundiais, que descreveram a forma considerada clássica e, portanto, esperada para essa doença, caracterizada pela alta mortalidade e elevada capacidade de disseminação do agente viral, especialmente quando introduzida recentemente em um país ou região. A PSA, quando surgiu na Espanha pela primeira vez, em 1960, provocou mortalidade de 100% nos sete meses iniciais, dentro de um curso agudo de 2 a 8 dias de duração, complementada por alta contagiosidade e outros sinais clínicos semelhantes ao da PSC em sua forma aguda, de acordo com Polo Jover e Sanchez-Botija (1961). No ano seguinte, segundo Sanchez-Botija (1962), embora a regra geral continuasse sendo a mortalidade de 100%, registraram-se algumas exceções, em que não se produzia a mortalidade de todo o efetivo suíno e em que, um número variável de animais escapava ao contágio. Assim, em certas explorações, com 150 a 200 animais, somente 20 a 30 animais morriam nos primeiros 15 dias e o restante dos animais continuavam vivos. O citado autor concluiu que era possível que as formas evolutivas da doença, caracterizadas por baixa mortalidade e fraca contagiosidade, estivessem relacionadas com diferenças de virulência das amostras originadas no curso da epizootia. Esses achados também foram relatados em outros países em que a doença se manteve por um determinado período, geralmente superior a um ano, a exemplo das epidemias ocorridas em Portugal, República Dominicana e Sardenha. Nos demais países afetados, essa condição não se tornou possível em vista do processo de eliminação dos animais ter sido muito curto.

No entanto, no Brasil, essa nova interpretação do Ministério da Agricultura encontrou forte resistência entre criadores, associação de produtores, técnicos e empresários do setor que não encontravam razão para explicar a ocorrência da PSA em uma determinada criação sem que as criações vizinhas fossem afetadas. A imprensa tratou de retratar essas manifestações contrárias que partiam de todas as regiões do país, e um dos relatos mais ilustrativos respalda, de certa forma, a opinião dos especialistas internacionais nessa área da saúde animal. Aqui se levanta mais uma vez a importância da experiência de alguns de nossos técnicos e de muitos criadores que insistiram em discordar do diagnóstico da PSA com argumentos que mereceriam, no mínimo, uma avaliação mais técnica por parte do Ministério da Agricultura. Se havia um clamor contra o diagnóstico, a prova biológica poderia ser empregada para dirimir dúvidas, ou mesmo o envio de material para outros laboratórios de referência poderia ser utilizado. A própria imprensa, ao divulgar a ocorrência de surtos atribuídos à PSA em todo o Brasil, praticamente concomitantes, reforçava essa possibilidade de falha no processo de diagnóstico, como revela a matéria do Jornal do Brasil, do dia 20 de junho de 1978, que anunciava a existência de focos suspeitos da PSA em Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, conforme Governo... (1978a).

O suinocultor Milton Silveira, Km 217 da estrada Pirassununga - Porto Ferreira, ingressou na 9ª Vara da Justiça Federal com duas ações contra a União. A primeira, uma ação cautelar de produção antecipada de prova pericial, em que pretendia apurar responsabilidade civil da União pelos danos que o surto viesse a causar em seu rebanho, com vistas à futura ação indenizatória, e a segunda, de protesto, notificação e interpelação para que a União declarasse qual o modo de agir preconizado pelas autoridades federais competentes com relação ao problema, SP... (1978).

Também em Pernambuco, outro criador, Sr. Emanuel Salvador Teixeira, conseguiu, mediante liminar na Vara de Justiça Federal de Pernambuco, sustar o abate de seus animais até posterior avaliação e, ao mesmo tempo, moveu ação indenizatória contra a União por perdas e danos em razão de seu rebanho ter sido condenado em função da PSA, conforme Africana -1- (1978)

O Prefeito de Ourinhos, Sr. Aldo M. Thomé, afirmou à imprensa ter dúvida quanto aos resultados das provas diagnósticas no rebanho suíno do Sítio Jacu, onde foi feito o primeiro diagnóstico da PSA em Ourinhos e em São Paulo, em Governo... (1978e).

Também o Sr. José Fritsch, Prefeito de Chapecó, no oeste de Santa Catarina, mobilizou os pequenos criadores contra o extermínio de porcos na região. Segundo ele “quando um leitão adoecia, o laboratório confirmava a peste, sem que outros leitões morressem. *“Que peste suína era essa que só atingia um porco?”*, Morissawa (2001).

Quanto à polêmica da transmissão da PSA pela vacina cristal violeta, levantada pelo Coordenador Nacional de Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura, Ubiratam Mendes Serrão, o médico veterinário Albino Nesti, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral-CATI, da Secretaria de Agricultura de São Paulo, em declaração à Folha de S.Paulo, disse não acreditar que a vacina contaminada pudesse ser a responsável pela incidência da PSA em rebanhos brasileiros, embora pudesse existir essa possibilidade. Segundo ele, a vacina era preparada com todos os cuidados, considerando-se o tempo de maturação, temperatura e uma série de outros detalhes técnicos, em Não Surgiram.... (1978).

Os suinocultores da região de Ourinhos, embora convencidos da existência da peste suína, não concordam com o critério de poupar do sacrifício, na época, criações de alto padrão, situadas entre 50 e 500 metros de rebanhos com diagnóstico da PSA, como no caso do Sr. Hildebrando Holanda de Souza, dono de 70 exemplares de porcos da raça *large white*, e do Sr. Orlando Zais,

com mais de 1200 suínos. *“Se a peste é realmente africana, porque animais vacinados contra a peste clássica não se contagiaram?”* perguntaram os criadores. Alguns deles levantaram a possibilidade de introduzir suínos vacinados contra a peste suína clássica no local do foco para verificar se haveria contágio, mas as autoridades sanitárias não autorizaram essa prática, Embrapa (1978).

Não faltaram, porém, declarações polêmicas, como a do Sr. Wagner Marchesi, Diretor da Húmus Agrícola, que afirmou ao Jornal do Brasil e a outros meios de comunicação que a PSA convivía com a suinocultura brasileira há alguns anos, sendo, na maioria das vezes, confundida com a PSC. O fato só não se tornara público antes pela falta de diagnóstico diferencial. Segundo ele, a doença começou, provavelmente, nos Estados que exportavam suínos, como Santa Catarina e Paraná e não no Rio de Janeiro e São Paulo que eram Estados importadores. Por isso considerou ingênuas e desnecessárias as medidas de erradicação dos focos tomadas pelo governo, por não acreditar na erradicação dessa doença no Brasil, conforme Portaria... (1978a). Deve ser ressaltado que a imprensa publicou informações do próprio Ministério da Agricultura informando que a PSA encontrava-se presente no Brasil antes de maio de 1978, pois soros estocados há alguns anos em instituições de pesquisa do Estado de São Paulo apresentaram reação positiva à prova de IEOF. Posteriormente o próprio Ministério retificou essa informação, com a justificativa de que o método empregado poderia apresentar resultados falso-positivos.

Interessante foi a matéria assinada por Lancellotti et al (1978), articulista da Revista Istoé, que mesmo sendo um *gourmet*, fez uma análise muito sagaz e irônica da forma com que a PSA estava sendo tratada pelas autoridades sanitárias brasileiras. Comentou que as suinoculturas empresariais, sujeitas à inspeção federal, recebiam o carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) e *“por alguma razão, qualquer parecem imunes ao vírus da doença”*. Uma prova disso foi a

suspensão das medidas preventivas, da interdição do trânsito para que o transporte de suínos pudesse ser restabelecido (corredores sanitários). Referiu-se também ao exemplo da Húmus Agrícola, dirigida por Wagner Marchesi, que *“possui um coeficiente de segurança quase absoluto contra epidemias. As grandes empresas, cujo capital lhes fornece os meios necessários ao cumprimento das exigências da legislação sanitária, ganham um aliado pelo monopólio do setor e ao pequeno produtor sobra apenas o consolo de uma manifestação de 183 acadêmicos de veterinária da Universidade Fluminense conclamando as autoridades a respeitarem os porcos”*. A favor da opinião do articulista deve ser considerado que a estratégia de instituir corredores sanitários derivou da pressão de produtores de Estados do Sul do Brasil, fato nunca antes registrado em países que sofreram a doença.

O surto ocorrido em Igarapé- MG, na suinocultura do Sr. Lincoln Viana, vice-presidente do Núcleo de Suinocultura de Belo Horizonte, pode ser considerado emblemático, por ser uma granja modelo, altamente tecnicizada e, portanto, fora do padrão considerado pelas autoridades sanitárias para ser atingida pela PSA. O Ministério da Agricultura nunca encontrou uma explicação epidemiologicamente aceitável para a ocorrência desse surto, embora fosse aventada a possibilidade de que caminhões de frigoríficos ou de fábricas de ração poderiam atuar no transporte mecânico do vírus da doença. Essa possibilidade nos parece ser remota, visto que esses caminhões trafegavam por várias propriedades onde não ocorreram surtos da doença. Morreram na propriedade 60 animais e o restante do plantel, cerca de 1000 animais, foi abatido a tiros de fuzil e enterrado. Nesse caso, também não se aplicou a regra de despovoamento num raio de 16 quilômetros, embora toda a área estivesse sob vigilância, Começa... (1978).

Em São Paulo, o Sr. Fernando Marrey, presidente da Comissão Técnica da Suinocultura da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo disse que *“é preciso acabar com o pânico, há apenas*

um laboratório que faz os exames, os resultados vêm tardiamente, ninguém garante que se esteja fazendo confusão nas amostras, temos que duvidar, até certo ponto, da veracidade dos diagnósticos”. Segundo o Sr. Marrey, a Portaria publicada no Diário Oficial de 10 de julho de 1978, estava fazendo com que se criasse um alarme no Estado, com uma *“suposta doença que não está clinicamente nem laboratorialmente confirmada. Temos de duvidar, até certo ponto, dos resultados das análises, pois em Pinhalzinho, por exemplo, um porco foi diagnosticado como tendo morrido de PSA, quando na realidade nem era peste suína”*, Paraná... (1978).

Sobre o surgimento de focos atribuídos à PSA na Ilha de Marajó, o Ministro Paulinelli considerou uma *“incógnita”* tal fato, que poderia indicar que a doença estivesse lá há mais tempo e só então tivesse sido diagnosticada, Itália... (1978)

O veterinário Cláudio Lowenthal, especialista em suínos, disse não acreditar na existência da peste africana, nem mesmo crônica, ou seja, atenuada, Que Peste... (1978). Em outra entrevista à imprensa, ele disse que *“a PSA é uma doença com alto índice de letalidade (90% dos animais morrem na fase aguda), mas isso não está acontecendo aqui. É curioso também que apareçam focos da doença nas pequenas propriedades, não afetando grandes criatórios situados nas áreas próximas”*, conforme Matança... (1978b). Em entrevista à Revista Veja, Cláudio Lowenthal ressaltou inicialmente que: *“a mortalidade de porcos tem sido baixíssima, pois onde nunca houve a doença ela deveria se apresentar virulenta, arrasando até 98% dos rebanhos num prazo de nove dias. No caso do foco de Pirassununga, São Paulo, dez dias depois de um animal morto ser considerado positivo para a PSA todos os demais 19 animais da mesma pocilga estavam vivos. O mesmo fenômeno tem ocorrido em outros Estados. Deus é mesmo brasileiro, o vírus chegou aqui bonzinho”*. Para Lewenthal *“a doença aparece em pontos tão distantes como Rio de Janeiro, Ilha de Marajó e Santa Catarina, sem levar em conta os animais existentes no meio deste complicado trajeto.*

Como explicar, por exemplo, que sendo uma peste altamente contagiosa, tenha passado despercebida em Bragança, município paulista de alta densidade suína, na sua viagem do Rio de Janeiro para Amparo- São Paulo, local isolado e de criação pouco intensiva?” A partir dessas dúvidas é que diz não acreditar na existência da peste africana, nem mesmo crônica, ou seja, atenuada, Que Peste... (1978).

Segundo os especialistas do Departamento de Virologia da UFRJ, o vírus que há 79 dias atacava o rebanho suíno brasileiro é o africano, mas as dúvidas recaem sobre o comportamento do vírus, pois nos Estados do Sul, o índice de letalidade era baixo, não correspondendo às estatísticas da doença. Mais de 400 amostras de materiais já chegaram ao laboratório, onde trabalhavam 55 pessoas. O material recebido (baço, fígado, nódulo linfático e amídalas ou sangue eram distribuídos para três setores. No setor de hemadsorção, o teste consistia na inoculação do material em suspensão de leucócitos e daí eram feitas leituras com 24, 48 e 72 horas para se verificar a existência ou não de aderência nas hemácias e leucócitos. O setor responsável pelo teste de imunofluorescência trabalhava com os órgãos enviados (pesquisa do vírus nos tecidos) ou ainda com a cultura de tecido inoculada com material suspeito, em Peste... (1978c).

Em Maringá foram sacrificados 220 porcos na propriedade do Sr. Osmar Fernandes Dias, irmão do Deputado Álvaro Dias (MDB-PR), que contratou o veterinário Eudes Estevão de Moraes para acompanhar o caso, pois duvidava que os animais tivessem tido a PSA. Segundo o veterinário, *“se houvesse realmente a doença, os 220 suínos estariam mortos há mais de uma semana”*. O Deputado explicou que os porcos que morreram na propriedade de seu irmão *“foram intoxicados por terem ingerido, em demasia, farelo de soja”*. Ele disse que pretendia comprovar isso e, caso a suspeita se confirmasse, iria recorrer judicialmente contra o Ministério da Agricultura. Os repórteres que chegavam à fazenda para registrar o abate de animais foram

perseguidos por cerca de cem soldados da polícia militar e dois deles chegaram a ser detidos, conforme Peste... (1978c).

Passados três meses do surgimento da PSA, o editorial da Revista Nacional da Carne levantou uma série de dúvidas e concluiu que aumentavam as contestações às teorias do governo sobre a ocorrência da PSA e, que exceto por uma ou outra voz isolada, poucos se preocupavam em tomar partido das teses governamentais. Considerava que o Ministro Paulinelli evitava perguntas sobre o diagnóstico da doença, o que dava origem a uma onda de contestações. Segundo o editorial as insinuações de que grupos estrangeiros estariam por trás da peste, não foram respondidas; a promessa de um deputado (da Arena), sobre um provável pedido de instalação de uma CPI não foi rebatida; a discordância de vários técnicos e biólogos, sobre se a doença era clássica ou africana, bem como a procedência dos vírus, também não foi contra-argumentada, conforme Contradições? (1978).

Decorridos três meses do aparecimento da PSA ainda não havia sido dada uma solução definitiva para o caso, especialmente quanto ao problema da falta de infra-estrutura laboratorial e de pesquisa, conforme Convivendo... (1978).

Na cidade de Armazém, ao Sul de Santa Catarina, foram sacrificados 424 suínos sem que se soubesse então como o vírus entrou no Estado. O maior centro produtor do país revelava o maior pessimismo: *“a peste não será erradicada e precisamos dar um jeito de conviver com o vírus”*, em Por que... (1978).

A Associação Paranaense de Suinocultura promoveu em Curitiba, a partir de 31 de agosto de 1978, um fórum de debates técnico-científicos sobre a defesa da suinocultura nacional, com o objetivo de esclarecer, no plano técnico, a validade dos diagnósticos feitos no caso de peste suína e das medidas adotadas para combater a PSA até então, Foco ... (1978).

O Encontro de Médicos Veterinários realizado em Belo Horizonte, encerrado em 06 de setembro de 1978, concluiu, em vista da rapidez com que a PSA se alastrou em diversas partes do país, que ela já existia no Brasil muito antes de ser detectada no Rio. Acreditavam os veterinários que o vírus procedia da Península Ibérica e já chegara aqui bastante enfraquecido, provocando baixa taxa de letalidade, de acordo com Encontro... (1978).

Essa conclusão provavelmente foi baseada em relatórios oficiais publicados logo no início do episódio da PSA e também em algumas matérias publicadas pela imprensa informando que soros estocados desde 1976 em institutos de pesquisa de São Paulo apresentaram reação positiva para PSA, em Martins (1978).

O Deputado Ivo Spordanel (MDB-RS) estranhou a chegada de 500 suínos importados pelo grupo Rockefeller, justamente no momento em que se denunciava a existência da PSA no Brasil. O Deputado desconfiou também dos laudos técnicos da Universidade Federal Fluminense na Ilha do Fundão, que afirmaram existir PSA na cidade gaúcha de Três Passos, porque “os técnicos que fizeram aquelas análises são, precisamente, norte-americanos e canadenses e não brasileiros”. Segundo ainda o Deputado, “vários técnicos de Santa Catarina afirmaram que os casos ocorridos naquele Estado não eram de PSA”, em Candidato... (1978).

Passado o susto, a perplexidade e a revolta, os criadores de porcos, enfim, começaram a reagir com medidas práticas contra a PSA. A mortalidade era baixíssima, os sintomas poderiam ser atribuídos a outras doenças e onde morria um porco os demais permaneciam com boa saúde. Em Três Passos, no Rio Grande do Sul, 40 dias após o laudo positivo para PSA, o restante do rebanho estava saudável e os criadores se reuniram para debater a questão e aprovaram um documento de quatro laudas, em que “negam de forma definitiva e com absoluta segurança a existência da PSA em Três Passos”, em Peste... (1978b)

A revista Dirigente Rural, depois de completado um ano da entrada da PSA no Brasil, apresentou um retrospecto da doença, demonstrando que 84% dos surtos ocorreram em criações de porcos soltos, seguidas das extensivas, com 14% e das organizadas com apenas 2%. Em relação à existência da doença assim se posicionou: “Decorrido algum tempo, começaram a surgir suspeitas de que não se tratava da PSA, mas da peste suína clássica, esta há muito tempo presente em nossos rebanhos e de fácil controle pela vacinação. A dúvida era causada pelo índice de letalidade. Enquanto nos países europeus esse índice era de 100%, no Brasil a doença estava matando apenas 50% dos animais atacados. Chamada até de peste suína brasileira, em razão dessa peculiaridade, o mal foi, no entanto, confirmado pelas autoridades, observando que o menor índice de letalidade se deveria às suas várias passagens por rebanhos europeus, o que teria provocado algumas mutações. Até hoje a PSA é objeto de grande polêmica, considerando-se a hipótese de que muitos casos tidos como de peste africana foram, na verdade, de peste clássica, visto que o quadro clínico torna praticamente impossível proceder a um diagnóstico diferencial entre as duas e com outras doenças”, Convívio... (1979).

Da mesma forma, a Revista Nacional da Carne, por meio de seu editor, considerava que a suinocultura “ainda convalesce de um estranho e inexplicável surto de PSA. Existem fortes indicações de que a PSA nunca houve, inclusive com uma análise da FAO, em caráter extra-oficial, confirmando sua inexistência. O que ocorreu parece estar sendo considerado como uma ‘precipitação’ por parte das autoridades sanitárias do país, havendo quem diga que, na realidade, o surto foi de peste suína clássica, em níveis mais violentos”, Suinocultura... (1980).

Dois anos após o surgimento da PSA no Brasil, em entrevista à Revista Nacional da Carne, o Sr. Fernando Marrey, presidente da Comissão Técnica de Suinocultura da FAESP, considerava que “a PSA não existe e, portanto, não há o que combater. A

moléstia foi um susto que quase matou o doente. São Paulo, Paraná e Santa Catarina estão imunes ao mal e, em Piracicaba (SP), não se propagou devido a um mandado de segurança”, Forças... (1980).

A Revista Nacional da Carne, por meio de nota de seu editor, referia-se à PSA como uma “neurose” e, de 1978 em diante, eram constantes as denúncias sobre a sua existência, a ponto de os criadores concluírem que havia uma campanha contrária à suinocultura, PSA... (1980).

Em outubro de 1980 o coordenador da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Sr. Ubiratan Mendes Serrão, afirmava que os focos de PSA identificados no Brasil apresentavam-se, de modo geral, com *“baixa mortalidade, provocando o descrédito e desconfiança nos diagnósticos laboratoriais, face ao desconhecimento dessa forma de apresentação da doença pelos criadores e até mesmo por alguns veterinários”* Brasil... (1980b)

Ao participar de um debate promovido pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, o veterinário Cláudio Lowenthal afirmou que a demora no retorno dos resultados dos materiais enviados ao Laboratório Central, no Rio de Janeiro, tinha sido até de dois meses, prejudicando a erradicação. O veterinário Cláudio de Moraes Andrade, responsável pelo laboratório carioca, justificou-se, dizendo que havia material que chegava ao

laboratório com 25 dias, acondicionados em vasilhas com glicerina ou com formol, que mata o vírus. Segundo ele, quando o material chegava em boas condições o exame era feito em seis horas. A maioria dos exames não ultrapassava o prazo de 24 horas, Burocracia... (1978).

4.7 Registros dos atores sociais

“Se era ou não peste suína africana, na época, não nos cabia analisar, conjecturar ou contestar, fazíamos parte da defesa sanitária animal da Secretaria de Agricultura, éramos técnicos e tínhamos que cumprir ordens superiores”. (Depoimento de médico veterinário do Sul do país)

Neste capítulo serão discutidos os resultados das entrevistas, as respostas aos roteiros enviados por carta e por meio eletrônico envolvendo técnicos, pessoas-chave, criadores, dirigentes de associação de criadores de suínos e empresários do setor. As respostas foram agrupadas segundo a similaridade de sentido entre elas.

4.7.1 Médicos veterinários

Foram enviadas 434 mensagens com o roteiro, do qual foram recebidas apenas 69 respostas. No campo da identificação do roteiro, 32 responderam que exerciam função pública (58,2%), e 23, função privada (41,8%). No tocante à especialidade, foram contabilizadas 53 respostas, conforme se observa na tabela 3.

Tabela 3. Funções exercidas por 69 participantes de médicos veterinários.

Função exercida	Nº	%
Produção/reprodução bovinos	11	20,70
Produção/reprodução suínos	09	17,00
Clínica médica	09	17,00
Parasitologia/virologia	07	13,20
Anestesiologia/imunologia/fisiologia	04	7,50
Inspeção de carne	03	5,70
Doenças / clínica de suínos	03	5,70
Outras	07	13,20
Total	53	100,0

Em relação à qualificação, as respostas foram as seguintes: 8 graduados (15,7%), 8 especialistas (15,7%), 6 mestres (11,7%) e 29 doutores (56,9%). De acordo com o valor mediano que representa, o ano de conclusão do curso de graduação foi o de 1976.

De 69 roteiros recebidos, 18 (26%) não foram preenchidos, mas foram devolvidos com justificativas tais como: *“só vi essa doença nos livros”*, *“não temos a disciplina de doenças exóticas”*, *“não posso ajudar, tenho pouco conhecimento na área”*, *“não trabalho com suínos”*, *“desculpe-me, não posso participar por trabalhar em outra área”*. Essas justificativas merecem também ser lidas e entendidas pelo aspecto ético que elas encobrem. O fato de não atuar na área aqui considerada não isenta o profissional da responsabilidade de posicionar-se sobre um problema da medicina veterinária que causou grande impacto econômico no país e envolveu amplos segmentos da sociedade brasileira.

As respostas a cada pergunta do roteiro foram assim organizadas:

Pergunta n.1: Como você tomou conhecimento da notificação da peste suína africana (PSA) no Brasil?

A imprensa foi a fonte de informação mais citada, com 43,7% de respostas, o que, de certo modo, era esperado. Apenas quatro participantes da pesquisa (6,2%) afirmaram que tomaram conhecimento da doença por meios oficiais. É necessário lembrar que a suspeita de PSA foi estabelecida no dia 12 de maio de 1978 e mantida sob sigilo pelas autoridades sanitárias até 28 de maio, quando houve um “vazamento” de informação para a imprensa, pelos técnicos do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Agricultura do Rio de Janeiro, empenhados no combate ao foco de Paracambi. Aquelas reportagens praticamente definiram o caráter da doença e ainda indicaram a provável origem do surto, Peste... (1978k) e Perez... (1978).

Pergunta n.2: Você participou de algum tipo de atividade que poderia ser relacionada

com a presença da PSA no Brasil? (especificar)

As respostas foram assim classificadas: 31 afirmaram não ter participado de atividades relacionadas com a PSA (44,9%), 20 responderam afirmativamente (29%), e 18 (26,1%) não responderam. Em relação ao grupo que respondeu favoravelmente, apenas 12 (17,4%) participaram efetivamente de atividades que poderiam ser reconhecidas como relacionadas ao programa de combate à doença. As experiências e avaliações desses 12 participantes serão apresentadas em separado nesse capítulo.

Pergunta n.3: Como você explicaria a entrada da PSA no Brasil?

A maioria das respostas sobre a entrada da doença no país (53,1%), apontava o problema da alimentação de suínos com restos de refeições de bordo de aviões. No entanto, para 9,4% a causa foi a importação de animais, sem os devidos cuidados sanitários, enquanto para 6,3% dos participantes, o que ocorreu foi a falta de vigilância sanitária ou inadequação de barreiras sanitárias. Novamente o que mais surpreendeu foi verificar que 21,9% dos médicos veterinários afirmaram não poder explicar com segurança como a PSA entrou no país. Outros (9,3%) afirmavam não ter certeza ou disseram não acreditar na existência da PSA no Brasil, inclusive técnicos que participaram diretamente das ações de combate à doença, o que também foi retratado por Cláudio Lowenthal em diversas entrevistas em jornais e revistas, conforme Que Peste... (1978) Esse último resultado reforça a importância do estudo sobre a história e a memória dos problemas sanitários que ocorreram no país, de uma maneira geral, uma vez que, nesse caso, trata-se de uma situação paradoxal: participar das ações de combate a uma determinada doença e não ter uma posição clara sobre a sua existência ou sobre a forma com que entrou no país. A epígrafe desse capítulo representa bem essa ambivalência que marcava o comportamento de alguns técnicos,

especialmente do Sul do país, em relação ao conhecimento sobre a doença.

Pergunta n.4: Qual a sua avaliação sobre as medidas de combate à doenças implantadas pelo Ministério da Agricultura, considerando-se desde a fase emergencial, quando a doença se restringia ao Rio de Janeiro, até o estabelecimento do programa oficial de erradicação?

Há por parte da maioria dos participantes (52,6%), de que as medidas de combate à PSA foram adequadas ou efetivas, em que pesem as restrições sobre os procedimentos adotados, caracterizados por alguns como drásticos e severos. As críticas em relação à estrutura de pessoal, ao diagnóstico e à vigilância sanitária do Ministério da Agricultura corresponderam a 29% das respostas, e 18,4% dos entrevistados disseram não possuir conhecimentos suficientes para fazer uma avaliação. Esses resultados são concordantes com a opinião da maioria das pessoas-chave que disseram que as medidas adotadas na fase inicial do episódio, embora severas, foram necessárias e bem executadas. As críticas aqui feitas, e também pelos atores sociais em capítulos anteriores, concentraram-se no período posterior ao episódio de Paracambi, quando a doença passou a ser notificada em vários Estados do Brasil sem que guardasse um nexo de causalidade com o foco primário. Nesse aspecto, vários médicos veterinários, especialmente os do Sul do país informaram que não observaram lesões suspeitas da PSA durante suas atividades de combate à doença, o que, de certa forma, corrobora os depoimentos de criadores, publicados pelos jornais e revistas, abrangendo variadas regiões do país, conforme Peste... (1978b), Suinocultura... (1980), Convívio... (1979).

Pergunta n. 5: O fato de o Ministério da Agricultura ter declarado, em 1984, que o Brasil encontrava-se oficialmente livre da PSA, trouxe algum tipo de repercussão para a suinocultura e para a indústria de transformação de derivados suínos nas décadas seguintes? Especificar.

Foi apontado por 31 entrevistados (63,3%) que, depois de alcançada a erradicação da PSA, houve melhoria ou modernização da suinocultura nacional e da indústria de transformação da carne suína, bem como a recuperação do mercado interno e o aumento das exportações. Essas respostas foram concordantes com as opiniões de autoridades sanitárias, técnicos, empresários e representantes de associação de suinocultores, como foi registrado anteriormente. Apenas dois (4%) participantes consideraram que os pequenos produtores foram os mais prejudicados, enquanto 28,6% não responderam ou afirmaram não possuir conhecimentos sobre esse quesito.

Pergunta n. 6. Qual o conhecimento ou experiência resultante do episódio da PSA que mereceria ser registrada para a preservação da memória e da história nacional?

Foram registradas 62 atividades ou ações sanitárias consideradas relevantes no combate à PSA no Brasil, das quais 30 referem-se à melhoria ou desenvolvimento das técnicas de planejamento. Foram registradas 17 ações que mereceram elogios, a saber: estabelecimento de normas mais eficazes de defesa sanitária animal, maior atenção às necessidades do planejamento e execução das atividades relacionadas à defesa sanitária animal, implantação de vigilância epidemiológica, melhoria das equipes sanitárias, criação de centros modernos de diagnóstico, atuação intensiva e rápida nos focos da doença. Na área de comunicação social, houve oito respostas que elogiaram a participação da indústria e dos produtores, a democratização da informação e a opinião dos produtores quanto às medidas de combate. Foram contabilizados 13 registros contendo críticas quanto à: vulnerabilidade do país frente às doenças exóticas, fragilidade do serviço de defesa sanitária animal, falta de preparação técnica para realização do diagnóstico laboratorial, diagnóstico falho e falta de apoio laboratorial para doenças exóticas. Essas críticas referiram também a questões como o sacrifício indiscriminado de animais, o

desencontro de informações sobre o risco de doenças para as pessoas, a importância do problema para a opinião pública, o critério e a forma de sacrifício de animais, a ignorância de parte significativa da classe veterinária em relação à doença, possibilidade de o surto ter sido uma coisa fantasiosa e a inexistência de um relatório final sobre esse episódio e a real dimensão do problema. É interessante observar que esses questionamentos foram também feitos por outros atores sociais, conforme Lancellotti et al. (1978), Secretaria... (1978) e Peste... (1978k).

De certa forma, essas referências, como experiência acumulada, que estou classificando de memória, mostram que a maioria dos participantes considera que a atuação das autoridades sanitárias frente ao foco foi adequada e eficiente. As críticas concentraram-se na questão da vigilância epidemiológica e do diagnóstico. Raros foram os registros que destacaram os prejuízos dos produtores, empresários e do país em função do registro da ocorrência da PSA.

Pergunta n.7: Você gostaria de acrescentar outras informações?

Poucos participantes acrescentaram outras informações. Merecem ser ressaltados alguns registros que destacaram o êxito da erradicação da PSA no Brasil, a oportunidade de exportação, a obediência às recomendações da OIE. Considero também muito significativo o fato de que poucos foram os participantes que utilizaram esse espaço para expressar outros pontos de vista, o que, de certa forma, limitaria o uso dessa técnica, caso fosse a referência única desse estudo.

Entre os 69 roteiros recebidos selecionei 12 em que foi possível estabelecer algum tipo de participação no PCPS do Ministério da Agricultura. Entendi que era importante destacar essas respostas nessa pesquisa, por representar situações vivenciadas na prática e que contribuíam para ampliar e reforçar opiniões de vários atores sociais.

Uma médica veterinária que na época estagiou no laboratório central de diagnóstico da PSA, no Rio de Janeiro, (roteiro n.9), disse ter tomado conhecimento da notificação da PSA em sala de aula. Sobre a avaliação das medidas de combate à doença assim se expressou: *“como trabalhei em área de grande expressão da suinocultura, em um estado do Sul do país, considero que as medidas, embora necessárias, foram um tanto traumáticas para os produtores locais. Acredito que a razão para este fato é que não houve acompanhamento efetivo dos técnicos da extensão rural. Na época ouvi muitos colegas veterinários dizerem que a existência desta enfermidade era uma fraude”*.

Esse depoimento revela uma situação paradoxal, pois para quem passou por um estágio no laboratório oficial de diagnóstico, em um momento que muitos eram os diagnósticos positivos, não poderia ter uma posição indefinida sobre a existência da doença, ainda que tenha feito referência à fala do outro. Essa situação, relativamente freqüente entre os profissionais da medicina veterinária e entre outros atores, era uma das representações sobre a PSA mais polêmicas expostas pela mídia, conforme Contradições... (1978), Governo... (1978), Que Peste... (1978) e Peste.... (1978b)

Em depoimento (roteiro n.13) de um profissional responsável pela coordenação de escritório da Regional em um Estado do Sul do país afirmou não ter explicação quanto à entrada da doença no país. A respeito da ocorrência de um foco de PSA em seu município disse que pediu para ser afastado das operações de abate e cremação para que *“não houvesse problema para mim, uma vez que residia na cidade e prestava assistência técnica de defesa sanitária animal para criadores dos municípios sob minha jurisdição”*. Comentou ainda que, ao participar de uma reunião oficial sobre os problemas da suinocultura em sua região, citou a ocorrência desse foco de PSA e as medidas adotadas para o saneamento do mesmo, quando foi contestado, de forma muito agressiva, por um conhecido político do Estado e do país,

sob o argumento de que *“não havia peste suína africana no Estado e que não era para eu falar mais nisto”* fato que o constrangeu perante aos demais colegas.

Segundo a opinião de um médico veterinário da inspeção federal (roteiro n.E-29), houve ganho na *“conscientização das autoridades, no que tange às medidas de vigilância, à recuperação do mercado e à tecnificação da suinocultura”* e, como conhecimento ou experiência decorrente do episódio da PSA, destacou a *“participação efetiva dos médicos veterinários brasileiros”*, embora considerasse que *“a estrutura precária, a deficiência de recursos humanos e a falta de treinamento de pessoal contribuísssem para o ingresso da doença no país”*.

Outro técnico do setor público, que exercia ações de defesa sanitária animal em um Estado do Sul do Brasil (roteiro n.33) assim se expressou: *“nunca ficou claro para a nossa classe veterinária o início da epidemia. Eu faço parte dos veterinários que acreditam que ela já existia no Brasil”*. Relatou ainda que, nos 12 anos em que trabalhou em defesa sanitária animal, só registrou um único caso de PSC, que atingiu entre 6 e 8 animais, dentro de um rebanho de mais de 200 cabeças. No mesmo período informou que detectou um foco de Doença de Aujeszky, que causou 20% de mortes em um rebanho de 300 cabeças. Considerou que as medidas tomadas foram tímidas e retardadas, tratando-se de uma doença exótica. Em sua opinião, a suinocultura brasileira mudou muito após o episódio da PSA e os pequenos produtores foram os mais prejudicados, pois tiveram maiores gastos e investimentos para readaptação. Destacou os seguintes pontos positivos do PCPS: democratização da informação, estabelecimento de normas eficazes de defesa sanitária animal, criação de centros de diagnósticos modernos e a *“participação social e cidadã de nossa classe médico veterinária”*. Em outras informações acrescentou que, como veterinário formado há mais de 25 anos, *“pouco mudou na preservação de nossas fronteiras e por isso somos vulneráveis a uma série de doenças*

exóticas”. Citou o caso de camelos adquiridos para o turismo no Rio Grande do Norte, responsáveis pela introdução de um carrapato exótico no Brasil. Esse depoimento é revelador de duas situações antagônicas: uma que revela a sua crença em que a doença já existia no país antes de 1978 e a outra que dá margem a dúvida sobre a sua ocorrência.

Segundo o depoimento de um profissional da região Sudeste (roteiro n.48), houve um despreparo do serviço de defesa para tomar medidas emergenciais, fato que permitiu a rápida disseminação da PSA para os demais Estados. Segundo ele, também faltou colaboração de segmentos da sociedade que não acreditavam na doença e procuravam burlar as recomendações técnicas. Da mesma forma, alguns técnicos não acreditavam na doença e nem nos diagnósticos, o que muito contribuiu para o descrédito de algumas medidas. Em sua opinião, o serviço de defesa deveria modernizar-se e os criadores também deveriam melhorar os procedimentos sanitários com seus rebanhos. Como experiência acumulada, citou que a PSA marcou o fim da suinocultura do tipo “banha” ou de fundo de quintal; destacou a falta de laboratórios aptos a realizarem diagnósticos de doenças exóticas e a importância da vigilância epidemiológica. Em outras informações, destacou o papel do Conselho Federal de Medicina Veterinária e do Conselho Regional de seu Estado, que se manifestaram publicamente, em apoio às medidas tomadas pelas autoridades, inclusive quanto ao abate sanitário. No seu entender, *“foi o primeiro programa de erradicação de uma doença exótica no Brasil e graças a isto hoje o país é exportador de carne suína para vários países”*.

Merece citação a resposta de outro técnico da inspeção federal (roteiro n.49), que considerou eficientes as medidas adotadas, embora no item de conhecimentos e experiências com a PSA tenha ressaltado que *“sempre achei altamente discutível o sacrifício indiscriminado de animais nestes casos”*.

Um professor universitário de um Estado da região Sudeste (roteiro n. 53), considerou adequadas e corretas as medidas de combate à doença. Segundo ele, graças à repercussão da erradicação conseguida, foi possível o retorno dos criadores às suas atividades, aumentando a expectativa de exportação. Por outro lado, o episódio da PSA deixou como experiência a certeza da vulnerabilidade do país às doenças exóticas e a necessidade de se contar com um plano efetivo de controle.

Outro professor universitário da região Sul (roteiro n. 56), a respeito da entrada da PSA no país disse que: *“acredito que só tenha ocorrido um foco, o original de Paracambi. Os outros teriam sido resultantes da falta de especificidade dos testes de IEOF e hemadsorção”*. Para ele, as medidas empregadas foram adequadas e a erradicação da PSA contribuiu para a retomada das exportações e para reduzir a desconfiança dos consumidores. Citou como principal problema o elevado número de diagnósticos falso-positivos.

Um técnico especializado em bovinocultura de leite (roteiro n. 57), que, na época, trabalhava no levantamento sorológico da doença, foi o único a defender a hipótese de que a PSA existente no Brasil era causada por uma amostra de baixa virulência e que as medidas adotadas para a erradicação da doença foram boas.

Um médico veterinário do Sul do Brasil (roteiro n. 63), disse que participou do levantamento sorológico da PSA em seu Estado e que era favorável às medidas de combate adotadas contra a doença. Disse ainda que, após a erradicação da PSA, o país passou a ter condição de diagnosticar todas as enfermidades para situações emergenciais e que deveria haver um fortalecimento das instituições para que, em caso de ocorrência de novos episódios, não houvesse alarme desnecessário.

Um profissional que, na época da PSA, prestava assistência técnica para uma grande empresa relacionada com a suinocultura, na região Sul (roteiro n. 67), considerou que havia dúvidas quanto à

eficiência das medidas de combate à doença e que o país não tinha recursos humanos qualificados para implantar e acompanhar um programa sanitário oficial. Destacou, como experiência resultante do episódio, a forte participação da indústria e dos produtores. Em outras informações referiu-se a um foco cujo diagnóstico foi de PSA e que, no entanto, foi considerado como sendo da doença de *Aujesky*, por um especialista da Universidade Federal de seu Estado.

Segundo o depoimento de um médico veterinário do Sul do Brasil (relatório n. 68), ligado ao setor público e que participou de todas as atividades de abate de suínos com PSA no interior de seu Estado, *“até hoje ninguém conseguiu provar como este vírus entrou no país”*. É de opinião que as medidas de combate foram corretas, pois *“só dessa forma o país conseguiria ficar livre da doença”*. Como experiência acumulada, mencionou a fraqueza do sistema de vigilância sanitária, especialmente nas fronteiras, portos, aeroportos. Disse também que *“mesmo tendo participado da erradicação nunca tomei conhecimento de um diagnóstico positivo. Em todos os focos em que atuei os suínos não apresentavam nenhum sintoma clínico”*.

Observam-se nesses depoimentos praticamente as principais hipóteses e versões levantadas pelos jornais e revistas quanto à entrada do vírus da PSA, resultados laboratoriais e forma de disseminação da doença para os Estados do Sul. Em que pesem os laudos oficiais confirmando o isolamento do vírus em laboratório internacional de referência e o desmentido do próprio Ministério em relação à possível entrada da doença antes de 1978, os participantes dessa amostra se deixam guiar por outros referenciais em que o conhecimento científico e o senso comum formam, conforme Schutz e Luckmann (1973), um conjunto de abstrações, formalizações e generalizações, construídos e interpretados a partir do mundo do dia-a-dia, cuja compreensão se dá a partir do estoque de experiências pessoais e de outros como companheiros, predecessores, contemporâneos e sucessores.

4.7.2 Empresários, dirigentes de cooperativas de produção e de associações de suinocultores

a) Empresa de abate e transformação de carne suína, fundada em 1962, localizada no Sul do país (roteiro E-1)

Segundo a direção da empresa, em maio de 1978, eram abatidos 300 suínos/dia, e para isso, contava com 140 empregados. Não soube quantificar se houve mudanças significativa no volume de produção e no número de empregados no decorrer de 1978. Houve, nessa época, acentuada queda das vendas, devido às restrições do consumo, com relação dos produtos de origem suína. A empresa tomou conhecimento da PSA pelos jornais, TV e por experiência própria, visto que *“foi detectada PSA nos suínos que eram destinados ao abate”*. A empresa participou de atividades ligadas ao combate à doença, juntamente com o movimento liderado pela SINDICARNE e associação de classe. Para a direção da empresa o principal fator de risco para a ocorrência da PSA no Brasil foram animais soltos, criados em beiras de lixões e favelas, em lugares sem as mínimas condições de higiene. Mencionou ainda a falta de destino correto dos restos de alimentação humana dos aviões e navios em operações internacionais. Considerou adequadas as medidas de combate à PSA empregadas, porém exageradas, visto que, quando a doença foi descoberta muitos animais foram sacrificados e seus proprietários indenizados, mas que até hoje não houve confirmação oficial da doença no país. Quanto ao impacto ou repercussão do episódio da PSA sobre os negócios da empresa, relatou que suínos mortos em viagem foram considerados pelas autoridades da inspeção, como sendo vítimas da PSA, ocasionando a interdição da empresa por poucos dias e de 680 animais por aproximadamente 40 dias. Após esse prazo os suínos, equivalentes a cerca de 84 mil quilos, foram sacrificados a tiro e enterrados em uma vala. As pocilgas foram queimadas. Outro detalhe que causou tumulto, pela falta de prática e estrutura de trabalho, foi segundo a empresa, o fato de os animais, no momento da entrada no

abate, serem examinados um a um, com tomada de temperatura, muito embora tivessem atestados sanitários. A falta de estrutura e a pouca prática dos funcionários para examinar todos os suínos implicou muito trabalho e tempo consumido nessa tarefa. Houve indenização pelos animais sacrificados e as instalações foram queimadas. As granjas de suínos que deram origem à suspeita de PSA também tiveram seus animais abatidos e enterrados, enquanto as instalações foram também queimadas e os proprietários indenizados. Quanto à repercussão para a suinocultura, após declaração de país livre, considerou que a experiência negativa da PSA fez com que os suinocultores passassem a pensar em modernizar a atividade, deixassem de criar animais soltos e procurassem adaptar-se em termos de termos de tecnologia, seleção de raças, alimentação, manejo e instalações.

b) Frigorífico e indústria processadora de carne suína, localizado em Estado da região Sudeste (roteiro E.2)

Atualmente esse frigorífico emprega 130 funcionários. A empresa, segundo seu diretor, era muito menor do que é hoje e, de acordo com suas palavras, *“lembro-me de ler na imprensa sobre a ocorrência da PSA, mas nenhuma alteração ocorreu em nosso trabalho normal. Nossa principal atividade, a produção de embutidos, era e ainda é destinada somente ao mercado interno. Continuamos trabalhando sem alteração, nem em volume nem na linha de produção”*.

c) Cooperativa regional de abate de suínos localizada em Estado da região Sul do Brasil: (roteiro E.3)

Segundo o presidente, em maio de 1978, a cooperativa contava com 120 empregados e abatia 2.500 suínos por mês. Em relação a possíveis mudanças no volume de produção e no número de empregados, relatou que houve acréscimo porque *“tivemos que abater animais antes de estarem prontos para o abate sanitário”*. Tomou conhecimento da PSA pelos órgãos oficiais e imprensa. A participação da cooperativa nas medidas de combate à PSA se deu pela

atuação do quadro técnico da empresa na operação de abate sanitário, visando eliminar os plantéis, atendendo à orientação dos órgãos oficiais. No seu entendimento, o principal fator de risco foi a alimentação de suínos com restos de comida contaminada, oriundas de aviões e navios, que vieram de zonas onde a doença é enzoótica. Os prejuízos ocorridos em função da PSA corresponderam ao acúmulo de estoque de produtos industrializados, demanda reprimida e desestímulo à produção de suínos. O fato de o país ter erradicado a doença trouxe, como consequência, o reinício do processo de produção de suínos, a recuperação do mercado pela indústria e a confiança do consumidor. Sobre o conhecimento acumulado, disse que *“aprendemos que é fundamental preservar a sanidade do rebanho suínico nacional, para ter garantia de continuidade da produção industrial e cuidado especial na aquisição de animais importados”*.

d) Cooperativa de produção agropecuária que atua na comercialização de produtos de carne suína, localizada na região Sul do país (roteiro E.4).

A direção da cooperativa informou que não dispunha de dados referentes à época mencionada, mas prometeu entrar em contato com técnicos mais antigos da região e mesmo produtores e verificar em que eles poderiam ajudar. O interessante nesse caso é o fato de a cooperativa na época do episódio, ter ocupado espaço nos jornais de grande circulação para reclamar do governo, o pagamento dos prejuízos em suas atividades, em função da PSA. Mesmo depois de repetidos contatos, não houve manifestação da empresa em relação à resposta ao roteiro enviado.

e) Associação de Suinocultores de um Estado do Nordeste (roteiro ASS.1).

Essa associação e cooperativa informou possuir, na época, cerca de 150 associados. Segundo opinião de seu diretor técnico, o abate indiscriminado de suínos, possíveis portadores de PSA, em granjas organizadas, contribuiu para que houvesse queda de empregos no setor. A Associação

tomou conhecimento da ocorrência da PSA no Brasil por meio da imprensa, de informação do Ministério e da Secretaria de Agricultura. Segundo ele, a medida de combate à PSA, tomada pelo governo foi a de erradicar animais em perfeito estado de saúde de granjas organizadas. Segundo ele, anualmente surge, no princípio do inverno ou do verão, uma peste suína atípica, não sendo comprovado que este tipo de enfermidade seja uma PSA. Segundo o diretor técnico da cooperativa *“na minha opinião foi uma grande ‘balela’ a PSA, desde que a espécie suína é criada no Brasil extensivamente, com exceção das granjas tecnificadas, filiadas às associações estaduais e à ABCS. Em todas as grandes cidades do Brasil existe uma exploração de suínos, nos lixões e na periferia, inviabilizando qualquer controle sanitário. Especificamente sobre a doença na cidade do RJ, só quem não conhece a baixada fluminense pode acreditar na erradicação da mesma”*.

f) Associação Regional de Suinocultores de um Estado da região Sudeste (roteiro: ASS.2).

A direção dessa associação respondeu que, infelizmente, não dispunha de dados históricos sobre a PSA e sugeriu que eu me dirigisse à associação estadual.

g) Associação de Criadores de Suínos de um Estado da Região Sudeste (roteiro: ASS.3).

Informaram que não possuíam, nos arquivos da associação, as informações solicitadas. Também disseram que, naquela oportunidade, nenhum dos atuais dirigentes fazia parte do quadro societário ou não se lembrava detalhadamente do ocorrido.

h) Cooperativa de Produtores Regional de um Estado da Região Sudeste (roteiro: ASS.4).

A cooperativa informou que foi fundada em 1980 e não tinha como responder à maioria das questões do roteiro. No entanto, acrescentou em sua justificativa que a PSA foi uma das causas da formação da

cooperativa, pois fez com que os suinocultores existentes na época se unissem.

i) Associação de criadores de suínos de Estado da Região Sudeste (roteiro: ASS.5).

A Associação, por meio de um de seus assessores, informou que não possuía informações sobre essa doença. Considerou, no entanto, ser de muita importância a pesquisa proposta. Sugeriu que fossem ouvidos os diretores da época.

j) Indústria processadora de carne suína, localizado em Estado da região Sul (roteiro: E.5).

A empresa justificou que não poderia informar os dados de sua produção relativos à época da ocorrência da PSA. Em novo contacto foi solicitada a possibilidade de serem respondidas apenas as questões de natureza qualitativa e novamente a empresa informou que não poderia atender a esse pedido, sem no entanto, apresentar as razões desta decisão.

Embora tenham sido enviados 92 roteiros para dirigentes de empresas, cooperativas e associações do setor de suinocultura o baixo número de respostas demonstra o desinteresse atual em levantar informações sobre um tema que, na época, causou um grande temor a esses segmentos da produção. As maiores empresas que comercializam suínos e seus subprodutos apesar de contatadas repetidas vezes, deixaram de responder às perguntas do roteiro, embora tivessem ocupado espaço na mídia para reclamar de seus prejuízos em função do problema da PSA. Algumas dessas empresas, que na época da PSA, declaravam à imprensa que seriam obrigadas a dispensar empregados, ou até mesmo encerrar suas atividades, em função dos prejuízos sofridos, de certa forma “esqueceram” as lembranças do passado. É verdade que as empresas foram atendidas em várias de suas reivindicações, a exemplo da concessão de recursos para financiamento das atividades que haviam sido paralisadas por 30 dias no Estado do Rio de Janeiro, a liberação do transporte de

suínos e seus subprodutos por meio de “corredores sanitários” na região Sul do país, a certificação das granjas livres de PSA às expensas do erário público, etc., fatos que minimizaram e compensaram impactos. Para Lopes (2002), o não-conhecimento, as omissões e as novas versões modificadas relativas ao passado não são casuais, pois fazem parte de um processo contínuo de reconstrução, o que consiste na essência do processo de gravar ou de inculcar uma marca ideológica.

4.7.3 Pessoas-chave

Todas as pessoas-chave convidadas, ao contrário dos grandes empresários prontamente se colocaram à disposição para participar da pesquisa. De acordo com os procedimentos descritos em métodos e procedimentos (item 3.2.1, pessoas-chave) foram omitidas as informações que pudessem identificar os participantes.

Pessoa-chave n. 1

Essa pessoa-chave participou da execução de tarefas auxiliares, nas equipes de trabalho do Ministério da Agricultura, que envolveram atividades de coleta de material de suínos para efeito de monitoramento e de saneamento de focos de PSA. Apesar de ter concordado em conceder a entrevista, alegou que tinha pouca contribuição a prestar. No entanto, admitiu que, *“no início a gente ficava 10 a 20 dias por mês trabalhando, depois diminuiu”*. Quando perguntado sobre possível resistência por parte dos criadores ao saber da condenação de seus rebanhos por causa da PSA, disse que, de um modo geral, isso não ocorria, exceto em um caso, em que foi necessário solicitar reforço da Polícia Militar. Segundo ele, o valor da indenização foi um fator que favoreceu a colaboração dos criadores. Alegou que não tinha mais informações porque já havia transcorrido um tempo muito longo e que, inclusive, já se encontrava aposentado há alguns anos. Não obstante a boa vontade em participar da pesquisa, certamente a pessoa-chave optou por omitir informações, por dizer que tinha pouco a contribuir e que já havia decorrido um longo tempo. Esse fato se

repetiu com outra pessoa-chave, o que confirma o pensamento de Ricoeur (1977) quanto à importância dos conceitos da lembrança e do esquecimento, em que a negação dos momentos mais traumáticos do passado não se traduz pelo esquecimento, mas pelo silêncio.

Pessoa-chave n.2:

Em 1978, possuía uma criação considerada moderna na época, embora não estivesse situada em região tradicional da suinocultura. O entrevistado considerou muito relevante a pesquisa ao afirmar *“eu quero te parabenizar por essa tarefa maravilhosa que vai trazer resultados muito importantes para o nosso país, obrigado, principalmente por aqueles que tanto sofreram prejuízos e até desistiram da suinocultura”*. Essa frase inicial dá margem a pensar no tempo em que o produtor guardou em sua memória o trauma resultante da eliminação de seus 810 suínos. O problema se iniciou com algumas mortes de suínos em sua criação, e, por essa razão, levou dois leitões mortos à Escola de Veterinária da UFMG, para serem examinados. O diagnóstico foi peste suína clássica, acompanhado de pneumonia. Os outros animais doentes foram tratados na própria granja, e dois chegaram a se recuperar com medicamentos caseiros. Mas o Ministério da Agricultura encaminhou também material para o laboratório do Rio, cujo resultado foi positivo para PSA. Por ordem do Ministério da Agricultura, foram sacrificados 810 animais. Foi feita uma valeta com o auxílio de um trator e, durante uma semana, os porcos foram sendo incinerados. Disse que porcas, pesando cerca de 350 quilos, na hora de parir, foram sacrificadas, sem que fosse observado algum tipo de problema. *“Foi uma coisa tremenda”*, disse o entrevistado, porque foram também capturados e mortos os porcos comuns de toda a região, num raio aproximado de 17 a 20 km. Comentou que um criador de São Paulo não deixou que os fiscais entrassem na granja e, nesse período, *“tirou sangue de cachorro, enviou para o laboratório e deu PSA”*. Sobre a indenização, disse que *“demorou quase um ano para receber aquele valor e*

considerando a elevada inflação do período, seria suficiente para repor apenas 10% das matrizes” e, por essa razão, decidiu parar com a criação. Comentou que a Polícia Militar lotada em seu município foi quem abateu os animais, com o auxílio da marreta, e também quem impediu a aproximação de curiosos. O entrevistado disse que possuía, na época, 120 cabeças de gado confinado e que, ao comentar com o médico veterinário do serviço público que pretendia encerrar a criação de suínos, recebeu dele o conselho para *“não mexer com alimentação pra pobre e que continuasse engordando seus bois”*. Disse que os quatro empregados que mantinha na suinocultura foram demitidos e, quando perguntado se não havia tentado interpor ação contra a União, disse que, na época, tentou mobilizar os vizinhos, mas o pessoal ficou desanimado. Esse depoimento reforça o discurso de alguns atores sociais, quando coloca em dúvida o diagnóstico do governo e menciona que outros produtores conseguiram resistir, fato que a mídia do Estado de São Paulo também publicou, embora ela não tenha afirmado que houve diagnóstico positivo para PSA em soros de cão. O produtor informou que o número de suínos que morreram de forma natural foi aproximadamente de 80 animais, o que corresponde a 10% do total do rebanho. A exemplo do depoimento anterior, há uma semelhança em relação ao histórico desse surto, tanto pelo escasso número de animais mortos, quanto pela ausência de registro de mortes em outras criações na área. Esse indicador associado à informação da recuperação de animais doentes não configura um quadro a favor da peste suína africana. Do ponto de vista epidemiológico, não foi possível atribuir esse surto à PSA, porque não ficou demonstrada a disseminação da infecção para outras criações, mesmo considerando-se que os caminhões que transportavam ração trafegavam por muitas granjas. Como se menciona na história da PSA em outros países, um fator que ajudou a identificar a doença foi justamente a alta virulência e poder de disseminação do agente, conforme Gayot et al. (1974) e Sanches-Botija (1962).

Pessoa-chave n. 3

Esse entrevistado possuía, em 1978, uma moderna criação de suínos e surpreendeu logo no início da entrevista ao afirmar que “para mim nunca houve a PSA no Brasil”. Relatou que, em junho de 1978, alguns animais morreram na propriedade e o diagnóstico foi de PSA. Porém esse diagnóstico não poderia se referir a essa doença, pelo fato de os técnicos não terem encontrado “*linfonodo hemorrágico, lesão no fígado e no intestino*”. Outra evidência marcante foi a informação de que depois de 20 dias do diagnóstico, os técnicos voltaram à propriedade para saber mais quantos animais haviam morrido e, de acordo com o entrevistado, ficaram decepcionados quando a resposta foi negativa. Durante muitos dias a fazenda foi tomada por 50 soldados. Os filhos de seus empregados não puderam sair para ir à Escola por 30 dias, as frutas se perderam no pomar, pois nada poderia sair dali. O entrevistado atribuiu as mortes de seus animais a um erro na dosagem de um medicamento colocado na ração. Segundo ele, a doença entrou no Brasil porque, em 1976, houve quebra da safra da soja nos Estados Unidos, causada por um inverno rigoroso e o Brasil imediatamente ocupou o seu lugar no mercado europeu. Os Estados Unidos, em 1977, recuperaram sua produção de grãos e, para aviltar a soja brasileira inventaram essa história da PSA no Brasil.

Em relação ao diagnóstico da doença, disse que o governo gastou uma fortuna em um laboratório no Rio de Janeiro que não tinha a menor condição de funcionar. Disse ainda que “*se houve a PSA no Brasil, foi somente em Paracambi*”. Disse que seus animais foram abatidos a tiro pela Polícia Militar e, em seguida, incinerados em uma valeta. Afirmou que recebeu a indenização, que incluía os animais abatidos e a ração em estoque, em tempo relativamente curto, no valor de Cr\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros), equivalentes a US\$ 99 834.00. Em razão dos prejuízos, ficou dois anos sem criar animais. Não soube informar se foi também sacrificado algum rebanho suíno dos criadores da região. Também nesse caso não foi possível

atribuir à PSA a causa das mortes. De acordo com o depoimento da pessoa-chave n.18, foi isolada desses animais amostra de *Erisipela*, mas prevaleceu o diagnóstico da PSA, apesar da incoerência dos achados clínicos e das evidências epidemiológicas a favor de outro fator causal.

Pessoas-chave n. 4 e 5

Essas duas pessoas-chave eram sócias na época do surgimento da PSA no Brasil e, por essa razão, foram conjuntamente entrevistadas. Ao contrário dos criadores anteriormente entrevistados, informaram desconhecer que a granja em questão tivesse algum diagnóstico para PSA ou mesmo que fosse monitorada pelo Ministério da Agricultura, pois nenhum veterinário do governo estivera antes na granja, a não ser o veterinário da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG). Os entrevistados disseram conhecer a PSA apenas por informações, palestras e contatos com veterinários e professores. Para a pessoa-chave 4, a doença mais importante na época era a PSC, existente no Paraná, e, por isso, o pessoal da região tinha medo de comprar suínos daquele Estado. Relataram que o problema que ocorreu na granja foi devido à febre aftosa. Disseram não se lembrarem do ano exato da ocorrência da febre aftosa e se havia rebanho bovino nas vizinhanças da granja que pudesse estar infectado pelo vírus dessa doença. Quanto à gravidade da doença, afirmaram que os prejuízos foram enormes, pois eram recolhidos diariamente muitos leitões mortos, que enchiam vários carrinhos de mão. Praticamente todos os leitões que nasciam morriam, provavelmente mais de cem, mas houve também algumas mortes nas fases de recria e de terminação, enquanto os animais adultos apresentavam vesículas no corpo, lesões nas patas e na boca. Disseram que a entrada da febre aftosa no rebanho se deu por meio de transmissão humana, pois uma das pessoas que residia na granja havia adquirido essa doença. Afirmaram que possuíam cerca de 800 suínos e que era a única granja tecnicizada da região. Apesar desse surto, a granja não foi interditada, não foi usada nenhuma medida preventiva e o

surto desapareceu por si só. Disse que, na época, ninguém vacinava contra a PSC, mas sempre existia o medo de sua ocorrência. Em que pese à existência de exame sorológico com diagnóstico positivo para a PSA, ao qual tive acesso, os proprietários da granja afirmaram desconhecer esse fato. Os sinais clínicos descritos e confirmados pelo especialista da Emater referiram-se à existência de um surto de febre aftosa, que se extinguiu naturalmente sem a adoção de medida específica de controle.

Pessoa-chave n.6:

Segundo essa pessoa-chave, na época da ocorrência da PSA no país, a região não tinha tradição em suinocultura. Disse que, nessa época, o rebanho era composto por aproximadamente 200 cabeças e que a produção era vendida, ora para a região, ora para o frigorífico, dependendo da melhor oferta de preço. Informou que ocorreram entre 30 e 40 mortes de suínos em sua criação, de forma rápida, sem que apresentassem sinais evidentes de doença. O médico veterinário que prestava assistência técnica ao rebanho colheu material e o enviou ao laboratório no Rio de Janeiro. Tendo sido constatada a existência da PSA, o Ministério da Agricultura determinou o sacrifício de todos os animais.

Para ele, as autoridades sanitárias federais e estaduais que estiveram na granja se comportaram de forma muito atenciosa e respeitosa, tendo ficado clara a necessidade do sacrifício do plantel. Questionado se o rebanho era vacinado contra a PSC, afirmou que, na região, ninguém vacinava contra essa doença. A doença causou uma grande surpresa e muito prejuízo, pois a criação não foi reativada, embora reconheça que, com a indenização, a perda foi amenizada. Disse que tomou conhecimento da doença pela televisão, pelos jornais e por comentários na cooperativa ou com outros produtores. Os porcos continuaram morrendo entre o diagnóstico e o dia do abate. Segundo o produtor, os animais eram jogados num caminhão basculante e transportados até a vala para serem fuzilados pela polícia militar. Era uma *“cena*

muito traumatizante, era uma coisa muito chata de presenciar, não aconselho ninguém a ver isso não”. Segundo o entrevistado, essa foi uma oportunidade para se lembrar da história porque, *“como se diz, aquilo que é bom a gente deve lembrar sempre e o que é ruim quanto mais depressa esquecer menos prejuízo, raiva e decepção passa”*.

Questionado se entre os vizinhos houve casos da mesma doença, disse que não, pois, se houvesse algum problema, haveria comentário. No entanto o pessoal que tinha porco para o “gasto” certamente tratou de eliminar seus animais. Segundo a pessoa-chave, a granja não foi interditada para trânsito de pessoas. Sobre a indenização, disse que foi paga num tempo razoável, tendo considerado o valor justo porque foi com base na estimativa de peso e, segundo ele, *“eu tinha mais experiência do peso do porco em pé do que eles e aí eu pedi para evitar esse transtorno de pesar, vamos avaliar olhando nos animais. Nesse ponto eu acho que, se o preço estivesse distanciado, nós conseguimos equilibrar no peso”* Sobre a origem do surto acha que foi *“um amigo radicado no Rio de Janeiro que, em visita à sua propriedade, trouxe a doença para os animais, embora houvesse também a possibilidade de a entrada ter acontecido por meio de um caminhão que nos vendia os concentrados para a formulação da ração”*. Sobre o resultado do exame, acha que foi entregue, mas não saberia dizer onde estaria agora.

O entrevistado narrou que, no município, houve uma recepção ao Governador do Estado, oportunidade em que foi servido um almoço muito sofisticado e, como a PSA estava no auge, nenhuma pessoa tinha coragem de comer o lombo de porco que era servido. Também os açougues da cidade não conseguiam vender carne de porco. Esse foi o único entrevistado que mesmo tendo seu rebanho sacrificado, concordou com as medidas do Ministério da Agricultura, embora considerasse estranho o aparecimento de uma doença apenas em sua criação. Esse depoimento revela uma situação muito próxima aos das pessoas-chave 2 e 3, no que se refere à

manifestação clínica da doença e ao fato de ter atingido somente essa criação numa área em que havia pequenos produtores e em que o caminhão de ração circulava entre diversas propriedades. Também nesse caso não houve sacrifício de animais em torno do foco, tal como ocorreu no caso do depoimento n.3.

A exemplo da explicação dada para a mortalidade de suínos pelas pessoas-chave 4 e 5, aqui também aparece a explicação sobre o aparecimento da doença nos suínos relacionada com um causador humano, o que já havia ocorrido em relação ao episódio da PSA em Volta Grande, Minas Gerais, conforme *Aparecimento...* (1978). Ao afirmar que *“aquilo que é bom a gente deve lembrar sempre”*, a pessoa-chave se insere no conceito desenvolvido por Freud (1987) quanto à existência de uma determinada seleção entre as impressões acumuladas, sendo que aquelas consideradas mais aflitivas sucumbiriam com maior facilidade.

Pessoa-chave n. 7

Essa pessoa-chave participou de algumas atividades ligadas à vigilância da PSA em um dos Estados da região Norte. Disse que colaborou com o Ministério da Agricultura e com a Secretaria Estadual de Agricultura no trabalho de vigilância da peste suína na região. Foram realizadas muitas necropsias, inclusive de suídeos silvestres e qualquer material suspeito era enviado para o laboratório central do Rio de Janeiro. A ordem era para confiscar os suínos em torno da capital. Os pequenos criadores geralmente viviam em palafitas, criavam seus porcos em gaiolas, mas, segundo soube, não houve sintomas da PSA nesses animais.

Tomou conhecimento de que muitos colegas, ao se depararem com as condições de vida dessas pessoas humildes, deixaram de confiscar seus porcos e ainda emitiram uma ordem para o recebimento da indenização, como se os animais tivessem sido realmente sacrificados. Disse que os porcos eram bem cuidados - inclusive tinham nome- e que, no momento da visita

de inspeção dos técnicos, os moradores tentavam esconder seus animais. Esse depoimento é rico em valores e diz respeito à questão da estima dos mais humildes pelos animais, o que chegou a surpreender os técnicos que, em face à situação de penúria e certamente movidos por vários outros sentimentos, deixavam de cumprir uma ordem superior, de cuja validade certamente não estavam muito seguros. Os mecanismos de resistência dessas pessoas, ao esconderem seus animais para evitar o confisco, foi também constatada em diversos países.

Pessoa-chave n. 8

Essa pessoa-chave participou de decisões importantes sobre o Programa de Combate à Peste Suína (PCPS). Disse que a PSA saiu de seu nicho ecológico, na África, Espanha e Portugal, na época em que havia um grande número de focos, para Cuba, República Dominicana, Haiti e Brasil. Considerou que um país que tinha a quarta suinocultura do mundo deveria estar mais bem preparado para enfrentar uma emergência, não poderia conviver com 600 focos anuais de PSC e nem utilizar uma vacina do tipo cristal violeta.

Segundo ela, quando a doença entrou, ela pôde ser rapidamente detectada porque ocorreu numa granja em Paracambi, próxima a uma das maiores universidades do Brasil. Além disso, a doença apresentou características exatamente clássicas da PSA, ou seja, elevada mortalidade, coisa que não aconteceu nos demais episódios. Era uma granja que tinha 1000 animais e morreram 200 na primeira semana. O criador resolveu culpar quem vendeu a ração, que estaria contaminada por algum produto. O produtor da ração, então, levou animais doentes para serem examinados na Universidade, onde estava um pesquisador internacional ministrando aulas no curso de doutorado. Ele, ao suspeitar da PSA comunicou-se com a defesa sanitária animal, informando sobre sua suspeita. Essa pessoa-chave considerou muito ética a atitude desse professor. A esse respeito disse que *“se fosse um outro pesquisador, talvez publicasse esse trabalho num*

congresso e nós só iríamos descobrir dois anos depois, isso é muito comum". Disse que uma comissão do Ministério da Agricultura, ao avaliar a situação existente na propriedade, constatou a existência de restos de comida de vôos internacionais, misturados com talheres e pratinhos da *Tap* e da *Ibéria*. O proprietário da criação era chefe do DOPS, no Aeroporto Internacional do Galeão, que *"havia sido inaugurado a cerca de um mês e não tinha forno, não tinha incinerador, fato que demonstrava a vulnerabilidade da vigilância sanitária"*. O criador informou haver vendido uma porca para uma comadre que vivia em uma favela no Rio de Janeiro e vários porcos para caminhoneiros próximos ao belvedere, no começo da serra entre Rio e São Paulo. Dessa forma, a doença já era esperada nesses Estados.

No caso da Fazenda Floresta, foi realizado o sacrifício de todos os suínos e também de bovinos, caprinos, eqüinos, cães e aves. As medidas tomadas tiveram por referência o trabalho realizado em Cuba. A porca da favela veio a morrer e foi enviado material para Plum Island, nos Estados Unidos, e o resultado chegou no dia 30 de maio, com diagnóstico positivo para PSA. A favela foi um foco amplificador porque, segundo a pessoa-chave, *"todo mundo criava suínos na favela e os vendia nas feiras livres do Rio"*. Em sua opinião, essa doença na favela tinha um caráter autolimitante porque o *"animal ali adoecia e ali morria"*. Os grandes erros que ocorreram nessa fase de emergência derivaram de uma publicação feita por uma equipe de especialistas, em que se afirmava que a doença matava 100% dos animais. Segundo ela, isso não ocorria na realidade, o que causava desconfiança nos resultados laboratoriais. A prova de diagnóstico utilizada nessa fase era a IEOP, que era indicada pela OIE para pesquisa em grandes rebanhos, na condição de triagem e não como diagnóstico definitivo, o que provocou muita desconfiança nos diagnósticos realizados. Depois dessa fase emergencial, ocorreu a mudança para a prova de imunofluorescência e a retirada do diagnóstico do laboratório do Rio de Janeiro para um laboratório do Ministério. Foram detectados ainda alguns

focos positivos para a PSA e, como a mortalidade havia sido muito baixa, inferior a 10%, a pessoa-chave publicou um trabalho sobre a PSA de baixa mortalidade, tal como aconteceu na França. A amostra do vírus isolado do Brasil foi caracterizada por Mebus, nos Estados Unidos, como sendo uma amostra de menor virulência, fato também confirmado pelo Dr. Ramon Carnero Cabrera, especialista em laboratório, que prestou assessoria ao Ministério da Agricultura. Disse não ter a menor dúvida sobre a existência da PSA, apesar do descrédito e da desconfiança. Afirmou que *"foi enviado material biológico para confirmação de diagnóstico da doença em laboratórios da França e da Rússia e os dois deram resultados positivos. Era PSA mesmo que tinha no Brasil"*.

A respeito da entrada da PSA antes de 1978, a partir dos resultados positivos para alguns soros estocados em institutos de pesquisa em São Paulo, disse que *"sua avaliação sobre esse fato é que a prova de diagnóstico apresentava resultados falso-positivos, por isso é que foi mudada"*.

Sorologias realizadas no país para fins de vigilância apresentaram resultados negativos em cerca de 500 mil soros testados. Devido aos resultados positivos de alguns soros no Estado do Paraná, durante a fase de vigilância sanitária, foi feito o reteste, cujos resultados foram negativos, o que a levou a concluir que *"realmente o número de falso-positivos foi muito grande"*. Embora considerasse correto, do ponto de vista epidemiológico, sacrificar os animais que apresentaram resultados falso-positivos para erradicar a PSA, do ponto de vista social pensa que foi dramático, pois os pequenos criadores foram os que mais perderam, porque a doença não chegou às grandes propriedades, por ser transmitida por restos de alimentos e quem usava restos de alimentos era o pequeno criador.

Ao ser indagada sobre as facilidades encontradas pelo Sr. Severino para desviar grande quantidade de alimentos do Aeroporto Internacional do Galeão, disse que ele *"trabalhava no aeroporto e era o chefe do serviço de polícia do DOPS e tudo*

que era proibido ele fazia e a defesa sanitária animal não sabia”.

Esse depoimento faz uma análise crítica do sistema de vigilância sanitária existente no país, o que reforça minha posição de considerá-lo um eixo de grande importância na caracterização estrutura da defesa sanitária animal dentro de um tempo de longa duração. A hipótese defendida nesse depoimento sobre a disseminação da doença para o resto do país, no entanto, não corresponde à versão produzida posteriormente pelo Ministério da Agricultura, em que se analisa que não houve correspondência entre o foco de Paracambi e os demais focos registrados no Sul do país. Já a versão do vírus atenuado, poderia ser considerada coerente com o comportamento clínico da doença no país. No entanto, conforme já discutido em várias partes deste trabalho, a forma subclínica da doença somente foi observada após um período de tempo razoável, conforme observou Polo Jover e Sanchez-Botija (1961).

Pessoa-chave n. 9

Essa pessoa-chave foi selecionada, em razão de sua atuação no PCPS na área de epidemiologia. Considerou que o episódio da PSA constituiu uma experiência importante para o sistema de saúde animal e considerou como “descuido” a entrada da doença no país, porque já existia todo um conhecimento disponível. No entanto, segundo ela *“o organismo oficial foi capaz de reagir e de se reestruturar durante o período em que a doença esteve em nosso território”*. Destacou como pontos positivos do episódio da PSA no Brasil a formação de recursos humanos na área oficial e profissional e ainda a participação ativa dos atores sociais. Em seu entendimento, o sucesso do programa foi *“fruto de uma mente aberta daqueles que estavam dirigindo a saúde animal no Brasil”*. Segundo ela isso possibilitou a participação da universidade, centros de pesquisa, iniciativa privada da cadeia produtiva suína, na busca de soluções alternativas para o combate à doença. Essa experiência foi aproveitada posteriormente no programa de

combate à febre aftosa. Quando indagado sobre o cenário de produção suína após a erradicação da PSA respondeu que a comunidade ficou ciente de que sem qualidade e produtividade não haveria possibilidade de sucesso na suinocultura e passou a valorizar a vigilância epidemiológica permanente.

Em relação às várias hipóteses levantadas sobre a entrada da PSA no Brasil, considerou que admitia a hipótese da entrada de resíduos alimentares, embora nada impedisse que também outras formas de entradas tivessem ocorrido. Em relação à hipótese da doença ter entrada no país antes de 1978, disse ser pouco provável, uma vez que, se isso tivesse ocorrido, ela seria reconhecida, em razão de seu caráter agudo, agressivo e letal. Em relação à ocorrência de um foco em Minas Gerais em uma granja tecnicizada em que o Ministério da Agricultura não conseguiu identificar a forma de entrada da doença no plantel, disse não ter condições efetivas de esclarecer essa questão, mas que poderia ter havido um contato de empregados ou outras pessoas da fazenda com animais infectados de outro Estado. Apesar dessa possibilidade, considerava o caso como uma incógnita.

Pessoa-chave n.10

Essa pessoa-chave também participou de decisões técnicas para a definição do PCPS. Disse que, quando ocorreu o primeiro foco no Rio de Janeiro, ocupava cargo público e, dessa forma, tomou conhecimento da doença. Afirmou que a entrada da doença se deu pelo Aeroporto do Galeão, de onde foram desviados alimentos, procedentes da Península Ibérica, para alimentação de porcos domésticos. Considerou que as medidas tomadas foram extremamente rigorosas, com tolerância zero e sacrifício sumário das fontes de infecção animal e contatos, seguidos de sorologia adequada e de outros procedimentos sanitários pertinentes. Disse que o Brasil reverteu o quadro resultante da presença da PSA do ponto de vista comercial e epidemiológico, resgatando assim sua condição de exportador de carne

suína. É de opinião que em *“função de interesses de plantão, na época, a imagem do trabalho foi desgastada por elementos deletérios que anunciavam que o corpo técnico do Ministério da Agricultura estava a serviço do interesse de Rockefeller, que tinha pretensão de criar porcos no Brasil e não queria concorrência”*, fato que considera absurdo. Em sua avaliação, houve pouca participação dos organismos internacionais no sentido de apoiar as medidas que o Brasil acertadamente estava tomando, até porque, internamente, havia interesses de grupos prejudicados pelas medidas sanitárias rígidas em destruir a imagem do programa de erradicação.

Pessoa-chave n. 11

Essa pessoa-chave participou do PCPS na área de epidemiologia. Em sua avaliação considerou que a doença realmente existiu no Brasil, tendo sido comprovada laboratorialmente, mas *“ela é restrita ao Estado do Rio de Janeiro e não ultrapassou a fronteira deste Estado e, com certeza, ela ocorreu em Paracambi, quase certamente, na favela Nova Brasília, no Rio de Janeiro”*. Em relação ao surto ocorrido em lixões de Petrópolis, considera que persiste a dúvida do diagnóstico de PSA porque não havia uma relação entre esses animais e o foco de Paracambi. Quando o surto apareceu na granja do Sr. Severino, em Paracambi, em maio de 1978, em pouco mais de uma semana a metade dos animais já havia morrido. Foi determinada a cremação dos animais mortos, a eliminação dos demais e um monitoramento nas propriedades vizinhas. Logo a imprensa se inteirou da situação em razão da grande movimentação de pessoas, veículos e das forças armadas na região. As amostras de material, de diversas origens, foram encaminhadas para os laboratórios da Espanha e da Inglaterra e *“o único foco comprovado em exame de laboratório foi aquele que aconteceu no Estado do Rio de Janeiro”*. O que chamou a atenção foi o diagnóstico de focos da PSA em regiões totalmente distantes, como na Ilha de Marajó e em Santa Catarina, *“enfim, coisas que não tinham a menor relação e de repente apareceram diagnósticos da PSA. Posteriormente cinco materiais dessas*

origens foram encaminhados para laboratórios da Espanha e em Wheybridge, me parece, se tratava de PSC, não era PSA”. Disse que o que mais chamou a atenção foi esse problema relacionado com os resultados falso-positivos. Elogiou a posição do Sr. Alisson Paulinelli, Ministro da Agricultura, que emprestou todo o apoio à decisão da Defesa Sanitária Animal para que fossem adotadas as medidas pertinentes. Disse que o pessoal do Ministério levava mala de dinheiro à favela para comprar os porcos, que estavam sendo criados sem as mínimas condições de higiene. O rastreamento foi feito com muito rigor, pois havia ligação entre a favela Nova Brasília e a granja do Sr. Severino, que era o motorista de um general, na época Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. A sua granja, em Paracambi, tinha entre 1200 e 1300 suínos, sem raça definida, criados sem higiene e alimentados com restos de comida servida em aviões, visto que o Sr. Severino não tinha dificuldades em entrar no lugar onde eram descarregadas as sobras de aviões, que eram levadas para a sua granja. Disse que havia na Fazenda Floresta um depósito de talheres de empresas aéreas das companhias TAP, Ibéria, KLM.

O Sr. Severino considerava que deveria receber uma indenização, por parte do governo federal, mas a legislação não permitia esse benefício. Disse que na época, o Aeroporto do Galeão não tinha sistema de tratamento de esgotos, sendo que todos os resíduos eram lançados diretamente na Baía de Guanabara e que, em função disso, o aeroporto não havia recebido o “habite-se” por parte do Ministério da Saúde. Sobre o número de suínos que morreram da doença ou que foram sacrificados na granja do Sr. Severino, disse que a metade do rebanho estava doente ou já havia morrido. Falou que Brasília recebeu a notificação da suspeita da doença por meio de uma chamada telefônica, a partir de resultados de necropsia realizada no Instituto de Biologia Animal, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na presença do Dr. Tokarnia, da Embrapa, Dr. Neitz, Prof. Visitante da UFRRJ e do Dr.

Rubens Pinto de Melo. Disse que foi feita prova biológica utilizando animais hiperimunizados contra a PSC e os resultados foram idênticos aos dos grupos de controle. Outra importante revelação do entrevistado diz respeito ao trabalho de um consultor internacional, Dr. Ordás, que levou para o seu laboratório, na Espanha, cinco materiais que haviam apresentado resultados positivos e mais quatro ou cinco materiais de outras regiões do Brasil; apenas o material de Paracambi apresentou-se positivo. Quando esteve na Espanha, fez uma visita ao laboratório do Prof. Sanchez-Botija, quando ficou sabendo pessoalmente sobre esses resultados, que devem ter sido enviados para o Ministério da Agricultura do Brasil. O material recolhido na favela Nova Brasília não foi enviado para laboratório do exterior. Disse que sugeriu, na época, que todos os materiais suspeitos fossem processados em laboratórios internacionais de referência, o que não aconteceu.

Sobre os resultados falso-positivos considerou que os testes que estavam sendo realizados no Brasil não eram referendados pelo Prof. Ordás. Sobre o diagnóstico positivo em alguns soros estocados em São Paulo antes de 1978, disse não acreditar que a doença estivesse presente anteriormente a 1978 no Brasil, porque a disseminação seria violentíssima. Por sorte, ela entrou em um Estado que não se caracteriza por exportar animais e ocorreu numa granja de terminação ou de engorda, que levava seus animais diretamente para o abate. Citou um caso ocorrido em uma reunião no Ministério da Agricultura, em Brasília, quando foi discutida a qualidade da prova diagnóstica para a PSA, que era confiável por causa da sua sensibilidade. Naquela oportunidade, um médico veterinário de São Paulo disse que um soro considerado positivo, ao ser enviado novamente ao mesmo laboratório, apresentou resultado negativo. Comentou sobre o caso de um colega de Montes Claros, que de uma porca mandou setenta e tantos soros e houve um problema seriíssimo de diagnóstico. Quando indagado sobre os reflexos da erradicação da PSA na suinocultura nacional, considerou que os

criadores passaram a adotar maiores cuidados sanitários em seus rebanhos, houve uma maior participação do produtor rural e das indústrias e que, pela primeira vez no país, foram organizados fundos financeiros para fazer face às despesas de eliminação dos animais, o que serviu de referência para a organização do programa de febre aftosa. Comentou que houve muita confusão com relação ao episódio da PSA no Brasil e citou os casos de um padre no interior de Santa Catarina e do deputado Helio Duque que comentaram que a doença estaria relacionada aos interesses das multinacionais. Ao final, comentou o caso da exigência de uma declaração solicitada pelos países importadores de soja produzida no Sul do Brasil de que num raio de 200 km não havia registro de PSA, sendo que, na época, havia diagnóstico da PSA, desde a Ilha de Marajó até o Rio Grande do Sul, passando por Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo.

Como se observa, esse depoimento se opõe claramente à hipótese de a doença ter ocorrido fora do Estado do Rio de Janeiro e acrescenta outras informações sobre o diagnóstico da PSA, até então não disponíveis em qualquer outra fonte de consulta, que reforçam a convicção da não existência da doença fora de Paracambi.

Infelizmente não foi possível ter acesso aos relatórios dos assessores internacionais, a não ser a trechos deles, que apareceram nas publicações oficiais, em que pesem todas as tentativas realizadas junto ao Ministério da Agricultura. No entanto, a pessoa-chave n. 17, por uma casualidade, dispunha do relatório técnico da assessoria prestada pelo Dr. Ordás Alvarez, datado de 22 de setembro de 1978 e dirigido ao Dr. Ubiratan Mendes Serrão, responsável pelo PCPS, que contém as seguintes observações sobre instalações, equipamento e pessoal encarregado do diagnóstico oficial da PSA no Brasil:

“1. instalaciones: las instalaciones donde actualmente se realiza el diagnóstico, ubicadas en el Hospital Universitario, Departamento de Virologia, no reúne las condiciones idóneas, tanto en seguridad como en espacio.

2. *Equipo: el equipo actualmente existente, lo consideramos insuficiente, tanto en aparatos como en material fungible, además de ser destinado a otros fines.*

3. *Personal: el personal actualmente existente posee poca experiencia en el diagnóstico de enfermedades animales y en particular de la PPA”.*

Ao final, no item que denominou de perspectivas futuras, o Dr. Ordás disse que *“Perspectivas futuras: ante el escaso número de casos positivos de PPA observados en los últimos meses, es de vital importancia la existencia de un diagnóstico diferencial rápido entre la PPA y otras enfermedades del cerdo, como la peste porcina clásica, pseudorrabia, salmonelosis, etc para llegar a un diagnóstico definitivo en mayor número de casos posibles. Todo ello, implica una amplia formación del personal destinado al diagnóstico de las enfermedades del cerdo, que en el caso presente no se posee”.* Ordás (1978).

Pessoa-chave n. 12

Participou do PCPS no diagnóstico oficial da doença. Disse que recebia soro de todo o país e que foram vários os casos positivos para PSA. Afirmou não ter dúvida quanto à ocorrência da PSA em todo o país. Em seu Estado ela não foi muito elevada e muita gente foi indenizada sem exame do rebanho, segundo informações que recebeu. Ao ser questionado se essa afirmação se referia aos criadores de suínos situados na área focal e perifocal, respondeu que estava falando de criador que não estava incluído nessa situação, porque havia na época uma crise muito grande na suinocultura e era interessante receber a indenização paga pelo Ministério. Disse que começou a trabalhar com a técnica do IEOF e mais tarde incluiu também a técnica de IFI.

Pessoa-chave n. 13

Essa pessoa-chave participou de atividades relacionadas com o saneamento de criações de suínos que apresentaram animais reagentes por ocasião do Programa de Monitoramento de Doenças de Suínos,

implantado pelo Ministério da Agricultura. Disse que a PSA foi um evento que ocorreu perto dos anos 80, e que se apresentou como uma doença de origem desconhecida, no município de Paracambi, no Rio de Janeiro. De acordo com o rastreamento realizado na época, ficou demonstrado que a PSA foi introduzida no Brasil por meio de dejetos de aviões de Portugal. Após a identificação do vírus, houve uma *“explosão de diagnóstico de PSA no Brasil e na minha opinião, não era a PSA”.* Considera que a PSA ocorreu apenas em Paracambi. Na época, o Brasil estava vivendo um momento muito difícil, o regime era militar e várias instituições encontravam-se muito desorganizadas. O Ministério da Agricultura estava passando por uma reforma muito grande e, em sua opinião, *“muito diagnóstico foi feito errado e alguns desses diagnósticos, pseudodiagnósticos da PSA eu acompanhei, e ficou comprovado que era realmente erro de diagnóstico”.*

Ao ser indagado como poderia comprovar essa afirmativa, descreveu o caso de uma suinocultura onde ocorreram mortes de suínos atribuídas à PSA. Ao ser designado para fazer o sacrifício de todo o plantel verificou que, do ponto de vista clínico, não havia correspondência com a PSA. Ficou claro nesse episódio a existência de outros problemas sanitários nesse rebanho e, em vez de cumprir a ordem de sacrificar todo o plantel, resolveu tratar os animais doentes com antibiótico, o que resultou na recuperação dos mesmos. Esse rebanho foi monitorado por cerca de um ano, tempo em que todos os animais permaneceram saudáveis. No entanto, os soros desses animais, quando enviados regularmente para o laboratório oficial, deram resultados ora positivos, ora negativos para a PSA. Disse não ter certeza sobre quem fez a primeira coleta de material na propriedade, embora pense que tenha sido o proprietário, pois na época qualquer porco que morria era levado para o Ministério da Agricultura.

Relatou outra situação similar, em uma criação onde foram abatidos cerca de 50 porcos, sendo que nenhum deles apresentava qualquer sinal de peste suína, pois, em se tratando de uma doença exótica

grave como a PSA, esperava-se que 90% ou mais dos animais sucumbissem.

O terceiro rebanho, composto por cerca de 70 suínos, localizava-se na região Norte do Estado. O caso em questão iniciou-se com o diagnóstico positivo para PSA em dois leitões mortos, procedentes dessa criação e, por essa razão, o diretor da Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura determinou a coleta de sangue de todo o plantel. A equipe encarregada dessa tarefa, no entanto, concordou que o sangue fosse colhido por funcionários da granja, a pedido do proprietário. Segundo o entrevistado, foram colhidas “64 ou 68 amostras de sangue e, quando o resultado oficial foi divulgado, cerca de 50% dos soros eram reagentes para a PSA. Disse o entrevistado que, apesar de não ter participado da reunião entre o criador e o diretor do Serviço de Saúde Animal, foi informado logo em seguida do que ali havia se passado. O proprietário da granja disse que não concordava com o resultado dos exames sorológicos de seu rebanho porque havia colhido o sangue de um único porco e a partir dele foi feito o fracionamento para atender ao pedido do Ministério. O Diretor da Defesa, mesmo assim, manteve a ordem de sacrificar todos os animais, porque o criador havia cometido uma ilegalidade. Disse que essa história lhe foi contada pelo próprio Diretor da Defesa e agora que *“já se passaram vinte anos eu acho que isso tem que ficar registrado”*.

Sobre a sua experiência clínica por ter atuado em rebanhos considerados positivos para a PSA, disse que nos focos em que atuou não existiu a PSA, mas que teve acesso às peças anatômicas do caso de Paracambi, e que elas evidenciavam um quadro muito grave, como nunca havia visto antes. Acha que foi correto centralizar o diagnóstico no Rio de Janeiro, que, na época, reunia as melhores condições para esse trabalho. Considerou correto, no entanto, a descentralização dos laboratórios em razão do grande volume de material colhido nos outros Estados. Em relação aos resultados de alguns soros colhidos no Sul do Brasil, que inicialmente eram positivos para a PSA e que posteriormente foram

considerados negativos, disse que a sanidade do rebanho brasileiro era muito ruim, com a ocorrência de muitas doenças no mesmo rebanho e que, provavelmente, houve reação cruzada nos testes realizados. No entanto, considerou que as medidas adotadas pelo Ministério da Agricultura foram corretas.

Gostaria de deixar claro que a PSA foi um grande avanço para a suinocultura brasileira, pois, depois dela, os rebanhos passaram a ser de excelente qualidade e, apesar dos erros, houve muitas vantagens no combate à PSA. Sobre a hipótese da disseminação do vírus da PSA por meio da vacina cristal violeta considera que se trata de um equívoco, pois a vacina era feita com porcos da Bahia, onde não havia a doença. Considera também que houve erro quanto ao diagnóstico de PSA em soros estocados em São Paulo antes de 1978. Em relação ao processo de indenização afirmou que havia recursos suficientes para tal e que se pagava por peso e não por qualidade genética do animal.

Também esse depoimento surpreende pelas informações sobre criações com diagnóstico positivo para PSA, cuja sintomatologia não era compatível com essa doença. A força desse depoimento contribui para validar o testemunho dos criadores que também refutaram a hipótese da existência da PSA em seus rebanhos.

Pessoa-chave n. 14

Essa pessoa-chave, acompanhou, como professor da área de doenças, a evolução do episódio da doença no Brasil. Disse que esse assunto, ao longo dos anos, ainda causa polêmica, inclusive quanto à veracidade do surto. Em sua opinião, a entrada da doença se deu a partir de resíduos de alimentos provenientes de aviões vindos da Península Ibérica que foram utilizados na alimentação de suínos. Naquele momento, houve uma espécie de pânico geral, por se tratar de uma doença exótica, que movimentou todo o sistema de defesa de vigilância sanitária do Ministério da Agricultura, que não estava preparado para situações emergenciais como esta.

Citou o caso de vários laboratórios que foram improvisados para realizar o diagnóstico da doença.

Há alguns anos, encontrou-se, na Espanha, com o Dr. Sebastian Dias, especialista que trabalhava no laboratório biológico de segurança máxima de Baldeons e um dos consultores internacionais que participaram da estruturação do laboratório de diagnóstico da PSA no Brasil. Esse especialista, ao examinar inúmeras lâminas pela técnica de imunofluorescência, verificou que, à exceção do material procedente do surto de Paracambi, os demais materiais eram negativos.

Lamentou também o fato de que pessoas que não eram especialistas no assunto concediam entrevistas *“falando coisas que realmente não condiziam com a verdade”*.

A seu juízo, a doença esteve restrita apenas a Paracambi, porque nos demais casos não houve a forma explosiva. A respeito de outras hipóteses para a disseminação do surto para todo o país, assim se expressou: *“Falou-se, inclusive, de uma forma atenuada do vírus e mesmo da possibilidade de uma amostra vacinal, o que na realidade sabemos que não existiu”*. Os problemas relativos ao diagnóstico da PSA no Brasil, na opinião do entrevistado, devem ser atribuídos ao pânico, por se tratar de uma doença exótica, que poderia afetar grandemente o sistema de exploração. Com a erradicação da PSA, considerou que houve um *“certo reaparelhamento do sistema de defesa sanitária animal e que ela ajudou a classe veterinária na melhoria da vigilância como também aconteceu na Espanha, onde a doença representou a redenção da veterinária”*. Esse depoimento também ratifica as informações prestadas pelo informante-chave n.11, além de refutar a hipótese da existência de uma amostra vacinal.

Pessoa-chave n. 15

Essa pessoa-chave participou do PCPS, na área de epidemiologia. Disse, a respeito do episódio da PSA, que, no dia 14 de maio de 1978, recebeu uma ligação do Ministério da

Agricultura para juntamente com outro colega, especialista em diagnóstico laboratorial de doenças de suínos, avaliar o material da necropsia de suínos de uma criação situada em Paracambi, RJ, com suspeita inicial de PSA, e fazer o diagnóstico diferencial para PSC e *Erisipela*. Os resultados foram negativos em relação a essas doenças e, no final do mês de maio, veio a confirmação oficial do diagnóstico da PSA.

Em meados de junho de 1978, chegou ao Brasil o Dr. Ordás, consultor espanhol que permaneceu pouco tempo por causa de divergências em relação ao seu trabalho, sendo substituído pelo Dr. Ramon Carnero, que defendia a idéia de se montar laboratórios regionais de diagnóstico em Estados em que a suinocultura fosse expressiva, bem como implantar um sistema de vigilância epidemiológica, por meio de procedimentos de amostragem em matadouros e em granjas. Essa estratégia somente veio a ser implantada na segunda fase do PCPS.

Indagado sobre os possíveis problemas de diagnóstico no laboratório central do Rio de Janeiro, disse que, desde o início de agosto de 1978, *“a gente já sabia que o diagnóstico sorológico apresentava muitas reações falso-positivas”*. Declarou que isso havia ficado claro, porque em uma criação de suínos, situada em local muito isolado, em um município situado na região Metalúrgica de Minas Gerais, alguns porcos haviam adoecido e o diagnóstico foi de PSA. Disse que, juntamente com três outros colegas, foi a essa granja, quando foi verificado que o problema sanitário existente não guardava relação com a PSA, tendo sido isolada posteriormente a *Erisipela* dos animais doentes. Com esse diagnóstico, foi possível estabelecer o tratamento com antibióticos. Mesmo com a recuperação dos animais doentes, foi colhido sangue de todos os animais, que foi enviado para o Laboratório do Fundão. Foram também enviadas amostras de soros dos animais considerados positivos à PSA. Os resultados ora se apresentavam positivos, ora negativos. Outra situação em que se comprovou a hipótese da falha do

diagnóstico oficial decorreu do acontecimento assim descrito: *“Fui chamado ao Ministério da Agricultura, em Belo Horizonte, pelo Dr. José Monteiro Filho, Chefe do Serviço de Saúde Animal, que, em caráter reservado e em seu gabinete de trabalho, me disse que um fato inusitado havia ocorrido com os resultados de cerca de 70 soros de uma granja situada no Norte de Minas Gerais, cujos resultados oficiais indicavam cerca da metade dos animais reagentes para PSA e a outra metade negativa. No momento de se tomarem as medidas cabíveis, o proprietário declarou que aqueles resultados não eram aceitáveis porque aqueles soros eram provenientes de um único animal”*.

Disse que todos esses problemas foram comunicados ao responsável pelo diagnóstico oficial da PSA, que refutou essa possibilidade. Tentou-se, então, descentralizar o diagnóstico, mas a resistência foi muito grande e somente mais tarde isso se tornou possível. O Ministro Paulinelli foi comunicado sobre esse problema e, juntamente com o apoio do Dr. José Alberto dos Santos, com a participação da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos e de associações estaduais, essa descentralização se tornou possível. Para viabilizar essa estratégia foi providenciado um treinamento do pessoal técnico do Ministério da Agricultura em Alfort, na França, com o Dr. Ramón Carnero.

A respeito da disseminação da doença a partir do Rio de Janeiro, disse taxativamente que, em agosto de 1978, havia dúvida se a PSA havia se disseminado para o resto do país, a partir do Rio de Janeiro. Dois anos depois, com a descentralização do diagnóstico, houve a convicção de que a PSA somente ocorreu no Sítio Floresta, em Paracambi, onde foi feito um diagnóstico virológico, enquanto nos demais casos somente houve diagnóstico sorológico. Indagado sobre a hipótese de falhas de diagnóstico, considerou que se estava trabalhando com uma técnica de altíssima sensibilidade e que não havia controles positivos e negativos. Também o volume de material processado, demandou a contratação de técnicos e auxiliares, muitos sem experiência de laboratório. Quanto aos

reagentes positivos para PSA encontrados no rastreamento realizado na região Sul do país, disse que esses resultados não se confirmaram posteriormente.

Disse ainda que, ao participar de uma assessoria prestada ao Ministério da Agricultura para avaliar a situação epidemiológica da PSA no país, na segunda fase do PCPS, foi verificado que o processo de vigilância no Sul do país deixou de fazer a investigação sorológica dos animais que viviam nos lixões, como no caso do lixão do Guaíba, em Porto Alegre, onde existiam centenas de porcos. Nesses locais, no entanto, não havia relato de mortalidade de animais. Também o Laboratório Nacional de Referência Animal (LANARA), em Pedro Leopoldo, estava recebendo material de campo, o que não poderia continuar acontecendo porque não havia condições adequadas quanto à segurança biológica. Também foi vetada a pesquisa com a amostra de material procedente de Paracambi, pelas mesmas razões anteriores. Esse depoimento é emblemático no sentido de definir a importância da área da epidemiologia como fonte de estudos imprescindível para a tomada de decisão. Ficou evidente que havia uma grande resistência em aceitar a possibilidade de falha nos procedimentos diagnósticos, o que, de certo modo, confere validade às críticas de especialistas em suinocultura, criadores, dirigentes de associações de produtores, já apresentadas e discutidas nesta pesquisa.

Pessoa-chave n. 16

Em sua avaliação sobre o episódio da PSA no Brasil disse, essa pessoa-chave que a história começou antes de 1978, quando os refugiados das colônias portuguesas chegaram ao Brasil trazendo porcos, cachorros e outras coisas sem que houvesse fiscalização sanitária. Um surto de peste suína no Paraná, em 1976, que foi diagnosticado clinicamente como PSC, na verdade era PSA. O problema da não identificação da doença resultava da afirmação de que a PSA matava 100% dos suínos, o que é válido na primeira investida da doença, mas a tendência esperada é o

surgimento de casos crônicos, com baixa mortalidade, como se verificou na Espanha e Portugal. O episódio de Paracambi seria o caso índice, porque, na época, o Dr. Neitz suspeitou da PSA, o que se confirmou posteriormente, com o laudo do Centro Internacional de Referência de Plum Island.

Na estruturação do laboratório de diagnóstico, houve assessoria internacional por parte de Ramon Carnero Cabrera e Collete Costes. O laboratório, às vezes, recebia órgãos de cães e até pedras. Citou um caso de troca de material em um determinado Estado por material de suínos normais, abatidos em matadouros, troca facilmente verificável pela discrepância entre os dados constantes do formulário oficial e os aspectos das peças anatômicas enviadas. Foi preciso fazer a densidade dos soros para descobrir fraudes e evitar problemas. Nessa época foi encontrada uma reação positiva para PSA em uma semente para produção de vacina contra a PSC, elaborada em dois Estados do país, o que explicaria a difusão do vírus para lugares remotos. A investigação mostrou que os animais utilizados como doadores para a produção da vacina contra a PSC eram porcos comuns, que se mostraram reagentes para a PSA. A dúvida surgiu quando a prova de hemadsorção era negativa. No entanto, comprovou-se no trabalho de tese de Luiz Carlos Rodrigues, no Instituto de Microbiologia da UFRJ, em 1980, que o congelamento desses soros era o fator responsável pela inibição dessa reação. Assim, segundo esse depoimento, contribuíram para a entrada da PSA no Brasil a vinda de imigrantes das colônias portuguesas sem fiscalização, a produção de vacinas contra a PSC, pela técnica cristal violeta, e a destinação de restos de alimentos de vãos de Portugal para a criação do Sr. Severino, motorista de um general, na época.

A hipótese levantada nesse depoimento quanto à questão do escape de vírus pela vacina contra a PSC, é também citada por Martins (1978), Serrão (1979) e Andrade (1982). Contudo, essa hipótese é refutada por várias das pessoas-chave entrevistadas, sob o argumento que, caso isso ocorresse,

o número de focos da doença seria de grande magnitude. Em relação aos imigrantes de colônias portuguesas, o próprio Ministério da Agricultura realizou uma investigação em torno de cada porto onde ocorreu o desembarque desses colonos, sem que fosse constatado, na época, o aparecimento de doenças em suínos. Contudo, do ponto de vista epidemiológico, a entrada desses imigrantes com produtos de origem animal, certamente constituiu sério risco para introdução da doença no país.

Pessoa-chave n. 17

Essa pessoa-chave também participou do diagnóstico e do planejamento relacionado ao PCPS. Em sua opinião, houve uma coincidência e uma sorte muito grande, no caso do Brasil, de ter sido feita a suspeita clínica da PSA logo em seu início, fato que não aconteceu na maioria dos países. Assim, as autoridades da Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura puderam, em pouco tempo, detectar o foco e controlar a doença. Considerou, no entanto, que ocorreram algumas imperfeições, como o sacrifício de animais com o uso de marreta. Disse que, no decorrer do processo de combate à doença, ocorreram falhas de diagnóstico clínico, o que foi muito desagradável. Com relação ao diagnóstico sorológico afirmou que *“ocorreram algumas dúvidas, ocorreram falsos focos, sacrificaram-se animais em função de diagnósticos errados”*. Mas considerou ser *“preferível que se peque por excesso, desde que se tenha um efeito positivo, que foi o caso nosso”*. E assim concluiu sua avaliação sobre o episódio da PSA no Brasil: *“Olhe! Em poucos meses pudemos neutralizar o vírus da PSA. Isso é uma façanha, foi um fato importante da medicina veterinária brasileira, da defesa sanitária brasileira, isso não tem dúvida nenhuma”*.

Indagado a respeito do número de mortes de suínos no foco em Paracambi, quando a informação oficial era de que haviam morrido cerca de 20% dos animais, enquanto uma pessoa-chave havia afirmado que a porcentagem de mortes era superior a

50%, confirmou que realmente o índice de mortalidade foi muito alto, mais de 50%. Sobre o ocorrido quando esteve na granja, juntamente com outras autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura, disse: *“chutei um objeto metálico, abaixei e peguei o móvel do crime, uma colher TAP – Transporte Aéreos Portugueses. Quando eu olho assim do lado vejo um monte de resíduos vindo do Galeão, isso quer dizer que é uma falha tremenda do serviço de vigilância sanitária animal”*.

Sobre o uso da prova biológica considerou que ela é que seria a *“prova decisiva”*, apesar de todo o aparato da tecnologia moderna para fazer a diferenciação do diagnóstico. No material enviado para Plum Island, foi feito o teste biológico, que confirmou definitivamente o diagnóstico da PSA. Havia ainda muita ignorância de muitos colegas que diziam: isso é coisa de americano. Outro aspecto laboratorial que deve ser destacado é a respeito da prova de hemadsorção, que é a única prova específica para a PSA e que só reaciona contra o vírus da PSA.

A respeito da disseminação da PSA para o restante do país, considerou que o vírus tem várias possibilidades de se disseminar. Sobre o surto de Igarapé, em Minas Gerais, atribuído à PSA, que causou grande polêmica, disse não poder caracterizá-lo ou criticá-lo por não conhecer o caso, mas considerou que tudo é possível em termos de disseminação de uma virose como esta, pois não se pode garantir que um veículo que vem de outra região, do Estado do Rio, por exemplo, onde havia focos, não possa trazer o vírus, por meio de suas rodas.

Sobre a hipótese divulgada pelas autoridades sanitárias brasileiras de que em apenas três meses a doença havia passado para a forma subclínica, opinou que: *“aí eu tenho as minhas dúvidas, eu te confesso que não vou confirmar isso não. Porque o que houve foi o seguinte, houve uma precipitação também, você sabe que muitos focos, entre parênteses, não ocorreram, pode ser até esse caso dessa granja que você citou. Isso eu sei, eu posso lhe dizer, a*

gente, por uma questão de ética, evita falar”.

Ao ser novamente indagado se a provável causa estaria ligada à inexperiência da maioria do grupo gestor do programa de PSA, disse: *“exatamente, exatamente, falta de experiência. Eu não tenho dúvida de falar isso. Foi uma falha de laboratório. Nós não tínhamos laboratórios capacitados para estabelecer esses diagnósticos. Essa é que era a verdade”*.

Esse depoimento contribui para destacar a importância de um diagnóstico seguro da PSA, especialmente quanto ao emprego da prova biológica, que deixou de ser realizada no Brasil, mas que foi decisiva em Cuba, República Dominicana, Portugal, Espanha e em outros países. Caso esta prova fosse utilizada no momento em que as críticas se avolumavam, certamente se evitariam os transtornos ocorridos. Também esse depoimento é decisivo em relação à entrada da doença no país, aos procedimentos iniciais quanto à suspeita clínica e ao diagnóstico de certeza realizado nos Estados Unidos.

Pessoa-chave n. 18

A pessoa-chave participou do PCPS, na qualidade de instrutor de cursos de atualização profissional e como assessor de diversas comissões técnicas do referido programa. Disse que houve uma mortalidade exagerada de suínos em uma granja de Paracambi, no Rio de Janeiro, e um veterinário que trabalhava com ração comercial nessa granja levou alguns suínos mortos, dentro de seu próprio carro, para a Universidade Federal Rural do RJ, onde foram necropsiados pelo Dr. Neitz, na ocasião contratado como professor visitante na UFRRJ-“Km 47”. Quando ele fez a necropsia não teve dúvida em afirmar que pelas lesões, se fosse na África do Sul, o diagnóstico dele seria PSA. Disse que, no dia 13 de maio de 1978, pelo fato de trabalhar com a técnica de imunofluorescência para PSC e *Erisipela*, recebeu os primeiros materiais dos suínos que morreram em Paracambi, para realizar o diagnóstico diferencial em relação a essas

duas doenças. O diagnóstico diferencial para PSC e *Erisipela* foi negativo, fato que fez aumentar a suspeita de PSA. Esse material foi encaminhado para o Laboratório de Doenças Exóticas de Plum Island, nos Estados Unidos, quando foi identificado o vírus da PSA, de baixa virulência. Esse diagnóstico provocou um grande rebuliço na imprensa brasileira, pois, quando começaram a ser publicadas notícias sobre a PSA, todo mundo começou a se envolver, até mesmo um conhecido professor da Faculdade de Direito fez uma crônica sobre PSA, afirmando que a doença afetava o homem. Na seqüência, os políticos se envolveram, *“a imprensa começou a soltar artigo, daí a pouco os economistas assumiram a PSA, os agrônomos, jornalistas, enfim era o assunto do dia”*.

Quando a PSA foi diagnosticada, em 13 de maio, chegaram da Inglaterra 1.500 animais importados pela Agrocere, no dia 15 de maio. A esse respeito disse que *“houve uma tentativa de associar a PSA com a compra desses animais e não tinha nada a ver uma coisa com a outra”*. Esses animais não tiveram qualquer problema sanitário durante todo o processo de adaptação e de produção. Com a necessidade de se implantar um laboratório de diagnóstico, foi escolhida a Ilha do Fundão, por apresentar menor risco em caso de escape de vírus e pelo fato de o Estado do Rio de Janeiro não ter uma criação expressiva de suínos. Disse que o material da Granja Igarapé, onde havia sido isolada amostra de erisipela, foi positiva para PSA, de acordo com o resultado do laboratório oficial. Foram sacrificados todos os animais existentes na fazenda, incluindo-se cães, aves, cavalo, *“só não se matou gente”*. Considera que a indenização paga naquele momento correspondia a um valor razoável, fato que minimizou o prejuízo do criador.

Alguns veterinários de Minas mandaram soros de cachorro, cavalo e o resultado era positivo para PSA, o que demonstrava que o laboratório não estava devidamente preparado para fazer o diagnóstico. O aumento de diagnósticos positivos para PSA contribuiu para espalhar a idéia de que *“todo material enviado para o laboratório*

oficial apresentava resultado positivo”. Isso provocou a seguinte dúvida: *“Ou a doença está altamente disseminada ou esse diagnóstico está errado!”* O problema do sacrifício de rebanhos considerados infectados era quando o número de animais existentes era grande, fato que gerava muita discussão e repercussão. Em sua opinião, *“depois de algum tempo, o Delfim Neto, que era Ministro da Fazenda, resolveu erradicar a PSA por decreto, mas hoje ninguém acredita num negócio desse”*.

A falta de um monitoramento mais ampliado fez com que durante muito tempo se mantivesse a dúvida internacional se o Brasil tinha ou não a PSA. O Brasil estava mal preparado, não tinha números, o trabalho não convencia as comissões internacionais. Com isso ocorreu um período longo em que houve dificuldade para comprovar a erradicação da PSA. A sorologia era muito limitada, até que, com o passar do tempo, todo mundo passou a acreditar que a PSA fora erradicada. Atualmente, não existem sinais clínicos compatíveis com PSC ou PSA na suinocultura industrial praticada no Brasil.

Considerando que o país é grande demais, que existem vários tipos de suinocultura e que ainda ocorre a PSC em alguns Estados do Brasil, com focos antigos, disse desconhecer se os laboratórios oficiais continuavam fazendo diagnóstico diferencial para PSA, pois, quando se envia um material para diagnóstico da PSC, não há informação sobre a PSA, como se ela nunca mais tivesse risco de ser reintroduzida no país. Na época em que surgiu a PSA, a situação se complicou mais porque o Ministério da Agricultura resolveu também escrever sobre ela: *“doença causada por vírus, que provoca um quadro hemorrágico, febril e com uma mortalidade de 100%.”* O problema é que a mortalidade foi muito baixa, não coincidindo, portanto, com a informação oficial, a ponto de se perguntar *“então, que peste suína é esta? Isso é PSA ou é uma PSA diferente dessa da definição?”* Essa dúvida criou dificuldade, por algum tempo, para o controle da doença. Posteriormente a amostra foi classificada como sendo de baixa virulência.

O fato de terem sido encontrados talheres e outros materiais da TAP em meio aos produtos cárneos e restos de comida constituiu a versão apresentada, que pode ser considerada muito razoável para explicar a entrada da doença no Brasil. O Aeroporto Internacional do Galeão tinha tudo, menos forno crematório. O dono do Sítio de Paracambi tinha um caminhãozinho para recolher esses resíduos.

Sobre os casos de mortes de suínos em um município da região Metalúrgica de Minas Gerais, atribuídas à PSA pelo Ministério da Agricultura e à *Erisipela* por ele, de acordo com o isolamento feito, disse não ter dúvida de que não se tratava de PSA, segundo o quadro clínico apresentado, o que se confirmou a partir da recuperação dos animais doentes, com o emprego de antibióticos.

O depoimento é altamente revelador das falhas atribuídas ao laboratório oficial de diagnóstico e também reforça as convicções expressadas por seis médicos veterinários e quatro criadores que participaram dessa fonte documental. Outra consideração que merece ser ressaltada refere-se ao atual sistema de vigilância sanitária quanto à possibilidade de reintrodução do agente da PSA no país.

Em relação ao problema do diagnóstico, reconhecido por quase todas as pessoas-chave como um dos problemas mais críticos do controle e erradicação da PSA no Brasil, considero que a discussão dialética não fazia parte da cultura das autoridades responsáveis pela saúde animal. Fundada em 1840, a doutrina marxista, de certa forma, representou uma das maiores revoluções no pensamento filosófico. Adota como critério do conhecimento a prática social, individual e coletiva, dentro de uma perspectiva histórica. Diferentemente dos positivistas, a lógica dialética, ao procurar conhecer a realidade, insere o princípio do conflito e da contradição, o que possibilita a transformação. Dentro dessa perspectiva a aplicação dos princípios da dialética marxista possibilitaria construir um conhecimento da prática das várias

categorias da sociedade, de acordo com Triviños (1987).

O depoimento das pessoas-chave constituiu num dos pilares mais importantes dessa pesquisa por revelar fatos e trazer à tona a matéria memorial, não como um corpo total no dizer de Viana (1995), mas por meio de muitas representações, que traduzem valores de cultura e da ideologia do grupo.

Numa leitura mais atenta dos depoimentos das pessoas-chave e dos médicos veterinários que participaram da pesquisa é possível perceber determinadas posições técnicas que não se sustentam de forma individual, mas sucumbem ante a ideologia do grupo. Essa questão também remete ao conceito de memória coletiva de Halbwachs (1950) para quem resulta inadmissível a existência de uma memória pura e individual, pois ela sempre tem um caráter social, já que, seja qual for o tipo de recordação, agrega-se um conjunto de noções que nos dominam mais que outras e que se referem a pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas de linguagem.

4.8 O Programa de combate à peste suína – PCPS

Esse capítulo reproduz os dados e informações de documentos oficiais publicados pelo Ministério da Agricultura, de acordo com Peste.... (1978e), Brasil (1982), Brasil...[198-] e Brasil...(1984). Considerando todas as respostas do roteiro e das pessoas-chave há um claro entendimento de que as medidas sanitárias, adotadas pelo Ministério da Agricultura em Paracambi, no Rio de Janeiro, ainda que rigorosas para alguns, foram necessárias e tecnicamente muito bem executadas, dentro de um tempo relativamente curto. As divergências verificadas a partir do surto identificado na Favela Nova Brasília, no Rio de Janeiro, já foram objeto de análise em outros capítulos e, portanto, não serão aqui novamente reproduzidas.

Assim, será apresentada a versão oficial do Ministério da Agricultura sobre a entrada da PSA no Brasil, o emprego das primeiras medidas sanitárias emergenciais e o

estabelecimento do programa de combate à doença.

Para o Ministério da Agricultura, o primeiro foco de PSA no Brasil foi diagnosticado em 13 de maio de 1978, na Fazenda Floresta, no município de Paracambi, Rio de Janeiro, tendo sido imediatamente tratado como emergência zoossanitária. Segundo a versão oficial, *“encontraram-se evidências da utilização de mongonga retirada indevidamente do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro”*. Após esse foco primário, surgiram outros, considerados secundários, em criatórios destituídos de tecnologia, onde a alimentação era constituída de restos de alimentos. O diagnóstico do material de necropsia dos suínos de Paracambi foi efetuado em laboratório de referência, nos Estados Unidos e, posteriormente, no Laboratório de Virologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Com a ajuda de consultores internacionais e nacionais, foi montado o sistema de diagnóstico e definidas as linhas de ação no combate à doença. Com a disseminação da doença no Estado do Rio de Janeiro e em vários Estados brasileiros, foram implementadas diversas ações de combate que podem ser divididas em duas grandes fases.

Fase I: Emergencial

Essa fase vai de junho de 1978 a dezembro de 1979. Deve ser esclarecido que, na época, não havia um programa de sanidade voltado para a suinocultura. Tendo em vista que a doença estabeleceu-se inicialmente no Rio de Janeiro e posteriormente em outros Estados, em vista da polêmica em torno da doença foram tomadas medidas pontuais quanto aos problemas que iam surgindo, até que houve a definição técnica e política de se montar um programa de erradicação.

Nessa fase foi instituído um conjunto de portarias e normas que visavam reduzir ou eliminar as situações de risco. A legislação de referência foi o Regulamento de Defesa Sanitária Animal vigente, no Decreto 81.798, de 15 de junho de 1978, que tratava

da mobilização dos Ministérios e dos Governos Estaduais na luta contra a doença, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, na Portaria Ministerial 488, de 16 de junho de 1978, que tratava da criação da Comissão Central de Coordenação para Erradicação da PSA, na Portaria Ministerial n. 543, de 27 de junho de 1978, que autorizava o recrutamento de médicos veterinários municipais e estaduais para os trabalhos de erradicação da doença e na Portaria E/Z00-006, de 04 de julho de 1978, que continha as instruções técnicas e de serviço da Secretaria Nacional de Defesa Sanitária sobre as características da doença e as atividades necessárias para sua pronta erradicação, conforme Brasil (1934), Brasil (1978b,c,d,e).

De acordo com Peste... (1978e), os episódios motivaram a adoção de medidas emergenciais para erradicar a doença. As principais medidas realizadas foram:

- a) proibir a movimentação de suínos, seus produtos e sub-produtos nas áreas de foco até um raio de 16 km;
- b) interditar, com isolamento completo, mediante auxílio de força policial ou do exército, os depósitos de lixo ou vazadouros das cidades e a destruir por fogo, após sacrificar todos os animais alimentados com mongonga aí existentes, seguida de revolvimento da terra e adoção de rigorosa desinfecção;
- c) sacrificar os suínos existentes nas propriedades-origem dos focos, após interdição, cremação e inumação dos restos, seguidas das medidas complementares (desmatamento, desratização, desinfecção de materiais, descarrapatização, etc.);
- d) proibir a utilização e destruir toda carga encontrada de restos de comida, lixos e varreduras de quaisquer procedências, que se destinem ao suprimento alimentar de animais;
- e) instalar o sistema de informação da doença, por meio de registros próprios, utilizando inicialmente os canais existentes para febre aftosa, e informar às Delegacias

Federais do Ministério da Agricultura, todas as ocorrências do assunto;

f) proceder ao levantamento epidemiológico, da PSA, mediante rastreamento, desde a origem de focos iniciais, para identificação de populações de suínos onde pudessem existir doentes, suspeitos, contatos e suspeitos de contatos e atuar imediatamente como descrito nos itens anteriores.

A coleta de material era acompanhada de ficha informativa, que era enviada ao Laboratório do Rio de Janeiro. Foram adotadas ainda outras medidas em relação à desinfecção de câmaras frigoríficas destinadas ao estoque de carne suína, suspensão de crédito para financiamento e assistência técnica em áreas infectadas, fixação de locais oficiais para depósito e cremação de lixo, sob fiscalização rigorosa dos municípios. No desenrolar dos trabalhos de combate à doença, o Ministério introduziu várias modificações, tendo em vista a evolução da PSA no país.

Foi criada uma Comissão Coordenadora Central para Erradicação da PSA (CCCPSA), constituída por dezesseis médicos veterinários, a maioria de seus membros pertencentes aos quadros do Ministério da Agricultura. Em cada Estado foi constituída uma Comissão formada geralmente por quatro ou cinco médicos veterinários. Foram também criados dez grupos de trabalho, que contaram com a participação de 69 médicos veterinários, não se incluindo aí as autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura, responsáveis pela execução e coordenação do programa.

O governo do Brasil contou com a orientação técnica do Centro Panamericano de Febre Aftosa, Oficina Sanitária Pan-americana, Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas e Oficina Internacional de Epizootias e com a participação de 13 consultores internacionais e 11 nacionais, conforme Brasil (1984).

A tarefa de abate dos animais foi realizada com uma ação integrada entre o Ministério da Agricultura, Exército e Polícia Militar.

Após a aplicação das medidas saneadoras, era feita a desinfecção e após quatro meses, eram colocados animais sentinelas por mais dois meses para, em seguida, ser autorizado o repovoamento. Segundo o Ministério da Agricultura, a FAO repassou ao Brasil a quantia de 158 mil dólares para o combate à PSA.

Foram ainda implantadas outras medidas complementares às já descritas, sendo que algumas perduraram até a erradicação final, conforme Brasil (1984):

- comunicação imediata da ocorrência de PSA no Brasil aos países limítrofes e organismos internacionais de referência;
- declaração de emergência sanitária;
- proibição do trânsito de suínos, dentro e a partir de áreas afetadas;
- sacrifício e cremação de todos os animais existentes no foco;
- limpeza e desinfecção de veículos e das demais instalações e objetos contaminados, inclusive sua destruição, nos casos que não permitissem a segurança suficiente dessas ações;
- proibição de realização de exposições, feiras e outras aglomerações;
- proibição da alimentação dos suínos com restos de comida;
- vacinação contra a peste suína clássica;
- incremento das notificações de doenças ocorrentes em suínos, solicitadas, inclusive, através de determinação do Ministério da Agricultura, dirigida aos médicos veterinários oficiais e particulares.

Na fase emergencial foram identificados 224 focos de PSA, com sacrifício de 66.966 suínos e indenização de Cr\$44.313.945,00 (US\$2118257,00, a preços de 1978).

Fase II: implantação do programa

A segunda fase corresponde à implantação do programa específico e vai de 1980 a 1984. Essa fase foi subdividida em quatro fases:

4.8.1 Etapa preparatória

a) Aprovação da legislação:

A legislação de apoio foi baseada no Regulamento de Defesa Sanitária Animal vigente, conforme Brasil (1934), no Decreto 81.798/78, que tratava da mobilização dos Ministérios e dos Governos Estaduais na luta contra a doença, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, de acordo com Brasil (1978b) e da Portaria Ministerial 488, de 16 de junho de 1978, que dispunha sobre a criação da Comissão Central de Coordenação para Erradicação da PSA e da Portaria Ministerial n. 543, de 27 de junho de 1978, que autorizava o recrutamento de médicos veterinários municipais e estaduais para os trabalhos de erradicação, conforme Brasil (1978c,e).

b) Identificação dos recursos:

Levantamento dos centros criatórios nos estados, com caracterização do modo de produção, do efetivo animal, das vias de acesso, do manejo alimentar e sanitário.

c) Mobilização da comunidade:

Essa atividade propunha assegurar o envolvimento de todos os setores da comunidade, alertando sobre o perigo da difusão da doença e dos prejuízos econômicos. Embora o programa tenha sido implantado em todo o país, a região Sul foi considerada área prioritária, devido à concentração de criatórios suínos tecnicizados (44,6%) e de indústrias de frigoríficos com processamento de carne suína para exportação. Foram elaboradas matérias sobre a PSA para divulgação na televisão e jornais, produzidos três filmes de curta metragem sobre a PSA para veiculação nacional pela televisão, que foram distribuídos para todos os Estados, reuniões com educadores sanitários e

líderes, divulgação dos resultados junto às entidades nacionais e internacionais. Essas campanhas foram promovidas pelo Ministério da Agricultura com colaboração da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República.

d) Diagnóstico da situação:

Foi realizado um inquérito sorológico na região Sul, no momento do abate dos animais na rede de frigoríficos. Foi utilizada a IEOP e os resultados positivos foram confirmados pela IFI. Foram examinados 49.643 soros, dos quais 80 foram positivos, ou seja, 0,3%.

e) Evolução da população suína:

Segundo o Ministério da Agricultura houve um decréscimo da população suína entre 1982 e 1984, atribuído ao desestímulo à criação em razão da elevação dos preços dos insumos em geral e dificuldade de acesso a créditos compensadores. Assim a população suína estaria estimada em 34 milhões de cabeças, com 46% do rebanho concentrado na região Sul do país.

4.8.2. Etapa de ataque: (1981-1984)

Essa fase correspondeu às seguintes ações de vigilância sanitária:

a) controle do trânsito internacional:

Foi intensificada a fiscalização de portos, aeroportos e agências de correio, com a condenação e eliminação, em dois anos, de aproximadamente sete mil quilos de produtos. O controle de vôos passou a ser efetuado principalmente nas linhas provenientes de áreas de risco e foi interrompida a importação de suínos.

b) controle da movimentação interna de suínos:

Foi desenvolvido um sistema de controle da movimentação interestadual de animais, executado pelo Serviço Federal de Defesa Sanitária Animal, Serviços Estaduais e por médicos veterinários credenciados, de modo a possibilitar o apoio às demais ações

desenvolvidas pelo PCPS. Para isso foram montados postos de controle em determinadas rodovias federais, onde os animais eram inspecionados e os veículos desinfetados. A movimentação interestadual de animais somente foi permitida para abate e participação em eventos agropecuários, mediante a apresentação de certificado de inspeção sanitária animal. No caso particular de suínos, esse controle foi instituído para apoiar o combate à PSC e integrar o sistema de vigilância da PSA. Nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foi montado um esquema específico de controle e fiscalização que incluía a realização de provas sorológicas na origem e no destino, onde os animais permaneciam isolados, sob supervisão oficial, antes de serem incorporados aos plantéis da região. Segundo o Ministério da Agricultura, foram movimentados 20.607 suínos em 1983, sendo que 86% desse total referem-se aos Estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No entanto, a Comissão Coordenadora Central, que havia determinado o bloqueio da movimentação de suínos e seus subprodutos no Estado do Rio de Janeiro, após registro da PSA em outros Estados criou as Rotas Sanitárias Controladas, por meio das instruções de serviço nos. 2, 3, 5, 8 e 9/78, para evitar o colapso econômico em regiões tradicionalmente exportadoras, promovendo a colocação de animais terminados no parque industrial dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, o que impediu a ociosidade das indústrias de produtos suínos. O governo providenciou a estocagem da carne suína em câmaras frias de empresas particulares e na Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), para formar estoques reguladores.

c) exposições e feiras:

Os suínos que fossem participar de feiras e exposições deveriam proceder de granjas certificadas livres de PSA e controladas para PSC, brucelose, leptospirose, tuberculose e doença de Aujeszky, devendo apresentar resultados negativos em dois exames no intervalo de três meses.

d) vigilância Ativa:

Essa vigilância foi feita com auxílio laboratorial no caso das chamadas doenças vermelhas e de reprodução do suíno. Entre 1980 e 1984 foram examinados 1.364 soros, com sete resultados positivos para PSA. Considerando todo o processo de vigilância em relação aos animais destinados ao abate e à reprodução, foram examinados 288.369 soros, sendo encontrados 80 reagentes positivos em 1980 e 48 em 1981. Contudo, o Ministério esclareceu que, em rastreamentos posteriores, esses resultados foram negativos, o mesmo ocorrendo com os soros estocados em 1976, em instituições paulistas, comprovando que a prova do IEOB detectava um certo número de falsos positivos.

No laboratório os materiais eram registrados e, de acordo com a prioridade epidemiológica, eram codificados e encaminhados para análise. Após a realização do diagnóstico, os resultados eram enviados ao setor de comunicação para transmissão ao órgão federal central de defesa sanitária animal, que determinava as ações de campo. Até o mês de julho, ainda na fase emergencial, para o diagnóstico diferencial entre a PSA e a PSC utilizaram-se as provas de hemadsorção em cultura de leucócitos, fazendo-se até três passagens e imunofluorescência direta, após cultivo celular em PK-15 e IBRS2. A partir de 15 de agosto de 1978 iniciou-se também a sorologia por meio das provas de IEOB e IFI.

e) certificação das propriedades controladas:

O programa oficial instituiu um programa de adesão voluntária para certificação contra a PSC e PSA, válido por seis meses, que permitia o livre trânsito e participação em eventos agropecuários. As condições básicas para a certificação de granjas livres foram:

- ser assistida sanitariamente por médico veterinário;
- apresentar dois exames sorológicos, com resultados negativos, intervalados

de 1 a 6 meses, realizados no plantel de reprodução;

- adotar técnicas de manejo compatíveis com o controle sanitário adequado;
- vacinar os rebanhos sistematicamente contra PSC;
- possuir um único acesso para entrada de veículos, com rodolúvio e desinfetante na concentração apropriada, ao qual o vírus da PSA seja sensível;
- possuir pedilúvio com desinfetante na concentração apropriada, ao qual o vírus seja sensível, na entrada de todas as instalações;
- fazer a reposição do rebanho com animais do próprio plantel ou adquiridos de granjas certificadas;
- realizar reteste semestral do plantel de reprodução.

f) vacinação (PSC):

Segundo Brasil (1984), o programa ao instituir a obrigatoriedade da vacinação contra a PSC, com vacina viva (amostra china), provocou uma drástica redução no número de casos dessa doença, chegando a ser registrados apenas três, em 1984, na região Sul do país. Em três anos de programa foram vacinados cerca de 25 milhões de suínos.

g) reestruturação dos laboratórios regionais (PSC-PSA-Controle de qualidade de vacina):

Com o apoio de convênios específicos, foram implantados os seguintes laboratórios regionais: Instituto de Pesquisa Desidério Finamour, no Rio Grande do Sul, LARA de São José, em Santa Catarina, Instituto Marcos Enrietti, no Paraná, Instituto Biológico, em São Paulo, Laboratório Nacional de Referência Animal (LANARA), em Pedro Leopoldo-MG. Nesses laboratórios passaram a ser feitas as provas de IEOP, IFI, por técnicos treinados no Laboratório de Pesquisas Veterinárias de Alfort, na França. Foram montadas todas as técnicas atualmente utilizadas em PSC e PSA, como a hemadsorção e a de imunofluorescência, após inoculação em células VERO.

h) educação sanitária e treinamento de pessoal:

De acordo com Brasil (1984) a educação sanitária estava presente em todas as atividades do programa, buscando conscientização e a participação dos médicos veterinários, criadores e industriais. Foram produzidos diversos tipos de material técnico e de divulgação, a exemplo de áudio-visual, manuais de procedimentos, cartilhas, folhetos e outros. Durante o programa, foram treinados 719 médicos veterinários e 4.863 auxiliares.

i) sistema de Informação:

O sistema foi organizado para receber as denúncias dos médicos veterinários sobre doenças de suínos, por meio de formulário próprio. O médico veterinário responsável pela notificação e atendimento do foco da doença retornava à propriedade, pelo menos duas vezes, no período de um mês e orientava o rastreamento dos episódios.

k) atualização da legislação específica:

Considerando que um programa de erradicação tem características de grande dinamismo tornou-se necessário contar com uma legislação atualizada, o que se fez geralmente sob a forma de instrução de serviço. No entanto, grande parte da legislação relativa à fase emergencial foi também utilizada nas fases seguintes do programa. A Portaria 073, de 07 de dezembro de 1981 promulgada pela Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, tratava de estabelecer as instruções técnicas, complementares e de serviço relativas ao PCPS.

4.8.3 Etapa de consolidação

Com o propósito de manter e ampliar a situação conquistada nas fases anteriores, essa etapa baseia-se principalmente em:

- a) vigilância epidemiológica;
- b) sistema estatístico sanitário animal;
- c) combate a focos de doenças de suínos, para estabelecer o diagnóstico diferencial;
- d) controle de trânsito de animais;

e) repetição da fase de ataque, quando necessário.

4.8.4 Etapa de manutenção

Corresponde à última etapa do modelo teórico de um programa de erradicação de doença. Nessa etapa os recursos humanos e físicos utilizados nas etapas anteriores são incorporados ao sistema de defesa sanitária animal. Na avaliação final do PCPS, o Ministério da Agricultura considerou os seguintes fatores como favorecedores da rápida eliminação da PSA:

- o sacrifício imediato dos animais das propriedades afetadas e a delimitação da área focal com base na análise epidemiológica, procedendo-se também à eliminação dos suínos aí existentes;
- a responsabilidade assumida pelas autoridades sanitárias, de sacrificar criações de suínos que apresentassem sinais sugestivos de PSA;
- o cadastramento e a eliminação de suínos criados em lixeiras públicas, favelas, especialmente nos centros urbanos do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

As autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura admitiram que alguns rebanhos suínos foram sacrificados, com base em resultados falso-positivos, realizados no período entre 1978 e 1979. Esse fato contribuiu para gerar desconfiança no meio técnico e na comunidade em geral, porém a medida contribuiu para o sucesso dos trabalhos de erradicação. Quanto à desativação dos lixões em várias cidades, consideraram que houve um grande impacto social, principalmente pelo alarde dos meios de comunicação, cuja divulgação indicava que o governo estava retirando alimento do pobre, ou que esta era uma peste perigosa capaz de contaminar as populações. Os desmentidos ocasionavam as maiores polêmicas e a repercussão política provocou a constituição de comissões parlamentares de inquérito, como questionamento das ações técnicas. Apesar da polêmica criada, essa medida cortou o ciclo de transmissão da doença nos criatórios industrializados, conforme Brasil (1984).

No entanto, não consegui, em todas as fontes documentais analisadas, comprovar a veracidade das afirmações desta publicação oficial.

O Ministério da Agricultura declarou que, desde novembro de 1981 até fins de setembro de 1984, não se tem diagnóstico positivo para PSA no Brasil e que todos os focos foram eliminados com o sacrifício de animais afetados e contactos. Considerando o período entre junho de 1978 e novembro de 1981 ocorreram 577 notificações, colhidos 717 materiais, dos quais 222 foram positivos para PSA, em 18 Estados e 84 para PSC, enquanto 217 foram negativos. Os estudos epidemiológicos e de rastreamento não permitiram relacionar o foco primário ocorrido em Paracambi com os outros focos ocorridos nos demais Estados da federação.

Em 05 de dezembro de 1984, o Brasil se declarou livre da PSA, de acordo com as normas do Código Zoossanitário Internacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O obstáculo inicial que se apresenta quando buscamos trabalhar a história e a memória de um determinado acontecimento é o encontro de inúmeras vertentes conceituais sobre esses termos. Por outro lado, o próprio tema constitui um desafio em si, em razão das inúmeras representações e polêmicas que surgem em face do acontecimento, desencadeadas pelos diversos atores sociais. No entanto, esses desafios constituíram-se em estímulo na busca de iluminar um pouco mais o conhecimento sobre o episódio da PSA no Brasil. Acontecimentos de ordem sanitária que envolveram a medicina veterinária no passado não contaram senão com informações pontuais descontextualizadas do momento histórico, das implicações sociais e econômicas, e geralmente acríticos em relação às falhas muitas vezes relacionadas com todo o processo de vigilância sanitária animal.

A introdução das principais espécies de animais domésticos no Brasil a partir das três primeiras décadas da viagem de Cabral

tinha como pressuposto propiciar os meios para a expansão da atividade açucareira. Com a decisão da Coroa portuguesa de implantar uma política de interiorização do Brasil à procura de ouro e pedras preciosas, iniciou-se a expansão da criação de animais domésticos. No entanto, essa produção animal voltada para o mercado interno era monopolizada pelos grupos dominantes no país, representados pelos coronéis, senhores de escravos, donos de engenho de açúcar, barões do café e do cacau, dentre outros, que se alternavam no poder político. Nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, com o incremento das importações de animais, começaram a surgir os problemas sanitários. Daí a razão da nossa primeira legislação ter sido promulgada ainda no período imperial, em 1862, e aperfeiçoada nas décadas seguintes.

Em que pese a proibição de se importarem animais de países que apresentassem doenças exóticas em seus rebanhos, as exigências sanitárias eram freqüentemente burladas pela ação do contrabando ou mesmo descumpridas pelas autoridades competentes e dirigentes políticos que acabavam autorizando a importação, por meio de decretos especiais ou por outras formas. Mesmo com a entrada da peste bovina no Brasil em 1921, sobre a qual pouco se sabe, persistiram essas irregularidades no processo de importação. Com o crescimento de nosso rebanho animal acentuou-se a dependência de material genético importado e novamente as exigências sanitárias foram minimizadas. Exemplo dessa política foi a importação de vacas de leite dos Estados Unidos e Canadá pela Embrapa, quando em um lote de 40 animais foram detectados vários problemas sanitários.

A partir desse fato realizou-se o primeiro e único seminário para discutir a política de importação de material genético pelo Brasil, quando ficou demonstrado que, no período entre 1978 e 1982, o Ministério da Agricultura já havia registrado, no país, a existência de 54 doenças em sete espécies animais, 14 das quais correspondentes à espécie suína. A suinocultura no Brasil, a

partir de 1970, especialmente na região Sul, estava no auge de seu crescimento, situando-se em quarto lugar como exportador mundial de carne suína. A entrada da PSA, pela primeira vez em Cuba provocou um grande temor em toda a América Latina. Novamente, em março de 1977 a OIE alertou sobre o risco de disseminação dessa doença na Europa, tendo em vista o aumento de focos na Espanha e em Portugal, fato que se comprovou nos anos seguintes. Ressalta-se que, em 1963, o próprio Ministério havia enviado um de seus técnicos à Europa para estudar essa doença e que posteriormente a Federação de Agricultura do Estado de São Paulo enviou um relatório às autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura alertando sobre o risco da ocorrência da PSA no Brasil. A entrada da doença em Paracambi, Rio de Janeiro, em 1978, por meio do desvio de restos de alimentos de aeronaves procedentes de Portugal, configurou uma situação de grave descumprimento da legislação e de indiscutível negligência das autoridades responsáveis pela fiscalização sanitária no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. O fato não poderia ser atribuído ao azar, como foi afirmado pelas autoridades, pois a análise de longa duração da estrutura de produção e de defesa sanitária permitia prever a possibilidade de entrada de qualquer tipo de doença, exótica ou não, no país. Nesse contexto se inclui o regime político brasileiro marcado por uma das ditaduras mais truculentas da América Latina, em que não havia espaço para a discussão dialética e para o exercício do controle social.

A forma de entrada da PSA no Brasil foi retratada pela mídia e pelas revistas de divulgação técnica, com variadas formas de representação, pelos criadores, dirigentes de associação de criadores, empresários e técnicos. Quando a doença passou também a ser notificada em diferentes partes do território nacional, sem guardar relação aparente com o episódio inicial do Rio de Janeiro, sem apresentar os sinais clínicos esperados para uma doença exótica de comprovada virulência e baixos índices de morbidade e mortalidade, reacendeu-se e

revigorou-se a polêmica sobre a credibilidade do diagnóstico e naturalmente da própria existência da doença no país.

As autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura desenvolveram várias hipóteses explicativas para justificar a disseminação da PSA, a partir do surto inicial no Estado do Rio de Janeiro. Assim, consta de alguns documentos oficiais e anais de congressos internacionais que a doença já se encontrava no país desde 1976 ou ainda que a vacina preparada contra a PSC poderia ser um dos fatores a considerar na disseminação da PSA. Finalmente foi apresentada a teoria que melhor se ajustava ao comportamento clínico esperado, pois se tratava de uma doença causada por uma amostra atenuada do vírus da PSA, conforme havia ocorrido na Espanha. De fato pesquisadores espanhóis publicaram que a PSA apresentava também a forma sub-clínica e crônica, porém, só depois de decorridos dois anos de epidemia, enquanto no caso do Brasil havia transcorrido menos de três meses do registro inicial da doença.

Ressalta-se que desde 1976 estava em curso uma significativa epidemia de PSC em todo o país, que dificultava o processo de vigilância sanitária. O número de casos notificados no Brasil, que era, em 1975, 2.402, chegou a atingir 35.552, entre 1976 e 1979. A inexistência de dados históricos impedia uma análise retrospectiva para se determinar os períodos epidêmicos. A falta de cobertura vacinal provavelmente explicaria a origem dessa epidemia, tendo em vista que o país fabricava entre 5 e 8 milhões de doses anuais para uma população estimada de 45 milhões de suínos, em 1978. Tratando-se de doença existente há mais de 100 anos no país e considerando a baixa cobertura vacinal, era esperado o surgimento de casos clínicos e de mortes de animais, dentro de um quadro em que se poderia alternar formas agudas a crônicas, com baixa e alta mortalidade de animais. Em razão disso a vigilância epidemiológica para a PSA se tornaria muito mais difícil, pois demandava recursos laboratoriais de qualidade. A epidemiologia da doença em outros países demonstrava que nos primeiros anos predominavam as

formas agudas, com mortalidade em torno de 100%, e prova disso foi que as barreiras sanitárias empregadas em Badajoz, na Espanha, e entre a República Dominicana e o Haiti não foram capazes de impedir a disseminação da PSA, e na Ilha de Malta o funcionamento de um único frigorífico para abater tanto animais positivos quanto negativos para a PSA contribuiu para a rápida disseminação da doença. Na região Sul do Brasil foram estabelecidas rotas sanitárias controladas como forma de possibilitar o escoamento de suínos para o abate. Se o vírus da PSA estivesse realmente presente nesses plantéis, a doença encontraria condições adequadas para sua rápida disseminação tanto no momento do transporte quanto do abate. A convocação das forças armadas para ajudar na tarefa de sacrifício dos animais, apesar dos protestos dos criadores demonstrava o caráter coercitivo da campanha oficial de erradicação, que não admitia revisão do diagnóstico, que não permitia o uso da prova biológica ou do envio de material suspeito para laboratórios internacionais de referência, como era a sugestão de uma das pessoas-chave e do pedido de um criador paulista. Ressalta-se que, em Cuba, por ocasião dos dois episódios do surgimento da PSA as ações de controle foram executadas por comissões semelhantes à de defesa civil que integrava vários segmentos representativos da sociedade, para atuar de forma voluntária e solidária, sem que fossem registrados incidentes ou manifestações.

A percepção dos diferentes atores sociais em relação ao episódio da PSA revela que havia muitas divergências entre as explicações oficiais e os fatos que ocorriam na realidade. Enquanto o discurso oficial era a favor de se implantar uma nova e moderna suinocultura, com incentivos creditícios e com assistência técnica coordenado pelo Estado, foram concedidos créditos à indústria de transformação de carne suína no Rio de Janeiro, em vista da proibição do abate pelo período de trinta dias, e ainda autorização para a operação de um único matadouro, sob inspeção federal, no Estado do Rio de Janeiro e a abertura de rotas de exportação para os

produtores do Sul. Por outro lado apregoava-se a erradicação das pequenas criações de suínos no país, e o exemplo mais emblemático dessa situação ocorreu em Juiz de Fora-MG, onde foi promulgada uma lei municipal determinando a erradicação das pequenas criações de suínos, inclusive no meio rural, que foi executada sob a coordenação de um médico veterinário da Embrapa.

Dentre os 69 Médicos Veterinários que nesta pesquisa responderam às questões constante do roteiro semi-estruturado sobre a PSA no Brasil, apenas 34,2% avaliaram que as medidas de combate foram adequadas ou eficientes, mas 63% reconheceram que houve um grande desenvolvimento da suinocultura nacional após o episódio da PSA. Deve ser registrado, no entanto, que alguns médicos veterinários da região Sul do Brasil afirmaram que, embora tivessem participado das ações de combate à doença, os rebanhos sacrificados em função do diagnóstico oficial de PSA não apresentavam sinais clínicos compatíveis com essa doença e que poderia tratar-se de PSC. Houve, no entanto, algumas respostas concordantes com a hipótese da baixa virulência do agente causal.

As entrevistas com os pessoas-chave ajudaram a consolidar a hipótese baseada na análise epidemiológica de que não era possível afirmar que a PSA houvesse se disseminado para o restante do país a partir dos casos iniciais ocorridos no Rio de Janeiro. As entrevistas realizadas com quatro criadores localizados em três diferentes regiões do Estado de Minas Gerais foram coincidentes em vários pontos: nenhum deles vacinava seus animais contra a PSC, poucos animais foram afetados e, mesmo assim, não houve disseminação da doença para o restante do rebanho. Em uma das criações morreram somente animais jovens, em três outras em que todos os animais foram sacrificados não foi possível atribuir as mortes ocorridas à existência da PSA, uma vez que a mortalidade inicial foi baixa, inclusive com a recuperação de animais doentes, não tendo sido relatado mortes de suínos em criações

vizinhas, mesmo considerando que muitos dos veículos que tinham acesso à propriedade circulavam também por outras criações da região que não chegaram a apresentar o problema.

A maioria dos sete técnicos que participaram da pesquisa, na condição de pessoas-chave afirmaram que a doença tinha atingido apenas o Rio de Janeiro e provavelmente a favela Nova Brasília e que o restante das notificações correspondia a resultados sorológicos falso-positivos. Três pessoas-chave que participaram de ações de saneamento em criações de suínos informaram que em duas delas os animais doentes com resultados positivos para PSA recuperaram-se com tratamento adequado e mesmo assim os resultados sorológicos subsequentes variavam entre positivos e negativos, fato que também ocorreu em São Paulo, segundo relato de outra pessoa-chave. Foi também relatada por duas pessoas-chave que, em uma suinocultura do Norte de Minas, considerada positiva a partir de material de órgãos de suínos que morreram por causa desconhecida deveria passar por uma prova sorológica de todo o rebanho. O criador, no entanto, armou uma estratégia para que o sangue dos animais fosse colhido por um de seus empregados, para compor uma amostra de cerca de 70 soros. A resposta do laboratório oficial indicava que parte dos animais era reagente positivo e os demais eram negativos, fato que provocou a revolta do criador que admitiu haver determinado a sangria de apenas um suíno, cujo sangue foi distribuído em vários frascos. Outro argumento a favor da hipótese do surto ter ocorrido apenas no Estado do Rio de Janeiro consta da declaração de duas pessoas-chave que estiveram com médicos veterinários na Espanha, responsáveis pelo diagnóstico de PSA, afirmando que apenas o material de suínos procedentes de Paracambi era positivo.

A mídia também registrou em todo o país casos bem caracterizados de animais que sobreviveram ou em que a doença não evoluiu em rebanhos considerados positivos para PSA, a partir de declarações de criadores empresariais e de técnicos com

experiência na área de suinocultura. O próprio Ministério da Agricultura, que havia identificado 62 reações positivas à prova de IEOP em 248 soros estocados desde 1976 em São Paulo, considerou, seis anos mais tarde, tratar-se de resultados falso-positivos, fato que se repetiu com outros 434 soros suínos procedentes de rastreamentos realizados pelo Ministério da Agricultura, dos quais 80 apenas confirmaram-se positivos à IFI.

Tal como aconteceu com o episódio da Peste Bovina no Brasil, muitas publicações oficiais e de instituições representativas da Medicina Veterinária trataram de enaltecer a vitória da profissão no país e dos dirigentes políticos, sem considerar os determinantes principais que deveriam ser também levados em consideração para que no futuro tais acontecimentos fossem mais bem controlados e minimizados em seus efeitos.

6. CONCLUSÕES

1. A caracterização da estrutura da defesa sanitária animal no Brasil, considerado o referencial teórico, revelou a fragilidade da vigilância sanitária, comprovada pela entrada de inúmeras doenças exóticas de animais, em razão da alta dependência de importação de material genético de origem animal.

2. As denúncias e alertas sobre o risco da entrada da PSA no Brasil e sobre as deficiências do sistema de vigilância sanitária nos portos e aeroportos não motivaram o Ministério da Agricultura a fortalecer a estrutura existente.

3. O Ministério da Agricultura manteve-se silencioso sobre o verdadeiro corredor de entrada da doença no país e, quando o silêncio não foi mais possível, tentou desviar o foco de atenção da sociedade, culpando a criação caseira de porcos pela disseminação da doença, enquanto a mídia, já nos primeiros dias da epidemia, apontava o desvio clandestino de restos de alimentos do Aeroporto Internacional do Galeão para uma criação particular de suínos, em Paracambi, de propriedade de um

funcionário do DOPS, em exercício no referido aeroporto.

4. Enquanto a epidemia grassava entre criações de fundo de quintal, favelas e periferia do Rio de Janeiro, paradoxalmente parte das autoridades sanitárias, representantes de entidades dos criadores e a maioria dos especialistas em suinocultura iniciavam um movimento técnico-político para alterar a base técnica da suinocultura do país; uma modernização custeada pelo Estado.

5. O registro de surtos da PSA em diferentes regiões do país, sem que se pudesse relacioná-los com os casos iniciais do Rio de Janeiro, suscitou grande polêmica, entre os diversos atores sociais e contribuiu para colocar em dúvida a veracidade do diagnóstico e, por conseqüência, a própria existência da doença no país.

6. O laudo emitido pelo Laboratório de Referência Internacional de Plum Island, nos Estados Unidos, foi conclusivo para comprovar a existência da PSA nos suínos procedentes do foco de Paracambi, mas a divulgação tardia e restrita desse laudo em publicação oficial do Ministério da Agricultura, foi uma falha grave no processo de comunicação social do episódio da PSA.

7. A ocorrência de uma epidemia de PSC a partir de 1976, devida à baixa cobertura vacinal, certamente contribuiu para que os casos de mortes de suínos em todo o país fossem atribuídos à PSA.

8. A erradicação da PSA, segundo a opinião dos médicos veterinários, foi determinante para a modernização da suinocultura brasileira e para a reabertura das exportações. No entanto, a maioria dos profissionais duvidava da existência da PSA por não encontrarem, nas suinoculturas monitoradas, a presença de sinais clínicos e lesões patológicas próprios dessa doença.

9. O baixo número de respostas dos empresários e dirigentes de associações de criadores ao roteiro semi-estruturado, que se utilizou nesta pesquisa, demonstrou o

desinteresse deles em relação ao tema. A maioria dos participantes se limitou a minimizar o episódio da PSA, e poucos se preocuparam em descrever os prejuízos sociais e econômicos causados pela PSA, embora, naquela época, muitos deles tenham ocupado espaço na mídia para reclamar de prejuízos, em função das medidas restritivas na comercialização dos animais e de seus subprodutos. As respostas enviadas pelos empresários do Sul do país, por sua vez, concordam com a posição do Ministério da Agricultura, quanto à importância de se erradicar a criação caseira, e à necessidade de modernizar a suinocultura nacional.

10. As declarações dos criadores entrevistados e das pessoas-chave contribuíram para descaracterizar a existência da PSA nas criações por eles citadas, em razão de discrepâncias observadas no diagnóstico oficial: baixa mortalidade de suínos; recuperação de animais doentes; inexistência da mesma doença nas criações vizinhas, apesar do tráfego de veículos e de pessoas entre as criações.

11. O Ministério da Agricultura apresentou várias hipóteses na tentativa de explicar os casos ocorridos fora do Rio de Janeiro, tendo, ao final, considerado tratar-se de uma amostra viral atenuada, fato que explicaria o inusitado comportamento da doença, mas que não encontraria respaldo na história da PSA em todos os países por ela afetados.

12. O Ministério da Agricultura, ao publicar o informe final sobre a erradicação da PSA, considerou que houve alarde por parte da imprensa ao divulgar as ações do programa de combate à doença e falta de preparação técnica dos médicos veterinários, que desconheciam a forma subclínica da PSA.

13. A análise dos dados epidemiológicos e das demais fontes documentais leva a concluir que a peste suína africana entrou no país por meio de restos de alimentos de bordo, procedentes de vôos internacionais, vindos da Península Ibérica, e desviados do Aeroporto Internacional do Galeão para a

propriedade do Sr Severino Pereira da Silva, em Paracambi. Assim, os casos surgidos em outros municípios do Estado do Rio de Janeiro e em outras regiões do país não tiveram diagnóstico conclusivo de PSA.

14. O episódio da PSA constituiu-se em um dos acontecimentos de maior repercussão na história da Medicina Veterinária do Brasil por afetar praticamente todos os segmentos da sociedade brasileira. Considerando que a doença não ultrapassou os limites geográficos do estado do Rio de Janeiro, a ocorrência da PSA, segundo os informes oficiais se revelou como um dos maiores equívocos da Medicina Veterinária em todos os tempos no Brasil, deixando um saldo lamentável de esforços perdidos, de desemprego, de prejuízos para criadores e industriais, de perdas não compensadas e de desgaste público.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABATE humanitário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jun.1978, Seção cartas, p.10.

AFRICANA -I-*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 ago. 1978, Caderno agropecuário, p. 9.

AFRICAN swine fever: an overview. [sd.]:[sm.] [198-], 29 p.

ALVIM, J.M. 1978. Peste suína africana. *Suinocultor*, v.8, n.48, p.24, 1978.

AMIZADE no morro.*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 jun.1978. 2ª seção, p. 1.

ANDRADE, C.M. *African swine fever in Brazil: three years experience in the laboratory*. CEC/FAO Proceed. Research Seminar. Sardinia, 23-25, sept. 1981.p.152-160.

ANDRADE, C.M. Peste suína Africana: estudo da resistência do vírus à ação do cristal violeta. *Anais Microb.* N.27, 1982, p.177-191.

ANGELI, S. Sóbrio prognóstico para a peste suína. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1978, 4º caderno.Economia, p.44.

APARECIMENTO da peste mostra escassez de vacinas no Estado, *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 jun.1978. 1º cad. p.11.

AVISO de peste em São João do Meriti. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jun.1978. p. 1.

BALANÇO da peste suína africana. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 mai. 1979. Suplemento agropecuário, p.5.

BALBO, S.M., IANNIZZOTTO, G. *Epizootological investigation, prophylaxis and eradication of african swine fever in Malta*. in CEC Agriculture, African swine fever, 42-46, Report EUR 8466, CEC/FAO Proceed. Research seminar, Sassari, Sardinia, 17-24 september, 1981.

BARREIRAS contra a peste suína tentam proteger a região oeste do Paraná *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 jul.1978, 1º cad. 2º clichê, p.34.

BASSANEZI, M. S.; SCOTT, A.S.V., BACELLAR, C.A.P. et al. Humanismo latino e a imigração em São Paulo: uma questão em aberto. Programa Brasil Latino. 2002, Disponível em: <<http://www.brasillatino.pro.br/artigos.asp>>. Acesso em: 15 dez. 2003.

BELLATO L.F.B. O tratado de Methuen: interpretações e desmistificações, [sd.] disponível em < <http://www.klepsidra.net/klepsidra4/methuen.html>> Acesso em: 21 abr.2004.

BERGER, P; LUCKMANN, A. *Construção social da realidade*. RJ. Ed. Vozes. 1973. In MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7.ed. São Paulo: Hucitec: Rio de Janeiro: Abrasco, 2000. 269 p.

BH vai erradicar criação de suínos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 jul.1978, p. 15.

BOGADO, S.C. *Peste suína africana*. Estudos técnicos n.27, SIA, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1964. 39 p.

BOLETIM DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL. Ministério da Agricultura, Brasília. 1975-1984.

BRASIL. Decreto n. 8331, 31 out. 1910. Cria o serviço de veterinária no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e aprova o respectivo regulamento. *Coleção de leis do Brasil*, p. 001171.

BRASIL. Decreto n. 9.194, 09 dez.1911. Dá novo regulamento à diretoria do Serviço de Veterinária. *Coleção de leis do Brasil*, p.1200-1270.

BRASIL. Decreto n.º 24.548, 03 jul. 1934. Regulamento de Defesa Sanitária Animal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro. 1934.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Lei n. 569, 21 dez.1948. Estabelece medidas de defesa sanitária animal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1948, p. 018056.

BRASIL. Lei n. 1.052, 12 jan. 1950a. Cria no Ministério da Agricultura uma inspetoria de Defesa Sanitária Animal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 12 jan.1950, p. 000577.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Decreto 27.932, 28 mar.1950b. Aprova regulamento para aplicação das medidas de defesa sanitária animal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 30 março 1950, p.004873.

BRASIL. Decreto n. 38.983, 06 abr. 1956. Proíbe a importação de reprodutores zebuínos, bubalinos e outros animais domésticos em todo o território nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 06 abr.1956. p.006562.

BRASIL, Ministério da Agricultura. Portaria Ministerial nº 278, de 16 de agosto de 1971. Dispõe sobre a proibição da importação de suínos e de seus subprodutos de Espanha, Portugal, Cuba e do continente africano em razão da peste suína africana. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 ago. 1971, Secção I - Parte 1, p.6651.

BRASIL Decreto Presidencial no. 80.831, 28 de nov. 1977 Estrutura organizacional do Ministério da Agricultura [Belo Horizonte] : [s.n.], [197-].38 p. (Notas de aula).

BRASIL. Ministério da Agricultura. Portaria 241, 10 mar. 1978a. Estrutura organizacional da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. [Belo Horizonte] : [s.n.], [197-].38 p. (Notas de aula).

BRASIL. Decreto n. 81.798, 15 jun.1978b. Dispõe sobre a adoção de medidas de emergência para a erradicação da peste suína africana. *Diário Oficial da União*, Brasília, p.008904, col.2 .

BRASIL. Ministério da Agricultura. Portaria n. 543, 27 jun.1978c. Dispõe sobre medidas emergenciais necessárias à erradicação da peste suína. *Diário Oficial da União*, Brasília.

BRASIL, Ministério da Agricultura. Portaria n. E/ZOO-006, 4 jul.1978d. Dispõe sobre Instruções técnicas e de Serviços - Peste Suína Africana. *Diário Oficial da União*, Brasília.

BRASIL. Decreto n. 85.403, 25 nov.1980a, institui o programa de combate à peste suína e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Brasil, livre da peste suína africana. Brasília, 1984, 63 p.

BRASIL quer exportar e aceita imposições. *Revista Nacional da Carne*, v. 5, n.47, p.3-5, 1980b.

BREVE história de la OIE. Disponível em: <http://www.oie.int/esp/oie/es_histoire.htm>. 2003. Acesso em: 25 abr.2004.

BRILLAS, J.S, OLIVELLA, B.P. Patologia y clinica del ganado porcino. *Noticias neosan*, número extraordinário, ano 37, 1980.

BUENO, E. Brasil: *uma história*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2003.447 p.

BUROCRACIA mais nociva do que a peste suína. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 set.1978. Folha Agrícola, p.19.

CAMINHA, P.V. A carta. 1º. maio, 1500. Edição de base: Carta a El Rei D. Manuel, Dominus : São Paulo, 1963. Disponível em: <<http://www.studioamerica.com.br/500/>>. Acesso em: 25 jan.2004.

CANDIDATO a senador pelo MDB gaúcho estranha peste suína africana no Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 set..1978, p.24.

CARNERO, R; LUCAS, A; RUÍZ, F et al. Peste porcine africaine. Application de l'immunofluorescence à l'étude du virus sur les cultures de tissus. *Rec. Méd. Vét.*, v.144, 937-948, 1968.

CASTRO JR., F.G, NOGARA MÁRIO, G.A., PASQUALIN, O.L. *Peste suína africana - viagem de estudo realizada em França, Itália, Espanha, Portugal*, relatório, São Paulo, agosto de 1978, 77 p.

CÓDIGO zoosanitario internacional. Paris: OIE. 1982. 446 p,

CÓDIGO zoosanitario internacional. ed. Paris: OIE. Ed.7, 1998, 472 p.

COINCIDÊNCIAS e contradições sobre a peste suína africana. *Revista Nacional da Carne*, v.2, n.23, p.6, set.1978.

COMBATE à peste suína custará Cr\$150 milhões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jun.1978, p.17.

COMEÇA em Minas a eliminação de rebanho suíno contaminado. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 jun.1978.1º. cad. p.17.

COMISSÃO reduz a 13 focos do Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 ago.1978, 1º. cad. p.9.

CONGRESSO BRASILEIRO DE SUINOCULTURA, II, 1980, Campinas, *Anais*.Campinas: Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, 1981. p.261-276.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. A história da medicina veterinária no Brasil, Brasília.2.002. 228 p.

CONTRADIÇÕES? *Revista Nacional da Carne* v.2, n.22, p. 5. 1978. (Nota do Editor).

CONVIVENDO com as crises. *Revista Nacional da Carne*, v.2, n.22, p. 34, 1978.

CONVÍVIO com a peste exige rigor sanitário. *Dirigente Rural*, v 18, n.3/4, p.12-16, 1979.

CONTINI, A; COSSU, P; FIRINU,A. *African swine fever in sardinia*. in CEC AGRICULTURE, AFRICAN SWINE FEVER, 1981, Sassari, Sardinia. 25-35, Report EUR 8466, CEC/FAO Proceed. Res. Sem., Sassari, Sardinia, 23-25 sept., 1981.

CRIADOR paulista garante que a peste suína não começou no Rio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 jun. 1978. 1º.caderno, p. 9.

DEFESA animal mata porcos a marretadas e estuda se muda para forca ou tiros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jun.1978, p.12.

DELEGADO nega peste em Capetinga. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 jul. 1978, 2º caderno, p. 13.

DIVERGÊNCIA sobre como atacar a peste. *Folha S.Paulo*, São Paulo, 26 jul.1978.

De ROSE, H.M. Esclarecimentos e sugestões da ABCS. *Suinocultura Nacional*, jul/ago. 1978 v.8, n.48, p. 22.

DUBOIS, R. Nota Oficial. *Suinocultura Nacional*, Rio de Janeiro, julho/agosto de 1978, no. 48 – Ano 8, 1978. p.21.

EASLEY, D.H. The pigs of Haiti. 2000. Disponível em: <C:\WINDOWS\Desktop\The Pigs of Haiti.htm>. Acesso em: 9 de jan. 2004.

EMBRAPA diz como conter a peste suína. *Estado de S.Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1978, p. 48.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Brasília. Histórico referente à importação de 100 cabeças de gado leiteiro dos EUA.1983. Relatório, 10 p.

EM SP detectados dois novos focos; 5000 já mortos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 jun. 1978, Caderno economia, p.21.

ENCONTRO de Médicos Veterinários termina hoje com muitos debates.*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 06 set. 1978, p.6.

ENFERMEDADE vesicular del cerdo. *Bull.Off.Int.Epiz.*, v. 87, n.5-6, p.546-547, maio 1977.

FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo:Edusp/Imprensa Oficial do Estado. 2001. 328 p.

FELÍCIO. P.E. Raças e cruzamentos de bovinos de corte. 2002 Disponível em: <http://www.fea.unicamp.br/docentes/felicio/CTC/racas_bovinas.html#Toc1816457> . Acesso em: 27 jan.2004 .

FERNANDES, A.A.F. A vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1808-1821). 2002. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/imprimir/default.asp?conteudo=444> > . Acesso em: 26 jan.2004.

FERNANDEZ, A; WILLIAMS, D. Eradication of African swine fever in Cuba. *Proceed. of the Inter-americans Meet. on Foot-and-Mouth Disease and Zoonoses Control*, XIIIth. Curazao, 17-20 abr. 1979, p.60-65.

FIGUEIREDO, S.C. Quem tem medo da carne de porco? *Estado de Minas*. Belo Horizonte,03 set.1978, p. 4.

FOCO de peste africana em Pernambuco persiste apesar do abate de 2500 porcos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 ago.1978, Caderno, p.9.

FORÇAS ocultas promovem a PSA. *Revista Nacional da Carne*, v. 4, n. 46.1980. p. 3-4.

FREUD, S. Sobre a psicopatologia da vida cotidiana, in: Edição brasileira das obras psicológicas completas. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, Cap.VII, p.126-147.

FRIAS, L. De como vender ou comer depressa os porcos salvados do incêndio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun.1978. Caderno B, p. 1.

GÂNDAVO, P.M. História da Província Santa Cruz. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1980 Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/ganda2.html>>. Acesso em: 15 de dez. 2003.

GAYOT, G; CARNERO, R; COSTES, M.C. et al. Peste porcine africaine: isolement et identification en France métropolitaine. Donnée épidémiologiques, cliniques, anatomopathologiques et de laboratoire. *Bull.Acad.Vet.*, v. 47, 1974, p.91-97.

GEISEL quer controle da peste suína. *Estado de Minas*, Belo Horizonte,17 jun.1978.1º cad.p. 1.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas, 5 ed. 1999, 208 p.

GOVERNO decide erradicar a peste suína. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun.1978a. 1º. cad.p.14.

GOVERNO e indústria dizem como agem contra a moléstia. *Agricultura de Hoje*, Rio de Janeiro, ago. 1978b, p. 14.

GOVERNO mobiliza veterinários contra a peste suína. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 jun.1978c. p. 15.

GOVERNO sabia há 2 anos do perigo da peste suína. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 de jun.1978d, p. 1.

GOVERNO só não libera trânsito de suínos no Rio, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jun.1978e, 1º cad. p. 7.

HACKENHAAR, L; BAYER, L.C.G; VEIGA, J.S; et al . A peste suína e suas conseqüências. *Suínocultura nacional*, v.8, n.48, 1978, p.5-7.

HALBWACHS, M."La Mémoire Collective et le Temps" *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. II, 1947, pp. 3-30. *La mémoire collective* par Maurice Halbwachs, P. U. F. , Paris, 1950 y 1968. (Trad. Vicente Huici Urmeneta, 1998) em<C:\Documents and Settings\Administrador\Desktop\LA MEMORIA COLECTIVA Y EL TIEMPO por Maurice Halbwachs.htm> Acesso em 6 jul.2004.

HIPOLITO, O; FREITAS, M.G, FIGUEIREDO, J.B. *Doenças infecto-contagiosas dos animais domésticos*. Ed. Melhoramentos: São Paulo, 4 ed., 1965.

IMIGRANTES angolanos são acusados na Câmara. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun.1978, 1º. Caderno, p.15.

IMPORTAÇÕES ameaçam o rebanho nacional. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 out.1983. 1º. caderno, p 18.

INDIOS, brancos e negros: primeiros exploradores. 2002. Disponível em: <<http://www.international.com.br/brasil/icone2.htm>>.Acesso em: 15 de dez. 2003.

INSTITUTO DE MEDICINA VETERINÁRIA. Reporte preliminar del brote de fiebre porcina africana em Cuba. Habana, Cuba, 1971,34 p.

INVASOR que não invadiu? *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8 jul.1978. Folha Agrícola, p.17.

ITÁLIA fecha ao Brasil as compras de carne de porco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro,26 jul.1978. p.25.

LANCELLOTTI, S; SANDOVAL, F; LIBOS, H. Peste suína: doença relativa, ela escolhe suas vitimas. *Istoé*, p.76-77, 1978.

Le GOFF, J. A história nova. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.318 p.

LOPES, L.C. Artefatos de memória e representações nas mídias. *Ciberlegenda*, n.7, 2002. Disponível em: < <http://www.uff.br/mestcii/lclop7.htm>>.Acesso em: 21 jan.2004.

- LUCAS, A, HAAG, J, LARENAUDIE, B. Maladies animales a virus. Peste porcine africaine, L'Expansion Éditeur, Paris, 1967. 119 p.
- LYRA, T.M.P. A peste suína de baixa mortalidade, Bol.Def.Sanit. Anim. Brasília.v.12, 1978, p.50-59.
- LYRA, T.M.P. O controle e erradicação da peste suína. Seminário. Universidade de São Paulo, 15 a 19 de outubro de 1979, 21 p.
- LYRA, D.A. Grupo de erradicação de doenças exóticas e emergenciais: sugestões a um projeto de controle e erradicação de doenças exóticas e emergenciais. [Brasília]: [Ministério da Agricultura], [198-], 72 p. (Mimeogr.).
- LYRA, T.M.P; GARCIA, G.S. Impacto da ocorrência da peste suína africana no Brasil. Com. Cient. Fac. Med. Vet. Zoot. Univ. S. Paulo, v.6/7, n.1/4, 1982/83, p. 35-38.
- MAGNABOSCO, C.U. Nelore: opção de produtividade. Rev.Safra, jan.2002. Disponível em: < <http://www.revistasafra.com.br/2002-01/artigo.htm> >. Acesso em: 27 jan.2004.
- MARANHÃO, R; MENDES JR; RONCARI L. Religião: a companhia de Jesus no Brasil. 2003. Disponível em: <<http://planeta.terra.com.br/arte/mundoantigo/colonial/religiao.htm>>. Acesso em: 26 jan.2004.
- MARTINS, F.A. Investigação epidemiológica sobre a peste suína africana no estado de São Paulo no período de março a julho de 1978. São Paulo. Secretaria de Agricultura, 1978. 39 p.
- MATANÇA de porcos que o município de Belo Horizonte pretende realizar vai "prejudicar até a Arena em BH. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 jul.1978a, 1º cad. p.7.
- MATANÇA de porcos vai prejudicar a Arena em BH. *Estado de Minas*.Belo Horizonte, 29 jul.1978b. 1º cad.p.7.
- MAURER, F.D. African swine fever. in DUNNE, H. W. Diseases of swine. 4 ed. Iowa State University: Ames, Iowa. 1975. p.256-272.
- MC DANIEL H.A African swine fever. in LEMAN, A.D et al (org.). *Diseases of swine*, 6ª ed. Cap. 18 ,1986.
- MEBUS, C.A., DARDIRI A.H., HAMDY, F.M. et al. Some characteristics of african swine fever viruses isolated from Brazil and the Dominican Republic, *Proceed. Ann. Meet. U.S. Anim. Heath Assoc.*, 82 th. 1978. 232-236.
- MENESES, J.N.C. *O continente rústico:abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina-MG: Maria Fumaça, 2000. 266 p.
- MIGUEL, L.F. Dossiê "mídia e política". Revista de Sociologia e Política, n. 21:7-12, jun.2004
- MINAS Gerais. A produção para consumo interno. Agricultura de Hoje. v.5, n.54, p.14-15, 1979.
- MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7.ed. São Paulo: Hucitec: Rio de Janeiro: Abrasco, 2000. 269 p.
- MINEIRAÇÃO (sic) no Brasil colonial. 2001. Disponível em:< <http://www.historianet.com.br/main/mostraconteudos.asp?conteudo=302> > . Acesso em: 26 jan.2004.
- MINISTÉRIO adia reunião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun.1978. p 15.
- MINISTRO Paulinelli vai inspecionar o controle. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 jun. 1978a. Folha Agrícola, p. 19.
- MINISTRO suspeita de peste em Minas e Espírito Santo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jun.1978b, p.14.
- MINISTRO visita amanhã área da peste suína. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 jun.1978c.

MODENA, C.M; SILVA J.A; AZEVEDO, N.A. et al. Ocorrência de infecção pelo vírus de leucose enzoótica bovina em animais importados. *Arq.Bras.Med.Vet.Zootec.* v.35, n.4, p. 565-573, 1983.

MONTGOMERY, R.W. On a form of swine fever occurring in British East África (Kenya Colony). *J. Comp.Patho.Therap.*,v. 34 1921, p.159-191.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST.* Um grande movimento em gestação. 2001, p.123-135.

MOSCATELI, R. Um redescobrimto historiográfico do Brasil. *Rev.Hist.Reg.* v.5, n.1, 2000. Disponível em: < <http://www.rhr.uepg.br/v5n1/renato.htm>>. Acesso em: 26 jan.2004.

MOSCOVICI, S. *Social representations.* Cambridge. Cambridg University Press, 1984. in: SPINK, J.S. (Org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.* São Paulo: Brasiliense, 1995.

MULTINACIONAL do porco é denunciada por economista como beneficiaria da peste. *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 7 jul.1978. 1º. Caderno, p.15.

MUNHÓS, I.R. As lições da Peste Suína Africana-PSA. *Suinocultura Nacional*,v.8, n.48, p.17-20, 1978.

NÃO SURGIRAM novos focos, ontem. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jun.1978. Folha Agrícola, p.18.

NÃO TEREMOS prejuízo com o gado doente comprado nos EUA. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 abr.1983. p. 18 .

NAS FAVELAS, poucos sabem que têm de matar seus porcos no dia primeiro, *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 jul.1978a. p. 5.

NAS FAVELAS, todo o medo da matança dos porcos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 julh.1978b. p.1

NEGRIN, R.E.S. Development in Cuba of a programme for the eradication of african swine fever in CEC Agriculture, African swine fever, 36-41, Report EUR 8466, CEC/FAO Proceed. Research seminar, Sassari, Sardinia, 17-24 september, 1981

OLIVEIRA, A.R. A história do suíno.[199...] Disponível em: < <http://www.conpassu.com.br/historia.htm> >. Acesso em: 02 jan.2004.

OIE. Situación zoosanitaria anual. *HandiSTATUS II.* 1999. disponível em < http://www.oie.int/hs2/zi_pays.asp?c_pays=156&annee=1999> Acesso em 2 nov.2004.

ORDÁS, A.A. Informe sobre el diagnóstico de la peste porcina africana em Brasil. Relatório, 22 set.1978, 10 p.

ORDÁS, A.A; SANCHEZ-BOTIJA, C; BRUYEL, C. et al. African swine fever. *The current situation in Spain.* in CEC AGRICULTURE, AFRICAN SWINE FEVER, 1981, Sassari, Sardinia. 25-35, Report EUR 8466, CEC/FAO Proceed. Res. Sem., Sassari, Sardinia, 23-25 sept., 1981, p.7-11.

ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION. Peste porcina africana: *Bol.Inf.*, n.11, jul.1980, p.8-9.

OSWALDO Cruz pesquisa vacina contra peste suína. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 ago. 1979, p. 9.

PARANÁ começa hoje a usar corredores sanitários para matar porcos em São Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jul.1978. 1º caderno, p. 7.

PAULADA e marretada de policia mata porco vitimado pela peste, *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 jun.1978. p.5.

PAULINELLI estoca porcos na Cibrazem para abate reiniciar *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jul.1978a. 1º caderno, p.

PAULINELLI já anuncia o fim da peste suína. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jul.1978b. 1º caderno, p.1.

PAULINELLI quer agilidade maior e medidas enérgicas no combate à peste suína. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jul.1978c. 1º. caderno, p.20.

PAULINELLI vem ao rio debater peste suína, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 jun.1978d. p. 5.

PAULINELLI vem inspecionar a área atingida pela peste. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 jun.1978e. Caderno Grande Rio, p.11.

PEREZ sabia da peste mas tentou manter o segredo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 jun.1978. 1º. cad., p. 18.

PERIGOS da mesa. *Veja*, v.514, 13 set.1978, p. 82-86.

PESTE africana ainda preocupa autoridades. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 jun,1978a. Suplemento agropecuário, p.2 .

PESTE africana, mais dúvidas. *Veja*. São Paulo, v523, 13 set. 1978b, 122-125.

PESTE bovina em São Paulo: Relatório oficial. *Rev.Zoot.Vet.*, v.11, n.1, 1925, p.3-18 (Anônimo).

PESTE é africana mas vírus gera polêmica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jul.1978c, caderno, p.25.

PESTE Suína [Brasília]: Ministério da Agricultura, 1979. p.irreg.
PESTE suína. 1978. *Bol.Def.Sanit.Anim.*(n. esp.), Brasília,[198-].

PESTE suína afeta oferta de carne a supermercados. *Globo*, Rio de Janeiro, 30 maio 1978d.

PESTE suína africana no Brasil, *Bol.Def.Sanit.Anim.* v.12, n.1-4, p.81-104.1978e.

PESTE suína africana, uma doença bem controversa. *Revista Nacional da Carne*. São Paulo,v.2, n.21, p. 8-10, jul.1978f.

PESTE suína atinge rebanho em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 jun.1978g. Folha Agrícola, p.19.

PESTE suína avança para o Sul. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 20 jun.1978h. Caderno economia, p.17.

PESTE suína chega à favela e pode se alastrar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 jun.1978i. 1º caderno, p.7.

PESTE suína começou há mais de um mês, no Paraná. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1978j. 3º caderno, p.31.

PESTE suína fechou as três fronteiras do Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de jun 1978k, 1º. caderno, p.21.

PESTE suína fechou o mercado espanhol à carne brasileira. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 ago.1978l. 1º caderno, p.3.

PESTE suína já ameaça todo o rebanho nacional. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 02 jun.1978m. 1º.caderno.

PESTE suína já está em quadro estados e ameaça Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jun.1978n. 1º. caderno, p. 22.

PESTE suína já tem 4 focos no Paraná, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jun.1978o. p.14.

PESTE suína põe em risco a exportação de soja. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jul.1978p. 1º. caderno, p.19.

PESTE suína quase matou todo o rebanho de Marajó, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jul.1978p. 1º. caderno, p.20.

PESTE suína reaparece em 11 focos no Rio, S.Paulo, S.Catarina, Minas e Goiás. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1978r. p. 18.

PESTE suína se alastra e atinge Minas Gerais. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 jun.1978s. Caderno economia, p.32.

PESTE suína tem 13 focos localizados em 5 Estados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jun.1978t. p.7.

PESTE suína tem 33 focos e rio queima lixo do Galeão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jul.1978u. 2º. caderno, p.7.

PIJNING, E. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. *Rev.Bras. Hist.*, v.21, n.42, 2001, Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300007&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 26 jan.2004.

PIOR epidemia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 jun.1978. Caderno, p.10.

POLO JOVER, F; SANCHES BOTIJA, C. La peste porcina africana en España-*Bull.Off.Int.Epiz.* v.55, n. ...1961a., p. 107-147.

POR QUE a peste suína africana está no Brasil. *Agricultura de hoje*, (número especial) v.4, n.40, p.10,13-17,24-25,37,40, 1978.

PORTARIA fixa hoje novas normas para controle da peste suína. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro 26 jun.1978a, 1º. caderno, p.5.

PORTARIA previu há um ano medidas contra a peste. *Globo*, Rio de Janeiro, 07 jun 1978b.

PRADO C. *Formação do Brasil contemporâneo (colônia)*. 6 ed. Brasiliense: São Paulo. 1961, 390 p.

PREFEITURA e Ministério recuam: ninguém sabe quem mata os porcos, *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 ago.1978. p. 5.

PROFESSOR faz observações sobre a PSA. *Suinocultura nacional*, v.18, n.49, p.24-25.1978.

PSA, uma neurose. *Revista Nacional da Carne*, v 4., n.46, p.5, 1980.(Nota do Editor).

QUE PESTE é esta? *Veja*, São Paulo, v 516, 26 jul.1978. p.122-123.

RAÇA Caracu. Associação Brasileira dos Criadores de Caracu.DATA Disponível em: < <http://www.abccaracu.com.br/index.php> > .Acesso em: 15 dez.2003.

REICHARD, R.E. African swine fever in the Americas. *Proceed. 82th.Ann.Anim.Meet. U.S Anim.Health. Assoc.*, 1978, p.226-231.

RESES de Campinas também ameaçadas *Folha de S.Paulo*, São Paulo 27 abr.1983. p. 18.

REUNIÓN internacional sobre problemática de la peste porcina africana. *Bull.Off.Int.Epiz.*, v.89, n. 1-2, 1978, p.35-39.

RICOEUR,P. Le temps passe:memoire, histoire, obli, College Intern.Philosophie, Paris, 1977, notas de curso in SILVA, H.R. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Ver.Bras.Hist.*, v.22, n.44. Disponível em:< C:\Documents and Settings\Administrador\Desktop\FCV.TESE\tesehistória\USPhist.mem..htm>. Acesso em 5 jul.2004.

RIO decide hoje as medidas de combate *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun.1978a. p.15.

RIO sem dinheiro só ataca peste nos focos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jul.1978b. p.7.

RIVERA, E.M. *African swine fever in teh Dominican Republic*. CEC Agricultures, African swine fever Report. EUR 8466, sept.1981.CEC/FAO Proceed. Res.Seminar, Sassari, Sardinia, 17-24.

ROHDEN, H.B. Economia no regime militar: conhecimentos gerais. In HISTÓRIA do Brasil. 2000. Disponível em: <<http://conhecimentosgerais.com.br/historia-do-brasil/economia-no-regime-militar.html> >. Acesso em: 15 dez.2003.

ROPPA, L. Suinocultura, as lições da crise. *Suinocultura industrial*, v.4, n. 32, p.8-13, 1981.

- RUIZ MARTINEZ, C. La peste porcina africana a través de la Oficina Internacional de Epizootias, 1957-1978. Caracas, Venezuela: *Oficina Internacional de Epizootias*, 1978. 75.
- RUSSEL-WOOD A.J.R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Rev. Bras. His.v.*18, n.36, p.187-250.1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> . Acesso em: 15 dez.2003.
- SANCHEZ-BOTIJA, C. (1962) Estudos sobre la peste porcina africana en España. *Bull.Of.Int.Epiz.* 1962, 58, 707-727.
- SANCHEZ BOTIJA, C; ORDAS, A. Diagnóstico diferencial de rutina de la peste porcina clásica y de la peste porcina africana por inmunofluorescencia y hemadsorción asociadas. *Bull. Off. Int. Epiz.* 1969, 72, 763-784.
- SANCHEZ BOTIJA, C. ORDAS, A; GONZALVO, F. et al. Procedures in use for diagnosis of african swine fever. In Hog cholera/classical swine fever and african swine fever. Luxemburgo, Commission of the European Communities, 1977, p.642-652. in SOBESTIANSKY, j. *Peste suína: clássica e africana*. São Paulo: Nobel,1982, 132 p.
- SANCHEZ DIAS, O. Report on the status of african swine fever in the Dominican Republic. *Proceed.XII Inter-Amer. Meet. Foot-and-Mouth Disease and Zoonoses Control*, Willemstad, 1979. Curaçao, 17-20 april. P. 55-59.
- SANTIAGO, A A. *Os cruzamentos na pecuária bovina*. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1987. p.132-135.
- SCHULTZ, A., LUCKMANN, T. *The stratifications of the life-world. The structures of life-world*. Evanston.North-Western Univ.Press 1973 in MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7.ed. São Paulo: Hucitec: Rio de Janeiro: Abrasco, 2000. 269.
- SCHUMAHER, S; BRASIL, E.V. *Dicionário mulheres do Brasil*: – de 1.500 até a atualidade, Rio de Janeiro: Ed.Jorge Zahar, 2000, 566 p.
- SECRETARIA anunciou controle sobre o foco de peste suína. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 jun.1978,
- SECRETÁRIOS comem carne de porco por desagravo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jul.1978.
- SERRÃO, U.M. *African swine fever in Brazil*. Proceed. of the Inter-americans Meet. on Foot-and-Mouth Disease and Zoonoses Control, XIIth. Curazao, 17-20 abr. 1979, p.45-54.
- SERRÃO, U.M; SANTOS, A., LYRA, T.M.P. Peste suína. *Bol.Def.Sant.Anim.* (nesp.), p.1-49. [198-].
- SILVA J.A; MODENA, C.M., TORRES,A M.C. et al. Riscos da introdução de agentes exóticos através de animais. I Seminário Nacional sobre Importação de Material Genético, Belo Horizonte, outubro de 1983. 20 p.
- SINDICATOS da carne debatem peste suína. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 jul.1978. p.17.
- SITUACIÓN zoonosaria plurianual. Europa/ Enfermedade vesicular porcina. OIE, 2002. (HandiSTATUS) Disponível em: < http://www.oie.int/hs2/sit_mald_freq_pl.asp?c_con t=4&c_mald=4>. Acesso em: 31 jan. 2004.
- SOBESTIANSKY, J. *Peste suína clássica e africana*. São Paulo:Nobel, 1982 , 130 p.
- SP: começa matança de suínos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 jun.1978.Caderno economia, p.20.
- SPINK, M.J (Org.) *O conhecimento no cotidiano:as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. 2 ed.Ed.Cortez: São Paulo, 1999, 311 p.

SUGAI, W .Apesar de clássica ela é uma peste. *Agricultura de hoje*, v.4, n.41, 1978, p.36.

SUINOCULTORES desagravam o porco. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 ago.1978. 1º caderno, p. 7.

SUINOCULTOR fluminense pede abate total. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de jun. 1978. 1º. caderno, p.7,

SUINOCULTURA em alerta. *Revista Nacional da Carne*, n.43, p.5,1980.(Nota do Editor).

SUL com novos focos prepara o sacrifício de 3 mil porcos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 20 jul.1978. p.16.

TÉCNICOS acham difícil que a peste suína seja erradicada. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 jun. 1978a. 1º caderno, p. 11.

TÉCNICOS colocam em dúvida a existência da peste africana. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 jul. 1978b. 1º caderno, p. 13.

TORRES, A .P; JARDIM, W.R. *Criação do cavalo e de outros eqüinos*. São Paulo: Nobel, 1992.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*, São Paulo: Atlas, 1987. 176 p.

URUGUAI vai matar 250 mil porcos: é a peste. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 jul.1978.

VASCONCELOS, J. African swine fever. Disponível em <<http://www.trends-online.biz/inde1510.htm>> Acesso em 07 nov.2004.

VIANA, M.J.M. *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*, Ed.UFMG, 1995, 170 p.

VICENTE DO SALVADOR, FREI. *Historia do Brasil 1500-1627*, 7. ed., Belo Horizonte:Livraria Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982. 437 p.

VIGARIO, J.D; CASTRO PORTUGAL, F.L; FESTAS,M.B et al. *The presente state of african swine fever in Portugal*. in CEC AGRICULTURE, AFRICAN SWINE FEVER, 1981, Sassari, Sardinia. 25-35, Report EUR 8466, CEC/FAO Proceed. Res. Sem., Sassari, Sardinia, 23-25 sept., 1981p.12-16.

WATSON, W.A. Swine vesicular disease in Great Britain. *Canad.Vet. J.*, 22, 1981, p.155-200.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, editora Pioneira, 1985.

WILKINSON, P.J., LAWMAN, M.J.P., JOHNSTON, R.S. African swine fever in Malta, 1978. *Vet. Rec.*, february 2, 94-97, 1980.

ZEBU no Brasil (parte 4) *Rev.ABCZ*, v. 2, n. 10, 2002. Disponível em: < <http://www.abcz.org.br> > .Acesso em: 29 jan.2004.

ANEXOS

ANEXO A: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG- COEP.



Universidade Federal de Minas Gerais
Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG - COEP


Parecer nº. ETIC 059/04

Interessado: Prof. Dr. José Ailton da Silva
Faculdade de Medicina - UFMG

DECISÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP, aprovou no dia 28 de agosto de 2004, depois de atendidas as diligências, o projeto de pesquisa intitulado « **História e Memória da Peste Suína Africana no Brasil: Passos e Descompassos** » bem como o seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do referido projeto.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto.


Profa. Dra. Maria Elena de Lima Perez Garcia
Presidente do COEP/UFMG

ANEXO B: Carta de apresentação do professor orientador.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Veterinária – Departamento de Medicina Veterinária Preventiva
Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte / MG – 31.270-901
Fone: (31) 3499-2075 – FAX: (31) 3499-2080 – e-mail: dmvp@vet.ufmg.br

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2003.

Aos senhores suinocultores, empresários e dirigentes de cooperativas / associações de suinocultores do Brasil

Prezado Senhor,

Na qualidade de Professor Orientador do Dr. Francisco Cecilio Viana, venho solicitar a valiosa colaboração de todos os responsáveis pela produção e comercialização de suínos, no sentido de fornecerem dados e informações indispensáveis à construção da história e memória da Peste Suína Africana no Brasil.

O produto dessa pesquisa será muito útil para o resgate histórico de uma doença exótica de grande importância social e econômica para o país, além de contribuir para futuras ações programáticas na área de saúde animal.

Agradeço antecipadamente a sua colaboração e seu interesse em participar do esforço da produção de um conhecimento que é de grande interesse para o país.

Atenciosamente

Prof. José Ailton da Silva

Professor do Curso de Doutorado em Ciência Animal da Escola de Veterinária da UFMG.

ANEXO C: Carta encaminhada aos médicos veterinários.

Belo Horizonte,

Prezado (a) Colega,

Sou médico-veterinário formado pela Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais e estou preparando uma pesquisa sobre a história e a memória da peste suína africana - PSA- no Brasil. Essa doença foi notificada pelo Ministério da Agricultura em maio de 1978, no município de Paracambi-RJ e, em 1984, ela foi considerada erradicada. Para desenvolver minha pesquisa estou colhendo depoimentos de médicos veterinários que tenham completado sua formação acadêmica até o ano de 1984.

A sua colaboração nessa pesquisa é de fundamental importância, para que não se perca o registro histórico de um problema sanitário que envolveu toda a sociedade brasileira, especialmente técnicos, criadores de suínos e empresários.

Eu me comprometo a manter o sigilo sobre a identidade da fonte consultada e, para facilitar o registro da informação, organizei o presente roteiro, que uma vez preenchido, solicito que me seja remetido preferencialmente por e-mail, ou caso preferir, pelo correio.

Desde já agradeço pela atenção dispensada a esse pedido.

Cordialmente,

Francisco Cecílio Viana- CRMV-MG 0087

E-mail: fcviana@terra.com.br End. Resid.: Rua Trieste, 225 - B.Bandeirantes –
CEP: 31-340-430 – Belo Horizonte - MG

ANEXO D: Roteiro encaminhado aos médicos veterinários.

Identificação
Nome:
Especialidade (s):
Função que exerce: Pública () Privada () Autônomo () Outro () Citar: Aposent. () Função Exercida:
Telefone: () -
Ano de conclusão do Curso de: Graduação – Especialização: Mestrado – Doutorado:

1. Como você tomou conhecimento da notificação da peste suína africana (PSA) no Brasil?
2. Você participou de algum tipo de atividade que poderia ser relacionada com a presença da PSA no Brasil? (Especificar)
3. Como você explicaria a entrada da PSA no Brasil?
4. Qual a sua avaliação sobre as medidas de combate à doença implantadas pelo Ministério da Agricultura, considerando-se desde a fase emergencial, quando a doença se restringia ao Rio de Janeiro, até o estabelecimento do programa oficial de erradicação.
5. O fato de o Ministério da Agricultura ter declarado, em 1984, que o Brasil encontrava-se oficialmente livre da PSA, trouxe algum tipo de repercussão para a suinocultura e para a indústria de transformação de derivados suínos nas décadas seguintes? Especificar.
6. Qual o conhecimento ou experiência resultante do episódio da PSA que mereceria ser registrada para a preservação da memória e da história nacional?
7. Você gostaria de acrescentar outras informações

ANEXO E: Carta encaminhada aos dirigentes de empresas, de cooperativas de produção e de associações de criadores.

Belo Horizonte,

Ilmo. Senhor Presidente da (Empresa, Cooperativa de produção e Associação de Criadores de suínos).

Prezado Senhor

Sou médico-veterinário formado pela Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais e estou preparando uma pesquisa sobre a história e a memória da peste suína africana - PSA- no Brasil, tomando-se como referência maio de 1978 a dezembro de 1984, tempo que compreende o período entre a notificação da doença e sua erradicação no país, conforme os registros do Ministério da Agricultura.

Espero que o resgate histórico e memorialístico do episódio da Peste Suína Africana no Brasil possa contribuir para que se compreenda melhor o papel dos diversos atores em todo o processo de tomada de decisões e para a orientação das políticas públicas na área de sanidade animal, no futuro. Por isso, considero ser a sua participação de grande importância para o enriquecimento de meu trabalho. Comprometo-me a manter o sigilo sobre a identidade da fonte consultada. Para facilitar o registro da informação, organizei o presente roteiro.

Para o preenchimento do roteiro, em anexo, V.Sa. poderá consultar, caso julgue conveniente, os membros da Diretoria que vivenciaram o episódio da peste suína africana no Brasil.

Peço, por gentileza, que envie a resposta para o meu endereço eletrônico ou para o residencial.

Desde já manifesto meus sinceros agradecimentos pela atenção dispensada a esse pedido.

Atenciosamente

Francisco Cecílio Viana

Residência: Rua Trieste, 225 – Bairro Bandeirantes – CEP: 31.340-430 Belo Horizonte - MG -

Fone: 31-3491-7889 ou (031) 8833-5115 - E-mail: fcviana@terra.com.br

ANEXO F: Roteiro encaminhado aos dirigentes de empresas, de cooperativas de produção e de associações de criadores

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e endereço (empresa ou cooperativa):	
Informação prestada por:	
Cargo ou função atual:	
E-mail:	Telefone p/ contato:

1. Em maio de 1978 qual era aproximadamente o volume de produção da (empresa ou cooperativa) e quantas pessoas eram empregadas para atender a essa produção?
2. Houve mudança significativa no volume de produção e no número de empregados contratados no decorrer do ano de 1978?
3. Como a (empresa ou cooperativa) tomou conhecimento da notificação da PSA no Brasil?
4. A (empresa ou cooperativa) participou de algum tipo de atividade que poderia ser incluída entre as medidas de combate a essa doença no Brasil? (especificar)
5. Qual o principal fator de risco que você destacaria para explicar a ocorrência da PSA no Brasil?
6. Qual a sua avaliação sobre as medidas de combate à PSA implantadas pelo Ministério da Agricultura, considerando-se desde a fase emergencial, quando a doença se restringia ao Rio de Janeiro, até o estabelecimento do programa oficial de erradicação.
7. Houve algum impacto ou repercussão sobre os negócios da(empresa ou cooperativa) a partir da notificação da PSA no Brasil? Em caso afirmativo, favor descrever o tipo do impacto
8. O fato de o Ministério da Agricultura ter declarado, em 1984, que o Brasil encontrava-se oficialmente livre da PSA, trouxe algum tipo de repercussão para a suinocultura e para a indústria de transformação de derivados suínos nas décadas seguintes?
9. Qual o conhecimento ou experiência acumulada que merece ser registrada para a preservação da memória e da história nacional após o episódio da peste suína africana?
10. O senhor gostaria de acrescentar outras informações?

Comprometo-me a manter o sigilo da fonte de informação

Favor enviar a resposta para o endereço contido na carta de apresentação.

Muito lhe agradeço pela cooperação.

PESTE SUÍNA AFRICANA

COLABORE COM AS AUTORIDADES E OS PRODUTORES NO COMBATE À PESTE SUÍNA AFRICANA QUE ESTÁ COLOCANDO EM RISCO A SUINOCULTURA NACIONAL.

MEDIDAS GERAIS

- 1º – NÃO TRANSPORTE PORCO, LINGUIÇA, PERNIL OU OUTRO PRODUTO SUÍNO DE UM ESTADO PARA OUTRO.
- 2º – NÃO ALIMENTE PORCOS COM RESTOS DE COMIDA, LIXO OU LAVAGEM.
- 3º – PROCURE AS PREFEITURAS MUNICIPAIS, SINDICATOS RURAIS, COOPERATIVAS E ÓRGÃOS ESTADUAIS OU FEDERAIS DE AGRICULTURA MAIS PRÓXIMO EM QUALQUER CASO DE DOENÇA ESTRANHA NOS PORCOS. NÃO RETIRE PORCOS DOENTES DA PROPRIEDADE.

NOTA: A DOENÇA NÃO É CONTAGIOSA À POPULAÇÃO HUMANA, PODENDO A CARNE DE PORCO SER CONSUMIDA SEM RISCO.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DE MINAS GERAIS

ANEXO H:

Medidas Sanitárias na Suinocultura



Ministério da Agricultura
Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária

Programa
de Combate à
Peste Suína

Secretaria de Defesa Sanitária Animal
Educação Sanitária



ANEXO I:

**Ministério da Agricultura
Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária
Secretaria de Defesa Sanitária Animal**

MANUAL DE PROCEDIMENTOS

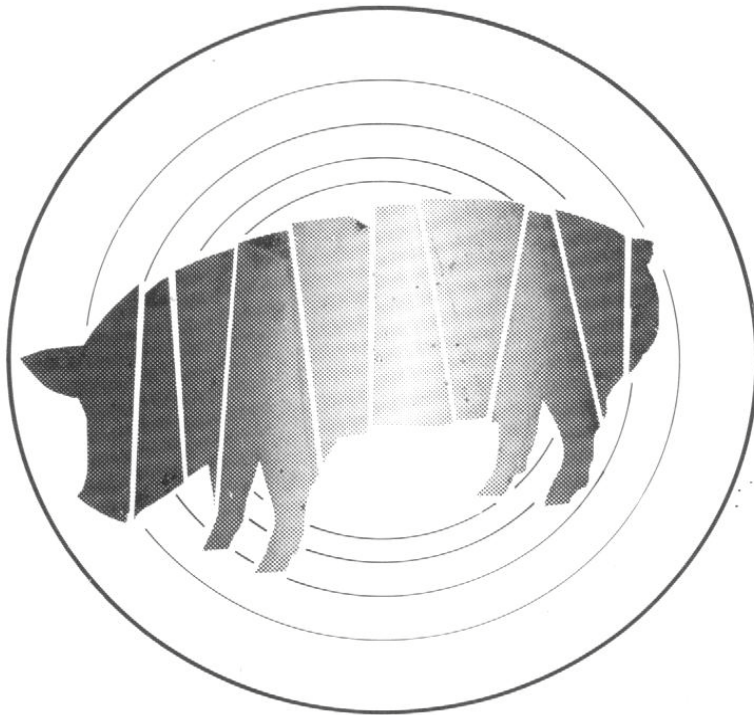
**Programa de Combate
à Peste Suína**



ANEXO J:

Programa de Combate a Peste Suína

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SECRETARIA DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL
PROGRAMA DE COMBATE À PESTE SUÍNA



ANEXO K:

Ministério da Agricultura
Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária
Secretaria de Defesa Sanitária Animal
Divisão de Combate e Profilaxia às Doenças



Brasília – Brasil
1984

Anexo II

República Federativa do Brasil
Ministério da Agricultura
Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária

SECRETARIA DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL ATO ADMINISTRATIVO DE 05 DE DEZEMBRO DE 1984

De acordo com as normas prescritas no capítulo 2.3.2. – Peste Suína Africana, do Código Zoossanitário Internacional, do “Office International des Épizooties” – OIE e considerando que:

- O País adotou a política de sacrifício sanitário em todos os focos de peste suína africana;
- o último caso clínico da doença ocorreu em 15 de novembro de 1981;
- os resultados dos exames realizados desde aquela data foram negativos para vírus da peste suína africana;
- os exames sorológicos realizados em regiões anteriormente afetadas ou de grande concentração de suínos, não revelaram a presença de anticorpos para o vírus da peste suína africana;
- a vigilância epidemiológica foi realizada de acordo com as normas vigentes, examinando-se suínos em frigoríficos (abate) e nas propriedades (reprodutores);
- as técnicas empregadas, tanto na identificação viral, como na pesquisa de anticorpos, foram as de referência internacional;
- o reservatório invertebrado do vírus da peste suína africana, o carrapato do gênero *Ornithodoros*, não foi constatado no País, bem como suínos selvagens não existem nas zonas de suinocultura e/ou onde ocorreram focos;

O Ministério da Agricultura, através da Secretaria de Defesa Sanitária Animal da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, declara a **República Federativa do Brasil país livre de peste suína africana.**

Para manutenção da atual situação sanitária terá continuidade, em programa específico, a vigilância em peste suína africana, agora exótica para o País, e as atividades de controle e erradicação da peste suína clássica.

Guilherme de Carvalho Celebrini
Secretário